



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC – SP)  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA EXPERIMENTAL:  
ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

Vinicius Santos Ferreira

Terapia Analítico-Comportamental, Terapia de Aceitação e Compromisso e Análise do  
Comportamento: uma análise filosófica e conceitual de suas compatibilidades

DOUTORADO EM PSICOLOGIA EXPERIMENTAL:  
ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

São Paulo

2021



Vinicius Santos Ferreira

Terapia Analítico-Comportamental, Terapia de Aceitação e Compromisso e Análise do  
Comportamento: uma análise filosófica e conceitual de suas compatibilidades

Tese apresentada à banca examinadora da  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
(PUC-SP), como exigência parcial para obtenção  
do título de DOUTOR em Psicologia  
Experimental: Análise do Comportamento, sob a  
orientação da Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Eliza Mazzilli  
Pereira.

São Paulo

2021

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial dessa tese, por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

São Paulo, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Vinicius Santos Ferreira

Terapia Analítico-Comportamental, Terapia de Aceitação e Compromisso e Análise do  
Comportamento: uma análise filosófica e conceitual de suas compatibilidades

Tese apresentada à banca examinadora da  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
(PUC-SP), como exigência parcial para obtenção  
do título de DOUTOR em Psicologia  
Experimental: Análise do Comportamento.

Aprovado em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Dra. Claudia Kami Bastos Oshiro Clemente – USP

---

Dr. Denigés Maurel Regis Neto – PUC/SP

---

Dr. Luc Marcel Adhemar Vandenberghe – PUC/GO

---

Dr. Paola Esposito de Moraes Almeida – PUC/SP

---

Dr. Maria Eliza Mazzilli Pereira – PUC/SP

“O presente trabalho foi realizado durante período de afastamento para doutorado do servidor integrante da carreira de Magistério Superior da Universidade Federal de Mato Grosso de Sul lotado, conforme previsto pelo contrato nº 2017-030, processo 23104.003992/2017-11

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), nos processos Nº 88887.148196/2017-00 (bolsa taxa), 88887.176048/2018-00 (bolsa integral) e 88881.361683/2019-01 (bolsa de doutorado sanduíche) - Código de Financiamento 001.”

“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001”

## **Agradecimentos**

A finalização desta etapa tão importante da minha vida profissional e pessoal significa a realização de um antigo sonho. Compartilho essa conquista com inúmeras pessoas que, de alguma forma, possibilitaram a realização desta tese.

Agradeço a minha família, a meus amigos e, especialmente, a Ana Alice. Vocês me ofereceram o suporte emocional necessário para lidar com o medo, a ansiedade e a tristeza de tempos tão sombrios; sem o apoio, a escuta e o amor incondicional da minha companheira Ana Alice, as conversas por telefone com minha mãe – Aldevina – e as videoconferências familiares diárias eu não teria conseguido o foco e a força necessários para desenvolver este trabalho.

Agradeço aos professores que me encorajaram a seguir a carreira acadêmica e que me inspiram a ser um professor melhor: Eliza Tavares Sabino Heck, Flávio da Silva Borges, Francisco Dyonísio C. Mendes (Dida), João Cláudio Todorov, José Eduardo Pandóssio, Lorismário Ernesto Simonassi, Linda Hayes, Luc Vandenberghe, Nilza Micheletto, Paola Esposito de Moraes Almeida, Ronaldo Pilati, Steven Hayes, Tereza Maria de Azevedo Pires Sérico e William Follette.

Agradeço, sobretudo, à minha orientadora, Maria Eliza Mazzilli Pereira, pela paciência, dedicação, amizade e leveza com que ela conduziu a escrita deste trabalho.

Agradeço aos colegas de doutorado e a todos os professores do programa de pós-graduação de Psicologia Experimental: Análise do Comportamento da PUC-SP. Em especial, agradeço as contribuições, ao meu projeto de pesquisa, fornecidas pelos colegas da disciplina “Questões avançadas em Análise do Comportamento II”, da turma do segundo semestre de 2018, e pela docente Prof. Dra. Nilza Micheletto.

Também agradeço as contribuições à minha tese concedidas pelo meu coorientador estrangeiro, William Follette, durante o período de doutorado sanduíche,

na Universidade de Nevada, Reno, e de seu grupo de pesquisa, em nome de Cory E. Stanton.

Agradeço a UFMS e aos colegas do Campus de Paranaíba por aprovarem o meu afastamento para o doutorado e me possibilitarem realizar este sonho. Agradeço também ao suporte financeiro da CAPES durante todo o período de doutorado na PUC-SP e durante o período de doutorado sanduíche.

Agradeço a ajuda da minha orientadora e da minha prima Mariana nas traduções das inúmeras citações literais deste trabalho, que foram feitas e checadas a três mãos.

Por fim, agradeço aos membros da banca – Cláudia, Denigés, Luc e Paola – pela disponibilidade e pelas contribuições.

Obrigado.

Vinicius Santos Ferreira

Ferreira, V. S. (2018). *Terapia Analítico-Comportamental, Terapia de Aceitação e Compromisso e Análise do Comportamento: uma análise filosófica e conceitual de suas compatibilidades* (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Eliza Mazzilli Pereira.

Linha de pesquisa: História e Fundamentos Epistemológicos, Metodológicos e Conceituais da Análise do Comportamento.

### **Resumo**

A pergunta que orientou este trabalho foi a seguinte: seriam terapias brasileiras e americanas que se dissessem baseadas na Análise do Comportamento compatíveis? Para respondê-la foram analisados, nesta tese, os níveis filosófico e conceitual da TAC, representante brasileira, e da ACT, representante do movimento de terceira onda estadunidense, para: (a) caracterizar essas psicoterapias conforme o modelo de análise filosófico e conceitual proposto; (b) identificar as convergências e divergências entre essas psicoterapias; e (c) verificar a compatibilidade dessas psicoterapias com a Análise do Comportamento e o behaviorismo radical. Foram selecionados para análise o primeiro manual publicado da ACT e um conjunto de textos da TAC de autoria de Banaco, Meyer e Zamignani; esses textos foram lidos e trechos significativos foram selecionados com base na seguinte estrutura analítica: (a) a análise das propostas de psicoterapia ocorreu nos níveis de análise filosófico e conceitual; (b) cada nível foi composto por diferentes variáveis; e (c) a análise das variáveis foi orientada segundo perguntas-chaves. Os resultados e a discussão foram apresentados para cada uma das cinco variáveis analisadas: base filosófica e científica, modelo explicativo, critério de verdade, posicionamento sobre a questão mente e corpo e terminologia. Nas considerações finais concluiu-se que: a TAC foi considerada compatível com a Análise do Comportamento em relação ao modelo explicativo e ao posicionamento sobre a questão mente e corpo, e notou-se uma ausência de posicionamento em relação ao seu critério de verdade e a sua terminologia; a ACT mostrou-se compatível com a Análise do Comportamento em relação ao modelo explicativo e a postura monista, e incompatível em relação ao seu posicionamento a-ontológico, critério de verdade e terminologia. Dessa forma, argumenta-se que a integração entre ACT e TAC pode incorrer em ecletismo teórico ao sobrepor sistemas filosófico e conceitual distintos.

**Palavras-chave:** terapia analítico-comportamental; terapia de aceitação e compromisso, Análise do Comportamento, behaviorismo radical, terminologia.



Ferreira, V. S. (2018). *Behavioral-Analytic Therapy, Acceptance and Commitment Therapy and Behavior Analysis: a philosophical and conceptual analysis of their compatibilities* (Doctoral dissertation). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP.

Advisor: Prof. Dr. Maria Eliza Mazzilli Pereira.

Research line: History and epistemological, methodological, and conceptual foundations.

### **Abstract**

The question that guided this work was: are Brazilian and American therapies that claimed they were based on Behavior Analysis compatible? To answer it, this thesis analyzed at the philosophical and conceptual levels the TAC, the Brazilian representative, and the ACT, representative of the American third wave movement, in order to: (a) characterize these psychotherapies according to the philosophical and conceptual analysis model proposed; (b) identify the convergences and divergences between these psychotherapies; and (c) verify the compatibility of these psychotherapies with Behavior Analysis and radical behaviorism. The first published ACT manual and a set of TAC texts by Banaco, Meyer and Zamignani were selected for analysis; these were read, and significant passages were selected based on the following analytical structure: (a) the analysis of the psychotherapy models occurred in the levels of philosophical and conceptual analysis; (b) each level was composed of different variables; and (c) the analysis of the variables was guided according to key questions. The results and discussion were presented for each of the five variables analyzed: philosophical and scientific basis, explanatory model, truth criterion, positioning on the question of mind and body and terminology. In the final considerations it was concluded that: the TAC was considered compatible with the Behavior Analysis with respect to the explanatory model and the positioning on the question mind and body, and there was an absence of positioning in relation to its criterion of truth and their terminology; ACT proved to be compatible with Behavior Analysis in relation to the explanatory model and monist positioning, and incompatible with respect to its a-ontological positioning, truth criterion and terminology. Thus, it is argued that the integration between ACT and TAC may incur theoretical eclecticism by overlapping different philosophical and conceptual systems.

**Keywords:** behavioral-analytic therapy; acceptance and commitment therapy, Behavior Analysis, radical behaviorism, terminology.

## **Lista de Tabelas**

Tabela 1. Variáveis de análise e perguntas chave por nível de análise .....	39
Tabela 2. Caracterização resumida da ACT segundo estrutura analítica .....	213
Tabela 3. Caracterização resumida da TAC segundo estrutura analítica .....	215

## Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
O Início da Prática do Analista do Comportamento Fora da Clínica. ....	1
Prática Clínica do Analista do Comportamento nos USA. ....	4
Prática Clínica do Analista do Comportamento no Brasil. ....	18
Critérios para Definição de uma Prática Clínica Analítico-Comportamental .....	24
Compatibilidade das Psicoterapias com a Análise do Comportamento. ....	27
<b>Método .....</b>	<b>35</b>
Textos analisados .....	35
Sistema de categorias e seleção de trechos .....	36
Organização, descrição e discussão das informações coletadas .....	41
<b>Resultados e Discussão .....</b>	<b>43</b>
Base Filosófica e Científica .....	43
<i>Caracterização da ACT</i> .....	43
<i>Caracterização da TAC</i> .....	47
<i>Discussão – compatibilidade entre ACT, TAC e Análise do Comportamento</i> .....	52
Modelo Explicativo.....	60
<i>Caracterização da ACT</i> .....	60
<i>Caracterização da TAC</i> .....	67
<i>Discussão – compatibilidade entre ACT, TAC e Análise do Comportamento</i> .....	71
Critério de Verdade.....	79
<i>Caracterização da ACT</i> .....	79
<i>Caracterização da TAC</i> .....	81
<i>Discussão – compatibilidade entre ACT, TAC e Análise do Comportamento</i> .....	84
Posicionamento sobre a questão mente e corpo.....	92
<i>Caracterização da ACT</i> .....	92
<i>Caracterização da TAC</i> .....	102
<i>Discussão – compatibilidade entre ACT, TAC e Análise do Comportamento</i> .....	105
Terminologia.....	120
<i>Caracterização da ACT</i> .....	120
<i>Caracterização da TAC</i> .....	135
<i>Discussão – compatibilidade entre ACT, TAC e Análise do comportamento</i> .....	141
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>217</b>
<b>Referências .....</b>	<b>229</b>

A proposta original do presente trabalho partiu da consideração do autor de que as propostas terapêuticas de consultório baseadas na Análise do Comportamento são plurais e complexas – envolvem diversos aspectos filosóficos, conceituais, metodológicos e técnicos – e nem todas as minúcias dessas propostas terapêuticas são inteiramente condizentes com a teoria e a prática desenvolvidas pela Análise do Comportamento; e de que tampouco há uma coerência necessária entre as propostas terapêuticas; e de que a integração entre essas propostas em uma atuação conceitual e tecnicamente coerente com a Análise do Comportamento deve ser melhor investigada para não se recorrer a um ecletismo técnico e/ou teórico. Assim, a introdução desta tese pretendeu situar a prática clínica atual da Análise do Comportamento em suas diversas vertentes americanas e brasileiras. Para tanto, apresenta-se inicialmente uma breve revisão do surgimento da prática do analista do comportamento fora do consultório, suas influências históricas, o surgimento das primeiras propostas de atuação clínica e a constituição atual da prática clínica analítico-comportamental nos EUA e no Brasil. Em seguida, discute-se o que é fundamental para que essa prática seja considerada analítico-comportamental, e em que níveis é proveitoso se estabelecer a compatibilidade entre práticas psicoterápicas e entre elas e a Análise do Comportamento. A análise desses aspectos fornece os subsídios necessários para o estabelecimento do objetivo desta tese.

### **O Início da Prática do Analista do Comportamento Fora da Clínica.**

Uma contextualização histórica, mesmo que breve, da atuação clínica do analista do comportamento pode ajudar na compreensão do panorama atual dessa prática. A história da aplicação da Análise do Comportamento não começa no contexto clínico; ela se principia, segundo Micheletto (2001), em dois campos: na educação e em outros contextos aplicados. Na educação, as primeiras propostas de instrução programada e de máquinas de ensinar foram apresentadas em 1954 por Skinner, em um artigo chamado

“A ciência do comportamento e a arte de ensinar”. A aplicação a outras áreas de atuação se iniciou pela tentativa, na década de 1950, da transposição das pesquisas básicas de laboratório com animais para pesquisas básicas com humanos em ambientes psiquiátricos. Fuller (1949) condicionou, por meio de reforçamento com leite doce, a resposta de mexer o braço de um paciente vegetativo há 18 anos. De acordo com Micheletto, o trabalho mais representativo dessa época foi feito por Lindsley, Skinner e Solomon, em 1953, no qual os autores ensinam psicóticos a pressionar uma alavanca por reforçamento positivo.

Segundo Micheletto (2001), a primeira pesquisa de análise do comportamento aplicada, na época denominada modificação do comportamento, foi desenvolvida por Ayllon e Michael. Nesse estudo, Ayllon e Michael (1959) utilizaram técnicas de reforçamento, extinção e punição para lidar com diversos problemas de pacientes que eram considerados psicóticos e deficientes mentais. Nas décadas de 1950 e 1960, diversos pesquisadores, como Azrin, Baer, Bijou e Lovaas, expandiram as investigações sobre o efeito do condicionamento operante em populações diversas de crianças e adultos (Leonardi, 2015).

Na década de 1970, surgiram outras propostas de intervenção que utilizavam o nome de modificação do comportamento. Algumas dessas propostas terapêuticas eram baseadas em outros referenciais teóricos, às vezes não mantinham quase nenhuma relação com as práticas iniciais, e frequentemente eram incompatíveis com os pressupostos da Análise do Comportamento. Alguns exemplos são as terapias aversivas, que ignoravam as prescrições analítico-comportamentais de preferência pelo uso de reforçamento positivo, e o condicionamento vicário, que utilizava explicações mediacionistas (Krasner, 1990). Propôs-se, então, a utilização do termo análise aplicada do comportamento apenas para práticas derivadas do modelo operante e compatíveis

com as premissas da Análise do Comportamento (Goldiamond, 1974; Micheletto, 2001).

Em 1968, foi criado o *Journal of Applied Behavior Analysis* para comportar os crescentes estudos na área aplicada. Em seu primeiro volume, Baer, Wolf e Risley (1968) definiram Análise do Comportamento aplicada como a ciência que estuda a aplicação dos princípios do comportamento, extraídos da ciência básica denominada análise experimental do comportamento, para modificar comportamentos socialmente relevantes. Nesse mesmo artigo, Bear, Wolf e Risley delimitaram os critérios que os estudos aplicados em Análise do Comportamento deveriam seguir. Para eles, uma pesquisa aplicada deveria atender os critérios: aplicada – verificação da relevância social dos estímulos e respostas estudados; comportamental – avaliação precisa dos comportamentos alvos do estudo; analítica – demonstração inequívoca da relação entre a apresentação do estímulo e a mudança no responder; tecnológica – operacionalização dos procedimentos utilizados no estudo; conceitual – consistência dos procedimentos utilizados no estudo com os princípios básicos da Análise do Comportamento; eficaz – nível da mudança no responder que seja socialmente significativo; e generalizável – planejamento da manutenção da mudança comportamental ao longo do tempo e generalização dessa mudança para outros ambientes ou comportamentos. Para Krasner (1990), o último desses critérios, a ênfase no planejamento da generalização, foi de especial importância. O planejamento da generalização acentuava ainda mais a tendência da análise do comportamento aplicada de atuar no ambiente real onde o problema ocorre, e não em um ambiente artificial, como a clínica de consultório.

Guinther e Dougher (2013) destacam como principal característica da análise do comportamento aplicada o manejo direto das contingências no contexto no qual elas ocorrem. Segundo Krasner (1990) e Vandenberghe (2001), a análise do comportamento

aplicada herdou, ao buscar intervir nessas contingências, aspectos do trabalho da análise experimental do comportamento. As intervenções eram realizadas em ambientes cuidadosamente planejados, as condições experimentais eram manipuladas e os comportamentos alvo definidos operacionalmente, observados e mensurados com precisão. O procedimento clássico desenvolvido por Iwata, Dorsey, Slifer, Bauman e Richman (1982) para busca das variáveis controladoras dos comportamentos alvos, denominado análise funcional, também foi derivado diretamente dos procedimentos de pesquisa da análise experimental do comportamento (Vandenberghe, 2002).

Gunther e Dougher (2013) observaram que a análise do comportamento aplicada tem tido muito sucesso em intervenções que ocorrem em ambientes institucionais, como o exemplo da educação especial e do autismo, nos quais os profissionais podem ser efetivos na observação e no controle das variáveis ambientais relevantes. A análise do comportamento aplicada também se espalhou, depois da década de 1970, para outros ambientes institucionais – casas de reabilitação, hospitais, indústrias, empresas e esporte (Martin & Pear, 2007/2009) – e para ambientes sociais/comunitários – com trabalhos sobre reciclagem, controle do lixo, conservação de energia, transporte, entre outros (Krasner, 1990).

### **Prática Clínica do Analista do Comportamento nos USA.**

Na análise do comportamento aplicada, os princípios da Análise do Comportamento foram aplicados inicialmente onde o acesso às contingências era direto, em populações institucionalizadas com severas dificuldades comportamentais (verbais e intelectuais), das quais todos já haviam desistido (Krasner, 1990). A inserção da Análise do Comportamento no *setting* de consultório típico – com um modelo de psicoterapia verbal e individual, com pacientes adultos, não institucionalizados, verbalmente competentes, em geral brancos e de classe média/alta – teve uma história diferente, pois

a análise do comportamento aplicada, à época, não podia ser transposta diretamente para o *setting* clínico, devido a impossibilidade de acesso direto às contingências (Kohlenberg, Tsai, & Dougher, 1993).

Para Hayes (2004a), propostas sistematizadas de práticas clínicas de consultório baseadas na Análise do Comportamento só surgiram na transição da década de 1980 para a década de 1990; segundo a interpretação desse autor, o surgimento desses modelos psicoterápicos baseados na Análise do Comportamento seriam um estágio do desenvolvimento histórico das terapias comportamentais. Hayes propõe uma análise do desenvolvimento das terapias comportamentais em três ondas ou gerações: (a) as terapias comportamentais clássicas, (b) as terapias cognitivo-comportamentais e (c) o movimento da análise do comportamento clínica. Para Hayes (2004a), uma onda “é um conjunto ou uma formulação predominantemente composta por premissas, métodos e objetivos, alguns implícitos, que ajudam a organizar a pesquisa, a teoria e a prática” (p. 640, tradução nossa).

A primeira onda das terapias comportamentais foi caracterizada, por Hayes (2004a), como um movimento de psicoterapias embasadas em teorias de aprendizagem bem estabelecidas e com um conjunto de tecnologias aplicadas operacionalizadas e testadas empiricamente. Essa onda possuiu dois movimentos distintos: a modificação do comportamento (abordada anteriormente) e a terapia comportamental clássica<sup>1</sup>. A princípio, os dois termos foram utilizados frequentemente como sinônimos (Krasner, 1990). Para alguns, a clareza da diferenciação desses dois movimentos só foi possível com o posterior distanciamento histórico dos estudiosos (Barcellos & Haydu, 1995). Ambos os movimentos utilizavam intervenções baseadas em princípios da

---

<sup>1</sup> O termo utilizado, à época, era terapia comportamental. O adjetivo “clássica” foi acrescentado, neste trabalho, para diferenciá-la do uso do termo, por Hayes (2004a), para se referir ao conjunto das terapias oriundas das três ondas.



aprendizagem empiricamente estabelecidos, mas algumas diferenças se evidenciaram (Wilson, 1978): os modelos explicativos; os processos de aprendizagem e o *setting* de atendimento; e a população alvo. Enquanto a modificação do comportamento (ou análise do comportamento aplicada) se interessava pela relação do responder com o ambiente, utilizava procedimentos operantes e atuava em grupos de indivíduos em ambientes institucionalizados, embora considerasse histórias de aprendizagem únicas de cada indivíduo, a terapia comportamental clássica, por sua vez, utilizava modelos explicativos mediacionais (S – O – R), procedimentos respondentes<sup>2</sup> de contracondicionamento, e atuava em settings de consultório, com um único cliente.

A terapia comportamental clássica surgiu, na década 1950, simultaneamente com dois grupos, liderados por Joseph Wolpe, na África do Sul, e por Eysenck, na Inglaterra, embora outros autores houvessem pesquisado intervenções por meio de condicionamento respondente anteriormente<sup>3</sup> (Lucena-Santos, Pinto-Gouveia, & Oliveira, 2015). No início dessa década, os modelos psicodinâmicos e humanistas predominavam na prática de consultório americana, porém começaram a ser questionados devido à falta de evidências empíricas que suportassem as suas explicações e suas técnicas de intervenção (Hayes, 2004a). Um dos responsáveis pela disseminação desses questionamentos foi um estudo publicado, em 1952, por Eysenck, que investigava a eficácia das psicoterapias que vigoravam naquela época (Lucena-

---

<sup>2</sup> É importante observar que em um estágio mais tardio do desenvolvimento da terapia comportamental alguns autores adotaram uma visão eclética e incluíram outros procedimentos baseados em condicionamento operante e em condicionamento vicário, por influência de Mowrer e Bandura, respectivamente (Vandenberghe, 2001).

<sup>3</sup> Em 1924, Mary Cover Jones, aluna de doutorado de Watson, utilizou sete diferentes procedimentos para a eliminação de reações emocionais de medo em crianças institucionalizadas, baseadas em princípios do condicionamento reflexo, com alguns procedimentos semelhantes aos que seriam utilizados pelas terapias comportamentais (Barbosa & Borba, 2010; Lucena-Santos et al., 2015). Vandenberghe (2001) afirma que nas décadas de 1930 e 1940 procedimentos típicos da terapia comportamental clássica já vinham sendo utilizados por Dunlap, Guthry e Salter. Leonardi (2015) acrescenta que até a década de 1950 já haviam sido elaboradas intervenções para lidar com o alcoolismo, enurese, paralisia histérica e dependência de morfina – respectivamente, por Voegtlin, em 1940, Mowrer e Mowrer, em 1938, Sears e Cohen, em 1933, e Rubenstein, em 1931 – baseadas no condicionamento respondente.

Santos et al., 2015). No estudo, Eysenck concluiu que as chamadas psicoterapias de *insight*, que incluíam os modelos psicodinâmicos, não eram mais eficazes do que não fazer psicoterapia. A terapia comportamental rapidamente ganhou espaço no cenário das psicoterapias americanas justamente por utilizar teorias da aprendizagem advindas de estudos experimentais e por obter suporte em pesquisas de eficácia.

Wolpe e Eysenck utilizavam diversos procedimentos de intervenção derivados de princípios do condicionamento reflexo, mas ficaram notoriamente reconhecidos, respectivamente, pelas técnicas de dessensibilização sistemática e de exposição (Lucena-Santos et al., 2015). Para Vandenberghe (2001), apesar de algumas diferenças, as propostas de Eysenck e Wolpe estão estruturadas em duas premissas compartilhadas: (a) a proposta de Watson<sup>4</sup> de que as emoções e, conseqüentemente, os distúrbios emocionais estão sujeitos ao condicionamento clássico; e (b) que os distúrbios emocionais, portanto, poderiam ser tratados segundo os princípios do condicionamento clássico, ou por inibição recíproca ou por extinção pavloviana.

A terapia comportamental, apesar de utilizar teorias da aprendizagem embasadas empiricamente, adotou o condicionamento reflexo e os modelos explicativos mediacionais internos de Pavlov, Hull e Mowrer, atribuindo um papel causal a respostas emocionais e fisiológicas (Ferster, 1979/2008; Krasner, 1990; Ullmann & Krasner, 1965). Vandenberghe (2011) observa que os terapeutas comportamentais no consultório não aderiram ao Behaviorismo Radical e utilizavam explicações internalistas, das quais Skinner foi um grande crítico.

---

<sup>4</sup> Essa proposta pode ser exemplificada pelo famoso estudo de Watson e Rainer, em 1920, no qual uma criança, conhecida como pequeno Albert, foi exposta ao emparelhamento de um barulho alto com animais, como ratos e coelhos, que a princípio não evocavam comportamentos relacionados ao medo na criança. Após o emparelhamento, a criança passou a chorar e a evitar os animais. Esses resultados foram interpretados como se o medo pudesse ser aprendido em novas situações por condicionamento reflexo, o que poderia ser uma explicação válida para distúrbios emocionais, como as fobias (Barbosa & Borba, 2010).

Hayes (2004a) elencou duas limitações da terapia comportamental, durante a década de 1960: (a) a desconsideração de algumas questões humanas complexas, como os desejos e os objetivos de vida, e a dificuldade e o sofrimento causado pela existência humana; e (b) a dificuldade das teorias da aprendizagem de lidarem adequadamente com a linguagem e a cognição; muito embora Hayes tenha argumentado que a análise de Skinner (1957) do comportamento verbal tenha aberto uma porta para se entender a linguagem e a cognição humanas, poucos analistas do comportamento, à época, se interessaram ou deram continuidade a tal análise. Paralelamente à dificuldade de os terapeutas comportamentais trabalharem com as questões da complexidade, da linguagem e da cognição humanas, o *neobehaviorismo* oferecia um caminho para se lidar com um suposto maquinário psicológico interno por meio de princípios e constructos mediacionais e de metáforas mecanicistas do funcionamento de computadores, em detrimento de conceitos de aprendizagem associativa, considerados simplistas.

Frente a tal cenário, no final da década de 1960 e, principalmente, durante a década de 1970, segundo Hayes (2004a), as práticas da terapia comportamental foram sendo gradualmente modificadas por influências da aprendizagem social e de princípios cognitivos, dando origem ao movimento das terapias cognitivo-comportamentais; esse período foi classificado por Hayes (2004a) como a segunda onda das terapias comportamentais. Para Guinther e Dougher (2013), a terapia cognitivo-comportamental estabelece que mudanças em eventos mentais mediacionais, como emoções, crenças e pensamentos, são responsáveis pela mudança na relação entre estímulo e resposta. Dessa forma, foi suprido o problema da falta de acesso no *setting* clínico às contingências do mundo real, já que se supunha um acesso às variáveis mentais dentro

do consultório, e uma mudança nessas variáveis mentais acompanhariam o indivíduo na sua vida fora do consultório.

As terapias cognitivas, para Hayes (2004a), partiam do princípio de que problemas específicos de uma população clínica eram acompanhados por erros cognitivos comuns, como pensamentos e crenças disfuncionais, portanto as intervenções das terapias cognitivas envolviam a identificação e a correção desses erros cognitivos. As intervenções cognitivas foram adicionadas às técnicas comportamentais, desenvolvidas pelos terapeutas comportamentais clássicos; essa junção de procedimentos deu origem ao termo cognitivo-comportamental. Knapp e Beck (2008) esclarecem que diversas propostas psicoterápicas são enquadradas dentro do grande rótulo da terapia cognitivo-comportamental, sendo as mais difundidas as terapias de reestruturação cognitiva, como a terapia cognitiva, de Aaron Beck, e a terapia racional-emotiva, de Albert Ellis, além das terapias de habilidades de enfrentamento e de resolução de problemas.

As semelhanças entre uma parcela das psicoterapias incluídas nos rótulos da terapia cognitivo-comportamental e da terapia comportamental clássica as tornaram propostas terapêuticas complementares, dado que elas compartilhavam: (a) pressupostos filosóficos – internalismo, mediacionismo e mecanicismo; (b) um modelo de psicopatologia baseado em manuais diagnósticos oriundos da psiquiatria; e (c) um modelo de psicoterapia eclético, que estabelecia, por meio de pesquisas de eficácia, pacotes de técnicas feitos sob medida para cada transtorno psiquiátrico. Dessa forma, para Hayes (2004a), a primeira onda foi assimilada pela segunda onda, à medida que se considerava que as terapias cognitivas apenas adicionavam o componente cognitivo aos componentes emocionais e comportamentais já abordados pela primeira onda<sup>5</sup>. A

---

<sup>5</sup> É importante fazer a ressalva de que a terapia cognitivo-comportamental parece ter incorporado o ramo da primeira onda dos terapeutas comportamentais clássicos; o outro ramo – da análise do comportamento

terapia cognitivo-comportamental expandiu seus domínios, tornando-se a força dominante da psicoterapia na América do Norte e na maior parte da Europa, principalmente, devido ao apoio empírico obtido por pesquisas de eficácia<sup>6</sup> para diferentes transtornos psiquiátricos (Pérez-Álvarez, 2006; Lucena-Santos et al., 2015).

Apesar disso, Hayes (2004a) observou algumas dificuldades enfrentadas pela segunda onda, que apontavam para uma necessidade de revisão dessas práticas. Primeiro, a asserção de que os procedimentos cognitivos da segunda onda corrigiam as deficiências das intervenções da primeira onda – ao pressupor que as psicopatologias em geral tinham um componente primário de déficit cognitivo – não encontrou suporte na literatura, segundo Hayes. Longmore e Worrell (2007), por meio de uma revisão de literatura, investigaram cuidadosamente as evidências que suportavam a asserção de Hayes (2004a) e concluíram que não havia evidências adequadas que apoiassem uma relação causal entre mudança cognitiva e eficácia da terapia cognitivo-comportamental, e que, portanto, não se podia afirmar que os componentes cognitivos da terapia cognitivo-comportamental eram os responsáveis pelas melhoras clínicas observadas.

Essas conclusões podem ser exemplificadas por estudos (Dimidjian et al., 2006; Gortner, Gollan, Jacobson, & Dobson, 1998; Jacobson et al., 1996) que colocaram em xeque a importância dos componentes cognitivos da terapia cognitiva de Beck para depressão, ao investigar os seus componentes. Considerando que, a princípio, Beck havia construído as suas proposições teóricas e técnicas ao investigar a depressão, o peso dessas críticas foi ampliado. Jacobson et al. (1996) investigaram, por meio de um

---

aplicada – seguiu seu caminho (Perez-Álvarez, 2006), em outros espaços, com a sua própria comunidade, seus próprios periódicos, instituições e encontros.

<sup>6</sup> Para Leonardi (2017a), pesquisas de eficácia estabelecem, por meio de condições controladas de pesquisa, a relação de dependência entre um procedimento de intervenção e a obtenção de resultados clinicamente relevantes. Esse tipo de pesquisa encontrou respaldo no modelo de práticas baseadas em evidências que foi tomado emprestado da psiquiatria para a psicologia.

ensaio clínico randomizado<sup>7</sup>, a eficácia de três componentes da terapia cognitiva: ativação comportamental, um conjunto de procedimentos cujo foco é o aumento da frequência de comportamentos relacionados a atividades relevantes para o cliente; pensamentos automáticos e procedimentos de modificação dos pensamentos automáticos; e terapia cognitiva, procedimentos de reestruturação cognitiva das crenças centrais. Foram divididos em três grupos 152 participantes diagnosticados com depressão, sendo que cada grupo foi submetido a intervenções com diferentes componentes: Grupo 1 – ativação comportamental; Grupo 2 – ativação comportamental + pensamentos automáticos; e Grupo 3 – ativação comportamental + pensamentos automáticos + terapia cognitiva. Observou-se que os três grupos foram igualmente efetivos após 20 sessões de atendimento, e os resultados se mantiveram em dois períodos de *follow up*, de 6 meses e 2 anos (Gortner et al., 1998), o que indicou a falta de necessidade de se adicionar os componentes cognitivos, pensamentos automáticos e terapia cognitiva. A intervenção apenas com o componente ativação comportamental se mostrou a opção mais econômica e parcimoniosa. Dimidjian et al. (2006), em um estudo semelhante, com mais de 500 participantes, investigaram os efeitos da ativação comportamental em comparação com uma terapia cognitivo-comportamental padrão (que inclui os três componentes descritos acima), com farmacologia e com grupo placebo. Nesse estudo, a ativação comportamental e a medicação foram mais efetivas que a terapia cognitivo-comportamental e que o grupo placebo, que não diferiram; no *follow up*, a ativação comportamental gerou um desempenho melhor que a medicação.

Os mesmos resultados foram encontrados por estudos que compararam os componentes cognitivos – procedimentos de reestruturação cognitiva – e

---

<sup>7</sup> Para Brum et al. (2012), ensaios clínicos randomizados são delineamentos entre grupos nos quais a amostra da população é dividida randomicamente entre as duas ou mais condições do experimento. Cada condição apresenta uma manipulação da variável independente, o(s) procedimento(s) de intervenção investigado(s), sendo que, normalmente, uma das condições é um grupo controle ou placebo.

comportamentais – técnicas de exposição e relaxamento – das terapias cognitivo-comportamentais para transtornos de ansiedade (Longmore & Worrell, 2007). Esses estudos não questionaram a eficácia da terapia cognitivo-comportamental como um todo, apenas revelaram o desconhecimento dos reais mecanismos da mudança terapêutica e a ausência de provas de que são os componentes cognitivos os mais importantes; e ressaltaram a importância dos componentes comportamentais na mudança terapêutica.

Alguns movimentos que ocorreram paralelamente ao crescimento da segunda onda também são importantes para o entendimento do surgimento da terceira onda. O Behaviorismo Radical e a Análise do Comportamento – que embasavam a análise do comportamento aplicada, parte da primeira onda que não foi incorporada pelo advento da segunda onda – continuaram a traçar o seu próprio caminho (Pérez-Álvarez, 2006) e foram se aprimorando e aumentando o seu escopo interpretativo.

No que diz respeito ao Behaviorismo Radical, ao longo do tempo este foi sendo melhor estruturado pelo próprio Skinner (1974), e ficava cada vez mais claro que os eventos privados, como sentimentos e pensamentos, tinham a mesma natureza e poderiam ser tratados de acordo com os mesmos princípios que os eventos públicos. Alguns autores (Hayes, Hayes, & Reese, 1988; Morris, 1988) perceberam aproximações entre o Behaviorismo Radical e o contex

tualismo de Pepper, de 1942, e desenvolveram o contextualismo funcional, que seria a base da Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT – *Acceptance and Commitment Therapy*; Hayes, Strosahl, & Wilson, 1999) e da teoria das molduras relacionais<sup>8</sup> (Hayes, Barnes-Holmes, & Roche, 2001), uma proposta de interpretação da

---

<sup>8</sup> Segundo Hayes e Hayes (1992b) e Hayes, Barnes-Holmes et al. (2001), a RFT é uma proposta de interpretação da linguagem que parte do conceito de equivalência de estímulos (Sidman & Tailby, 1982/2006) e o expande ao propor o conceito de operantes relacionais, acrescentando outras possibilidades de relações entre estímulos, além das relações de equivalência, como, por exemplo,

linguagem e da cognição que Hayes e seus colaboradores autoproclamaram pós-skinneriana.

A Análise do Comportamento, por sua vez, voltou os seus esforços para o desenvolvimento da linguagem. O livro *Verbal Behavior*, de Skinner (1957), foi gradualmente sendo estudado conceitual e empiricamente pelas gerações seguintes de analistas do comportamento, dando origem a novas propostas conceituais (Hayes, Barnes-Holmes et al., 2001; Schlinger & Blakely, 1987; Sidman & Tailby, 1982/2006; Skinner, 1966/1984a). Na década de 1980, diferentes autores buscaram transpor o conhecimento de pesquisa básica e conceitual em comportamento verbal para a prática clínica; alguns exemplos foram: a reinterpretação de pensamentos e crenças da psicologia cognitiva, por Zettle e Hayes (1982), com base no comportamento governado por regras; a análise de Glenn (1983) das implicações clínicas dos operantes verbais propostos por Skinner para se entender comportamentos manipulativos, mentiras e outros problemas clínicos; e a proposta de Hamilton (1988) de uma formulação analítico-comportamental dos comportamentos verbais na relação terapeuta-cliente. Parecia que agora a Análise do Comportamento estava pronta para se debruçar sobre os desafios da atuação em um contexto verbal de consultório.

As dúvidas acerca da importância das intervenções cognitivas da terapia cognitivo-comportamental, acompanhadas pelo fortalecimento do Behaviorismo

---

relações de distinção e comparação. Os operantes relacionais seriam padrões aprendidos de comportamento operantes, em que o responder do indivíduo estaria sob controle não de um estímulo ou uma propriedade de estímulo particular, mas de propriedades que estão disponíveis apenas a partir da relação entre estímulos; o responder à essas relações é denominado responder relacional, por exemplo, as propriedades “maior que” ou “igual a” só existem na relação. O responder relacional pode ser baseado em propriedades físicas ou arbitrarias, no segundo caso, ele é denominado responder relacional arbitrariamente aplicável. Essas relações entre estímulos seriam abstraídas (ou derivadas) por meio de um treino de múltiplos exemplares; à medida que o indivíduo é exposto a numerosos casos diferentes em que a única constante é a relação entre os estímulos, o organismo abstrai a relação, e essa passa a ser aplicável a novas relações que não foram treinadas previamente. Para Hayes, Barnes-Holmes et al. (2001), esse tipo de operante de ordem superior seria a base para o estabelecimento de fenômenos tratados sob os rótulos de linguagem e cognição.



Radical e do desenvolvimento do comportamento verbal, ofereceram o contexto histórico para o surgimento da terceira onda das terapias comportamentais (Pérez-Álvarez, 2006).

Na década de 1990, segundo Hayes (2004a), se consolidam algumas propostas terapêuticas estruturadas de consultório<sup>9</sup>, denominadas terceira onda da terapia comportamental, que oferecem soluções diferentes da terapia comportamental clássica e da terapia cognitivo-comportamental, ao reinterpretar os fenômenos cognitivos, emocionais e comportamentais por meio da Análise do Comportamento, do behaviorismo radical e do contextualismo, sintetizando e ampliando o escopo das ondas anteriores. A terceira onda foi constituída de propostas terapêuticas diversas, de um pequeno grupo de terapeutas, em sua maioria localizados nas cidades de Seattle e Reno (Dougher & Hayes, 2000; Vandenberghe, 2017), como: a psicoterapia analítico-funcional (FAP – *Functional Analytic Psychotherapy*), de Kohlenberg e Tsai (1991/2006); a terapia de aceitação e compromisso (Hayes et al., 1999); a terapia comportamental dialética, de Linehan (1993); a terapia de ativação comportamental, de Martell, Addis e Jacobson (2001); e a terapia comportamental integrativa de casais, de Jacobson e Christensen (1996).

Hayes (2004a), em sua caracterização da terceira onda aponta semelhanças e diferenças em relação às ondas anteriores. A terceira onda da terapia comportamental continua sendo baseada em princípios básicos extraídos do laboratório e de pesquisas de eficácia que apoiam os procedimentos de intervenção. A principal diferença da terceira onda em relação à segunda onda é a mudança do embasamento filosófico e conceitual. Os pressupostos mecanicistas e os conceitos mediacionais da psicologia cognitiva foram substituídos por pressupostos funcionais e contextualistas do behaviorismo radical de

---

<sup>9</sup> Embora elas tenham surgido em suas versões iniciais na década de 1980 (Hayes, 1987; Kohlenberg & Tsai, 1987; Linehan, 1987), antes de serem publicados os primeiros manuais dessas terapias.

Skinner e do contextualismo funcional (Hayes, 2004a; Pérez-Álvarez, 2012), de certa forma, retomando os preceitos da tradição operante da primeira onda.

Outras importantes diferenças entre a terceira e as demais ondas também foram apontadas por Hayes (2004a): (a) foco de mudança menos diretivo, com estratégias contextuais e experienciais, com o objetivo de favorecer a mudança de função dos eventos cognitivos em vez da sua forma ou frequência – procedimentos de *mindfulness* e aceitação são exemplos dessas estratégias; (b) construção de um repertório flexível e efetivo, em detrimento da eliminação de problemas estritamente definidos, resgatando o construtivismo de Goldiamond (1974); (c) ênfase na importância de submeter o terapeuta aos mesmos princípios e práticas de mudança terapêutica a que o cliente é submetido. Hayes (2004a) acreditava que a terceira onda oferecia avanços por integrar as ondas anteriores, adicionar aspectos ignorados por outras tradições (como a *mindfulness* e a aceitação) e melhorar a capacidade de avaliação dos casos clínicos e os resultados das intervenções.

No início da década de 1990, as propostas terapêuticas que compuseram o que Hayes chamaria de terceira onda foram denominadas por Kohlenberg, Tsai et al. (1993) análise do comportamento clínica, indicando uma forte aproximação entre essas propostas terapêuticas e o Behaviorismo Radical e a Análise do Comportamento. Dougher e Hayes (2000) entendem a análise do comportamento clínica como um ramo da análise do comportamento aplicada aplicado a um contexto clínico. Na mesma linha, Vandenberghe (2001) considera que a análise do comportamento aplicada e a análise do comportamento clínica são filosoficamente aparentadas por se fundamentarem na proposição skinneriana de que comportamentos são relações de contingência entre o responder do organismo e o ambiente, diferentemente dos modelos causais mecanicistas, mentalistas e dualistas das propostas anteriores.

As diferenças da análise do comportamento clínica em relação à análise do comportamento aplicada, para Dougher e Hayes (2000), são: (a) a atuação em *setting* de consultório; (b) o tipo de cliente – adultos verbalmente competentes, não institucionalizados; (c) os tipos de problemas – problemas não crônicos, incluindo ansiedade, depressão e problemas de ajustamento; (d) os tipos de intervenção conduzidas pelos profissionais da área; outras diferenças são apontadas por Guinther e Dougher (2013); (e) foco no comportamento verbal – o que não significa um abandono de procedimentos de manejo direto de contingências; e Vandenberghe, respectivamente nos anos de 2001 e 2002: (f) a desistência da medição e contagem objetivas de frequências de comportamentos; e (g) a utilização da análise funcional interpretativa em detrimento da análise funcional experimental.

Segundo Kohlenberg, Tsai et al. (1993), ao se tentar transpor as intervenções baseadas na análise do comportamento aplicada para uma psicoterapia verbal de consultório com pacientes adultos, assumindo-se que os problemas estão fora do consultório, encontraram-se dois obstáculos. Primeiro, o fato de que as formas de tratamento desenvolvidas pela análise do comportamento aplicada exigiam que o problema pudesse ser diretamente observado e que as intervenções fossem aplicadas diretamente às contingências que o geraram e/ou que o mantinham. Segundo, o fato de que a maior parte do que ocorre em uma psicoterapia de consultório é comportamento verbal, o que exige um desenvolvimento teórico e tecnológico a respeito de intervenções indiretas, verbais, ainda incipiente no início da análise do comportamento aplicada. Kohlenberg, Tsai et al. (1993) argumentam que a análise do comportamento clínica encontrou soluções para esses problemas ao: (a) identificar contingências semelhantes às que ocorrem na vida cotidiana do paciente na relação com o terapeuta, dentro da sessão; assim, os comportamentos problema podiam ser observados e

mensurados, e as contingências podiam ser manipuladas diretamente com a aplicação de procedimentos operantes, como reforçamento diferencial e modelagem; (b) aplicar à prática clínica o desenvolvimento teórico e empírico recente das pesquisas sobre comportamento verbal.

Em relação a compatibilidade de propostas da análise do comportamento clínica com o behaviorismo radical e a Análise do Comportamento, especialmente a ACT e a FAP, em que havia, inicialmente, uma influência clara e declarada da proposta filosófica e científica skinneriana (Dougher, & Hayes, 2000; Kohlenberg, Hayes & Tsai, 1993; Kohlenberg, Tsai et al., 1993; Kohlenberg, Tsai, Ferro-García, Valero-Aguayo, Fernández-Parra, & Virués-Ortega, 2005; Vandenberghe, 2017), posteriormente, o movimento da análise do comportamento clínica foi recharacterizado por alguns autores, especialmente ligados à ACT, como um movimento baseado nos fundamentos da Ciência Comportamental Contextual (CBS, do inglês – *Contextual Behavioral Science*), fundada por Hayes, Barnes-Holmes e Wilson, em 2012. Segundo Hayes et al. (2012) e Kanter, Holman & Wilson, (2014), a CBS assume suas raízes no sistema filosófico e nos princípios básicos da Análise do Comportamento de Skinner, mas expande seus horizontes ao adotar o contextualismo funcional e a teoria de molduras relacionais (Hayes et al., 2012; Kanter et al., 2014)

O estudo de Vandenberghe (2017) exemplifica essa mudança ao analisar o desenvolvimento histórico da descrição que os autores da FAP faziam dos mecanismos ativos pelos quais a FAP supostamente funcionava. Esse autor observou que, ao longo do tempo, a FAP se distanciou cada vez mais da Análise do Comportamento e do Behaviorismo Radical skinneriano, ao utilizar termos intermediários (*middle-level terms*) – descritos por Hayes et al. (2012) como uma das características da ciência comportamental contextual –, como coragem e amor, para descrever topograficamente

os mecanismos de funcionamento da FAP. Esse tipo de descrição, para Vandenberghe (2011; 2017), embora possa ser traduzido para uma linguagem analítico-comportamental, dificulta a operacionalização dos processos e princípios envolvidos e a identificação de relações funcionais, além de perpetuar uma visão internalista e subjetiva do processo de mudança terapêutico.

A inclusão de propostas terapêuticas sem influências analítico-comportamentais, como a terapia cognitiva baseada em *mindfulness*, de Segal, Williams e Teasdale (2002), no movimento das terapias comportamentais e na terceira onda (Hayes, 2004a), também é um fator que afasta esse movimento da Análise do Comportamento.

### **Prática Clínica do Analista do Comportamento no Brasil.**

Embora a Análise do Comportamento e, logo, a atuação profissional do analista do comportamento no Brasil tenha sido influenciada pelo desenvolvimento da área nos Estados Unidos, a história do desenvolvimento dessa prática no Brasil parece ter seguido rumos diferentes dos da história norte americana (Guilhardi, 2012; Leonardi, 2015; Vandenberghe, 2011).

Guilhardi (2012) conta que a Análise do Comportamento chegou ao Brasil com a vinda do professor Fred Keller à USP (Universidade de São Paulo) para ministrar um curso de psicologia experimental, em 1961. A partir desse ponto inicial, sucedeu-se uma série de eventos que promoveram a disseminação da área no Brasil, como: (a) a formação de professores, que ocuparam vagas em outras instituições de ensino, em diferentes regiões do país; (b) o planejamento e a tentativa de abertura de um curso de psicologia inteiramente baseada na Análise do Comportamento, em Brasília; (c) a ida de alunos e professores para se formarem nos Estados Unidos; (d) a tradução de importantes livros-textos da área; (e) a construção de laboratórios específicos para o ensino de Análise do Comportamento; entre outros.

A formação das primeiras levas de analistas do comportamento no Brasil teve como marca uma sólida formação em análise experimental do comportamento, originando principalmente professores e pesquisadores. A aplicação foi relegada a um segundo plano, embora não tenha sido inexistente (Guilhardi, 2012). Em 1969, o professor Luiz Otávio de Seixas Queiroz, da Universidade Católica de Campinas, e seus ex-alunos – entre eles Hélio Guilhardi – criaram a primeira clínica de psicoterapia de consultório embasada na Análise do Comportamento (Batista, Ferrari, & Laloni, 2005). Um exemplo pioneiro desse trabalho pode ser visto na análise sobre o transtorno obsessivo-compulsivo, de Queiroz, Motta, Madi, Sossai e Boren em 1981.

Segundo Guilhardi (2012), esse e outros grupos de terapeutas brasileiros buscavam criar uma prática baseada na aplicação dos princípios da Análise do Comportamento e sustentada pelos pressupostos do Behaviorismo Radical muito antes do surgimento da análise do comportamento clínica nos Estados Unidos. Guilhardi conta sobre os percalços desse percurso, como a dificuldade da comunidade com os textos em inglês e a falta de traduções dos materiais recentes em Análise do Comportamento, incluindo textos do próprio Skinner; a falta de interesse e de compreensão do livro *Verbal Behavior*, de Skinner (1957), fundamental para a prática clínica; a dificuldade de transposição dos procedimentos advindos da análise do comportamento aplicada para a prática clínica; e a confusão teórica na adoção de algumas práticas de condicionamento respondente advindas da terapia comportamental clássica. Guilhardi relata que, na década 1980, os modelos cognitivos de Ellis e Beck ganharam força no Brasil, muito depois da já instalada clínica baseada na Análise do Comportamento, em uma sequência histórica muito diferente da dos eventos nos Estados Unidos (Vandenberghe, 2011); neste último país, segundo Hayes (2004a), apenas depois do estabelecimento das terapias cognitivo-comportamentais da segunda

onda, surgiram as terapias de terceira onda americanas. Segundo Guilhardi, com o advento das terapias cognitivo-comportamentais no Brasil, alguns analistas do comportamento optaram por migrar para a terapia cognitivo-comportamental, mesmo entendendo as incompatibilidades dos dois modelos. A incompatibilidade das terapias cognitivo-comportamentais com um modelo analítico-comportamental, do ponto de vista de Guilhardi, serviu como uma operação motivacional para os terapeutas brasileiros reinterpretarem as intervenções cognitivas com base no modelo skinneriano, o que resultou em uma redescoberta do livro *Verbal Behavior*, e uma guinada na interpretação do processo terapêutico.

A denominação dessa forma de atuação tipicamente brasileira era confusa, no começo, e nomes diversos foram usados, alguns dos quais não deixavam claro o cunho skinneriano dessa proposta; por exemplo, o termo terapia comportamental foi muitas vezes associado com pressupostos respondentes e/ou mediacionais (Zamignani, Silva Neto, & Meyer, 2008). Zamignani et al. (2008) consideram que a nomenclatura é importante para especificar a identidade da atuação clínica baseada na Análise do Comportamento frente a outras terapias comportamentais. Segundo Costa (2011), os primeiros autores a utilizar a nomenclatura “Terapia Analítico-Comportamental” (TAC) foram Tourinho e Cavalcante (2001) e Ribeiro (2001).

Zamignani et al. (2008) contam que, em 2005, em uma reunião, no Núcleo Paradigma, com analistas do comportamento de diferentes regiões do país, tentou-se definir um termo comum para se referir à prática da comunidade de terapeutas brasileiros baseada na Análise do Comportamento, que havia se iniciado na década de 1970. Nessa reunião, o termo cunhado por Tourinho e Cavalcante “terapia analítico-comportamental” foi o escolhido para diferenciar a prática das psicoterapias baseadas na Análise do Comportamento de outras com modelos explicativos incompatíveis. Uma

aproximação da Análise do Comportamento e da terapia analítico-comportamental é explorada em um texto que Tourinho e Cavalcante (que assina com Neno alguns trabalhos) publicam com pesquisadores vinculados à USP e ao Núcleo Paradigma (Meyer et al., 2010). Esse grupo de pesquisadores tem sido muito ativo na construção e na divulgação da terapia analítico-comportamental (Banaco, Zagminani, & Meyer, 2010; Kovac, Zamignanni, & Avanzi, 2009; Meyer, Leonardi, & Oshiro, 2018; Meyer, Oshiro, Donadone, Mayer, & Sterling, 2008; Meyer et al., 2015; Zamignani et al., 2008; Zagminani, Vermes, Meyer, & Banaco, 2016).

Costa (2011) identificou outros nomes relacionados a grupos específicos de analistas do comportamento de consultório no Brasil: a Terapia por Contingências de Reforçamento (TCR), fundada por Guilhardi, em 2004, é a mais famosa destas, com sede no Instituto de Terapia por Contingências de Reforçamento, em Campinas (Guilhardi, 2009; Guilhardi & César, 2001; Queiroz, 2007); e as mais recentes terapia comportamental pragmática (Medeiros & Medeiros, 2012) e terapia molar e de autoconhecimento (Marçal & Dutra, 2010).

Para Costa (2011), essas práticas terapêuticas brasileiras possuem algumas características em comum: (a) são baseadas no Behaviorismo Radical e na Análise do Comportamento; (b) objetivam produzir mudanças nas contingências da vida dos clientes; (c) defendem a análise funcional – em sua modalidade descritiva e não experimental (Vandenberghe, 2002) – como o principal procedimento clínico; (d) propõem intervenções individualizadas, a depender da análise funcional; e (e) creditam à relação terapêutica um papel central na psicoterapia. Porém, apesar das semelhanças, é uma tarefa difícil afirmar se essas diferentes denominações de práticas clínicas baseadas na Análise do Comportamento descrevem uma única forma de psicoterapia, a TAC (Kovac et al., 2009; Leonardi, 2015; Meyer et al., 2018), ou se essas diferentes



denominações se referem a diferentes práticas (Costa, 2011); o mesmo problema vale para os terapeutas de diferentes localidades brasileiras que se declaram terapeutas TAC. Será que todos seguem os mesmos pressupostos e exercem uma prática semelhante? A resposta a essa pergunta não é simples e exige um exame detalhado dessas propostas terapêuticas, tanto dos seus aspectos teóricos quanto dos seus aspectos práticos.

Essa pergunta também é válida para a relação entre as práticas de consultório que se afirmam baseadas na Análise do Comportamento e no Behaviorismo Radical do Brasil e dos Estados Unidos. É fácil perceber, à primeira vista, algumas semelhanças entre as terapias de terceira onda americana – principalmente nas suas proposições iniciais – e as psicoterapias brasileiras, e a compatibilidade de todas essas propostas com o Behaviorismo Radical e a Análise do Comportamento (Leonardi, 2015). Por outro lado, um olhar mais cuidadoso evidencia algumas particularidades da terceira onda que não se assemelham às práticas brasileiras, como, por exemplo, o foco em *mindfulness* e o uso de termos intermediários (Vandenberghe, 2011), a adoção de propostas verbais da teoria de molduras relacionais (Guilhardi, 2012) e o uso de práticas baseadas em evidência que validam pacotes de intervenção para populações psiquiátricas específicas, o que evidenciam a adoção de um modelo médico (Pérez-Álvarez, 2006).

Essas semelhanças e diferenças levaram a comunidade de analistas do comportamento brasileira a adotar diferentes posturas em relação à terceira onda de terapias comportamentais americanas. Ao frequentar qualquer encontro brasileiro de Análise do Comportamento, logo se percebem diferentes posições: alguns membros da comunidade acreditam em uma possibilidade de aproximação entre as vertentes brasileiras e americanas; outros creem que mais estudos precisam ser realizados; uma boa porção já adere a uma ou a um conjunto de propostas americanas da terceira onda

em sua prática de consultório, como modalidades exclusivas ou em uma junção com as práticas brasileiras, aderindo ao ecletismo às vezes prático, às vezes teórico; outros membros da comunidade afirmam que a terceira onda definitivamente não é baseada nos pressupostos da Análise do Comportamento e do behaviorismo radical e não deve integrar as práticas da comunidade brasileira, ou, talvez, para alguns, só possa integrar tais práticas a partir de uma releitura com base no behaviorismo radical; entre outras possibilidades.

Essas opiniões diversas sugerem a necessidade de revisão das compatibilidades do behaviorismo radical e da Análise do Comportamento com as propostas psicoterápicas da terceira onda e das vertentes brasileiras, assim como, das convergências e divergências entre essas propostas psicoterápicas. Nas palavras de Leonardi (2015):

A despeito de qual seja a relação entre TAC e as diferentes modalidades de psicoterapia abarcadas sob o rótulo análise do comportamento clínica, o cenário histórico descrito aqui permite constatar que, tanto no Brasil quanto no resto do mundo, ainda não existe consenso sobre o modelo analítico-comportamental de intervenção psicoterápica. Nesse sentido, pesquisas futuras deveriam ocupar-se de analisar tanto o grau de embasamento teórico, empírico e prático desses diferentes modelos de psicoterapia na Análise do Comportamento, assim como as semelhanças e diferenças entre eles (p.128).

Para lograr tal tarefa, primeiro é necessário definir cuidadosamente o que seria uma prática baseada na Análise do Comportamento e no behaviorismo radical; e estabelecer parâmetros que permitam comparar essas práticas.

## **Crêterios para Defini o de uma Prática Clínica Analítico-Comportamental**

Definir o que caracteriza uma prática clínica baseada na Análise do Comportamento   uma tarefa difícil, dada a diversidade de opiniões e práticas da comunidade de analistas do comportamento. Dificilmente uma tentativa de defini o logrará alguma unanimidade que perdure nessa comunidade. Portanto, o objetivo dessa se o não   chegar a defini es absolutas e incontestáveis, mas possibilitar um exame sistemático das propostas psicoterápicas, que permitam: (a) a execu o do trabalho – ao estabelecer um norte que possibilite uma avalia o precisa da compatibilidade das propostas de psicoterapia com a Análise do Comportamento e a compara o entre essas propostas – e (b) tornar públicas ao leitor as defini es, os argumentos e os pressupostos utilizados, de tal forma que sejam possíveis a análise e a crítica pela comunidade.

Hayes (1978) sugeriu um sistema para compara o entre paradigmas. Um paradigma, segundo Hayes, seria um sistema relativamente bem-organizado que articulasse quatro níveis de análise: tecnológico, metodológico, conceitual e filosófico. Exemplos de paradigma seriam a Análise do Comportamento e o behaviorismo metodológico, ou a análise do comportamento aplicada e a terapia comportamental clássica, que poderiam ser contrastadas com base nesse sistema de níveis de análise. Hayes exemplifica com um exame da Análise do Comportamento segundo os quatro níveis de análise, sendo que cada nível de análise conta com diferentes variáveis. O nível tecnológico se referiria aos procedimentos de manipula o de eventos antecedentes e consequentes, como: modela o, economia de fichas, *fading* e *time out*. O nível metodológico seria constituído de delineamentos de sujeito único, medidas repetidas, observa o direta e análise gráfica. O nível conceitual conteria conceitos como contingência de três termos, reforçamento e puni o. Por fim, o nível filosófico seria representado pelas raízes filosóficas do Behaviorismo Radical de Skinner, como o

funcionalismo e o antimentalismo. Para uma prática ser considerada baseada na Análise do Comportamento, ela deveria seguir todos os níveis.

Nessa proposta, de Hayes (1978), existiria uma hierarquia de dependência, sendo que o nível tecnológico necessitaria dos outros três níveis, o nível metodológico precisaria do conceitual e filosófico e, por sua vez, o nível conceitual dependeria do filosófico. Considerando esses níveis de análise, seguem dois exemplos fornecidos por Hayes. Um terapeuta que segue uma corrente da terapia cognitivo-comportamental e utiliza tecnologias derivadas da Análise do Comportamento, sem nenhum comprometimento com as metodologias, conceitos e filosofia da Análise do Comportamento, não poderia ter a sua prática considerada analítico-comportamental. Da mesma forma, um terapeuta formado em análise do comportamento aplicada que utiliza tecnologias, metodologias e conceitos próprios da Análise do Comportamento, mas que não compartilha o sistema filosófico do behaviorista radical, e, por exemplo, utiliza explicações mentalistas, também, não seria considerado um terapeuta coerente com a Análise do Comportamento. Hayes, ainda, observa que essa hierarquia não significa uma atribuição de importância maior de um ou outro nível e não significa que os níveis não podem se influenciar mutuamente.

Nesse sistema de Hayes (1978), a comparação entre dois campos distintos pode ser feita por nível de análise – por exemplo no nível filosófico, Behaviorismo Radical *versus* contextualismo funcional – ou por variáveis específicas relacionadas àquele nível – por exemplo ainda no nível filosófico, utilização de explicações mentalistas *versus* utilização de explicações não mentalistas. Dessa forma, a organização desse sistema de comparação ocorre por níveis de análises, que são compostos por variáveis que assumem diferentes categorias, que permitem a comparação entre os dois ou mais campos analisados.

Meyer (1995) utilizou esse sistema de categorias para caracterizar, com base em sua experiência como psicoterapeuta, a prática clínica de consultório do analista do comportamento com base no sistema de Hayes (1978). Meyer destacou as seguintes variáveis em cada um dos seguintes níveis de análise: (a) filosófico - concordância entre asserções filosóficas do Behaviorismo Radical e os mecanismos explicativos da prática profissional, no mínimo as explicações mentalistas devem ser rejeitadas; (b) conceitual: utilização de princípios do comportamento para orientar a prática do analista do comportamento; (c) metodológico: análise funcional, descritiva ou experimental, enquanto método de investigação das variáveis das quais os comportamentos são função; método derivado de estratégias de pesquisa; e (d) tecnológico: intervenção orientada pela avaliação do caso (análise funcional); as técnicas são diversas com manipulações diretas de eventos antecedentes e consequentes (ex.: programas de treino de habilidades específicas, *time out* e uso de sistema de pontos).

Neste trabalho, utilizaram-se os níveis basais dessa estrutura analítica – filosófico e conceitual – para caracterizar e comparar sistematicamente propostas de psicoterapia, bem como a compatibilidade de cada proposta com o behaviorismo radical e a Análise do Comportamento. A escolha pelos níveis basais de análise se deve a dois argumentos. Primeiro, devido à característica desse sistema analítico, no qual os níveis superiores – metodológico e tecnológico – têm uma relação de dependência com os níveis mais basais. Dessa forma, é esperado que diferenças nos níveis superiores possam refletir diferenças mais básicas encontradas nos níveis filosófico e conceitual. Segundo, como o interesse do trabalho envolve a comparação entre propostas americanas e brasileiras, é importante observar que as propostas se encontram em estágios diferentes de sistematização. As propostas americanas foram sistematizadas e manualizadas na década de 1990, já possuem uma série de investigações sistemáticas

sobre a sua eficácia, seus mecanismos de ação e seus procedimentos de disseminação (por exemplo, como pode ser visto no caso da ACT – A-Tjak et al., 2015, e Hayes, Luoma, Bond, Masuda, & Lillis, 2006 – e da FAP – Kanter et al., 2017). As psicoterapias brasileiras, em contrapartida, ainda estão em estágio de desenvolvimento. Elas não possuem procedimentos manualizados<sup>10</sup>, pesquisas sobre eficácia e mecanismos de ação, tampouco têm desenvolvidas e esclarecidas as metodologias de investigação desses modelos (Leonardi, 2017b). Dado essa diferença de estágios, seria difícil uma comparação nos níveis metodológico e tecnológico, em contrapartida, a comparação dos níveis filosófico e conceitual já parece razoavelmente bem delimitadas nesses modelos psicoterápicos brasileiros em construção.

### **Compatibilidade das Psicoterapias com a Análise do Comportamento.**

A compatibilidade das propostas de psicoterapia da terceira onda americana com a Análise do Comportamento e o Behaviorismo Radical tem sido avaliada por diversos autores americanos e brasileiros. Inicialmente, esse movimento foi relacionado à Análise do Comportamento e ao Behaviorismo Radical, sob o rótulo de análise do comportamento clínica (Dougher & Hayes, 2000; Kohlenberg, Bolling, Kanter, & Parker, 2002; Kohlenberg, Hayes et al., 1993; Kohlenberg, Tsai et al., 1993; Kohlenberg, et al., 2005; Wulfert, 2002). Ao longo do desenvolvimento dessas propostas de psicoterapia, alguns autores identificaram mudanças em relação à compatibilidade dessas práticas com o Behaviorismo Radical e a Análise do Comportamento, em favor de uma aproximação com as ciências contextuais e o contextualismo funcional (Dougher, 2002; Guilhardi, 2012; Hayes et al., 2012; Kanter

---

<sup>10</sup> As terapias baseadas em análises de contingências como método avaliativo norteador das intervenções terapêuticas possuem análises e intervenções feitas sob medida para cada caso, o que impossibilita uma descrição rígida de cada etapa e procedimento de intervenção. Muito embora, seja possível descrever o processo de transformação dessas avaliações em intervenções. Manualização aqui está sendo tratada dessa forma.

et al., 2014; McEnteggart, Barnes-Holmes, Hussey, & Barnes-Holmes, 2015; Pérez-Álvarez, 2012; Vandenberghe, 2011, 2017); ao passo que outros continuaram defendendo a compatibilidade de algumas propostas com o Behaviorismo Radical e a Análise do Comportamento (Abreu & Abreu, 2015, 2017; Meyer et al., 2015).

Diversos autores tem sugerido a compatibilidade entre as terapias de terceira onda americana ao buscar integrar a propostas psicoterápicas da ACT e FAP (Callaghan, Gregg, Marx, Kohlenberg, & Guifford, 2004; Kohlenberg & Callaghan, 2010), FAP e ativação comportamental (Bush, Manos, Rusch, Bowe, & Kanter, 2010; Kanter, Manos, Busch, & Rusch, 2008), FAP e terapia comportamental dialética (Waltz, Landes, & Holman, 2010), entre outras propostas de integração (Abreu & Abreu, 2017; Callaghan & Darrow, 2015). A compatibilidade das terapias de terceira onda americana com as psicoterapias brasileiras, que se dizem baseadas na Análise do Comportamento e no Behaviorismo Radical, também tem sido alvo de discussão, com alguns autores defendendo uma possibilidade de integração (Abreu & Abreu, 2015; Leonardi, 2017b; Meyer et al., 2018) e outros apontando dificuldades nessa integração (Guilhardi, 2012; Vandenberghe, 2011).

O conjunto dos estudos anteriormente citados evidencia divergências na literatura em relação à compatibilidade: (a) entre as propostas psicoterápicas brasileiras e americanas; e (b) destas com a Análise do Comportamento. Esses estudos se basearam preponderantemente em análises assistemáticas – sem critérios e métodos claramente estabelecidos. Portanto, corroborando Leonardi (2015, 2017b), parece não haver uma análise sistemática da compatibilidade entre psicoterapias originadas no Brasil e nos EUA e da compatibilidade de cada uma delas com a Análise do Comportamento, que considere os pressupostos basais desses modelos – filosóficos e conceituais.

Dada a quantidade de terapias da terceira onda americana e das psicoterapias brasileiras que se afirmam baseadas no Behaviorismo Radical, seria inviável uma análise detalhada de todas. Portanto, foram selecionadas para serem analisadas uma proposta representativa do movimento americano e uma proposta representativa do movimento brasileiro que fossem difundidas no Brasil, que apresentassem características centrais desses movimentos e que fossem, ao menos inicialmente, baseadas na Análise do Comportamento. As propostas selecionadas foram a ACT, americana, e a TAC, brasileira. A seguir apresenta-se um exame das características que motivaram a escolha de cada uma delas.

A ACT foi uma das terapias pioneiras da terceira onda (Hayes, 1987), com – segundo Hayes, 2016 – seus primeiros cursos já sendo ministrados na primeira metade da década de 1980, juntamente com a terapia comportamental dialética (Linehan, 1984, 1987) e a FAP (Kohlenberg & Tsai, 1987). A ACT, inicialmente, é incluída no movimento da análise do comportamento clínica e é declaradamente baseada na Análise do Comportamento (Dougher & Hayes, 2000; Kohlenberg et al., 2002; Kohlenberg, Hayes et al., 1993; Kohlenberg, Tsai et al., 1993; Kohlenberg et al., 2005; Wulfert, 2002), ao passo que outras terapias integrantes da terceira onda não se afirmaram baseadas na Análise do Comportamento; um exemplo notório é o da terapia comportamental dialética, que é declarada uma terapia cognitivo-comportamental, com influência do behaviorismo radical. A ACT, juntamente com a FAP (Brandão, 1999b; Conte & Brandão, 1999), chegou no Brasil muito cedo (Brandão, 1999a) em relação à terapia comportamental dialética (Ingberman, 2014), à ativação comportamental (Abreu, 2006) e à terapia comportamental integrativa de casais (Otero & Ingberman, 2004); é difundida entre terapeutas brasileiros, como pode ser visto pelo número de publicações no país (Assaz, Kovac, Oshiro, & Meyer, 2018; Brandão, 1999a; Boavista,



2012; Friary, 2015; Fukahori, Silveira, & Costa, 2005; Hayes, Pistorello, & Biglan, 2008; Martins & Vandenberghe, 2006; Saban, 2011, 2015; Silva & de-Farias, 2013; Vandenberghe, 2005; Wielenska, 2010) e por cursos de formação, congressos e entidades voltadas para a sua prática e difusão no Brasil. Adicionalmente, os autores da ACT, com destaque para Steven Hayes, ditaram várias tendências que foram incorporadas pela terceira onda americana, como: a proposição da CBS (Hayes et al., 2012) e do contextualismo funcional (Hayes, 1993; Hayes & Brownstein, 1986; Hayes et al., 1988); a criação e a difusão da RFT (Hayes, & Hayes, 1992b; Hayes, Barnes-Holmes, & Roche, 2001); o uso de termos de nível intermediário (Vilagarda, Hayes, Levin, & Muto, 2009; e Hayes et al. 2012); e a própria denominação terceira onda de terapias comportamentais (Hayes, 2004a), que acabou incorporando e recaracterizando o movimento da análise do comportamento clínica.

A FAP seria uma outra boa escolha, devido a sua ligação inicial com a Análise do Comportamento e difusão no Brasil (Almeida, Runnacles, & Silveira, 2016; Beckert, 2002; Brandão, 1999b, 2001; Brandão & Silveira, 2004; Conte, 2001, 2008; Conte & Brandão, 1999; Del Prette, 2015; Hartmann, Oshiro, & Vartanian, 2018; Kerbauy, 2002; Lepienski & Silveira, 2017; Martins & Vandenberghe, 2006; Pezzato, Brandão, & Oshiro, 2012; Silveira et al., 2009; Sousa & Vandenberghe, 2007; Vandenberghe, 2005, 2007, 2017; Wielenska, 2010), porém, com base na influência preponderante da ACT no movimento da terceira onda, considerou-se uma escolha mais adequada.

Alguns problemas aparecem ao se escolher a ACT como objeto de análise. Uma primeira questão seria o tamanho da produção científica em ACT. A ACT é uma proposta psicoterápica que se iniciou com Steven Hayes e foi desenvolvida coletivamente inicialmente com seus orientandos e posteriormente com pesquisadores de todo o mundo (Hayes, 2016). Em um breve exame do *website* da Associação de

Ciências Comportamentais Contextuais (do inglês – *Association for Contextual Behavioral Science*, ver em <https://contextualscience.org/>), organização criada por Hayes e seus colaboradores, é possível verificar a enorme produção desse grupo. Como existem múltiplas obras e múltiplos autores envolvidos atualmente, é possível imaginar que versões contraditórias nos aspectos filosóficos e conceituais possam ser encontradas, e que seria inviável uma análise sistemática de toda essa produção, o que sinaliza a necessidade de um recorte que possibilite a análise. Outra questão é que, como visto, a ACT mudou sua proposta científica da sua versão inicial, que era baseada na Análise do Comportamento, para uma versão baseada na Ciência Comportamental Contextual. Essa mudança pode implicar contradições em relevantes questões filosóficas e conceituais. O exame sistemático das versões inicial e final dessa obra não foi possível devido ao tempo e às possibilidades desta tese. Como o objetivo desta é, em certo sentido, fazer um exame da possibilidade de integração de práticas psicoterápicas com origem no Brasil e nos Estados Unidos que fosse coerente com a Análise do Comportamento, pressupõe-se que a versão inicial da ACT, que se declara baseada na Análise do Comportamento, seria possivelmente mais compatível com a TAC e a Análise do Comportamento. Dessa forma, optou-se por analisar a primeira versão da ACT mencionada, que se encontra sistematizada no livro de Hayes et al. (1999), que foi, portanto, escolhida como objeto de análise da ACT.

Em relação à terapia brasileira escolhida, das quatro terapias identificadas por Costa (2011), a TAC e a terapia por contingências de reforçamento foram as duas primeiras formalizações de propostas clínicas baseadas na Análise do Comportamento no Brasil, sendo que a terapia comportamental pragmática e a terapia molar e de autoconhecimento são mais recentes e menos difundidas. A escolha da TAC em relação à TCR se deu pelo entendimento de que a TAC potencialmente pode representar melhor

o cenário das terapias brasileiras, por não se restringir a um pequeno grupo de terapeutas de um instituto (representados por Hélio Guilhardi), como é o caso da TCR. A escolha da TCR seria mais adequada se fosse considerada a sua uniformidade, visto que o seu projeto, centralizado em um pequeno grupo, produz menos variabilidade. Porém, como o objetivo deste trabalho está relacionado a um entendimento mais amplo da prática psicoterápica brasileira baseada na Análise do Comportamento, parece que a TAC é uma escolha mais representativa da comunidade brasileira, justamente por se tratar de um esforço coletivo de psicoterapeutas brasileiros de diferentes localidades de (a) escolher um nome adequado para se referir à prática psicoterápica baseada na Análise do Comportamento construída no país; e (b) formalizar essa prática<sup>11</sup>.

A desvantagem da opção pela ACT foi lidar com o problema da eventual variabilidade de posicionamentos e pressupostos filosóficos e conceituais adotados pelos diversos representantes dessa prática, que, como observado anteriormente, é constituída por um movimento coletivo, com múltiplas origens no cenário brasileiro (Costa, 2011; Leonardi, 2015; Meyer et al., 2018; Zagminani et al., 2008). Para reduzir a diversidade, resguardando uma maior coerência interna entre os textos analisados, e reduzir o tamanho da produção analisada (visto que seria inviável analisar a produção de múltiplos grupos do cenário brasileiro), optou-se por uma delimitação dos autores a serem analisados. Neste trabalho, considerou-se terapia analítico-comportamental a vertente representada pela produção de um grupo de pesquisadores vinculados à USP e ao Núcleo Paradigma, que tem sido muito ativo na construção, na caracterização e na divulgação da terapia analítico-comportamental (Banaco et al., 2010; Kovac et al., 2009; Meyer et al., 2010; Meyer et al., 2018; Meyer et al., 2008; Meyer et al., 2015;

---

<sup>11</sup> Um grupo denominado RedeTAC (rede de colaboração interinstitucional para a pesquisa e o desenvolvimento das terapias analítico-comportamentais – para mais detalhes ver [www.redetac.org](http://www.redetac.org)), envolvendo pesquisadores de todo o país, é responsável atualmente pela tarefa de sistematização da TAC.

Zamignani et al., 2008; Zagminani et al., 2016); serão considerados representantes dessa proposta os autores Sônia Meyer, Roberto Banaco e Denis Zamignani, que aparecem na maioria das publicações desse grupo. Tal delimitação não pretende atribuir autoria do movimento a esses autores, tampouco sugerir alguma hegemonia desse grupo, mas, apenas, permitir a exequibilidade deste trabalho, visto que uma análise mais ampla seria inviável.

Uma última consideração sobre a escolha da ACT e da TAC como representantes das terapias brasileiras e da terceira onda estadunidense é que essa proposta envolve limitações importantes quanto à possibilidade de generalização das análises para outras propostas brasileiras e estadunidenses<sup>12</sup>. Existem variações significativas entre as diferentes propostas psicoterápicas brasileiras e, principalmente, entre as estadunidenses, o que dificulta a generalização. Em contrapartida, existem algumas similaridades importantes entre determinados aspectos da ACT e da TAC com as outras propostas psicoterápicas americanas e brasileiras que permitem algumas extrapolações pontuais, relativas aos aspectos similares, como, por exemplo, no caso da ACT, a adoção do contextualismo funcional e de termos de nível intermediário; e no caso da TAC, a centralidade da análise funcional como característica organizadora da proposta psicoterápica. Portanto, considerou-se que a ACT e a TAC apresentam características centrais e representativas dos projetos psicoterápicos brasileiros e da terceira onda estadunidense que podem contribuir para um olhar crítico em relação as possibilidades de integração entre as propostas brasileiras e estadunidenses que sejam coerentes com a Análise do Comportamento.

---

<sup>12</sup> Na idealização desse trabalho, foram consideradas as possibilidades de análises de duas propostas psicoterápicas brasileiras e de duas propostas psicoterápicas estadunidenses e de mais nível de análise, porém o tempo e a quantidade de informações analisadas impossibilitaram esse projeto, que foi reduzido de acordo com os parâmetros já expostos.

Dado o até aqui exposto, o objetivo desta tese foi analisar, nos níveis filosófico e conceitual, propostas de psicoterapia que se afirmam baseados na Análise do Comportamento, sendo estas a TAC (versão representada pelos trabalhos de Banaco, Meyer e Zamignani), representante brasileira, e a versão inicial da ACT (Hayes et al., 1999), representante do movimento de terceira onda estadunidense, para: (a) caracterizar essas propostas de psicoterapia conforme o modelo de análise filosófico e conceitual proposto; (b) identificar as convergências e divergências entre essas propostas de psicoterapia; e (c) verificar a compatibilidade dessas propostas com os pressupostos e os princípios da Análise do Comportamento e do behaviorismo radical.

## Método

### Textos analisados

Como já argumentado e justificado, serão analisados sistematicamente o primeiro livro da ACT (Hayes et al., 1999) e um conjunto de textos sobre a TAC, uma vez que esta proposta psicoterápica não se encontra plenamente sistematizada em um livro.

A seleção dos artigos da TAC ocorreu segundo uma busca nos currículos Lattes dos autores selecionados como representantes dessa versão da TAC: Roberto Banaco (<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4787934J0>), Dennis Zagminani (<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4795829P0>) e Sônia Meyer (<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783383Y6>), buscando-se o termo “terapia analítico-comportamental” nos títulos dos trabalhos das seções do currículo lattes relativas a capítulos de livro, livros e artigos de periódicos sobre a TAC em geral ou sobre aspectos filosóficos e conceituais da TAC. Não foram inclusos textos nos quais os títulos indicassem que fossem sobre aplicação da TAC e sobre características de sua aplicação a populações específicas. A busca incluiu trabalhos publicados até 2018. Observou-se que os currículos dos três autores se encontravam atualizados até esse período.

Encontrou-se o livro de Meyer et al. (2015) e os capítulos de livro: Banaco et al., (2010), Kovac et al., (2009), Meyer et al., (2008), Meyer et al., (2010), Meyer et al., (2018), Zamignani et al. (2008) e Zagminani et al. (2016). Nenhum artigo foi encontrado.

## **Sistema de categorias e seleção de trechos**

Como já foi adiantado no tópico da introdução “critérios para a definição de uma prática clínica”, as propostas psicoterápicas foram caracterizadas e posteriormente comparadas em seus níveis basais – filosófico e conceitual. Duas observações devem ser feitas. Primeiro, dentro dessas duas grandes categorias analíticas, denominadas por Hayes (1978) nível filosófico e nível conceitual, existem muitos temas e aspectos que podem ser analisados; a delimitação dos temas e aspectos contidos em cada nível de análise será tratada aqui sob o rótulo “variável de análise”, que muitas vezes foi referido nas seções subsequentes apenas como “variável”. Uma segunda questão diz respeito à subjetividade na delimitação das variáveis. Sistemas filosóficos e conceituais podem ser caracterizados utilizando diferentes categorias de análise e sistemas analíticos, ou seja, um mesmo conjunto de temas e aspectos pode ser visto de diferentes maneiras, gerando variáveis de análise distintas (para alguns exemplos dessas delimitações utilizadas para classificar sistemas em psicologia, ver Marx & Hillix, 1963/2004, pp. 95-118).

Deve-se enfatizar que este trabalho não teve a pretensão de esgotar todas as possibilidades de análise desses níveis nem de circunscrever variáveis consensuais. Portanto, para a finalidade deste trabalho foram selecionados alguns aspectos, delimitados de acordo com certas variáveis que pareceram centrais para a diferenciação das propostas psicoterápicas segundo opções, em grande medida, subjetivas do autor do trabalho. Essas variáveis, por sua vez, ainda possuem uma amplitude significativa de aspectos analisáveis. Portanto, perguntas foram elaboradas para orientar a análise dentro de cada uma das variáveis selecionadas.

Dessa forma, após a seleção das fontes de informação, a transformação das informações em dados ocorreu com base na seguinte estrutura analítica: (a) a análise das propostas de psicoterapia se deu nos níveis de análise filosófico e conceitual; (b) cada

nível foi composto por diferentes variáveis; e (c) por sua vez, a análise das variáveis foi orientada segundo algumas perguntas chave. A seguir são tratados os critérios de seleção das variáveis de análise e das perguntas chave.

**Seleção de variáveis.** Como um dos objetivos deste trabalho é verificar a compatibilidade entre as propostas psicoterápicas e a Análise do Comportamento e o behaviorismo radical, a própria caracterização dos modelos psicoterápicos foi idealizada de forma a permitir essa comparação, para isso foram elegidos aspectos centrais da caracterização de um modelo psicoterápico que seria compatível com a Análise do Comportamento. Assim, retomou-se o trabalho de Meyer (1995), que delimitou as características centrais de um modelo psicoterápico conforme os níveis de análise de Hayes (1978).

Com base na classificação comparativa de Meyer (1995) de uma proposta psicoterápica com o behaviorismo radical e a Análise do Comportamento, é esperado que no nível filosófico exista uma compatibilidade entre os modelos explicativos e que o modelo filosófico não seja mentalista. Nesse sentido, para o nível filosófico foram inicialmente consideradas duas variáveis, a saber, o “modelo explicativo” e “o posicionamento sobre a questão mente e corpo”. Em conjunto essas duas variáveis dão conta dos eixos centrais do mentalismo à nível filosófico, respectivamente, a questão do modelo explicativo e a questão ontológica básica de qualquer sistema psicológico, a questão da distinção mente e corpo. Também no nível filosófico foi acrescentada a variável “critério de verdade”, visto que essa é uma questão epistemológica central em qualquer ciência. A delimitação dessa variável ocorreu posteriormente ao início da categorização, à medida que se identificou como um assunto central na caracterização da ACT, e que se questionou se de fato esse posicionamento seria compatível com o behaviorismo radical.



Em relação ao nível conceitual, para Meyer (1995) os conceitos e termos que guiam a prática profissional devem ser compatíveis com os princípios básicos do comportamento<sup>13</sup>. Logo, no nível conceitual foi tratada a variável “terminologia”, que avalia o tipo de terminologia defendida e utilizada nas psicoterapias analisadas e o quanto elas são relacionadas com princípios básicos do comportamento.

Como as variáveis de análise propostas acima (modelo explicativo, critério de verdade, posicionamento sobre a questão mente e corpo e terminologia) são variáveis específicas, derivadas de um modelo científico-filosófico mais amplo, considerou-se necessária a inclusão da criação de uma variável que discorresse sobre algumas questões centrais e gerais sobre a proposta científico-filosófica de cada psicoterapia analisada. Com essa finalidade, abordou-se, inicialmente, a variável “base filosófica e científica”<sup>14</sup>, que trata das influências históricas e dos objetivos da filosofia e da ciência bases, com o intuito de caracterizar o sistema científico-filosófico em que se insere cada proposta psicoterápica de forma ampla, antes de destrinchá-lo em relação às variáveis de análise específicas selecionadas.

**Seleção de trechos relativos a cada variável.** Os textos selecionados de cada proposta psicoterápica foram lidos na íntegra e em ordem cronológica crescente, começando pelo livro da ACT e depois os textos da TAC. Durante a leitura dos textos, os trechos que se referiam a alguma das variáveis de análise foram destacados (sublinhados) e seu(s) parágrafo(s) copiado(s), com a adição da informação do número da(s) página(s), e armazenado(s) em um arquivo de *Excel*, estruturado da seguinte

---

<sup>13</sup> Outros termos foram utilizados como sinônimos de princípios básicos do comportamento, como: conceitos básicos do comportamento e princípios básicos de aprendizagem.

<sup>14</sup> Em uma versão inicial da análise, tentou-se dividir essa variável em duas, uma visão geral da filosofia e uma visão geral do projeto teórico-científico, mas notou-se que elas são tão intrinsecamente relacionadas que elas seriam melhor tratadas conjuntamente. Por exemplo, o objeto de estudo e o objetivo da ciência são derivados diretamente de pressupostos filosóficos, de tal forma que nesse nível mais amplo é impossível dissociá-los, dessa forma, a posteriori, se optou por uma fusão dessas variáveis.

forma: as colunas indicavam o número do trecho, por texto, por proposta psicoterápica; e as linhas indicavam as variáveis de análise por nível de análise.

Cada célula do arquivo de *Excel* continha apenas um trecho destacado do texto com seus parágrafos e respectivas páginas. Um mesmo trecho destacado podia ser plotado em mais de uma célula de uma mesma coluna, caso aquele trecho se referisse a mais de uma variável. Trechos diferentes podiam ser destacados em um mesmo parágrafo; esses trechos foram plotados em colunas diferentes.

**Seleção de perguntas chave.** Após os trechos terem sido selecionados segundo as variáveis, os trechos de cada variável foram relidos e foram extraídas deles perguntas chave que revelassem facetas de diferentes temas e fatores circunscritos em determinada variável que possibilitassem uma análise orientada para o cumprimento dos objetivos da tese. Portanto, a formulação das perguntas chave surgiu da articulação entre o conteúdo dos trechos selecionados e o objetivo deste trabalho, que envolve categorizar a ACT e a TAC para compará-las entre si e a compatibilidade destas com a Análise do Comportamento e o behaviorismo radical. Novamente, existiu uma dose de subjetividade na elaboração autoral das perguntas chave. A Tabela 1 mostra as variáveis de análise e as perguntas chave divididas por níveis de análise.

Tabela 1.

*Variáveis e perguntas chave para a análise segundo o nível de análise.*

Nível	Variável	Perguntas chave
Geral	Base filosófica e científica	Qual é a nomenclatura da base científica declarada?
		Qual é a nomenclatura da base filosófica declarada?
		Quais as influências técnicas e conceituais que incidiram sobre a proposta psicoterápica?
		Qual o objetivo do sistema científico-filosófico proposto?
Filosófico	Modelo explicativo	Qual a unidade básica de análise?
		Quais os pressupostos filosóficos assumidos pelo modelo explicativo?
		De que forma um evento afeta o outro?
		São analisadas partes de eventos ou o evento como um todo?
		A explicação dos eventos é interna ou externa ao organismo?

		Como é explicada a formação de novas relações entre eventos? A explicação dos eventos é histórica ou teleológica?
	Critério de verdade	Qual é o critério de verdade adotado?
	Posicionamento sobre a questão mente e corpo	O sistema filosófico adota uma postura monista ou dualista? Que tipo de substância(s) seria(m) pressuposta(s)?
Conceitual	Terminologia	Como os termos são tratados no projeto científico? De que tipo de projeto científico é derivada a terminologia adotada? Como esses termos são derivados desse projeto científico? O que seriam termos no projeto científico adotado? Que tipo de termos seriam aceitos pelo projeto científico? Em que situações cada tipo de termo seria utilizado? Que problemas uma terminologia inadequada poderia gerar? Que tipo de terminologia é utilizada na escrita dos textos analisados?

Assim, delimitou-se a estrutura analítica do trabalho em cinco/seis variáveis de análise orientadas por perguntas chave. A variável base filosófica e científica apresenta um olhar geral sobre as duas principais questões abordadas no trabalho; o projeto filosófico e o projeto científico (do qual são extraídos os conceitos utilizados por aquela ciência), que, por serem intrinsecamente relacionados são apresentados como componentes de uma mesma variável; são também discutidas as principais delimitações do projeto científico-filosófico, como os objetivos da ciência.

No nível filosófico foram abordadas três variáveis basilares em qualquer sistema psicológico: na variável modelo explicativo tratou-se de alguns compromissos filosóficos centrais que caracterizam os modelos explicativos; na variável critério de verdade explorou-se um aspecto epistemológico central para filtragem do que é considerado válido para determinado sistema psicológico; e na variável posicionamento sobre a questão mente e corpo lidou-se com o problema ontológico inicial de sistemas psicológicos, isto é, se a psicologia trata de um tipo de matéria diferente da matéria física e que tipo de matéria seria essa.

No nível conceitual, a variável terminologia abordou o projeto teórico-científico assumido pela proposta psicoterápica e a sua implicação para a extração de termos e a produção linguística características da proposta. Essa questão é analisada de duas formas diferentes, visto que é possível analisar o texto quanto ao que é dito sobre como a linguagem deve ser utilizada na proposta psicoterápica e quanto a como a linguagem realmente foi utilizada no texto. Nesse sentido, são apresentadas duas análises: (a) qual é a explicitação do projeto teórico-científico e do uso de termos afirmado pela psicoterapia; (b) que tipo de linguagem foi utilizada nos textos analisados.

### **Organização, descrição e discussão das informações coletadas**

As informações contidas nos trechos foram articuladas e transformadas em dados por meio do sistema analítico proposto, direcionado pelas perguntas chaves escalonadas em variáveis e níveis de análise. Esses resultados foram apresentados em conjunto com a discussão e organizados por variável de análise. Cada análise de variável foi apresentada em três partes: a caracterização da ACT, a caracterização da TAC e a discussão da variável, que envolveu a relação entre as duas propostas psicoterápicas e a relação de cada uma delas com o posicionamento da Análise do Comportamento. Em cada variável, tanto a caracterização das propostas psicoterápicas quanto a comparação entre elas e com a Análise do Comportamento foram orientadas pelas perguntas chave.

A caracterização da ACT e da TAC envolveu a descrição das principais concepções dos autores das propostas psicoterápicas, apoiadas em um ou mais trechos originais (citações literais) representativos do posicionamento dos autores, com a eventual citação de outros autores apenas com o objetivo de caracterizar aquele sistema. Já a sessão de discussão da variável valeu-se de uma articulação maior com a literatura tanto da Análise do Comportamento, para se verificar a compatibilidade dela com as

propostas psicoterápicas, quanto de outros textos da ACT e das psicoterapias brasileiras que ajudassem a esclarecer e a problematizar pontos que não foram adequadamente abordados nos textos analisados. Em relação à compatibilidade da ACT e da TAC com a Análise do Comportamento, uma tarefa difícil é a definição de um posicionamento da Análise do Comportamento geral e inequívoco, visto que são comuns discordâncias dentro de uma ciência. Para abordar a Análise do Comportamento de modo mais uniforme para fins de análise, foi priorizada a análise dos textos de Skinner, o fundador e delimitador do escopo da Análise do Comportamento. A revisão dos textos de Skinner foi assistemática, visto que tal revisão seria ampla demais para as finalidades deste trabalho. A interpretação dada na Análise do Comportamento para determinados aspectos relativos a perguntas-chaves específicas sob o ponto de vista de outros analistas do comportamento também foram inclusas, para mostrar suporte à posição skinneriana ou para casos em que houvesse discordância ou ausência de posicionamento de Skinner.

## **Resultados e Discussão**

### **Base Filosófica e Científica**

#### **Caracterização da ACT**

Segundo Hayes et al. (1999), a ACT se baseia na ciência da Análise do Comportamento para fornecer o seu alicerce teórico, “Sua base teórica [da ACT] é extraída da análise do comportamento” (p.79, tradução nossa). Duas observações a esse respeito devem ser feitas. Seus autores assumem que a ACT sofreu múltiplas influências técnicas de terapias com bases filosóficas e teóricas diversas, porém consideram que a ACT tentou assimilar essas influências técnicas com um entendimento filosófico e conceitual próprios da ciência analítico-comportamental: “Embora a maioria das fontes técnicas da ACT derivem da interface entre a terapia comportamental e o movimento do potencial humano, sua base intelectual vem quase toda de uma perspectiva analítica do comportamento contextual” (p.27, tradução nossa).

Para Hayes et al. (1999), essas influências ocorrem no nível técnico; nos níveis conceitual e filosófico é advogado pelos autores que a ACT tem uma interpretação sólida e baseada em um sistema filosófico-conceitual coerente, e não eclético. Uma segunda questão é que, no nível de conteúdo técnico, a ACT trabalha, principalmente, com emoções e cognições, embora ela os interprete segundo as bases da Análise do Comportamento (segundo conceitos de regras e equivalência de estímulos) e conceitos extraídos da Teoria de Molduras Relacionais. No sentido técnico, de absorção de técnicas de outras propostas terapêuticas, e de trabalho com conteúdos relacionados a emoções e cognições ela se declara uma terapia cognitivo-comportamental. Logo, poder-se-ia dizer que a ACT adota um ecletismo técnico, mas não teórico. Essas questões são esclarecidas no seguinte trecho de Hayes et al. (1999):

A ACT é uma terapia comportamental, uma terapia cognitiva-comportamental, um tipo de análise clínica do comportamento, uma terapia contextual ou uma terapia humanística / existencial / Gestalt? É tudo isso. É baseada no contextualismo funcional, que argumentamos ser a filosofia subjacente à análise do comportamento (Hayes et al., 1988; Biglan & Hayes, 1996). Sua base teórica é extraída da análise do comportamento... é uma forma de análise clínica do comportamento... Mas o conteúdo desta teoria é todo sobre cognição e emoção, embora o modelo não seja cognitivo no sentido de processamento de informações. Assim, é razoável chamá-la de terapia cognitiva-comportamental. A abordagem, no entanto, compartilha muito com a Gestalt-terapia e a psicoterapia focada na emoção (Greenberg & Safran, 1989), bem como com abordagens meditativas e espirituais mais orientais. (p. 79, tradução nossa)

Para Hayes et al. (1999), a base filosófica da ACT é o contextualismo funcional, proposto em trabalhos anteriores de Hayes e colaboradores, como pode ser visto na citação abaixo. Essa orientação filosófica, segundo os autores, é adaptada do trabalho *World Hypotheses*, do filósofo Pepper, de 1942, em sua análise sobre as diferentes visões de mundo (ou metáforas-raiz), sendo uma delas o contextualismo. É importante destacar que Pepper, em sua obra, descreveu metáforas-raiz que serviam como modelos de explicação dos eventos da natureza, sem nenhuma pretensão de análise de eventos especificamente psicológicos. Outros autores propuseram similaridades entre essas metáforas utilizadas para explicar o mundo e determinadas escolas da psicologia, como a Análise do Comportamento (Carrara, 2004; Hayes et al., 1988). Logo, foram os autores da ACT que, baseados em trabalhos anteriores de Hayes com outros autores, utilizaram a metáfora-raiz do contextualismo para explicar os eventos psicológicos

trabalhados pela ACT. Na citação, Hayes et al. (1999) usam os termos contextualismo e pragmatismo como sinônimos<sup>15</sup>.

A ACT é baseada no contextualismo funcional (Hayes, 1993, Hayes, & Reese, 1988; Biglan e Hayes, 1996). O núcleo da unidade analítica do contextualismo, ou pragmatismo, é o ato em andamento no contexto: a ação situada do senso comum (Pepper, 1942). (p.18, tradução nossa)

Segundo Hayes et al. (1999), o contextualismo tem três componentes nucleares: “(1) foco no evento como um todo, (2) a sensibilidade ao papel do contexto no entendimento da natureza e da função de um evento e (3) um forte compromisso com um critério de verdade pragmático” (p.18, tradução nossa). O contextualismo não é uma proposta filosófica exclusiva de uma ciência particular. Ele é uma forma de interpretação do mundo, que se caracteriza pelos componentes mencionados acima; assim, diversas ciências podem ser classificadas como contextualistas, desde que sejam compatíveis com os seus três componentes nucleares.

Para Hayes e colaboradores (1999) “existem diversas formas de contextualismo (Hayes, Hayes, Reese, & Sabin, 1993; Rosnow & Georgoudi, 1986). As características distintivas da abordagem contextualista funcional está nos seus objetivos únicos” (p.22, tradução nossa). Os autores descrevem duas formas de contextualismo: os contextualistas que têm por objetivo a descrição e a explicação dos eventos como um todo fazem parte do contextualismo descritivo. Aqueles contextualistas que têm por objetivo a previsão e a influência sobre os eventos são caracterizados como integrantes do contextualismo funcional.

---

<sup>15</sup> Segundo Cavalcante e Tourinho (2001), o próprio Pepper e outros autores reconhecem a similaridade dos termos, que seriam derivados do trabalho de filósofos como: Peirce, James, Bergson, Dewey e Mead. Para Tourinho (1996), “de um modo bastante geral, o que vai caracterizar o pragmatismo é uma concepção de conhecimento centrada no valor funcional das descrições reconhecidas como verdadeiras” (p. 44).



Entender a importância de objetivos para o contextualismo ajuda-nos a entender por que há diferentes tipos de teorias contextualistas. Por exemplo, alguns contextualistas buscam uma apreciação pessoal do todo por meio do exame de seus participantes. Eles são como historiadores querendo apreciar um evento histórico único examinando de perto todos os elementos que compõem a história completa. Dramaturgia, hermenêutica, psicologia narrativa, interbehaviorismo e construcionismo social são, todos, exemplos desse tipo de contextualismo (e. g., ver Rosnow & Georgoudi, 1986; Sarbin, 1986), que denominamos “contextualismo descritivo” (Hayes, 1993). ... *Em contraste, contextualistas funcionais têm um objetivo intensamente prático para análise: a predição e a influência dos eventos como um objetivo integrado [ênfase adicionada].* (Hayes et al., 1999, p.22, tradução nossa)

Hayes et al. (1999) utilizam o termo influência, no lugar do termo controle, mais popular no contexto da Análise do Comportamento, para designar um dos objetivos do contextualismo funcional. Essa mudança é devida ao argumento de que controle também tem um significado de redução da variabilidade, que, em algumas situações, pode não ser desejável. Como os autores argumentam que o termo controle carrega um significado de eliminação da variabilidade comportamental, e que essa variabilidade pode ser importante em alguns casos, eles acreditam que o termo influência resolve esse problema, logo é preferível.

*(...) influência é uma palavra melhor do que controle (ainda que “predição e controle” seja uma frase mais comum) porque controle também se refere a eliminação de variabilidade comportamental, em um sentido absoluto. Para alcançar um fim específico, algumas formas de variabilidade comportamental podem ser indesejáveis, mas isso não significa que a ação sem variabilidade em*

*um sentido absoluto seja melhor entendida* [ênfase adicionada]. A questão não é a eliminação de toda variabilidade, mas sim a produção de funções específicas de resposta, e, assim, influência é um termo melhor. (p. 22, tradução nossa).

### **Caracterização da TAC**

Os autores dos textos da TAC selecionados adotaram o termo terapia analítico-comportamental para se referir a uma prática psicoterapêutica realizada no Brasil, que encontra sua fundamentação na ciência da Análise do Comportamento, como fica claro no seguinte trecho de Meyer et al. (2010): “o termo ‘analítico-comportamental’... foi adotado como ideal para qualificar a prática de terapeutas comportamentais que assumem a análise do comportamento enquanto ciência fundamental” (p.153) Segundo Meyer et al. (2010), a Análise do Comportamento seria um campo do conhecimento que “integra produções filosóficas, reflexivas, interpretativas, empíricas (experimentais e não experimentais) e aplicadas” (p. 153) e atividades de “prestação de serviço” (p. 157). A terapia analítico-comportamental estaria justamente dentro do campo da prestação de serviço, como pode ser observado no trecho: “a prestação de serviços consiste na utilização do arcabouço teórico da análise do comportamento, obtido por meio de pesquisas básicas e aplicadas, para a solução de problemas humanos, como é o caso da terapia analítico-comportamental” (Meyer et al., 2010, p. 158).

Como visto na citação anterior e defendido por Zamignani et al. (2016), os fundamentos da prática, de avaliação e intervenção, da terapia analítico-comportamental devem ser consistentes com uma interpretação baseada em conceitos e princípios básicos da análise do comportamento, extraídos de pesquisa básica e aplicada. Portanto, qualquer procedimento ou técnica consistente com esses conceitos básicos poderiam ser utilizados pela TAC. Zamignani et al. (2016) listam uma série de procedimentos e técnicas que podem ser utilizadas na TAC: “reforçamento diferencial, sistema de

pontos, *time out*, extinção social ou sensorial, programas de treino assertivo e de habilidades específicas. Dessensibilização sistemática, exposição com prevenção de respostas e contrato de contingências” (p. 64). A maior parte desses procedimentos e técnicas tem origem na tradição das terapias comportamentais – principalmente da terapia comportamental clássica e da modificação do comportamento. De acordo com Zagmanani et al. (2016), a influência dessas tradições psicoterápicas é clara no desenvolvimento da TAC:

Embora toda a história da terapia comportamental contribua para o que se faz hoje, é justo salientar que foi apenas em meados dos anos 80 que a prática profissional passou a apresentar-se de forma próxima ao que chamamos hoje de terapia analítico-comportamental. (p. 67)

Embora essas técnicas continuem sendo utilizadas pela TAC, existem diferenças importantes entre a TAC e as outras terapias comportamentais. Primeiro, a utilização pela TAC de avaliações funcionais como um guia para a definição de um conjunto de procedimentos e técnicas de intervenção feitas sob medida para cada caso particular. Logo, a TAC não seria definida pelos seus procedimentos e técnicas de intervenção, mas pela centralidade da avaliação funcional como diretriz fundamental das intervenções. A avaliação funcional seria uma forma de análise interpretativa, não experimental, de relações de contingências observadas ou relatadas, baseada em princípios e conceitos básicos. Dessa forma, a análise do comportamento prega uma sólida consistência da prática profissional em relação ao arcabouço teórico-conceitual da Análise do Comportamento, tanto no que se refere a intervenção (procedimentos e técnicas) quanto a avaliação. A defesa da análise funcional como aspecto central da TAC pode ser vista em Meyer et al. (2018):

Quando o terapeuta ou o supervisor conduzem... análises funcionais... [eles] fazem suposições sobre o efeito que variáveis ambientais tiveram no passado e poderão ter sobre os comportamentos analisados. O conhecimento dos princípios de aprendizagem fornece a base dessas análises e suposições... a ênfase deve se voltar à análise, e não aos procedimentos. Em supervisão, essa ênfase faz com que bastante tempo seja dedicado às análises. Se a análise for satisfatória não haverá maiores dificuldades em construir procedimentos de intervenção. (pp. 82-83)

Uma segunda característica distintiva da TAC é o entendimento do processo psicoterápico como uma interação sócio-verbal entre o terapeuta e o cliente. Essa característica foi possibilitada pelo desenvolvimento conceitual do campo de estudo, básico e aplicado, do comportamento verbal nas décadas de 1980 e 1990. Segundo Meyer et al. (2010) “Nas últimas décadas, muitos autores (por exemplo, Dougher, 2000; Hayes, 1987; Kohlenberg, & Tsai, 1991/2006; Pérez-Alvarez, 1996) avançaram na operacionalização dos processos de uma terapia verbal de base analítico-comportamental” (p. 162). E nas palavras de Kovac et al. (2009):

O avanço conceitual da teoria analítico-comportamental permitiu, hoje, uma prática clínica que vai além da noção de comportamento governado por regras. Nos últimos anos, propostas importantes de intervenção surgiram sob a égide da análise do comportamento, fundadas eminentemente na análise do comportamento verbal (Pérez-Àlvarez, 1996). A maioria destas propostas teve seu início no final da década de 1980 e sua consolidação nos anos 1990: FAP (Psicoterapia Analítica Funcional) de Kohlenberg e Tsai (1987); a ACT (Terapia da Aceitação e Compromisso) de Hayes, Strosahl, & Wilson (1999) e, no Brasil,

a Terapia Analítico-Comportamental tem origem na produção coletiva de terapeutas de diferentes regiões do país. (p. 320)

Como pode ser visto na citação anterior, o desenvolvimento conceitual e prático da TAC foi concomitante com o desenvolvimento da ACT e da FAP nos Estados Unidos. De fato, além da influência da terapia comportamental clássica e da modificação do comportamento, pode ser percebida a influência dessas terapias americanas na proposta psicoterápica brasileira. Em diversos momentos dos textos analisados são incorporados interpretações e procedimentos de intervenção advindos da ACT e da FAP. A influência da ACT e do trabalho de Hayes e colaboradores pode ser observada: (a) na utilização do sistema classificatório de regras – em aquiescência, rastreamento e *augmental* – para finalidades de avaliação e intervenção em clínica (Meyer et al., 2015); (b) no desenvolvimento do conceito de “eu” como perspectiva pela RFT e pela ACT (Meyer et al., 2015); e (c) na exploração do papel da RFT, principalmente na constituição do contexto sócio-verbal de literalidade e da esquia experiencial, como um dos fatores centrais na explicação do sofrimento psicológico, como é desenvolvido pela ACT, e é citado em Banaco et al. (2010) e Meyer et al. (2015) e desenvolvido com mais detalhes em Kovac et al. (2009).

A influência da FAP pode ser notada: (a) na interpretação do conceito de “eu” baseado em Kohlenberg e Tsai (1991/2006), que é explorada por Kovac et al. (2009) e, com maior detalhamento, em Meyer et al. (2015); (b) na proposta de utilização do autoconhecimento como instrumento de mudança na psicoterapia (Meyer et al., 2015); (c) na formulação de uma proposta de aplicação dos operantes verbais, de Skinner, no consultório psicoterápico para avaliação e intervenção, desenvolvidos por Kohlenberg e Tsai (1991/2006), que pode ser visto em Meyer et al. (2008); e (d) pela defesa do uso da relação terapêutica como instrumento para intervir, via modelagem, sobre problemas do

cliente que se generalizem para a relação com o terapeuta (Meyer et al., 2008; Meyer et al. 2010; Zamignani et al., 2008; Zamignani et al. 2016). Um capítulo inteiro sobre essa temática é apresentado em Meyer et al. (2015).

Algumas observações sobre a incorporação de conceitos e intervenções advindas da ACT e da FAP merecem ser feitas. Com base na leitura dos textos da TAC, não foi percebida nenhuma incorporação de interpretações e procedimentos que indicassem diretamente um ecletismo teórico. No que tange aos procedimentos de intervenção, não se trata de uma incorporação sistêmica das propostas psicoterápicas, mas do uso pontual de procedimentos e técnicas fundamentadas nos princípios básicos da Análise do Comportamento, orientados por uma avaliação funcional. Os procedimentos e técnicas de intervenção da FAP e da ACT são tratados mais como uma possibilidade de intervenção, dada determinada avaliação funcional, do que como a aplicação integral do pacote psicoterápico fornecido pelos manuais da FAP e da TAC. Essas observações levam à conclusão de que existe um ecletismo técnico na TAC, com a absorção de conceitos e técnicas de outras propostas psicoterápicas, mas não um ecletismo teórico (algumas poucas exceções serão tratadas na análise das outras variáveis).

A corrente filosófica que sustenta a Análise do Comportamento e, em decorrência, a TAC é o behaviorismo radical, o que é destacado frequentemente nos textos analisados); um exemplo: “o termo terapia analítico-comportamental se refere a uma abordagem clínica fundamentada no behaviorismo radical enraizada no Brasil” (Meyer et al., 2018, p. 80). Em um dos textos analisados, (Zamignani et al., 2016), é reconhecido pelos autores que a TAC é também embasada no contextualismo, além do behaviorismo radical. Segue o trecho do texto: “embasada filosoficamente no behaviorismo radical e no contextualismo..., a terapia analítico-comportamental é uma aplicação clínica desses conhecimentos” (p. 51).

## **Discussão – compatibilidade entre ACT, TAC e Análise do Comportamento**

Skinner cria uma filosofia própria, o behaviorismo radical, para fornecer as bases para a sua ciência, a Análise do Comportamento (Skinner, 1953/2005a), que é apresentada com profundidade em seu livro “Sobre o Behaviorismo”, em 1974. Em relação à adoção da Análise do Comportamento como o sistema conceitual e científico base, há uma compatibilidade entre a ACT, a TAC e a proposta skinneriana de ciência. É sabido, porém, que, recentemente, foi proposta uma nova ciência para fornecer a base teórica de fundamentação da ACT, que se denomina ciência comportamental contextual (do inglês, *contextual behavioral science*; Hayes et al., 2012), que, segundo seus autores, diferencia-se em alguns aspectos da Análise do Comportamento. Porém, como, à época do texto analisado neste trabalho (Hayes et al., 1999), a ACT ainda se dizia baseada na Análise do Comportamento, as análises aqui propostas se restringem a esse material.

A questão da incorporação, pela ACT, de procedimentos e técnicas de outras psicoterapias, baseadas em pressupostos filosóficos e conceituais distintos, sem que haja um ecletismo teórico, é esclarecida por Hayes (1987):

(...) a Terapia Comportamental não é um conjunto de técnicas. Mas sim, é um enfoque à terapia que é organizado, racionalizado e avaliado em termos de filosofia, conceitos e metodologia comportamental. Assim, a "Psicodinâmica", a "Gestalt" ou "qualquer outro conjunto de técnicas" pode ser parte da terapia do comportamento quando (mas somente quando) isto acontece. (Hayes, 1987, p. 41)

Pode-se perceber que, para Hayes, a incorporação de outras propostas psicoterápicas à ACT ocorre pela interpretação desses procedimentos e técnicas por meio de uma conceitualização, ou reinterpretação, desses procedimentos com base nos

conceitos da Análise do Comportamento. Hayes (1987) afirma que, ao se assumir que os princípios comportamentais governam todos os comportamentos, deduz-se que o que os terapeutas de outras abordagens fazem pode ser interpretado em termos de princípios comportamentais. Assim, se houvesse uma reinterpretação teórica analítico-comportamental do procedimento ou técnica utilizada por outra proposta psicoterápica, a adoção desses procedimentos em uma terapia baseada na análise do comportamento não teria nenhuma incompatibilidade teórica. Essa forma de reinterpretação conceitual dos procedimentos de outra psicoterapia foi utilizada por Zettle e Hayes, em 1982, ao interpretarem algumas terapias cognitivas sob o ponto de vista da Análise do Comportamento.

Em certo sentido pode-se pensar a ACT como uma extensão desse projeto de interpretação da terapia cognitiva por uma leitura analítico-comportamento – focada em comportamento verbal – para formas de terapia humanísticas e práticas meditativas oriundas de tradições orientais. Analisando Hayes (2016), percebe-se que essa interpretação ganha respaldo quando se observa que o desenvolvimento dos procedimentos da ACT é anterior ao desenvolvimento da RFT, do contextualismo funcional e do sistema conceitual que suportaria a ACT<sup>16</sup>. A ACT não seguiu o mesmo caminho da construção da análise do comportamento aplicada, que surge de uma tentativa de extrapolação dos conceitos básicos extraídos de laboratório para a

---

<sup>16</sup> Essa história é contada em detalhes na introdução do livro “*The ACT in context: the canonical papers of Steven C. Hayes*”, de 2016, em que o autor traz um compilado dos seus principais textos que contribuíram para o desenvolvimento da ACT. O surgimento da ACT começa a partir do enfrentamento, por Hayes, de um transtorno de pânico o qual ele só consegue superar ao recorrer ao seu *background* de treinamento em práticas espirituais orientais e no movimento humanista (como Maslow e Gestalt Terapia). Então ele começa a utilizar na sua prática esses procedimentos que deram certo para ele: “eu tentei essas ideias com clientes e eles também progrediram, rapidamente” (p. xxiii, tradução nossa). Hayes conta que então ele buscou embasamento em Skinner e nas terapias comportamentais e cognitivas e que faltava algo, que ele encontrou ao esbarrar no campo de estudo de equivalência de estímulos, que, posteriormente, deu origem à RFT e o ajudou a interpretar os fenômenos práticos que ele já havia adotado em sua vida pessoal, na prática clínica e a ajudou a interpretar os fenômenos práticos que ele já havia ofertado minicursos. Nem todos os períodos em que os eventos ocorreram foram descritos com detalhes, mas a ordem é clara, e ele indica que esses eventos ocorreram antes de 1986, quando ele se mudou para Universidade de Reno, onde ampliou seus estudos sobre a ACT com seus alunos.



intervenção em problemas comportamentais socialmente relevantes em humanos (Leonardi, 2015), como pode ser visto em Bear, Wolf e Risley (1968) no requisito “conceitual”, segundo o qual toda pesquisa em análise do comportamento aplicada de ter respaldo nos conceitos básicos previamente estabelecidos. A ACT surge de maneira oposta, da prática para a teoria e para a pesquisa. A ACT não é uma derivação dos procedimentos da RFT para a prática clínica, como às vezes se faz parecer. Posteriormente à formulação dos procedimentos da ACT, ainda sob o rótulo de distanciamento compreensivo<sup>17</sup>, surge a RFT, influenciada em parte pelos desafios de se interpretar, com base no arcabouço conceitual da Análise do Comportamento, as complexidades de práticas clínicas como aceitação, exercícios experienciais e metáforas.

Também é possível identificar esse mesmo caminho no surgimento da TAC enquanto proposta psicoterápica. Como visto, a TAC é fruto de uma criação coletiva de analistas do comportamento brasileiros (Leonardi, 2015; Meyer et al., 2018; Vandenberghe, 2011). Guilhardi (2012) identifica sua origem na criação de uma clínica do comportamento em 1969. Descreve que no começo não havia um desenvolvimento conceitual suficiente da Análise do Comportamento no Brasil para lidar com todas as questões clínicas, então eles tiveram que recorrer a procedimentos e explicações de outras áreas (ecletismo técnico e teórico), Guilhardi justifica porque não foi possível construir uma clínica operante à época: “simplesmente, não deu para ser exclusivamente operante! Ela se desenvolveu tentando a interação... das duas vertentes clínicas [análise do comportamento aplicada e terapia comportamental] existentes à época... [foi] um

---

<sup>17</sup> As apresentações iniciais da formulação psicoterápica da ACT eram denominadas por Hayes e colaboradores distanciamento compreensivo – do inglês “*comprehensive distancing*” (Hayes, 1987; Hayes, Kohlenberg, & Melancon, 1989), como o próprio Hayes (2016) reconhece: “eu comecei a usar, ensinar e promover workshops sobre Distanciamento Compreensivo (que, posteriormente, se tornou ACT, por isso usarei esse rótulo aqui)” (p. xxiii, tradução nossa). Segundo Hayes (2016), uma formulação acabada da ACT pode ser encontrada em Hayes, Wilson, Gifford, Follette e Strosahl (1996).

trabalho alicerçado nos conceitos, nas metodologias e nos dados das teorias da aprendizagem” (p. 2). Os procedimentos da terapia comportamental clássicos foram então, gradativamente, reinterpretados com base em um referencial conceitual da análise do comportamento:

Lentamente, muito lentamente as técnicas da Terapia Comportamental (clássica) foram sendo reavaliadas sob a ótica da Análise do Comportamento. A fusão – que nunca foi completa – começou se desfazer. O treino assertivo foi conceituado em termos operantes, o termo mentalista “assertividade” foi delegado a segundo plano; a dessensibilização sistemática foi substituída por modelagem, fading in dos eventos aversivos e descartou-se o conceito de inibição recíproca. (Guilhardi, 2012, p. 7)

Guilhardi explica que o mesmo ocorreu com a chegada das terapias cognitivas no Brasil: uma parcela dos terapeutas comportamentais as adotou em termos conceituais e metodológicos, enquanto outra parcela permaneceu conceitualmente coerente com a Análise do Comportamento e explicou as novas propostas de atuação por meio de um ponto de vista analítico-comportamental. Nesse sentido, Guilhardi (2012) afirma: “assim, a segunda onda americana funcionou como poderosa influência para os analistas de comportamento (ou melhor denominados terapeutas comportamentais operantes) buscarem em Skinner alternativa conceitual para incorporar a compreensão dos caminhos abertos pela TCC” (p. 9).

Pode-se verificar uma semelhança entre o surgimento da TAC e da ACT, ambas aceitaram e adotaram reinterpretações de técnicas com origem em outros sistemas conceituais e as reinterpretaram. Como foi visto, inclusive a TAC sofreu influência de terapias de terceira onda, como a FAP e a própria ACT. Embora favoráveis ao ecletismo técnico, a ACT e a TAC negam o ecletismo teórico, tentando permanecer em um

sistema conceitual coerente. Nesse sentido, Guilhardi (1982) afirmou: “tem havido uma tendência a se fazer, em nome de “ampliar” a terapia comportamental, um ecletismo teórico. E um ecletismo teórico leva a um ecletismo de ação. Esta confusão é perigosa para o profissional e para o cliente” (p. 3), baseado em Skinner (1953/2005a) “teorias afetam práticas.... Confusão na teoria significa confusão na prática.” (p. 9).

Esse tipo de estratégia de interpretação de técnicas e conceitos advindos de outras propostas psicoterápicas não é estranho ou incompatível à proposta skinneriana, tendo sido adota por esse autor, por exemplo, no capítulo “Psicoterapia” do livro *Ciência e Comportamento Humano* (Skinner, 1953/2005a), onde Skinner interpreta na linguagem analítico-comportamental conceitos e procedimentos psicanalíticos. A estratégia de interpretação de conceitos de fora da Análise do Comportamento também tem sido defendida para análise de termos psicológicos (Skinner, 1945/1984d). Portanto, nesse sentido, parece errôneo alegar um afastamento da ACT ou da TAC em relação à Análise do Comportamento baseando-se nas influências técnicas – reinterpretadas conceitualmente – de propostas terapêuticas baseadas em outros fundamentos filosófico-conceituais.

Em relação à base filosófica, como vimos, é inequívoca e declarada a utilização do behaviorismo radical skinneriano como embasamento filosófico pela TAC. Em contrapartida, a ACT alega se embasar em outra tradição filosófica, o contextualismo funcional. A questão sobre a compatibilidade do behaviorismo radical com o contextualismo funcional é central para se estabelecer as semelhanças ou as diferenças entre a ACT e a Análise do Comportamento, e entre a ACT e a TAC. Essa questão será tratada a seguir, de maneira genérica, uma vez que as especificidades da compatibilidade ou não dessas propostas será abordada na análise das outras variáveis analisadas neste trabalho.

Alguns autores - como Morris (1988; 1993), Biglan, Glasgow e Singer (1990) e o próprio Hayes, em diversos trabalhos com colaboradores (Biglan & Hayes, 1996; Hayes, 1993; Hayes & Brownstein, 1986; Hayes & Hayes, 1992a; Hayes et al., 1988) - estabeleceram uma relação entre o behaviorismo radical e o contextualismo de Pepper<sup>18</sup>. Autores brasileiros (Abib, 2001a; Carrara, 2001; 2004; Marçal, 2010) também têm apontado que a Análise do Comportamento e o behaviorismo radical poderiam ser classificados dentro da visão de mundo Contextualista, descrita por Pepper.

No livro sobre a ACT aqui analisado, Hayes et al. (1999) reconhecem que a Análise do Comportamento seria uma ciência que se encaixaria nos três componentes nucleares do contextualismo<sup>19</sup>. Adicionalmente, os objetivos da ciência de Skinner, de previsão e controle, seriam compatíveis com o ramo do contextualismo descrito como contextualismo funcional, com a única diferença da troca de nomenclatura, por Hayes, de controle para influência, segundo argumentos já mencionados. Essa pequena mudança de nomenclatura, por preferência, não alteraria a compatibilidade dos objetivos comuns entre a Análise do Comportamento e o contextualismo funcional, como pode ser visto nos dois trechos de Hayes et al. (1999): (1) “A ACT... é baseada no

---

<sup>18</sup> Muito embora, segundo Cavalcante e Tourinho (2001), essa posição não seja unânime. Para quem possa se interessar por detalhes dessa discussão, ver o volume 16, números 1 e 2, da revista “*The Behavior Analyst*”, com argumentos favoráveis à caracterização do behaviorismo radical como mecanicista, em vez de contextualista, como em Delprato, 1993; Marr (1993), Shull e Lawrence (1993) e Staddon (1993), entre outros).

<sup>19</sup> É sabido que posteriormente Hayes e seus colaboradores (Hayes et al., 2012) adotaram a ciência comportamental contextual, em detrimento da Análise do Comportamento, como base para a ACT. Dentre os motivos apresentados para essa troca, a maior parte é de caráter prático-científico (como a predominância de estudos da Análise do Comportamento com animais e com autistas) e político (como o de que as bases profissional e organizacional da Análise do Comportamento não podem mais suportar o rápido crescimento de alianças e conexões necessárias para o desenvolvimento da ciência comportamental contextual), sendo apenas um dos motivos referente à questão filosófica: argumenta-se que analistas do comportamento bem reconhecidos, como Marr (1993) e Staddon (1993), discordam da caracterização contextualista da Análise do Comportamento. No entanto, Hayes et al. (2012) reconhecem que a ciência comportamental contextual é uma extensão da Análise do Comportamento como um sistema contextualista, com base no trabalho de Hayes et al. (1988). Nesse sentido, mesmo com as críticas na área, Hayes e colaboradores não parecem ter mudado de posição quanto ao entendimento da Análise do Comportamento como uma ciência contextualista, e a mudança da ciência da ACT parece estar mais baseada nas justificativas prático-científicas e políticas.

contextualismo funcional, que, conforme argumentamos, é a filosofia subjacente à análise do comportamento (Hayes et al., 1988; Biglan & Hayes, 1996). Sua base teórica é extraída da análise do comportamento” (p.79, tradução nossa); e (2) “Muitos contextualistas... [como] Skinner, por exemplo, argumentam que as metas da ciência são predição e controle (Skinner, 1953/2005a, p. 35)” (p.21-22, tradução nossa).

Skinner (1938; 1953/2005a; 1974) descreveu como objetivos da ciência da Análise do Comportamento a descrição, a explicação, a previsão e o controle do comportamento humano<sup>20</sup>. Nesse sentido, parece que a Análise do Comportamento vai além do classificado contextualismo descritivo, que teria como objetivo a descrição e a explicação, ao almejar a previsão e o controle, que seriam objetivos compatíveis com o contextualismo funcional. O contextualismo funcional de Hayes e colaboradores também não exclui os objetivos do contextualismo descritivo e se restringe apenas a previsão e ao controle como objetivos válidos, o que pode ser visto em Biglan e Hayes (1996) e em Hayes e Hayes (1992a), que incluem a descrição e a interpretação como objetivos do contextualismo: “a forma analítico comportamental do behaviorismo contextualista tem como seus objetivos a descrição, a predição, o controle e a interpretação de interações do organismo em e com um contexto” (Hayes & Hayes, 1992a, p. 233, tradução nossa). Portanto, parece haver uma compatibilidade entre os objetivos do behaviorismo radical e os do contextualismo funcional de Hayes e colaboradores.

Uma breve análise histórica do desenvolvimento da ACT pode ajudar a esclarecer a relação entre o behaviorismo radical e o contextualismo funcional na obra de Hayes. É possível supor que durante o desenvolvimento da proposta da ACT (ainda

---

<sup>20</sup> Malavazzi (2018) também destaca que a interpretação seria outro objetivo legítimo na ciência skinneriana, como pode ser visto em Holland e Skinner (1961/1975): “uma ciência do comportamento tem como seu objetivo a previsão, o controle e a interpretação do comportamento dos organismos vivos” (p. 279)

sob a nomenclatura de distanciamento compreensivo) e de seus subsídios teórico-filosóficos na década de 1980 ocorre uma transição de uma interpretação da Análise do Comportamento baseada no behaviorismo radical (Hayes, 1984; Zettle & Hayes, 1982) para uma interpretação baseada no contextualismo (Hayes, 1987; Hayes & Brownstein, 1986; Hayes et al., 1988), o que indicaria uma forte influência do behaviorismo radical na formulação de uma interpretação contextualista funcional. Essa relação entre o behaviorismo radical e o contextualismo é assumida por Hayes (2016) “Eles apresentam o desenvolvimento do contextualismo funcional e suas características principais como uma modificação do behaviorismo radical do Skinner” (p. 3, tradução nossa) e “O artigo [Hayes et al., 1988] descreve as quatro 'hipóteses de mundo', relativamente adequadas, do Pepper e usa um número de citações de ideias skinnerianas para mostrar que as características esperadas do contextualismo podem ser encontradas lá” (p. 5, tradução nossa).

Nos textos da TAC aqui analisados, também se encontram trechos que descrevem a previsão e o controle como objetivos que orientam a ciência da Análise do Comportamento e, por conseguinte, o próprio behaviorismo radical, e ao mesmo tempo fornecem os critérios para as avaliações e as intervenções práticas da TAC. Um exemplo se encontra no trecho a seguir:

Por meio do conhecimento do diagnóstico, podemos aumentar as possibilidades de previsão e controle no andamento de um atendimento, indo ao encontro das ideias sobre como fazer ciência, já levantadas por Skinner (1953/2005a). A previsão pode ser observada no auxílio que o diagnóstico pode trazer quanto às expectativas do terapeuta sobre a condução e resultados do caso, enquanto o controle seria observado no auxílio, na escolha e no manejo do tratamento realizado. (Meyer et al. 2015, p.197)

Por fim, a tese de que o behaviorismo radical seria compatível com a visão de mundo contextualista é endossada, como visto anteriormente, por um dos textos analisados da TAC (Zagminani et al., 2016).

Dessa forma, conclui-se que a literatura tem oferecido suporte para essa aproximação entre behaviorismo radical e contextualismo e que os textos analisados de ambas as propostas psicoterápicas também advogam essa compatibilidade. Isso não significa que sejam consensos na área, apenas indica que a categorização do behaviorismo radical como um movimento filosófico contextualista é um debate vivo dentro da comunidade de analistas do comportamento. Por fim, ao sair da análise mais genérica da base filosófica e adentrar com mais profundidade em variáveis mais específicas da base filosófica, como veremos a seguir, parece de fato existir uma grande coincidência do contextualismo em assuntos centrais para o behaviorismo radical.

## **Modelo Explicativo**

### **Caracterização da ACT**

Para Hayes et al. (1999), a unidade de análise do contextualismo funcional é o ato em andamento<sup>21</sup> em contexto, muitas vezes referido apenas como ato em contexto. Isso significa que a ação do organismo é função de seu contexto: em um contexto o organismo pode atuar de uma forma e em outro ele pode atuar de outra forma. O contexto considerado é situacional e histórico, o que garante a qualidade dinâmica do ato em andamento, uma vez que o ato presente é uma continuidade dos atos passados em um contexto presente similar ao contexto passado.

A ACT é baseada no contextualismo funcional (Hayes, 1993; Hayes, Hayes, & Reese, 1988; Biglan & Hayes, 1996). *A unidade analítica central do*

---

<sup>21</sup> Esse termo foi traduzido do inglês *ongoing act in context*. A tradução escolhida foi “em andamento”, no sentido de o ato analisado ser contínuo, fluido, e não poder ser entendido como instância, ou um recorte temporal, isolada no tempo.

*contextualismo, ou pragmatismo, é o ato em andamento em contexto: ação situada no senso comum* [ênfase adicionada] (Pepper, 1942). Outro termo pode ser o ato histórico, mas não como uma descrição morta de uma coisa feita. É o fazer à medida que está sendo feito, tanto em um *contexto histórico quanto situacional* [ênfase adicionada], tal como em caçando, comprando ou fazendo amor. (Hayes et al., 1999, p.18, tradução nossa)

O termo contexto parece ser utilizado por Hayes et al. (1999) com dois significados distintos. Em alguns momentos, ele é utilizado como uma variável de controle antecedente ao comportamento, no sentido de que ocasiona um aumento da probabilidade da resposta em alguns contextos, em relação a outros contextos, como pode ser visto no seguinte trecho: “Contexto É a Chave.... Relações verbais [assim como outros comportamentos] são contextualmente controladas. Em alguns contextos elas ocorrem mais do que em outros” (Hayes et al., 1999, p. 45, tradução nossa). Em outros momentos, os autores parecem utilizar o termo com outro significado, mais amplo, com o mesmo sentido que Skinner utiliza o termo ambiente, como fica claro nas citações a seguir. Com esse significado de ambiente, o termo contexto passaria a incluir variáveis antecedentes, bem como consequentes. Neste segundo caso, poderíamos interpretar o ato em contexto como um ato no ambiente ou, ainda, uma resposta no ambiente com o qual o organismo interage num dado momento.

Para influenciar a ação de um outro, deve-se manipular o contexto – nunca é possível manipular diretamente a ação (Hayes & Brownstein, 1986a). B. F. Skinner disse-o deste modo: “na prática, todas essas maneiras de se mudar a mente de um homem se reduzem a manipular seu ambiente, verbal ou não” (Skinner, 1969, p. 239). (Hayes et al., 1999, p.23, tradução nossa)



Ao se adotar o ato em contexto como unidade analítica, alguns compromissos filosóficos são assumidos quanto ao modelo explicativo. Primeiro, Hayes et al. (1999) assumem um interacionismo, em vez de um modelo causal. O ato em contexto pressupõe uma interação do ato (ação ou resposta) do organismo como um todo em e com o seu contexto ou ambiente, situacional e histórico.

Como psicólogos, nós desejamos entender organismos como um todo *interagindo* [ênfase acrescentada] em e com um contexto histórico e situacional. Este é o nível psicológico de análise (Hayes et al., 1999, p.18, tradução nossa)

Essa interação entre organismo e contexto (ambiente) é entendida de forma integral; qualquer quebra dessa interação descaracteriza o ato em contexto. As partes componentes da interação, ato e contexto (ambiente), só são entendidas em conjunto, no todo; o ambiente só é considerado como tal na medida em que ele interage com o organismo; da mesma forma, o ato só existe em um ambiente, ou seja, na própria relação ato-ambiente.

Não podemos quebrar um ato em contexto em pedaços e manter a qualidade do evento. A unidade de análise é um todo interativo. Especificamente, um ato sozinho e removido de um contexto não é visto como um evento psicológico de modo algum. O ambiente não é um objeto, e ações em e com ele não são coisas separadas dele. Estamos lidando com uma inter-ação na qual cada participante da interação define a qualidade dos outros participantes, de modo muito semelhante àquele em que um lado de uma moeda implica o outro e vice-versa. (Hayes et al., 1999, p. 18-19, tradução nossa)

Uma segunda implicação desse entendimento integral do ato em contexto é que o ato só pode ser atribuído ao organismo como um todo; ações de partes do organismo em interação com o ambiente não constituiriam um ato-em-contexto psicológico,

portanto, não fariam parte do nível de análise de uma psicologia contextualista funcional.

Para um psicólogo contextualista, um ato-em-contexto psicológico não pode ser explicado apelando-se para ações de várias partes do organismo envolvido na interação (e.g., seu cérebro, glândulas, etc.). Pernas não andam, cérebros não pensam, e pênis não fazem amor. As pessoas fazem essas coisas, e pessoas são organismos integrados. (Hayes et al., 1999, p.18, tradução nossa)

A noção de ato em contexto conduz à adoção de uma postura ambientalista, com foco na mudança do ambiente externo ao indivíduo. Logo, a única possibilidade viável de mudança nos componentes da relação entre resposta e ambiente, em última instância, é a mudança no ambiente fora do organismo, situacional ou histórico (no sentido de produzir uma nova história). A mudança, influência, direta no responder, que não é mediada pelo ambiente externo, não é considerada uma mudança viável, pois não pode haver uma manipulação direta no responder. Como implicação, toda análise deve se voltar ao ambiente externo.

*O ambientalismo inerente ao contextualismo funcional é um resultado direto....*

*Se buscamos predição e controle, devemos ter regras que começam com o*

*ambiente [ênfase adicionada], no sentido de um “mundo fora do*

*comportamento”.... Essa é uma das profundas implicações do contextualismo*

*funcional, e ela domina muitos aspectos da ACT. Apenas características*

*contextuais que (1) são externas ao comportamento do indivíduo que está sendo*

*estudado e (2) são manipuláveis, pelo menos em princípio, poderiam*

*possivelmente levar diretamente à influência comportamental como um*

*resultado. Em outras palavras, dados os objetivos do contextualismo funcional,*

toda análise deve rastrear os fenômenos no contexto ambiental, tanto histórica quanto situacionalmente. (Hayes et al., 1999, p.23, tradução nossa)

Uma importante observação é que o contextualismo prevê a possibilidade de relações comportamento-comportamento, que são relações entre comportamentos de uma mesma pessoa. Esse tipo de relação pode ser criado em certos contextos históricos, nos quais um comportamento pode passar a ocorrer sistematicamente antes de outro. Porém, essas relações são, em última instância, influenciadas pelo ambiente externo ao organismo. Portanto, pode-se dizer que relações resposta-resposta podem ser utilizadas para previsão do comportamento, mas não podem ser utilizadas para o seu controle, uma vez que só se podem manipular eventos ambientais externos.

(...) se pela palavra causa queremos nos referir a algo que pode ser usado diretamente para mudar fenômenos psicológicos importantes, então pensamentos e sentimentos não podem causar comportamento. De uma perspectiva contextualista funcional, apenas eventos externos ao comportamento podem “causar” comportamento. Isto não é tão arbitrário como pode soar. Obviamente, comportamento influencia o ambiente, que, por sua vez, influencia comportamento futuro, e, no caso das relações comportamento-comportamento, o primeiro comportamento pode ter propriedades de estímulo que podem auxiliar no controle do segundo. Podemos observar nossos próprios comportamentos, por exemplo, assim como podemos ouvir instruções dadas por outros. Entretanto, não podemos manipular comportamento diretamente – podemos apenas manipular eventos externos ao comportamento (ver Hayes & Brownstein, 1986a, 1986b, para discussão mais extensa sobre esse assunto). Se dizemos que um pensamento causa uma ação, estamos, de fato, dizendo que uma variável dependente causa uma variável dependente. Onde está a variável

independente? Por essa razão filosófica, se pressupostos contextualistas são adotados, todas as formas de comportamento – público e privado – podem participar de relações causais gerais, mas elas mesmas não deveriam ser vistas como causas de outros comportamentos do mesmo indivíduo. (Hayes et al., 1999, p. 55-56, tradução nossa)

Para Hayes e colaboradores (1999) os atos em contexto produzem consequências que influenciam os atos futuros. Nas suas palavras: “obviamente, o comportamento influencia o ambiente, que, por sua vez, influencia o comportamento futuro” (p. 55, tradução nossa) e “o comportamento é geralmente modelado por suas consequências (p. 205). Os atos em contexto são organizados em função das suas consequências passadas. Poderíamos dizer que os atos em contexto situacional – ou seja, controlados por contextos presentes – foram selecionados por atos em contextos passados que produziram consequências que fortaleceram sua probabilidade futura de ocorrência em contextos semelhantes. Assumida essa forma de seleção de unidades comportamentais pelas suas consequências passadas, poder-se-á dizer que outra característica desse modelo explicativo é o selecionismo (embora os autores não utilizem esse termo).

O que integra um evento comportamental como um evento completo é, em um nível, o propósito das pessoas que fazem a análise, e, em outro, o propósito do organismo que se comporta.... Ao focar o cliente nas *consequências implícitas de uma ação em andamento em contexto*, o terapeuta está tentando organizar essa ação em unidades funcionais [ênfase acrescentada]. Dito de outro modo, o propósito da análise é descobrir a melhor forma de construir um fluxo de comportamento em unidades completas, e *essas unidades são organizadas em termos da forma como o comportamento parece alterar a situação de um estado de coisas para outro*. Assim, a preocupação filosófica em relação ao evento

*completo, organizado em termos de suas consequências [ênfase acrescentada], é diretamente refletida no curso da ACT. (Hayes et al., 1999, p. 18-19, tradução nossa)*

Como visto, os atos em contexto situacionais são selecionados pelas consequências passadas de atos em contextos históricos; dessa forma, por fim, podemos assumir que se trata de uma ciência histórica, não teleológica. As explicações dos atos em contexto se devem a uma história de seleção.

O comportamento é geralmente modelado por suas consequências, tanto diretas, quanto derivadas; caso contrário, degeneraria em atos aleatórios, com muito pouco significado ou valor de sobrevivência. Todo comportamento modelado por suas consequências tem inerentemente propósito. O propósito não é uma causa da ação, mas sim uma qualidade de algumas formas de ação. Na tradição comportamental, muito do comportamento não verbal tem propósito, no seguinte sentido: “comportamento operante é o próprio campo do propósito e da intenção” (Skinner, 1974, p. 55). Mas, embora se possa dizer que o rato pressiona uma barra “a fim de obter” uma pelota de alimento, o futuro do qual estamos falando quando dizemos tal coisa é o passado como futuro no presente (Hayes, 1992). *Isto é, baseado em uma história de mudança (o “passado”), o animal está respondendo a eventos presentes que precederam mudança em outros eventos. Não é ao futuro literal que o organismo não verbal responde – é ao passado como futuro [ênfase acrescentada]. (Hayes et al., 1999, p. 205, tradução nossa)*

O mesmo raciocínio se segue para a construção de afirmações verbais sobre consequências futuras não diretamente vivenciadas no passado; esse tipo de proposição também depende de um histórico de construção de relações verbais entre estímulos.

Os humanos têm um tipo diferente de propósito disponível. *Em humanos o comportamento é frequentemente guiado não só pelas consequências que foram diretamente experienciadas no passado, mas também por aquelas consequências que são verbalmente construídas* [ênfase acrescentada]. Os humanos aprendem [respostas de relação tais como] se... então, antes... depois, e causa-efeito.... Podem aplicar essas relações a qualquer evento, e as funções da situação atual podem mudar de acordo. Se um sequestrador diz à sua vítima “Quando o relógio alcançar as 12:00, eu vou matar você”, cada clique do relógio tende a se tornar aversivo, mesmo que nenhuma pessoa viva tenha experienciado a própria morte. “Matar você”, neste caso, é um estímulo verbal com atributos relacionados a isso. Muitos desses atributos adquiriram funções e, por meio da transformação das funções do estímulo, o conceito verbal de morte também o fez. *A relação antes... depois liga a passagem do tempo a essa consequência construída verbalmente – construída no sentido de que ela parece ser uma consequência em virtude de sua participação em uma moldura relacional temporal. Assim, para organismos verbais, o propósito envolve o passado como um futuro verbalmente construído no presente. O futuro em direção ao qual organismos verbais trabalham pode, assim, incluir muitos eventos com os quais o indivíduo não teve nenhuma história direta* [ênfase acrescentada]. (Hayes et al., 1999, p. 205-206, tradução nossa)

### **Caracterização da TAC**

A TAC assume o objeto de estudo do behaviorismo radical, o comportamento, como é explicitado por Meyer et al. (2010): “seu objeto de estudo [da TAC] é o comportamento, entendido como a relação existente entre a ação de um indivíduo que se comporta e o ambiente no qual está inserido” (p.154). O ambiente delimitado inclui o

próprio organismo e o meio externo, seja ele físico ou social. A relação entre o organismo e o ambiente se dá da seguinte forma: (a) parcelas do ambiente estabelecem a ocasião para (b) o responder do organismo, que, por sua vez, (c) afeta retroativamente o ambiente, produzindo alterações nele; essas alterações modificam a probabilidade dos comportamentos futuros do organismo diante de um ambiente similar. O conjunto dessas relações entre organismo e ambiente é denominado comportamento.

Nessa relação, focalizam-se as condições antecedentes que estabelecem a ocasião para a ocorrência das ações do indivíduo, e as consequências que estas produzem no ambiente. O ambiente com o qual a pessoa interage inclui tanto o organismo como o meio externo, que corresponde a lugares ou objetos inanimados, e também às pessoas com as quais ela interage. O ambiente estabelece a ocasião (antecedente) para a ação (resposta) do indivíduo, verbal ou não verbal, que então produz consequências no ambiente, que determinam a probabilidade de ocorrência de novas ações do indivíduo. (Meyer et al., 2010, p. 154)

A delimitação do comportamento, assim definido, como unidade básica de análise da TAC implica o estabelecimento de alguns compromissos filosóficos importantes para se entender a natureza desse modelo explicativo. Uma primeira característica desse modelo é o interacionismo. O comportamento é entendido como uma interação entre organismo e ambiente: “entre os pressupostos filosóficos da terapia analítico-comportamental... [está] uma concepção materialista e interacionista dos fenômenos psicológicos” (Meyer et al., 2010, p. 154).

Essa interação organismo-ambiente pressupõe o organismo como um todo se comportando; esse organismo não pode ser reduzido a suas partes: “no monismo analítico-comportamental, entende-se todo indivíduo como indivisível: o organismo

como um todo opera [sobre] e interage com seu ambiente, mudando o contexto e sendo mudado em sua totalidade pelas consequências produzidas (Chiesa, 1994/1997)” (Meyer et al., 2010, p. 155).

Também é assumido um ambientalismo externalista: “a Análise do Comportamento recorre sempre ao ambiente externo para explicar o comportamento, rejeitando concepções internalistas que apelam ao próprio indivíduo como tentativa de explicar o comportamento (Tourinho, 2001)” (Meyer et al. 2015, p. 169). Embora a noção de interação organismo-ambiente indique uma influência mútua dos dois componentes da interação, o ambiente, especialmente o externo, tem um papel preponderante para a previsão e o controle do comportamento, uma vez que ele é o elo mais facilmente manipulável; como pode ser visto no trecho retirado de Meyer et al. (2010): “o terapeuta analítico-comportamental estuda o papel que o ambiente desempenha sobre as respostas do cliente (um ambiente em que é possível interferir), ao invés de supor a existência de eventos mentais com possíveis funções causais (Windholz e Meyer, 1994)” (p. 155).

O modelo adotado pela TAC, segundo o qual o ambiente interage com o organismo, é chamado de selecionista. Segundo esse modelo, o ambiente selecionaria o comportamento do organismo em três níveis: (1) filogenético – modelo de seleção natural de Darwin; (2) ontogenético – modelo de seleção pelas consequências da ação do organismo sobre o ambiente; e (3) cultural – o ambiente cultural selecionaria práticas culturais de um grupo de indivíduos se comportando de maneira entrelaçada.

O modelo causal da análise do comportamento é selecionista. A seleção de respostas dos indivíduos dá-se pelas consequências.... De acordo com esse modelo, qualquer instância de comportamento é produto da combinação complexa (entrelaçamento) entre três grupos de variáveis – três níveis de seleção



do comportamento. O primeiro diz respeito à seleção filogenética, composto basicamente de características e padrões comportamentais... herdados ao longo do processo de evolução da espécie. O segundo diz respeito à seleção do comportamento individual, que se dá na ontogênese, uma característica desenvolvida também durante o processo evolutivo.... O terceiro nível de seleção é composto pelas práticas culturais – nível cultural de seleção. Este último diz respeito à seleção e manutenção de características do grupo com o qual o indivíduo convive e que interage com seu repertório. (Zagminani et al., 2016, p. 51-52)

Uma última característica pressuposta pelo modelo interacionista e selecionista adotado pela TAC é o historicismo. Para a TAC, “comportamentos... [são] produtos de uma história de interação organismo-ambiente” (Zamignani et al., 2008, p. 10). Portanto a explicação para o comportamento presente se encontra no histórico de comportamentos funcionalmente semelhantes que ocorreram no passado e foram selecionados pelos três níveis de seleção.

Assumimos, portanto, que os padrões comportamentais complexos de interação com os quais o terapeuta se depara na clínica, são... produtos da interação de variáveis de três histórias de seleção: a história da espécie, a história de seleção de repertório do indivíduo e a história das práticas da cultura na qual o indivíduo está inserido. É por definição, incompatível com esse ponto de vista, “a ideia de uma cadeia causal unidirecional e mecanicista, sendo o comportamento entendido como uma malha de relações de caráter interacionista e histórico” (Matos, 1995). (Kovac et al., 2009, p. 315)

## Discussão – compatibilidade entre ACT, TAC e Análise do Comportamento

Verificaram-se muitas semelhanças entre os modelos explicativos adotados pela TAC e pela ACT. Embora as unidades básicas de análise tenham nomes diferentes, o comportamento para a TAC e o ato em andamento em contexto para a ACT, elas compartilham algumas características. Em ambos os casos, são considerados dois componentes, uma ação do organismo – chamada de resposta pela TAC e de ato pela ACT – e as parcelas do mundo, ambiente ou contexto, respectivamente para a TAC e a ACT, que interagem com essa ação<sup>22</sup>. Os conceitos de ato e de resposta parecem se basear na ideia de ações (verbos) que indicam o que o organismo faz<sup>23</sup>, como andar, salivar, pensar ou imaginar. A mesma similaridade foi admitida por Hayes et al. (1988): “finalmente, a visão analítico-comportamental do comportamento enfatiza a *qualidade de ser como verbo*<sup>24</sup> [ênfase acrescentada] de todas as interações comportamentais (e.g., Himeline, 1980). Essa ênfase é um paralelo preciso da metáfora raiz do contextualismo” (p. 102, tradução nossa).

Os conceitos de ambiente e de contexto também possuem similaridades importantes: a ideia de ambiente, para a TAC, e de contexto, para a ACT, se referem apenas às parcelas do mundo que interagem com o responder, exercendo influência/controla. Foi discutida, na apresentação do modelo explicativo da ACT (Hayes et al., 1999), uma ambiguidade em relação ao uso da palavra contexto, que ora é utilizada de modo semelhante ao termo ambiente, ora é utilizada no sentido de

---

<sup>22</sup> A ACT também enfatiza que o ato em contexto está “em andamento”, ressaltando a qualidade fluida da relação entre ato e contexto. Embora não fique explícito na sua definição, a noção de comportamento do behaviorismo radical skinneriano, devido ao caráter histórico e selecionista, também implica essa qualidade, como Skinner (1953/2005a) descreve: “visto que [o comportamento] é um processo, e não uma coisa, ele não pode ser facilmente imobilizado para observação. Ele está em constante mudança, é fluido e evanescente” (p. 15).”

<sup>23</sup> É claro que a metáfora-raiz do ato em contexto, derivada do contextualismo de Pepper não se refere exclusivamente a ações do organismo, uma vez que é aplicada para objetos de análise de diferentes ciências, porém o ato é tomado como uma metáfora justamente derivada de verbos, ações que estão em movimento (Hayes et al., 1988).

<sup>24</sup> O termo original em inglês é *verb-like quality*.

estímulo(s) antecedente(s)<sup>25</sup>. Hayes esclarece essa dúvida em um artigo em coautoria com Brownstein (1986), onde apresenta, pela primeira vez, a aproximação da Análise do Comportamento com o contextualismo<sup>26</sup>, segundo o qual, na definição de um ato em contexto (unidade contextual) são considerados todos os três termos de uma contingência operante, o que indica que o contexto inclui tanto estímulos antecedentes quanto consequentes. Nas palavras de Hayes e Brownstein (1986): “a contingência de três termos do behaviorismo radical é uma unidade contextual espaçotemporal dinâmica — nenhum dos termos pode ser definido independentemente dos outros” (p. 177, tradução nossa); e nas palavras de Hayes (1987): “contexto é somente uma outra palavra para designar as contingências de reforçamento, sobrevivência e evolução cultural” (p. 4). Outro exemplo pode ser visto em Friman, Hayes e Wilson (1988), em que os autores afirmam que a relação funcional entre o uso de um termo e estímulos antecedentes e consequentes poderia, “em outras palavras”, ser substituído pela relação entre o termo e o contexto (histórico e situacional):

Para Skinner, o significado de um termo (por exemplo, ansiedade) reside na relação funcional entre seu uso e os estímulos que são antecedentes e consequentes ao uso. Em outras palavras, entender o significado da declaração, “Estou ansioso”, requer o conhecimento do contexto, tanto atual quanto histórico, que ocasionou o enunciado. (p. 140, tradução nossa)

---

<sup>25</sup> Aqui estímulo antecedente é utilizado no lugar de estímulo discriminativo intencionalmente. O termo contexto potencialmente pode incluir múltiplos eventos situacionais (estímulos discriminativos, condicionais, contextuais e operações motivacionais) e até históricos (ligados a um histórico de relações de contingências que selecionaram as relações atuais). No mesmo sentido que Moxley (1999) observou que Skinner, no final da carreira, passou a frequentemente substituir o termo estímulo discriminativo como primeiro termo da contingência pelo termo *setting*, que considera múltiplas variáveis situacionais e históricas.

<sup>26</sup> As bases da filosofia contextualista funcional da ACT foram desenvolvidas em Biglan e Hayes, 1996, Hayes (1993), Hayes e Brownstein (1986) e Hayes et al. (1988), o que pode ser deduzido por três fatores: (a) as citações desses trabalhos no próprio livro da ACT (Hayes et al., 1999); (b) a semelhança entre os conceitos apresentados nesses trabalhos; e (c) a inclusão desses trabalhos no livro “*The ACT em context: The Canonical Papers of Steven C. Hayes*”, de 2016, onde estão republicados os textos que serviram de base para a construção da ACT.

A delimitação da unidade básica de análise, como comportamento ou ato em contexto, parece conduzir a modelos explicativos similares, que assumem os mesmos compromissos filosóficos: (a) interacionismo, porque consideram a interação entre o organismo e o ambiente; (b) holismo<sup>27</sup>, pois tanto o organismo quanto as partes da interação (ato e contexto/resposta e ambiente) são indivisíveis; (c) ambientalismo externalista, com um foco pragmático na mudança do comportamento via ambiente externo, uma vez que o comportamento varia, em última instância, em função de eventos externos ao organismo; (d) selecionismo, pois as unidades básicas de análise são selecionadas pelas suas consequências passadas; e (e) historicismo, à medida que, em última instância, a influência situacional é selecionada por interações históricas.

Em uma análise mais ampla, é importante destacar que o modelo explicativo do contextualismo funcional de Hayes (1993) e, Hayes et al. (1988), derivado do contextualismo de Pepper, utiliza a metáfora raiz do ato em contexto em oposição a outros modelos explicativos; especialmente, no caso da psicologia, se opõe aos modelos mecanicistas, aos quais o behaviorismo radical skinneriano tem sido associado frequente e erroneamente (Chiesa, 1994/2006).

Em uma visão mecanicista tradicional de uma cadeia de causalidade unilateral e contígua, como um mecanismo - por exemplo um relógio - uma peça afeta a outra, que, por sua vez, afeta a próxima, até se produzir um efeito final. Na psicologia, tradicionalmente esse tipo de cadeia de causalidade unilateral tende a considerar partes (ou peças) do cérebro ou da mente como elos dessa cadeia. Em uma típica explicação mecanicista, um evento que começa fora do organismo causa reações em partes internas

---

<sup>27</sup> Embora esse termo seja utilizado na literatura da filosofia e da psicologia com diversos significados, aqui ele se refere à indivisibilidade do objeto de estudo, que deve ser tratado como um todo. Nesse sentido, o organismo é tratado integralmente, sem que sejam analisadas partes específicas dele (ex.: o sistema nervoso), assim como a interação organismo-ambiente é considerada como uma unidade interativa, e estímulos do ambiente e respostas do organismo não podem ser tratadas isoladamente.

ao organismo - sejam elas mentais ou neurais - que, por sua vez, linearmente, funcionam como causas intermediárias que produzem um efeito final, resposta, no ambiente. Segundo esse raciocínio, as determinações mais importantes estão nas peças intermediárias, visto que um mesmo ambiente pode produzir respostas (ou efeitos) diferentes em dois indivíduos, caso o maquinário mental ou neural seja diferente entre os dois.

Ao contrário, a noção de interação entre organismo e ambiente permite fugir desse tipo de raciocínio, uma vez que ela não compactua com as noções de causalidade mecânica, contiguidade e linearidade. Em um modelo interacionista, as conexões unilaterais e contíguas entre as partes do mecanismo, típicas do mecanicismo, são substituídas por um interesse na própria relação de dependência mútua e probabilística<sup>28</sup> entre dois eventos, que não pressupõe: (a) forças causais metafísicas; (b) conexões unilaterais, em que um estímulo invariavelmente causa o outro; (c) uma necessária e inócua busca por elos intermediários. Esse modelo interacionista, ao escapar da busca de conexões contíguas entre eventos, permite a análise da relação entre eventos temporalmente distantes. Dessa maneira, é possível estabelecer que consequências passadas e temporalmente espaçadas podem controlar ou influenciar comportamentos presentes, sem ser preciso recorrer a mudanças no maquinário interno que preencham essas lacunas temporais. Por fim, a uma noção reativa, ou de passividade, típica do mecanicismo, contrapõe-se uma visão interativa, de influência mútua, da relação organismo-ambiente.

Parece haver uma concordância nos textos da ACT e da TAC a favor de uma visão interacionista e selecionista, contrária ao mecanicismo. Hayes et al. (1999)

---

<sup>28</sup> Uma concepção probabilística necessariamente implica em um multideterminismo, uma vez que múltiplos eventos afetam a força da resposta, alterando a sua probabilidade; essa concepção se afasta da noção de unicidade causal mecanicista (para uma discussão ampla desse tema, ver Laurenti e Lopes (2008).

afirmam que a “ACT é um derivado da terapia comportamental.... ela rejeita as formas mecanicistas, orientadas pelo conteúdo, de muitos tratamentos comportamentais e cognitivo-comportamentais” (p. 21, tradução nossa). A contraposição entre o modelo mecanicista e o da Análise do Comportamento também é defendida em alguns trabalhos da TAC, como em Zamignani et al. (2008): “a análise do comportamento apresenta um modelo alternativo às explicações mecanicistas e mentalistas que a antecederam” (p.10); com destaque para Kovac et al. (2009), que afirmam que:

[Uma visão de] padrões comportamentais complexos de interação... [como] produtos da interação de variáveis de três histórias de seleção.... É por definição, incompatível com esse ponto de vista, “a idéia de uma cadeia causal unidirecional e mecanicista, sendo o comportamento entendido como uma malha de relações de caráter interacionista e histórico (Matos, 1995). (p. 315)

Skinner, ao delimitar a sua ciência, sustentada pelo behaviorismo radical, parece estabelecer um compromisso com essas mesmas posições filosóficas – interacionismo, holismo, ambientalismo externalista, selecionismo e historicismo –, ao mesmo tempo em que estabelece uma posição contrária ao mecanicismo. Para Skinner (1953/2005a)<sup>29</sup>, a noção mecanicista de conexões causa-efeito é substituída por um interacionismo, ou busca de relações funcionais, nos termos skinnerianos<sup>30</sup>. Nas palavras do autor:

---

<sup>29</sup> Embora Skinner critique a noção de causa, pode-se notar uma inconsistência quando ele insiste em usar o termo em outros momentos do livro *Ciência e Comportamento Humano* e em outros textos (Laurenti e Lopes, 2008). Uma interpretação para essa inconsistência é uma possível transição histórica e gradual de um modelo explicativo mecanicista, formulado em seus primeiros escritos, nos anos 30, até a formulação de uma concepção selecionista, expressa no final de sua carreira (para mais detalhes, ver a discussão de Moxley, 1999, em seu artigo “Os dois Skinners: moderno e pós-moderno”).

<sup>30</sup> Não foi encontrada nenhuma diferenciação conceitual entre a utilização dos termos interação e relação (que é usado no sentido de relação funcional) para os autores dos textos analisados da ACT e da TAC. Ambos os termos são utilizados nos textos, tanto da ACT quanto da TAC, quando se referem a relação/interação de dependência mútua entre dois eventos, em oposição a conexões causais unilaterais, típicas de explicações mecanicistas – no mesmo sentido descrito por Laurenti e Lopes (2008): “explicações que envolvem dependência mútua ou interação entre eventos, ferem a dependência unilateral e, por isso, não podem ser consideradas causais, como é o caso das explicações teleológicas, dialéticas, e funcionais.” (p.384). Dessa forma, para os fins deste trabalho, segundo interpretação deste autor, os termos estariam sendo utilizados como sinônimos. Logo, o interacionismo também poderia ser chamado

Uma “causa” torna-se uma “mudança na variável independente”, e um “efeito”, uma “mudança na variável dependente”. A antiga “conexão causa-e-efeito” torna-se uma “relação funcional”. Os novos termos não sugerem como uma causa produz seu efeito; mas, simplesmente, que eventos diferentes tendem a ocorrer juntos em uma certa ordem (p. 23, tradução nossa).

Em outras passagens, Skinner também advoga pela troca de uma concepção causal por um modelo probabilístico de relações: “o nosso dado básico não é a ocorrência de uma dada resposta como tal, mas a probabilidade de que ela ocorrerá em um dado tempo” (Skinner, 1957, p. 22, tradução nossa); e “o estímulo discriminativo não elicia uma resposta, simplesmente altera uma probabilidade de ocorrência. A relação é flexível e continuamente gradual” (Skinner, 1953/2005a, p. 110, tradução nossa). Skinner (1966) posiciona esse modelo probabilístico em oposição aos típicos modelos mecanicistas estímulo-resposta:

A tarefa de uma análise experimental é descobrir todas as variáveis das quais a probabilidade de resposta é uma função.... A posição de uma análise experimental difere daquela de psicologias estímulo-resposta tradicionais ou de formulações sobre reflexo condicionado nas quais o estímulo retém o caráter de uma força inexorável. (p. 214, tradução nossa)

No modelo skinneriano a consideração de causa como uma força que um estímulo exerce sobre outro é substituída por uma observação da mudança na probabilidade da resposta: “o comportamento humano é controlado... mudando-se as condições ambientais das quais ele é função. O controle é probabilístico. O organismo não é forçado a se comportar de uma dada maneira; simplesmente se torna mais provável que ele o faça”. (Skinner, 1973, p. 259, tradução nossa).

---

de relacionismo; porém escolheu-se adotar o termo interacionismo por ser mais utilizado pelos autores analisados.

Outros autores da Análise do Comportamento também interpretam o modelo explicativo do behaviorismo radical como interacionista (Carrara, 2004; Laurenti, & Lopes, 2008; Matos, 1999; Todorov, 1989/2007; Todorov & Moreira, 2009).

Em relação ao holismo, Skinner defendia tanto a indivisibilidade do organismo quanto a dos estímulos em interação, como pode ser visto nos seguintes trechos:

“nenhum termo [estímulo nem resposta] pode ser definido quanto a suas propriedades essenciais sem o outro” (Skinner, 1938, p. 9, tradução nossa); e “Apesar da natureza conceitual de muitos de nossos termos, nós ainda estamos lidando com um assunto existente, que é o comportamento do organismo como um todo” (Skinner, 1938, p. 441, tradução nossa).

Skinner (1953/2005a) também defende uma posição ambientalista externalista, como pode ser visto nestas duas passagens: “não podemos explicar o comportamento de qualquer sistema enquanto permanecemos totalmente dentro dele; eventualmente devemos nos voltar para forças que operam de fora sobre o organismo” (p. 35, tradução nossa); e “Nossas ‘variáveis independentes’ – as causas do comportamento – são as condições externas das quais o comportamento é função (p. 35, tradução nossa). Essa posição externalista conduz a uma visão contrária às cadeias causais mecanicistas, que acabam conduzindo a uma análise do interior (mental ou neural) do organismo, como pode ser visto neste trecho de Skinner (1974):

Tem-se objetado que devemos parar em algum lugar ao seguir uma cadeia causal no passado, e podemos muito bem parar no nível psíquico.... É verdade que poderíamos rastrear o comportamento humano não apenas até as condições físicas que [o causam], mas também às causas dessas condições e às causas dessas causas, quase *ad infinitum*, mas não há sentido em voltar além do ponto



em que ação eficaz pode ser adotada. Esse ponto não será encontrado na *psyche...* (p. 210, tradução nossa)

Um esboço do modelo explicativo selecionista skinneriano pode ser encontrado já em 1953, quando Skinner (1953/2005a) diz: “assim como as características genéticas que surgem como mutações são selecionadas ou descartadas por suas consequências, também as novas formas de comportamento são selecionadas ou descartadas através do reforçamento” (p.430, tradução nossa). Esse modelo de seleção pelas consequências de Skinner – nos níveis filogenético, ontogenético e cultural – é apresentado formalmente em 1981, em contraste aos modelos clássicos mecanicistas:

Seleção por consequências é um modelo causal encontrado apenas em seres vivos ou em máquinas feitas por seres vivos. Foi inicialmente reconhecida na seleção natural, mas também considera a modelagem e a manutenção do comportamento do indivíduo e a evolução de culturas. Em todos os três campos, ela substitui explicações baseadas nos modos causais da mecânica clássica. (p. 501, tradução nossa)

Skinner também considera o comportamento presente como função do comportamento passado, o que significa que a busca das explicações dos fenômenos atuais se encontra em eventos históricos, o que aqui está sendo denominado historicismo. Em 1989c, Skinner afirma: “como a análise experimental [do comportamento] tem demonstrado, o comportamento é modelado e mantido pelas consequências, mas só pelas consequências que se encontram no passado. Nós fazemos o que fazemos por causa do que aconteceu e não por causa do que acontecerá” (p.14, tradução nossa). Similar afirmação também pode ser vista em Skinner (1953/2005a), de que a explicação do comportamento deve ser buscada no “ambiente imediato e na história ambiental” (p. 31, tradução nossa) do organismo.

Dessa forma, conclui-se que os modelos explicativos adotados pela ACT e pela TAC, respectivamente o contextualismo funcional e o behaviorismo radical, compartilham muitas semelhanças quanto a unidade básica de análise (ato em contexto e comportamento), os posicionamentos filosóficos (interacionismo, holismo, ambientalismo externalista, selecionismo e historicismo) e a oposição a um modelo mecanicista. Esses mesmos pontos também podem ser vistos na obra de Skinner e em outros autores da Análise do Comportamento.

## **Critério de Verdade**

### **Caracterização da ACT**

O critério de verdade do contextualismo funcional é o trabalho bem-sucedido, também referido como um critério de verdade pragmático. Segundo esse critério, apenas se considera uma análise como verdadeira à medida que ela cumpre objetivos particulares. A verdade é sempre relativa ao que funciona (portanto, ela é pragmática) para cumprir determinado objetivo (portanto, ela é local), no sentido de ser verdadeira apenas para aquele objetivo.

O critério de verdade para o contextualismo é o trabalho bem-sucedido. Análises são verdadeiras apenas em termos de se alcançar objetivos particulares. Assim, a verdade é sempre local e pragmática. Sua verdade pode não ser a minha porque podemos ter objetivos muito diferentes. (Hayes et al. 1999, p.19, tradução nossa)

Ao contrário do mecanicismo – que estabelece um critério de verdade por correspondência entre o modelo científico e a realidade, baseado no realismo enquanto ontologia<sup>31</sup> –, o pragmatismo é a-ontológico. Isso significa que, para o pragmatismo, não é assumida nenhuma realidade a priori.

---

<sup>31</sup> Ontologia é um ramo da filosofia que lida com a natureza da realidade, na aplicação a ciências do comportamento, ela busca “discorrer sobre a sua natureza essencial, ou seja, sobre as propriedades essenciais à sua existência” (Zilio, 2012, p. 109). Estariam inclusos dentro da ontologia questões sobre como “o que existe” opera e funciona, incluindo metáforas do funcionamento do mundo – como o

O critério pragmático de verdade contrasta fortemente com os critérios mais comuns, baseados em correspondência, que predominam tanto no treinamento acadêmico quanto na cultura leiga. A visão de mundo mais comumente abraçada na psicologia acadêmica certamente é o mecanicismo.... Assim, o mecanicismo na epistemologia é baseado no realismo na ontologia: Podemos conhecer o que é porque o que é é real.... *O contextualismo funcional é, em contraste, peculiarmente a-ontológico – nunca podemos ir do funcionamento<sup>32</sup> para questões do ser* [ênfase acrescentada]. (Hayes et al. 1999, p.19-20, tradução nossa)

A verdade é analisada sempre em relação a um dado objetivo, e, segundo a postura a-ontológica, não existem objetivos verdadeiros a priori. Logo, os objetivos “podem apenas ser afirmados” (Hayes et al. 1999, p.21, tradução nossa). Eles não podem ser julgados melhores ou piores do que outros, no sentido de serem mais ou menos verdadeiros. A verdade, por esse critério pragmático, só pode ser avaliada quando o objetivo, previamente estabelecido, é ou não alcançado. Aqui parece haver uma aproximação com o relativismo, no sentido de que a verdade é relativa ao objetivo e de que não existem verdades absolutas.

*A escolha de um objetivo no contextualismo é arbitrária* [ênfase acrescentada] – não no sentido de que ela não faz diferença (ela faz uma enorme diferença), mas no sentido de que a escolha é pré-analítica. É um modo de análise, não o resultado da análise. Assim, nem os contextualistas descritivos nem os

---

mecanicismo – e modelos de causalidade, como o determinismo na questão da natureza das relações causa-efeito (da Rocha, Leão, & Laurenti, 2016; Reese, 1993).

<sup>32</sup> A palavra do inglês seria “*workability*”, que não tem uma boa tradução em português que capture a ideia de que para Hayes et al. (1999) esse termo expressa o mesmo sentido do critério de verdade do contextualismo funcional, de trabalho bem-sucedido.

funcionais podem reivindicar que seu objetivo seja o objetivo “correto” ou o único objetivo que se pode escolher. (Hayes et al. 1999, p.22, tradução nossa)

### **Caracterização da TAC**

Não foi encontrada durante a leitura de todos os textos analisados da TAC qualquer consideração direta sobre o tipo de critério de verdade ou sobre o posicionamento epistemológico<sup>33</sup> adotado por ela. Em um único trecho encontrado foi discutida uma mudança de postura científica em relação à teoria do conhecimento:

A mudança de perspectiva da psicoterapia, de uma prática voltada à identificação e modificação de contingências de reforçamento, por meio de regras e conselhos para uma prática pautada na análise do comportamento verbal, implica uma reconsideração da noção de verdade e de seus limites na ciência e, em decorrência, na psicoterapia. Luna (1996) analisa essa questão ao discorrer sobre as mudanças no quadro da epistemologia das ciências como um todo. Este autor aponta que, no discurso científico, a busca da verdade tem sido substituída pela tentativa de aumentar o poder explicativo das teorias. Parece consenso hoje que o objetivo do conhecimento e da pesquisa não é mais uma descrição meramente objetiva dos fatos, mas uma interpretação da realidade, que é perpassada por uma postura teórico-epistemológica. (Kovac et al., 2009, p.321)

Essa postura epistemológica é discordante de um raciocínio típico do mecanicista clássico baseado no realismo, no qual a realidade existe a priori e cabe à ciência encontrar um modelo teórico que corresponda a ela. Segundo o trecho apresentado, a realidade não seria algo que poderia ser alcançada, apenas seria possível fazer interpretações sobre os eventos do mundo. Uma interpretação (afirmação

---

<sup>33</sup> Para Reese (1993), epistemologia é o campo da filosofia que lida com o conhecimento e a ciência, é uma filosofia da ciência, que lida com questões sobre o que é conhecimento, o que é conhecido, como é conhecido e como uma verdade é estabelecida.

científica, como uma lei ou teoria) seria tratada como mais verdadeira que as demais à medida que ela tivesse um maior poder explicativo. Nesse sentido, múltiplas propostas de interpretação da realidade competiriam entre si. E seriam preferíveis, ou mais verdadeiras, aquelas que fossem mais úteis para explicar os eventos do mundo. Esse raciocínio se aproxima de um critério de verdade pragmático<sup>34</sup>.

Alguns outros trechos dos textos analisados também sugerem um raciocínio pragmático relacionado à prática da TAC. A efetividade de uma avaliação de caso e de uma intervenção para a TAC segue critérios pragmáticos condizentes com a capacidade de previsão, no caso de avaliação, e de controle, no caso de intervenção. Uma avaliação funcional para a TAC é feita pela criação de hipóteses funcionais, por meio do relato do cliente. À medida que surgem novos fatos relatados em terapia, as hipóteses podem ser fortalecidas ou enfraquecidas; o critério para creditar à hipótese o *status* de “verdade” depende do quanto ela é útil para prever o comportamento futuro. Segue um trecho ilustrativo desse tipo de formulação clínica, em Meyer et al. (2008):

(...) há condições que favorecem a possível exatidão de uma interpretação: elas podem ser feitas imediatamente após a ocorrência dos relatos, o que permite que o terapeuta permaneça em contato com as circunstâncias que rodeiam o relato e, ao continuar interagindo com o cliente, pode obter informações adicionais que legitimem a interpretação. Ele pode conduzir “mini-experimentos” para adicionar força a uma hipótese (Sturmey, 1996). Mas o terapeuta não deve esquecer que interpretações são apenas hipóteses... (p.109)

O mesmo tipo de lógica é aplicado às intervenções na TAC. Uma intervenção seria considerada efetiva se ela produzisse resultados positivos, o que demonstraria a

---

<sup>34</sup> É importante ressaltar que nem toda visão pragmática é necessariamente incompatível com o realismo (Lattal & Laipple, 2003). O que está sendo argumento é que a citação de Kovac et al. (2009) está mais próxima de uma visão do pragmatismo do que de um mecanicismo clássico baseado no realismo, que utiliza um critério de correspondência entre a realidade e as teorias científicas.

sua capacidade de controle do comportamento. É importante notar que a avaliação da capacidade de controle de determinada intervenção, além de validar a própria intervenção, adiciona força à hipótese funcional na qual ela foi baseada. Meyer et al. (2008) descrevem esse aspecto com as seguintes palavras:

Quando ele [o terapeuta] identifica que as relações são, possivelmente, de dependência entre eventos, ele produz análises comportamentais hipotéticas. Estas hipóteses funcionais ganham força se as intervenções nelas baseadas produzem as mudanças comportamentais previstas... O critério de acerto entre diferentes análises comportamentais é apenas pragmático, ou seja, a melhor análise seria aquela que gera procedimentos que produzem os melhores resultados. (p.115)

Esse tipo de formulação de hipóteses funcionais e de delimitação de intervenções foi desenvolvido em diversos textos analisados. Meyer et al. (2010) apresentam um esquema descrevendo as etapas desse tipo de formulação baseado em Follette, Naugle e Linneroth (2000); e Meyer et al. (2015) trazem exemplos práticos em relatos de estudos de caso.

Outro argumento, encontrado nos textos analisados, de que as decisões clínicas seriam baseadas em opções pragmáticas foi a adoção de manuais diagnósticos como uma forma de avaliação complementar à avaliação funcional por um terapeuta TAC, como pode ser visto neste trecho de Meyer et al. (2015):

A proposta do nosso grupo a respeito do diagnóstico com o uso de manuais, portanto, é pragmática, de modo que ele tem a função de auxiliara compreensão e condução do caso clínico. A explicação do comportamento continua sendo obtida pela análise funcional. (p.198)

## **Discussão – compatibilidade entre ACT, TAC e Análise do Comportamento**

Como vimos, o contextualismo funcional da ACT adota o trabalho bem-sucedido (pragmatismo) como critério de verdade. A TAC, baseada no behaviorismo radical de Skinner, não explicita o critério de verdade utilizado em nenhum dos textos analisados, embora vários indícios concordantes com uma postura pragmática tenham sido encontrados, principalmente na sua proposta de atuação prática. Esse tipo de transposição do raciocínio epistemológico da pesquisa para a prática profissional também é defendido pela ACT – “consistente com essa filosofia, na ACT o que é verdadeiro é o que funciona. Uma análise de um comportamento problema é verdadeira na medida em que ajuda a solucionar o problema do cliente” (Hayes et al., 1999, p.20, tradução nossa). Abib (2001a) observa que é uma característica comum ao pragmatismo a extrapolação da filosofia para a tecnologia. Neste sentido, no campo da prestação de serviço, podemos notar uma similaridade entre a ACT e a TAC, no que tange a um raciocínio clínico pragmático.

Analisando a compatibilidade entre as terapias analisadas e o behaviorismo radical de Skinner, não é de surpreender a omissão de uma discussão sobre critério de verdade nos textos da TAC (que se diz diretamente baseada no behaviorismo radical de Skinner), visto que, segundo Malone (2001) e Morris (1993), a obra de Skinner também carece de uma discussão explícita sobre a temática.

A classificação errônea de Skinner como um autor mecanicista e/ou positivista (Chiesa, 1994/2006, 1998; Morris, 1993) têm gerado confusões acerca de um critério de verdade compatível com sua obra. O mecanicismo, baseado em um realismo, adota uma teoria de verdade por correspondência (Morris, 1988, 1993, 1997). Segundo essa teoria, a verdade seria avaliada segundo a correspondência entre as descrições científicas da natureza, na forma de hipóteses e teorias, e o próprio funcionamento da natureza, no

sentido de natureza real (Morris, 1993). Como já foi visto, muitos analistas do comportamento (ex.: Abib 2001a; Matos, 1999), inclusive Skinner, têm objeções ao rótulo de mecanicista. Moxley (1999) alega que os trabalhos de Skinner da década de 1940 tinham uma similaridade com uma visão mecanicista de uma psicologia do tipo S-R; posteriormente, Skinner teria abandonado essa visão em favor de um selecionismo probabilístico.

Segundo o positivismo<sup>35</sup>, na versão clássica de Auguste Comte ou do positivismo lógico, a verdade deve ser alcançada segundo um critério de concordância entre observadores ou, de acordo com outro termo utilizado, seria concordância intersubjetiva (Zuriff, 1980). A interpretação do behaviorismo radical skinneriano como positivista é negada por diversos autores (Abib, 1999; Chiesa, 1994/2006; Day, 1983; Lattal & Laipple, 2003; Moore, 1985, 2008; Morris, 1993; Moxley, 2004; Zuriff, 1980, 2003). Segundo Laurenti (2008, 2012) e Moore (1985), algumas obras iniciais de Skinner, da década de 1930, dão margem a essa interpretação, embora o próprio Skinner tenha discordado. Skinner (1979a), em uma entrevista, disse: “eu não era um positivista lógico. Eu não sei por que muitas pessoas pensavam que eu fosse. Tampouco era um positivista comtiano (p. 47, tradução nossa).

Segundo Day (1983), Laurenti (2012) e Moxley (2002, 2003), o artigo de Skinner “*The operational analysis of psychological terms*”, de 1945, marca a virada de uma epistemologia mais próxima do positivismo para uma epistemologia mais próxima

---

<sup>35</sup> O positivismo social de Auguste Comte, com raízes no movimento iluminista, propõe que o conhecimento científico é uma atividade social do homem e somente através do método científico é possível se obter um conhecimento confiável. Esse raciocínio se opõe ao conhecimento metafísico e da teologia. Em termos de método, nega a introspecção e adota um critério de verdade baseado no consenso entre observadores. O positivismo lógico seria uma das variantes do positivismo clássico de Comte, elaborada por autores do chamado Círculo de Viena. Esse movimento foi muito influente na ciência da primeira metade do século 20, inspirando muitos autores behavioristas de tendências diversas. Para os positivistas lógicos o conhecimento seria validado pela lógica ou pela observação. Nesse sentido, uma vez que só se pode conhecer o que chega pelos sentidos, e que não se pode conhecer o que está na própria consciência, então, não se pode negar a consciência, tampouco se pode estudá-la (Matos, 1999).



do pragmatismo. Skinner (1945/1984d), em uma versão revisada desse mesmo artigo expressou diretamente sua discordância em relação à tese positivista de que a verdade em ciência deveria ser alcançada por acordo entre observadores: “o critério final para a adequação de um conceito não é se duas pessoas chegam a um acordo, mas se o cientista que usa o conceito consegue operar de modo bem-sucedido sobre seu material” (p. 552, tradução nossa). Em sequência à discordância, Skinner defende uma postura coerente com o pragmatismo, de que bons enunciados científicos deveriam ser úteis para o trabalho do cientista<sup>36</sup>.

Apesar de Skinner não ser identificado com um positivismo comtiano ou com um positivismo lógico, a sua obra teve forte influência do trabalho de Ernest Mach, que é caracterizado por alguns como uma forma específica de positivismo (Zuriff, 1980). Segundo Zuriff (1980), o positivismo de Mach é uma epistemologia que defende que teorias deveriam descrever observações organizando-as da forma mais econômica possível; essas descrições seriam consideradas verdadeiras de acordo com a sua conveniência ou efetividade.

A palavra “positivista” outras vezes é utilizada para classificar a obra de Skinner em um sentido diferente dos tradicionais. Por exemplo, Morris (1993) classifica Skinner como um positivista descritivo, com características próprias e incompatíveis com as formas tradicionais de positivismo: (a) o significado de construtos hipotéticos não residiria em uma rede de afirmações lógicas e verificáveis por meio do comportamento público, do ponto de vista skinneriano o significado desses termos estaria na própria descrição das contingências em vigor que estivessem ocorrendo quando o termo que se refere ao construto hipotético fosse utilizado, e as próprias contingências controlassem a utilização do termo; (b) a construção de uma teoria baseada no indução, ao invés da

---

<sup>36</sup> A aproximação de Skinner com o pragmatismo será tratada adiante.

dedução; (c) a negação de um critério de verdade baseado na concordância entre observadores e a adoção de um critério de verdade pragmático.

Zuriff (1980) discute critérios de verdade que seriam incompatíveis com o behaviorismo radical skinneriano. Além dos já mencionados critérios de verdade por correspondência ou por concordância entre observadores, ele também nega a adesão a um critério de verdade de “verificação através da observação científica”, como se o cientista ou o método científico tivesse algum privilégio para a descoberta do real. Segundo essa visão, o conhecimento não científico poderia se iludir pela aparência das coisas, e apenas o método científico, por meio de uma observação científica cuidadosa, possibilitaria o acesso à realidade de fato. Zuriff baseia sua alegação na seguinte citação de Skinner (1974):

É um erro... dizer que o mundo descrito pela ciência está... mais próximo do que “o que realmente está lá”... todo comportamento é determinado... por consequências, e os comportamentos tanto do cientista quanto do não cientista são modelados pelo que realmente está lá, mas de modos diferentes. (p. 127, tradução nossa)

Portanto, para Skinner, não existiria uma diferença entre o conhecimento científico e o não científico que fosse baseada em um suposto alcance, por parte do cientista, à realidade de fato. Zuriff (1980) complementa a sua interpretação baseado em outro trecho da obra de Skinner: “nossa ‘percepção’ do mundo – nosso ‘conhecimento’ dele – é nosso comportamento com relação ao mundo. Ele não deve ser confundido com o próprio mundo” (Skinner, 1953/2005a, p. 140, tradução nossa). Em conjunto, esses dois trechos mostram que, para Skinner, qualquer conhecimento, seja ele produzido por cientistas ou por não cientistas, é considerado como um comportamento. O conhecimento é estabelecido em uma interação de organismos, cientistas ou não, com o

mundo. O conhecimento, ao depender da interação do sujeito com o mundo, necessariamente é limitado e influenciado por essa interação, e não existe nenhum tipo de conhecimento que escape, ou alcance algo para além, da própria interação com o mundo, como um mundo real separado do sujeito que o conhece. Portanto, o conhecimento alcançado pela observação científica não teria nenhum *status* diferente, em relação ao acesso privilegiado à realidade, de qualquer outra forma de conhecimento.

Muitos autores têm afirmado que a proposta filosófica behaviorista radical compartilharia muitas similaridades com uma epistemologia pragmática<sup>37</sup> (Abib, 1999, 2001b; Barnes Holmes, 2000, 2005; Barnes & Roche, 1994, 1997); Baum, 2005/2006; Burton, 1980; Day, 1983; Dougher, 2002; Hayes, 1987, 1997; Hayes & Brownstein, 1986; Hayes & Hayes, 1992a; Hayes et al., 1988; Lamal, 1983; Lattal & Laipple, 2003; Laurenti, 2012; Leigland, 1999; Moore, 1987, 2017; Morris, 1988, 1993, 1997; Moxley, 2002, 2003, 2004; Schneider (1997); Tourinho, 1996; Zuriff, 1980). Segundo Leigland (1999), a aproximação de Skinner com o pragmatismo pode ser notada em três temas principais: (a) a adoção de um critério de verdade pragmático, que considera verdade como ação efetiva; (b) a visão de ciência como uma forma de comportamento humano em interação com o mundo, que seria influenciado por variáveis linguísticas, culturais e contextuais; e (c) o antirepresentacionismo.

Segundo Tourinho (1996), as posições filosóficas que acreditam na possibilidade de uma correspondência entre o conhecimento científico e a realidade, sem influências

---

<sup>37</sup> Embora para os objetivos desse trabalho o pragmatismo esteja sendo tratado como uma perspectiva epistemológica única, que compartilha características semelhantes, é importante esclarecer que existem correntes diversas do pragmatismo que, segundo Tourinho (1996), podem ser divididas em dois grandes grupos: (a) um pragmatismo preocupado com um valor de verdade funcional do conhecimento, desenvolvido no final do século XIX e início do século XX, com representantes como William James, Charles Peirce e John Dewey; (b) e outro contemporâneo, com autores como Willard Quine, Donald Davidson e Richard Rorty, que focam em um relativismo linguístico e cultural como inerente a qualquer forma de conhecimento.

do próprio cientista ou da cultura são categorizadas como representacionistas, e para elas o conhecimento científico seria visto como um espelho preciso da realidade. Segundo essa definição, todas as teorias vistas até então como incompatíveis com o behaviorismo radical – teoria da verdade por correspondência, de consenso entre observadores e de verificação através da observação científica - seriam representacionistas. Tourinho (1996) identifica a utilização de um raciocínio representacionista que começa na Grécia antiga e adquire contornos bem delimitados já nos movimentos – racionalista e empirista – do século XVII; para essas propostas filosóficas, a razão ou a experiência, somadas ao uso correto do método científico, permitiriam o acesso à realidade. Existem variantes do representacionismo que atribuem à mente (representações mentais) ou à linguagem (em versões da filosofia analítica da linguagem) propriedades especiais que alcançariam a realidade (Leigland, 1999). Segundo Leigland (1999), o representacionismo seria a base para dicotomias como: mente-corpo, aparência-realidade (ou essência) e linguagem-fato.

Leigland (1999, 2004) traz uma série de citações de Skinner contrárias à noção de representacionismo e a favor do pragmatismo, com a defesa da ciência como comportamento do cientista e com a utilização de um critério de verdade pragmático. Um bom exemplo de como um raciocínio representacionista, pautado no alcance do real pelo cientista, é negado por Skinner (1953/2005a), em favor de um raciocínio pragmático, está no seguinte trecho:

Usualmente, objetos são capazes de gerar muitos tipos diferentes de estímulos que estão relacionados uns aos outros de certos modos. Respostas a algumas formas de estimulação são mais prováveis de estarem “corretas” do que respostas a outras, no sentido de que elas são mais prováveis de levar a comportamento efetivo. Naturalmente esses modos são preferidos, mas qualquer

sugestão de que eles nos levarão mais próximos do mundo “real” está fora de lugar aqui. (p. 139, tradução nossa)

Em vez de utilizar o representacionismo para validar o conhecimento científico, Skinner entendia o conhecimento científico como comportamento verbal. Leis e teorias, para Skinner, funcionariam como regras para governar o comportamento do cientista ao fazer ciência. Como qualquer comportamento verbal, os comportamentos do cientista de observar e de descrever um evento estariam sujeitos a múltiplas influências (sociais e culturais), além das propriedades do próprio evento (Skinner, 1957). Nesse sentido as descrições do cientista (regras) não são os próprios eventos ou contingências descritos. As descrições do cientista, para Skinner, não devem ser avaliadas por qualquer capacidade de alcançar a realidade (o que é incompatível com essa visão), mas pela capacidade dessas regras de controlar efetivamente o comportamento do próprio cientista. Nas palavras de Skinner, as leis científicas “não são... obedecidas pela natureza, mas por homens que tratam efetivamente com a natureza" (Skinner, 1966/1984a, p. 585, tradução nossa). Essa formulação é bem representada no seguinte trecho de Skinner (1974):

O conhecimento científico é comportamento verbal.... É um corpus de regras para ação efetiva, e há um sentido especial em que ele poderia ser “verdadeiro” se ele gera a ação mais efetiva possível. Mas regras nunca são as contingências que elas descrevem; elas permanecem sendo descrições, e sofrem das limitações inerentes ao comportamento verbal.... [Uma] proposição é “verdadeira” na medida em que, com sua ajuda, o ouvinte responde efetivamente à situação descrita. (p. 235, tradução nossa)

O critério de verdade pragmático, encontrado em Skinner, de que a validade do conhecimento estaria em sua eficiência, seria avaliado segundo a sua capacidade de

previsão e de controle do objeto estudado, no caso da psicologia, o próprio comportamento humano. Essa conclusão pode ser observada na seguinte passagem:

O “sistema” científico, como a lei, é planejado para nos habilitar a lidar com um assunto mais eficientemente. O que nós chamamos de concepção científica de algo não é conhecimento passivo. A ciência não está preocupada com contemplação. Quando descobrimos as leis que governam uma parte do mundo à nossa volta, e quando organizamos essas leis em um sistema, estamos, então, prontos a lidar efetivamente com aquela parte do mundo. Ao prever a ocorrência de um evento, somos capazes de nos preparar para ele. Ao arranjar condições de maneiras especificadas pelas leis de um sistema, não apenas predizemos, controlamos: “fazemos” com que um evento ocorra ou com que assuma certas características. (Skinner, 1953/2005a, p. 14, tradução nossa)

Skinner (1984b) expressa com clareza sua posição sobre o critério para se estabelecer conhecimento científico válido: “no que me diz respeito, a ciência não estabelece verdade ou falsidade; ela busca o modo mais efetivo de lidar com os assuntos” (p. 607-608). Por fim, em uma entrevista de Skinner (1979a), em que ele foi questionado sobre qual seria o sistema filosófico que melhor se ajustaria à teoria do condicionamento operante, ele respondeu que o pragmatismo de Peirce estava muito próximo de uma análise operante.

Com base nas discussões expostas até o momento, a compatibilidade de Skinner com o pragmatismo é uma possibilidade aventada por muitos analistas do comportamento e encontra respaldo em sua obra. A aproximação dessa interpretação epistemológica pragmatista de Skinner com o critério de verdade pragmático (trabalho bem-sucedido) do contextualismo funcional, filosofia da ACT, é possível e foi

defendida pelo próprio Steven Hayes (Hayes, 1997; Hayes & Brownstein, 1986; Hayes et al., 1988).

Sobre a compatibilidade da TAC com essa interpretação pragmática, em relação principalmente ao critério de verdade da obra de Skinner, não foi aventada nos textos analisadas, embora dois argumentos possam ser mencionados a favor da compatibilidade da TAC com o pragmatismo: (a) como foi visto, o raciocínio clínico da TAC segue um raciocínio pragmático para a sua validação, segundo os critérios de previsão e controle, o que é compatível com o exposto sobre a visão skinneriana; (b) a alegação dos autores da TAC de que sua filosofia é o behaviorismo radical de Skinner permite uma transposição das interpretações da obra de Skinner para a própria TAC. Neste sentido, seria possível alegar uma compatibilidade entre os critérios de verdade da TAC com a ACT, e de ambas com o behaviorismo radical de Skinner.

### **Posicionamento sobre a questão mente e corpo**

#### **Caracterização da ACT**

Para a ACT, os eventos privados são eventos aos quais apenas a pessoa que os apresenta tem acesso; eles se referem a pensamentos, sentimentos, memórias e sensações corporais, como pode ser visto no seguinte trecho: “eventos privados (coisas que apenas a pessoa que os tem pode experienciar diretamente, tais como pensamentos, sentimentos, memórias, sensações corporais e outras semelhantes) (Hayes et al., 1999, p.34, tradução nossa).

A ACT considera a separação entre eventos privados e eventos públicos apenas pela sua acessibilidade, assumindo que todos esses eventos são comportamentos (atos em contexto); nesse sentido, eventos privados não possuem diferenças em relação a eventos públicos quanto à sua determinação. A função dos eventos privados, assim como a dos eventos públicos, é alterada por meio da manipulação do contexto externo,

isto é, em última instância, eles são considerados variáveis dependentes das variáveis independentes externas. Eventos privados não são considerados causas do comportamento. Como pode ser no visto no seguinte trecho de Hayes et al. (1999):

... se pela palavra causa queremos dizer algo que possa ser usado diretamente para mudar fenômenos psicológicos importantes, *então pensamentos e sentimentos não podem causar comportamento. De uma perspectiva contextualista funcional, apenas eventos externos ao comportamento podem “causar” comportamento* [ênfase adicionada].... Se dizemos que um pensamento causa uma ação, estamos, de fato, dizendo que uma variável dependente causa uma variável dependente. Onde está a variável independente? Por essa razão filosófica, se as suposições do contextualismo funcional são adotadas, *todas as formas de comportamentos – públicos ou privados – podem participar em relações causais gerais* [ênfase adicionada], mas elas mesmas não podem ser vistas como causas de outros comportamentos do mesmo indivíduo. (p. 55-56, tradução nossa)

Portanto, para a ACT, eventos públicos e privados se diferenciam apenas pela acessibilidade. No mais, ambos são função de variáveis externas, portanto são tratados como tendo uma mesma “natureza comportamental”; nesse sentido, parece não haver nenhuma suposição de diferenciação quanto a sua natureza ontológica.

A utilização de substantivos para se referir a determinados atos em contexto é uma opção dos autores que parece sugerir um caráter mentalista da ACT. Seguem alguns exemplos de Hayes et al. (1999): (a) “redes de relações de estímulos derivadas altamente elaboradas e interconectadas. Isto é aquilo de que as *mentes* [ênfase acrescentada] estão cheias” (p.44, tradução nossa); (b) “ações psicológicas” (p.43, tradução nossa); (c) “Suponha que alguém tenha tentado não se lembrar de um dado



evento. *Memórias* [ênfase acrescentada] não são comportamento voluntário simples – uma vez que um evento tenha ocorrido, memórias serão associadas a ele” (p.67, tradução nossa).

Hayes et al. (1999) utilizam esses termos livremente no texto, embora sinalizem, em alguns trechos, que estão se referindo a atividades do organismo que são produzidas por uma determinada história de reforçamento. Portanto, para a ACT essas expressões não são consideradas lugares nem estruturas internas, embora a utilização linguística desses termos faça parecer que sim (essa discussão será retomada quando se estiver tratando da variável “terminologia”). São discutidos, a seguir, dois exemplos de termos que geram confusão a esse respeito - mente e molduras relacionais - mas que são considerados numa perspectiva não mentalista pela ACT.

A ACT define o termo “mente” como repertórios de processos privados e públicos de atividades verbais, como, por exemplo, avaliar e categorizar. Portanto, o que está sendo referido como mente são atividades, ou comportamentos, do organismo, de natureza verbal. Tecnicamente eles são contrários ao entendimento de mente como uma coisa, um local ou um depósito. Também é importante atentar para o fato de que quando o termo mente é utilizado, ele inclui eventos públicos, o que fortalece a interpretação de que não existe uma separação mente e corpo para a ACT. Nas palavras de Hayes et al. (1999):

Em linguagem leiga isto é bem reconhecido, mas os processos envolvidos não são precisamente descritos. Por exemplo, os processos verbais que estamos descrevendo são frequentemente chamados “mentais”. *Diz-se que eles estão depositados em nossas “mentes”*. *Alguns cientistas comportamentais resistem em usar tais termos, e como uma questão técnica, estamos de acordo* [ênfase acrescentada]. Mas não há nada de errado em usar tais termos para se referir a

um conjunto de funções verbais que podem ser tecnicamente analisadas ou em se usar tais termos em terapia para propósitos clínicos. Quando falamos de “mentes”, estamos aqui nos referindo ao repertório de atividades verbais públicas e privadas de um indivíduo (usando nossa definição técnica de verbal): avaliar, categorizar, planejar, raciocinar, comparar, referir, e assim por diante. *Apesar de que vamos usar a forma substantiva, a mente não é uma coisa* [ênfase adicionada]. O cérebro é uma coisa, repleta de matéria branca e cinza, estruturas do mesencéfalo, e assim por diante, mas a mente é um repertório, não um lugar. [*Minding*] seria uma descrição mais precisa, embora mais incômoda. (p.49, tradução nossa)

Molduras relacionais, para a ACT, referem-se a um padrão de responder relacional arbitrariamente aplicável, contextualmente controlado<sup>38</sup>, o que implica que foi adquirido por uma história de aprendizagem. Logo, Hayes et al. (1999) estão se referindo, novamente, a comportamentos do indivíduo e não a coisas ou entidades que se encontram em um lugar dentro do indivíduo, como pode ser visto nesse trecho:

Estamos, agora, prontos para definir o termo moldura relacional. Esse termo é usado para especificar um padrão particular de responder relacional contextualmente controlado e arbitrariamente aplicável, envolvendo vinculação mútua, vinculação combinatória e transformação de funções de estímulo. Esse padrão de responder é estabelecido por uma história de reforçamento diferencial por produzir tais padrões de respostas relacionais na presença de dicas

---

<sup>38</sup> Segundo Hayes e Hayes (1992b), em um operante relacional, o responder é controlado pela relação entre estímulos (controle por estímulo discriminativo). Por sua vez, a relação entre estímulos é controlada contextualmente, o que é chamado de controle contextual (controle por um estímulo discriminativo condicional). Hayes e Hayes distinguem dois tipos de controle contextual: o controle exercido por um estímulo, chamado de dica contextual, (a) sobre a relação entre eventos e (b) sobre a função dos eventos relacionados; uma vez que pode ocorrer a transformação da função de estímulos arbitrariamente relacionados.

contextuais relevantes, não por uma história de treinamento não relacional direto relativo aos estímulos envolvidos (ver Hayes, 1991, e Hayes & Hayes, 1992a, para maior elaboração). *Embora o termo moldura relacional seja um substantivo, ele sempre se refere ao ato situado de um organismo. Isto é, o organismo não responde a uma moldura relacional. Ele responde a dicas contextuais historicamente estabelecidas – e a resposta é emoldurar esses eventos relacionalmente* [ênfase adicionada]. Embora emoldurar relacionalmente possa ser preferível, de uma perspectiva técnica (ver Hayes & Hayes, 1992a, e Malott, 1991, para mais discussão), usaremos a menos incômoda forma substantiva. (p. 41, tradução nossa)

Portanto, parece que a ACT não adota uma separação ontológica entre mente e corpo; logo, ela seria uma proposta monista, considerando-se que: (a) ela trata eventos privados da mesma forma que os públicos, utilizando uma separação apenas por acessibilidade e não por natureza; (b) eventos públicos e privados são ambos tratados como variáveis dependentes e são função de variáveis independentes externas; (c) embora alguns construtos sejam utilizados, como, por exemplo, o termo mente, os termos não se referem a uma coisa ou a um lugar; referem-se a atos em contexto operacionalmente especificados.

A discussão ontológica sobre qual é a natureza específica dos eventos tratados pelo contextualismo funcional é ignorada, devido ao caráter pragmático e a-ontológico de sua posição epistemológica: “o contextualismo funcional é, por contraste, peculiarmente a-ontológico – nunca podemos ir de funcionalidade para questões do ser” (Hayes et al., 1999, p. 19-20, tradução nossa). Poder-se-ia dizer que o contextualismo funcional trata eventos públicos e privados da mesma forma porque considera mais útil tratá-los dessa forma, no sentido de que tem obtido sucesso ao tratá-los assim, à medida

que se pode investigar as variáveis que alteram a função de eventos privados, da mesma forma como os públicos.

Um último esclarecimento se faz necessário: embora a ACT, como se viu, não pareça utilizar uma separação ontológica entre mente e corpo, em um trecho do livro de Hayes et al. (1999), da página 184 à 187, é enfatizado que a ACT não nega a distinção espírito-matéria; ao contrário, considera que essa distinção é avançada e importante, em termos de sua utilidade.

Estamos argumentando que a distinção entre o conteúdo conceitualizado e um senso de “eu observador” é a fonte experiencial da distinção matéria-espírito.

Essa distinção é antiga, originando-se muito antes de uma perspectiva científica dominante na cultura humana. Em vez de rejeitar essa distinção, a presente análise sugere que ela é bastante sensata e sofisticada. (p.186, tradução nossa)

A seguir são explorados argumentos que sustentem que essa aceitação da distinção mente-corpo pela ACT ocorre devido a sua utilidade, e não a sua natureza ontológica. Analisando-se o contexto no qual essa afirmação aparece, é possível perceber que ela ocorre durante uma explicação do que foi chamado de “eu observador”, e o que os autores argumentam é que essa forma de explicação do eu observador é similar à distinção do senso comum entre espírito e matéria, que teria sido utilizada por diferentes religiões ao longo da história. Então, a distinção espírito-matéria seria razoável e sofisticada, na medida em que coincide com uma explicação técnica que a ACT oferece com base em uma ciência atual. Como pode ser visto em Hayes et al. (1999):

À medida que esse senso de perspectiva é formado, uma distinção fundamental fica disponível entre o conteúdo literal de um evento verbal e o senso de lócus a partir do qual as observações são feitas. Essa distinção forma a base da distinção

matéria-espírito, que parece ter surgido em praticamente todas as culturas humanas complexas. (p.185, tradução nossa)

Para entender o que os autores querem dizer com essa comparação entre a definição de “eu observador” e a distinção popular entre matéria e espírito, é necessário esclarecer o conceito de “eu observador”. O eu observador (também referido como “senso do eu” ou “eu como perspectiva”) seria uma consciência do lócus experiencial, como afirmado por Hayes et al. (2012): “Nós diríamos que um senso de *self* como lócus ou contexto não pode mudar uma vez que emerge, porque é tão básico e fundamental. Como organismos, temos sim um lócus, mas, paradoxalmente, a consciência de um lócus experiencial [ênfase acrescentada] parece transcendente” (p.186, tradução nossa).

Por sua vez, o entendimento do eu observador como consciência do lócus experiencial exige uma análise do que Hayes et al. (1999) entendem – incluindo as definições e os processos que estabelecem esses conceitos – por consciência, mais precisamente, por autoconsciência (que seria uma espécie de consciência de si mesmo), e por lócus experiencial. Os autores entendem autoconsciência, também chamada de autoconhecimento, como Skinner o definiu, em 1974, como o responder sob controle do seu próprio responder, ou ver que se está vendo. Essa forma de responder seria estabelecida pela comunidade verbal, que, por meio de perguntas, faz o indivíduo ficar sob controle das suas próprias ações para relatá-las.

Desde um ponto de vista comportamental, a autoconsciência é responder às próprias respostas. Skinner (1974) usou o exemplo de ver. A maioria dos animais não humanos veem, mas os humanos também veem que eles veem. “Há uma... diferença entre se comportar e relatar que alguém está se comportando ou relatar as causas de seu comportamento. Ao organizar as condições sob as quais uma pessoa descreve o mundo público ou privado em que vive, uma

comunidade gera aquela forma muito especial de comportamento chamada conhecimento.... O autoconhecimento é de origem social” (Skinner, 1974, p. 30).... À medida que aprendemos a responder a perguntas como "O que aconteceu com você ontem?" "O que você viu?" "O que você comeu?" e assim por diante, surge uma tendência generalizada de responder verbalmente ao próprio comportamento. (Hayes et al., 1999, p.184-185, tradução nossa)

A formação de um *locus* experiencial exige o estabelecimento de uma tomada de perspectiva ou de ponto de vista, que, inicialmente, envolve a abstração da diferença entre eu e outros. Essa abstração também é estabelecida pela comunidade verbal, que exige que os membros da comunidade relatem ações dos outros e deles mesmos<sup>39</sup>. O que há de comum nos relatos sobre o próprio comportamento, e considerando-se toda a diversidade de conteúdo que se pode relatar, é a palavra “eu” e o próprio *locus* (outras palavras utilizadas como sinônimos são local, contexto ou perspectiva) do organismo que relata, o *locus* no qual ocorre a experiência do organismo. Uma observação importante é que o *locus* referido é o *locus* no qual o organismo se encontra, e não alguma forma de *locus* mental: “como organismos, temos um *locus*” (p.186, tradução nossa). Segue a explanação de Hayes et al. (1999):

Para ter a capacidade de relatar eventos verbalmente de uma maneira sofisticada, porém, é necessário desenvolver um senso de perspectiva ou ponto de vista e distingui-lo daqueles outros.... Esse processo de aprender a ter uma perspectiva é ampliado por termos verbais como aqui e ali, ou agora e depois, que são definidos em relação a uma perspectiva.... Quando são feitas muitas, muitas perguntas para as pessoas sobre suas histórias ou experiências, a única coisa que será consistente não é o conteúdo da resposta, mas o contexto ou perspectiva em

---

<sup>39</sup> Sob o ponto de vista da RFT, a abstração da diferença entre eu e outros pode ser entendida como uma forma de responder relacional, no qual a relação abstraída é a própria perspectiva ou *locus*.

que a resposta ocorre. “Eu” em algum sentido significativo é a localização que resta quando todas as diferenças de conteúdo são subtraídas.... O “eu” a que se refere não é apenas um organismo físico, é também um lócus, lugar ou perspectiva. (p.185, tradução nossa)

Então, à medida que a comunidade verbal faz perguntas para um membro sobre os seus próprios comportamentos, simultaneamente ela desenvolve uma autoconsciência, no sentido de o indivíduo observar seus próprios comportamentos, e uma abstração do eu enquanto lócus onde a experiência do indivíduo ocorre. Tomados em conjunto, a autoconsciência e o lócus experiencial permitem que o indivíduo observe o lócus no qual ocorrem os seus próprios comportamentos e experiências, inclusive os eventos privados relacionados ao lócus; esse ponto de vista onde ocorre a própria observação é o que os autores chamam de eu observador.

Hayes et al. (1999) observam similaridades no contexto no qual os termos “eu observador” e “espírito” são utilizados, logo, eles são tratados como equivalentes. Para os autores, ambos se referem a um lócus que não pode ser tratado como uma coisa ou um objeto, pois ele não tem limites, no sentido de dimensões espaciais delimitadas. Como ninguém experiencia nada fora do seu próprio lócus, não se tem uma comparação ou um limite preciso do espaço. Nesse sentido, esse senso de perspectiva não é como nenhum objeto no mundo, logo, essa experiência de observar o seu próprio lócus é diferente de observar outros objetos. Hayes et al. (1999) afirmam:

(...) “espírito” é um evento privado que não pode ser experienciado como coisa ou objeto. Em nossa cultura dualística, matéria e espírito estão em oposição, mas um senso de você-como-perspectiva tem as propriedades exatas de “espírito” assim definidas. Um senso de lócus ou perspectiva não é "como uma coisa" para a pessoa que o experimenta. Não é possível ter uma perspectiva diferente da sua.

Você pode imaginar como seria ter uma perspectiva diferente... mas, mesmo ao imaginar, você vê essas imagens de uma perspectiva local. Onde quer que você vá, aí está você. Tudo o que você sabe verbalmente, você estava lá para saber verbalmente. Pode-se estar consciente dos limites de tudo, exceto de sua própria consciência. Esse senso de unidade não é "como uma coisa" de forma alguma, porque não tem bordas ou distinções diretamente disponíveis. Por outro lado, todas as "coisas" devem ser evidentemente finitas – devem ter bordas ou limites experimentados. São as bordas ou limites que nos permitem ver algo. Se uma coisa estivesse absolutamente em toda parte, não poderíamos vê-la como uma coisa. Para a pessoa que está experimentando, você como perspectiva não tem bordas ou limites estáveis e, portanto, não é totalmente experimentado como uma coisa". (p.185-186, tradução nossa)

Nesse trecho sugere-se que esse lócus experiencial possa ser sentido como um evento privado – “'espírito' é um evento privado que não pode ser experienciado como uma coisa ou objeto” (p.186) –, por isso a utilização dos termos senso de lócus ou senso de perspectiva (p.186), como se algum evento privado pudesse ser sentido. Essas características do entendimento do que estaria sendo tratado como espírito (eu observador), não sugere nenhum evento ou processo sobrenatural ou não material: (a) espírito é tratado como um evento privado, que se diferencia de um público apenas por acessibilidade; (b) os processos de formação do eu observador envolvem interações de contingências com a comunidade verbal e (c) há referências apenas a comportamentos como abstração, observação e relatos verbais, ou seja, não há indícios de eventos sobrenaturais na formação do que está sendo chamado de eu conceitual ou espírito.

Alguns trechos de Hayes et al. (1999) mostram a utilidade do conceito de eu observador: assim como a distinção espírito-matéria, ele ajudaria em pelo menos dois



processos psicoterápicos importantes para a intervenção da ACT: na “desliteralização” da linguagem e na aceitação, como pode ser visto, respectivamente, nos seguintes trechos de Hayes et al. (1999): “Este senso de eu observador é fundamental para o trabalho de aceitação” (p.186, tradução nossa) e:

*Muitas vezes é terapeuticamente útil referir-se à minding [mente na forma verbal] como se fosse uma entidade [ênfase acrescentada]. Isso ajuda as pessoas a se desvincular da hegemonia da linguagem, tratando esse domínio comportamental quase como se tratasse outra pessoa. Isso ajuda os humanos a se desidentificarem das suas “mentes”, e, assim, se reduz as formas prejudiciais de controle social / verbal das quais as mentes são um repositório. (p.69, tradução nossa)*

Poder-se-ia argumentar que o critério de verdade para a ACT está ligado à sua utilidade e não à sua ontologia, logo, a distinção mente-corpo seria verdadeira para a ACT. Embora essa afirmação seja correta, ela não significa que a ACT adota uma separação ontológica entre mente e corpo, pois como argumentado anteriormente ela parece não o fazer.

Assim, concluindo, a ACT não adota uma separação ontológica entre mente e corpo – esses eventos parecem ter a mesma natureza –, porém postula que o espírito, e o mesmo valeria para a mente, são conceitos verbais, ensinados pela comunidade verbal, que podem ser úteis em alguns contextos, como o da terapia – logo, seriam pragmaticamente verdadeiros.

### **Caracterização da TAC**

Dentre os textos da TAC analisados, três deles deixam explícita uma posição monista-materialista adotada pela TAC (Banaco et al., 2010; Meyer et al., 2010, Zamignani et al., 2016); nenhuma discordância a esse respeito foi encontrada nos outros

textos analisados. Meyer et al. (2010) ilustram bem essa concepção: “entre os pressupostos filosóficos da terapia analítico-comportamental... [estão] uma visão monista do homem e de uma concepção materialista e interacionista dos fenômenos psicológicos” (p.154). O monismo adotado pela TAC estaria em oposição a interpretações dualistas de boa parte da psicologia tradicional, que atribui uma origem imaterial e, logo, inobservável aos fenômenos psicológicos, além de uma concepção de que esses fenômenos psicológicos determinariam os comportamentos públicos. Esse argumento pode ser visto em Meyer et al. (2010):

[Um] pressuposto filosófico da análise do comportamento é a concepção monista de homem. Os analistas do comportamento partem do princípio de que o homem é constituído por uma única substância e seu comportamento é um fenômeno natural, acessível à análise científica. Esta concepção é oposta à denominada dualista, segundo a qual o homem é constituído por duas substâncias, uma material, outra imaterial. Para o dualismo, fenômenos psicológicos têm origem na substância imaterial do homem. Nesse caso o comportamento (reconhecido como um evento material) seria uma manifestação superficial (sintomas externos) de processos de natureza mental e inobserváveis. (p. 55)

A TAC, portanto, se afastaria de explicações metafísicas e internalistas e adotaria um modelo explicativo ambientalista-externalista (como foi discutido na variável modelo explicativo), que pode ser visto em Banaco et al. (2010): “com base em uma perspectiva científica e ‘extemalista’ [da Análise do Comportamento], ela rejeitava qualquer explicação metafísica para o comportamento (Keefe, Kopel e Gordon, 1980)” (p.176).

Isso não implica uma desconsideração dos fenômenos privados, que, para a TAC, baseada na Análise do Comportamento, seriam considerados eventos privados, que teriam a mesma natureza dos eventos públicos, com a única diferença referente a sua acessibilidade. Os eventos públicos seriam potencialmente observados por mais de uma pessoa, enquanto os eventos privados só poderiam ser observados pela pessoa na qual eles ocorrem. Esse argumento é desenvolvido por Meyer et al (2010):

Decorre do monismo que sensações, sentimentos e pensamentos são considerados fenômenos (relações) de natureza material, diferenciando-se de outros tipos de comportamentos apenas porque parte de sua ocorrência (algum estímulo, ou alguma resposta) é privada e, portanto, seu acesso é limitado, sendo observáveis apenas por um indivíduo. Esses eventos não são considerados como “causa” de respostas abertas: ambos devem ser explicados com base nos determinantes ambientais, de natureza material. (p.155)

Sob o rótulo genérico de eventos privados estariam inclusas tanto respostas privadas quanto estímulos privados (que se encontrariam sob a pele). Esses estímulos e respostas privadas poderiam interagir com outros estímulos e respostas públicas ou privadas. Essa conceitualização pode ser vista em Meyer et al. (2010):

Entre os eventos privados encontram-se as respostas encobertas, que correspondem a ações executadas com uma participação tão reduzida do aparelho motor (inclusive a musculatura vocal) que não são visíveis aos outros... Entre os eventos privados encontram-se também os estímulos privados, que são parte do ambiente que se encontra “sob a pele” e que interage com a ação do indivíduo. (p.155-156)

## **Discussão – compatibilidade entre ACT, TAC e Análise do Comportamento**

A posição monista da TAC, vista nos trechos analisados parece inequívoca.

Entretanto, a interpretação oferecida neste trabalho com base na análise do livro da ACT (Hayes et al. 1999) – de que se trata de uma proposta monista e, logo, não dualista – pode ser contestada devido a uma insuficiência de argumentos favoráveis a uma interpretação monista e desfavoráveis a argumentos dualistas (embora pareçam, para o autor deste trabalho, argumentos razoáveis). Para resolver esse impasse, outros textos da ACT anteriores ou próximos à publicação do livro da ACT foram analisados com o intuito de se verificar se a interpretação realizada encontrava respaldo nesses outros materiais.

Embora não tenha sido feita uma afirmação direta e conclusiva sobre a ACT ser monista ou dualista, a classificação da ACT como uma proposta monista foi sustentada por quatro argumentos. Dois argumentos favoráveis a uma interpretação monista: (a) a distinção entre os eventos internos e externos é feita apenas pela acessibilidade (pública ou privada), sem nenhuma afirmação de diferenças ontológicas; (b) os eventos privados e públicos são tratados igualmente como comportamentos, inclusive com ressalvas explícitas de que ambos os eventos devem ser explicados e que possuem causas que devem ser buscadas fora do organismo. E outros dois argumentos que contrariam uma interpretação aparentemente dualista: (c) a utilização de uma linguagem livre, baseada no senso comum, com conotação mental, embora sugira o dualismo, é contraposta por observações pontuais de que esses termos não se referem a coisas ou a lugares, e eles são definidos como atos em contexto (comportamentos) operacionalmente especificados; (d) a alegação de que a separação entre matéria e espírito é uma separação culturalmente avançada é interpretada como uma separação pragmática, com valor de utilidade terapêutica, em vez de uma separação ontológica. Mais respaldo aos

argumentos “b” e “c” também podem ser vistos, respectivamente, nas variáveis *modelo explicativo* e *terminologia*.

No livro analisado da ACT (Hayes et al., 1999), como visto, os autores chegam a afirmar, em relação aos eventos chamados “mentais”: “diz-se que eles estão depositados em nossas ‘mentes’. Alguns cientistas comportamentais resistem em usar tais termos, e como uma questão técnica, estamos de acordo” (p.42, tradução nossa). Porém no livro não são tratadas quais seriam essas questões técnicas. Os argumentos técnicos de que Hayes seria contrário ao dualismo pode ser visto com detalhes em Hayes e Browstein (1986). Nesse artigo, os autores afirmam contundentemente que a Análise do Comportamento rejeita o dualismo, afirmando que essa proposta suporia fontes de controle do comportamento que estariam fora do alcance do empreendimento científico, ou seja, que substâncias imateriais controlariam o comportamento. Nos termos de Hayes e Brownstein (1986): “O dualismo literal é rejeitado [pela Análise do Comportamento] porque é cientificamente insustentável e porque deixa importantes fontes de controle sobre o comportamento fora do empreendimento científico” (p. 187, tradução nossa). Cinco anos após a publicação do primeiro livro da ACT, Hayes (2004b) mantém um argumento parecido: “não há métodos científicos que possam fornecer, de forma confiável, teorias postulantes de entidades como um caminho para o sucesso científico” (p. 37, tradução nossa).

Afirmações categóricas sobre a adoção do monismo e sobre a rejeição do dualismo podem ser encontradas, respectivamente, em Hayes (1987) – “A essência do behaviorismo radical pode ser resumida em quatro palavras: contextualismo, monismo, funcionalismo e antimentalismo” (p. 328) – e em Gifford e Hayes (1999) – “A força do contextualismo descritivo é a sua consistência .... Ele oferece, indiscutivelmente, a expressão mais pura da rejeição do dualismo e do pensamento fundacional” (p. 305,

tradução nossa). Mais uma defesa de uma postura não dualista pode ser vista em Friman, Wilson e Hayes (1998) – em uma tréplica a uma réplica (Lamal, 1998) de um artigo sobre o estudo das emoções na Análise do Comportamento (Friman, Hayes et al., 1998) – responderam a réplica afirmando que a crítica seria direcionada tanto ao artigo deles quanto à interpretação skinneriana sobre emoções, “Skinner tentou eliminar esse dualismo definindo toda atividade humana como comportamento, mesmo quando a atividade é observável apenas pelo ator sozinho” (p.707, tradução nossa), e concluíram: “estamos do lado da postura não dualista mais minuciosa do Skinner” (p.707, tradução nossa).

Similarmente aos usos dos termos mente e quadros relacionais citados anteriormente em Hayes et al. (1999), Friman, Hayes et al. (1998), ao discutir a possibilidade de estudo das emoções pela Análise do Comportamento, analisaram o termo ansiedade. A interpretação quanto à ansiedade, concordante com Skinner, é de que ela é um termo (categoria) e não uma coisa que contenha alguma essência: “um aparente obstáculo a essa linha de investigação potencialmente produtiva é a suposição convencional, mas falsa, de que a ansiedade, como categoria, tem uma composição essencial” (p. 138, tradução nossa).

Nesse mesmo texto, Friman, Hayes et al. oferecem um outro argumento, retirado de Skinner, de que seria possível estudar os termos mentalistas da linguagem cotidiana da mesma forma que Skinner propõe o estudo de eventos privados segundo a lógica do seu artigo “*The operational analysis of psychological terms*”: “Skinner minimizou o valor científico da pesquisa sobre a forma de respostas emocionais e em vez disso recomendou o estudo das contingências que governam a fala sobre emoções” (p. 140, tradução nossa). O mesmo argumento é utilizado para a interpretação do termo espírito

por Hayes (1984): “os termos devem ser entendidos ao se identificar as condições sob as quais eles são usados e os efeitos que o seu uso tem” (p. 100, tradução nossa).

Por fim, a interpretação anteriormente oferecida ao livro de de Hayes et al. (1999) sobre a utilização prática da distinção espírito-matéria (ou mente e corpo) em contraposição à distinção ontológica entre espírito-matéria encontra respaldo no texto de Hayes (1984) “*Making sense of spirituality*”, no qual o autor já havia escrito a mesma argumentação encontrada no livro da ACT analisado. Argumentos contrários à distinção ontológica entre espírito e matéria podem ser vistos nos seguintes trechos de Hayes (1984): “é claro que os behavioristas (enquanto se comportam como behavioristas) não acreditariam que o dualismo é literalmente verdadeiro” (p.101, tradução nossa); e “a estratégia... [deste] artigo é buscar eventos físicos reais que ocasionem a distinção matéria/espírito, enquanto reconhecem plenamente que simplesmente porque temos um termo para algo não significa que ele exista literalmente” (p. 101, tradução nossa).

Da mesma forma, argumentos favoráveis à distinção pragmática entre espírito e matéria também podem ser encontrados nos seguintes trechos de Hayes (1984): “acredito que uma análise comportamental da espiritualidade leva a resultados importantes para uma visão comportamental de vários outros tópicos, incluindo autoconsciência e processos terapêuticos” (p. 99, tradução nossa); “o controle por autoregras pode ser enfraquecido ao vê-las do ponto de vista de você-como-perspectiva, e talvez um comportamento mais criativo (presumivelmente modelado por contingências) possa surgir” (p. 108, tradução nossa); e “é irônico, mas a ciência e o materialismo podem fornecer uma boa análise racional para a utilidade funcional dos aspectos do dualismo que pretende suplantar” (p. 109, tradução nossa).

Portanto, segundo as evidências apresentadas, Hayes e seus colaboradores parecem usar termos psicológicos da linguagem popular do dia a dia de acordo com a

sua utilidade e com base em uma interpretação deles como conceitos que são utilizados em determinadas contextos, descartando qualquer interpretação dualista desses termos psicológicos. Assim, a ACT e a TAC parecem compartilhar a negação de uma ontologia dualista em prol de uma visão monista do comportamento (ou ato em contexto).

Nesse ponto, a ACT e a TAC são compatíveis com o behaviorismo radical skinneriano, visto que o behaviorismo radical é uma proposta monista, que se contrapõe ao dualismo na psicologia (Abib, 2001a; Baum, 2005/2006; Chiesa, 1994/2006, 1998; Hayes & Brownstein, 1986; Leonardi & Velasco, 2018; Matos, 1999; Moore, 2001, 2008; Zamith & Nico, 2012; Zilio, 2012; Zuriff, 2003).

Segundo a interpretação behaviorista radical, a fundação da psicologia enquanto ciência herdou uma tradição hegemônica sociocultural – com origem em diferentes religiões (Moore, 2008) e explicitada na filosofia cartesiana (Chiesa, 1994/2006, 1998) – um modelo explicativo baseado no dualismo ontológico mente-corpo, que estaria alastrado por toda a psicologia.

A proposta científica de Skinner surge em oposição ao behaviorismo metodológico (Matos, 1999; Zuriff, 2003), um dos herdeiros do dualismo na psicologia. Para o behaviorismo metodológico, a psicologia deveria evitar os processos mentais, pois não há metodologia capaz de estudá-los cientificamente, partindo-se de um pressuposto positivista – de que os objetos de estudo da ciência deveriam ser verificáveis por consenso entre observadores. Nesse sentido, a negação dos processos mentais como objeto de estudo é uma questão metodológica e não ontológica, não há alegação de que os processos mentais não existam ou que eles sejam fenômenos físicos. Portanto, o behaviorismo metodológico continua ontologicamente dualista.

Neste sentido, Skinner (1953/2005a) pontua que para o behaviorismo metodológico os eventos internos ao organismo “não possuem lugar na ciência porque a



ciência requer concordância entre os membros da comunidade” (pp. 282, tradução nossa) e, assim, “longe de evitar a distinção tradicional entre mente e matéria, ou entre experiência e realidade, na verdade essa visão a encoraja. Ela assume que há, de fato, um mundo subjetivo, que está além do alcance da ciência” (p. 282, tradução nossa).

A posição de Skinner é diametralmente oposta à do behaviorismo metodológico: ele acredita que embora haja limitações metodológicas para se estudar os eventos subjetivos (privados, em uma conceitualização skinneriana), mesmo assim eles são fenômenos “reais” e, logo, fazem parte do objeto de estudo da análise do comportamento (afastando-se de um critério baseado no consenso entre observadores). A questão para o behaviorismo radical de Skinner é ontológica<sup>40</sup>, quanto à natureza desses fenômenos. Ele nega o dualismo, em que fenômenos objetivos e subjetivos tenham naturezas distintas, e adota uma postura monista, ao defender que os eventos privados (tidos como mentais) tenham a mesma natureza dos eventos públicos, com a diferença restrita apenas à sua acessibilidade.

Essa interpretação pode ser encontrada em diversos momentos da obra de Skinner. Ele nega uma interpretação dualista dos eventos que ocorrem no interior do organismo, afirmando que, no behaviorismo radical, “nenhum tipo especial de substância mental é pressuposta” (Skinner, 1974, p. 220, tradução nossa). Afirma ainda: “eu prefiro a posição do behaviorismo radical, em que a existência de entidades subjetivas é negada” (Skinner, 1979b, p. 117, tradução nossa); e “o behaviorismo radical nega a existência de um mundo mental” (Skinner, 1963/1969a, p. 267, tradução nossa). Skinner enfatiza que ele não nega a existência de eventos que ocorrem dentro do

---

<sup>40</sup> Moore (2017) e Zuriff (2003) defendem que a negação do dualismo por Skinner seria uma questão pragmática, em vez de ontológica; Skinner estaria preocupado com a efetividade de sua ciência em lidar com os eventos privados.

organismo, o que ele nega é a suposição de que eles têm uma natureza distinta dos eventos não-mentais:

Uma análise do comportamento não apenas não rejeita qualquer um desses “processos mentais superiores”; ela tem conquistado a dianteira na investigação das contingências sob as quais eles ocorrem. O que ela rejeita é a suposição de que atividades comparáveis ocorrem no misterioso mundo da mente. (Skinner, 1974, p. 223, tradução nossa)

Como alternativa, Skinner propõe uma diferenciação dos eventos pela sua acessibilidade (pública ou privada), supondo uma mesma natureza para esses eventos: “a distinção entre público e privado não é, de modo algum, a mesma que entre físico e mental. É por isso que o behaviorismo metodológico (que aceita a primeira) é muito diferente do behaviorismo radical (que elimina o último termo da segunda [mental])” (Skinner, 1945/1984d, p. 552, tradução nossa); e “Um evento privado pode ser distinguido pela acessibilidade limitada, mas não, até onde sabemos, por alguma estrutura ou natureza especial” (Skinner, 1953/2005a, p. 257, tradução nossa).

As interpretações da TAC e da ACT são coincidentes com essa interpretação behaviorista radical da diferenciação dos eventos públicos e privados apenas pela sua acessibilidade, descartando qualquer interpretação dualista desses eventos.

Além da questão do dualismo *versus* monismo, uma segunda questão importante deve ser analisada. A adoção de uma postura monista não implica uma postura ontológica comum, visto que é possível, por exemplo, um monismo fiscalista ou materialista<sup>41</sup>, assim como é possível um monismo de substância mental, como no caso

---

<sup>41</sup> Neste trabalho os termos materialismo e fiscalismo estão sendo tratados como equivalentes (para um exame mais detalhado das diferenças, ver Abib, 2001a). Posteriormente, quando necessário, será oferecida uma definição precisa do que está sendo tratado por fiscalismo (ou materialismo); aqui, basta a definição de que os eventos do mundo seriam constituídos de uma substância material – a mesma estudada pela física e pelas outras ciências naturais.

do idealismo (Moore, 2008) ou do espiritualismo (Abib, 2001a), em que só existiria a dimensão mental. A próxima questão, portanto, é: que tipo de substância seria considerada para o objeto de estudo da ACT, da TAC e do behaviorismo radical de Skinner? A análise se iniciará, aqui, pelo behaviorismo radical, em relação ao qual ao menos quatro respostas diferentes podem ser encontradas.

Uma primeira e frequente interpretação é a de que, na obra de Skinner, os eventos do mundo são eventos naturais, o que é compartilhado com outras ciências naturais, segundo as quais a natureza desses eventos seria física/material. Por essa razão, a obra do Skinner é frequentemente tratada como fisicalista ou materialista (Burgos, 2004; Flanagan, 1980; Hackenberg, 2009; Leonardi, & Velasco, 2018; Matos, 1999; Reese, 1993; Staddon, 1993).

Essa interpretação encontra respaldo em vários trechos da obra de Skinner: “uma análise experimental descreve o estímulo na linguagem da física” (Skinner, 1966, p. 215, tradução nossa); “Observar uma pessoa se comportar... é como observar qualquer sistema físico ou biológico” (Skinner 1956/1961e, p. 206, tradução nossa); “... eu mantenho que minha dor de dente é tão física quanto minha máquina de escrever, embora não pública” (Skinner, 1945/1984d, p. 552, tradução nossa); “Eu acolho a posição, claramente favorável entre psicólogos e fisiologistas, e de modo nenhum estranha à filosofia, de que o que nós observamos introspectivamente, assim como o que sentimos, são estados do nosso corpo” (Skinner, 1975, p. 44, tradução nossa); “Eventos privados e públicos têm os mesmos tipos de dimensões físicas” (Skinner, 1963/1969a, p. 228); e “O behaviorismo começa com a hipótese de que o mundo é feito de apenas um tipo de substância – lidada com muito sucesso pela física.... Os organismos fazem parte desse mundo, e os seus processos são, por esse motivo, processos físicos” (Skinner, 1967, p. 325, tradução nossa).

Uma segunda tese sobre a natureza ontológica dos eventos estudados pela Análise do Comportamento é de que o behaviorismo radical adotaria uma ontologia relacional (Abib, 2001a, 2004; Barnes & Roche, 1994, 1997), “de acordo com a qual a única propriedade relevante para a existência do comportamento é a própria relação que o define” (Zilio, 2012, p.109), sem o comprometimento com o fisicalismo; uma vez que o comportamento só existiria na relação entre estímulo e resposta, estímulos e respostas não teriam existências isoladas da própria relação. Segundo Abib (2001a), essa tese ontológica relacional é derivada de uma radicalização do pragmatismo em oposição ao realismo.

Essa tese também encontra suporte na obra de Skinner, que estabelece a relação como o foco do estudo da Análise do Comportamento, ao invés dos elementos da relação, como pode ser visto desde cedo na definição de reflexo como uma “correlação observada entre um estímulo e uma resposta” (Skinner, 1931/1961c, p. 331, tradução nossa), que se estende para as definições posteriores de comportamento como relação entre organismo e ambiente (Skinner, 1953/2005a, 1974). Simultaneamente, também em outras passagens, é observado um desinteresse por explicações científicas baseadas em uma suposição da realidade, que é substituída por um interesse no próprio comportamento – relação – do cientista: “as leis científicas... especificam ou implicam respostas e suas consequências. Elas não são, é claro, obedecidas pela natureza, mas por homens que lidam efetivamente com a natureza” (Skinner, 1966 / 1984a, p. 141, tradução nossa). A valorização da relação como objeto de estudo, somada ao desinteresse por explicações baseadas nas propriedades físicas do mundo culmina em um suporte para uma ontologia relacional.

Zilio (2012) busca resolver o impasse entre a interpretação ontológica fisicalista e a interpretação ontológica relacional do comportamento para Skinner com uma nova

proposta ontológica de relacionismo substancial. A ontologia substancial se diferenciaria da ontologia fisicalista por adotar a tese geral do fisicalismo<sup>42</sup>, de que o mundo real seria um mundo físico, porém, sem se comprometer com as teses secundárias – de constituição e de causalidade. Para esse, não seria suficiente adotar a tese de um monismo substancial, dizer que o mundo é físico não ajuda a entender a essência relacional do comportamento no behaviorismo radical. Portanto, é defendido que para Skinner existe um mundo físico (sem qualquer compromisso com um raciocínio reducionista ou de causa-efeito) e nesse mundo existem relações comportamentais. Também é importante destacar que, segundo Zilio, para Skinner o mais importante não é a substância que compõe o mundo privado, mas a sua origem e o papel que desempenha no modelo explicativo proposto – como algo que deve ser explicado (e não como explicação) pelo histórico de interações do organismo.

Uma quarta posição em relação ao problema de qual seria a natureza ontológica dos eventos estudados é uma opção a-ontológica (Barnes-Homes, 2000, 2005; Krägeloh, 2006). Essa negação das questões ontológicas estaria baseada em um radicalismo do pragmatismo ainda maior do que aquele proposto pela interpretação de ontologia relacional. Para Krägeloh (2006), conhecer é um comportamento que deve ser avaliado pela sua efetividade. O indivíduo – ou o cientista – ao elaborar suposições sobre os estímulos do mundo estaria respondendo a esses estímulos, esse comportamento – como relação – seria inseparável do mundo, de tal forma que o indivíduo nunca teria acesso a algum suposto mundo real fora da relação entre a ação do organismo e o ambiente. Nesse sentido, não existiria nenhuma possibilidade de se ter

---

<sup>42</sup> Tese segundo a qual o único mundo real seria o mundo físico, que implicaria duas teses secundárias: (a) tese da constituição – os eventos do mundo físico seriam constituídos de entidades microfísicas e macrofísicas, sendo que a segunda seria reduzível à primeira; (b) tese da causalidade – os eventos físicos teriam propriedades físicas que os dotariam da capacidade de funcionar como causas ou efeitos de outros eventos físicos (Zilio, 2010).

acesso ao mundo real. Logo, qualquer possibilidade de se conhecer a realidade por correspondência entre o mundo real e o conhecimento científico é descartada, visto que o real seria inseparável do próprio conhecimento – entendido como comportamento do cientista. Portanto, a realidade para o pragmatismo só pode ser avaliada pelo que funciona; em consequência, está em constante mudança. Não há verdade absoluta a ser encontrada. O real para o pragmatismo é incompatível com o realismo. Embora Krägeloh defenda uma interpretação monista de mundo, ele defende que postular sobre o tipo de substância da qual esse mundo seria composto seria irrelevante para a atividade efetiva do cientista. Adicionalmente, segundo Barnes-Holmes (2005), como o pragmatismo só pode avaliar asserções declaradas em termos de sua funcionalidade, a opção simplesmente seria de não declarar nenhuma asserção ontológica. Portanto, frente a questões ontológicas o cientista se silenciaria, não descartando-as nem confirmando-as.

Krägeloh (2006) encontra suporte em Skinner para essa tese ao afirmar que: (a) a grande objeção de Skinner ao dualismo não seria ontológica, mas sim pragmática, como pode ser visto, por exemplo, na seguinte passagem: “a objeção não é que essas coisas sejam mentais, mas que elas não oferecem explicação real e se opõem a uma análise mais eficaz” (Skinner, 1963 / 1969a, p. 222, tradução nossa); e (b) entender o conhecer como um comportamento seria mais importante do que entender a sua substância; nesse sentido, Skinner (1963/1969a) afirma “Seja qual for a substância da qual o mundo é feito, ele contém organismos (dos quais nós somos exemplos) que respondem a outras partes dele [do mundo] e, assim, ‘conhecem’ em um sentido não muito distante de [entrar em] ‘contato’” (p. 248, tradução nossa).

Dadas todas essas possíveis interpretações da posição de Skinner sobre qual seria a substância do mundo, não é de se surpreender a dificuldade de se estabelecer a

compatibilidade da TAC e da ACT com a posição skinneriana. De fato, cada uma toma uma interpretação distinta. A TAC se ancora em um posição monista-materialista (Banaco et al., 2010; Meyer et al., 2010; Zamignani et al., 2016). Enquanto a ACT (Hayes et al, 1999) – apesar de negar o dualismo e, logo, aceitar o monismo – declara-se a-ontológica, não fazendo nenhuma asserção sobre o tipo de substância da qual o mundo seria composto. Na interpretação de Hayes e Brownstein (1986), o Behaviorismo Radical não teria nenhum compromisso com o fisicalismo: “O behaviorismo radical é monista, mas não fisicalista no sentido de realismo ingênuo ou perspectivas relacionadas” (p. 182, tradução nossa). Aqui temos uma incompatibilidade entre as duas propostas psicoterápicas.

Da Rocha et al. (2016) discordam sobre a possibilidade de uma visão a-ontológica do pragmatismo, perspectiva adotada pela ACT. Para os autores, as discussões ontológicas vão muito além da discussão relativa a se existe ou não uma realidade a priori (realismo ou posições antirrealistas) e que tipo de realidade seria essa (substancialismo ou essencialismo); a própria metáfora raiz sobre o funcionamento do mundo, seja ela contextualista ou mecanicista, é uma posição ontológica, assim como o posicionamento sobre a questão determinismo-indeterminismo (os autores citam inclusive a posição ontológica “pluralista”, defendida por William James, um dos fundadores do pragmatismo, para alegar que não existe uma incompatibilidade entre pragmatismo e ontologia); ainda segundo esses autores, deve-se adicionar o fato de que a negação da neutralidade científica implica que, independentemente de o cientista explicitar ou não questões metafísicas, as suas crenças (mesmo que implícitas) sobre questões ontológicas vão afetar a sua ação enquanto cientista, de forma que a posição a-ontológica seria positivista e não pragmatista. Dessa forma, os autores defendem que as

posições metafísicas não podem ser evitadas; elas estão impregnadas em todos os posicionamentos epistemológicos, incluindo o pragmatismo.

Morris (1997), um dos defensores do contextualismo como metáfora-raiz para a Análise do Comportamento, diferentemente dos autores da ACT, discorda que uma visão contextualista seja necessariamente a-ontológica. Esse autor propõe uma ontologia evolucionária do comportamento. Nessa concepção – ao contrário da posição a-ontológica de que a ontologia trata de assuntos que não podem ser submetidos a teste e que, portanto, fugiriam ao alcance da ciência – defende-se que questões ontológicas podem ser submetidas a teste, de acordo com sua utilidade e efetividade no longo prazo, o que implicaria uma mudança das posições ontológicas ao longo do tempo (evolução). Assim, a ontologia, da mesma forma que a epistemologia, poderia ser considerada como um comportamento do cientista interessado em assuntos relacionados a ontologia. Barnes e Roche (1997), Krägeloh (2006), Reese (1993) e Zilio (2012) concordam com essa interpretação. Nas palavras de Zilio (2012), “o exercício metafísico é comportamento verbal e pode, enquanto tal, servir de base para a criação de regras da conduta científica” (p. 116). A diferença entre epistemologia e ontologia não estaria na capacidade de testar uma questão, mas sim nos tipos de questões de interesse, respectivamente, a possibilidade do cientista de conhecer o mundo ou questões ontológicas.

Considerando-se as críticas da impossibilidade de um posicionamento a-ontológico, visto que, segundo da Rocha et al. (2016), a própria adoção de uma metáfora-raiz sobre o funcionamento do mundo e de um modelo de causalidade, seja ele mecanicista ou contextualista, já implica asserções ontológicas, a ACT adota posicionamentos a respeito desses temas, o que dificulta sua posição a-ontológica. Uma possibilidade de interpretação é que, ao se assumir essa posição a-ontológica, a ACT



não estaria negando todas as questões envolvidas na ontologia, mas estaria se opondo a uma discussão central para o pragmatismo, o anti-representacionismo. Ou seja, a ACT estaria preocupada em negar um critério de verdade baseado em correspondência entre o discurso científico e a realidade, pressuposto pelo mecanicismo e pelo realismo. Essa hipótese pode ser vista em um trecho de Hayes et al (1999) imediatamente antes de os autores se declararem a-ontológicos:

O critério pragmático de verdade contrasta fortemente com os critérios mais comuns, baseados em correspondência, que predominam tanto no treinamento acadêmico quanto na cultura leiga. A visão de mundo mais comumente abraçada na psicologia acadêmica certamente é o mecanicismo.... Assim, o mecanicismo na epistemologia é baseado no realismo na ontologia: Podemos conhecer o que é porque o que é é real.... O contextualismo funcional é, em contraste, peculiarmente a-ontológico – nunca podemos ir do funcionamento para questões do ser. (p.19-20, tradução nossa)

Independentemente de uma adoção parcial ou total de uma posição a-ontológica, o fato é que os autores simultaneamente assimilam o pragmatismo epistemológico, com o seu critério de verdade, e negam a ontologia decorrente do pragmatismo. É falsa a asserção de uma relação inequívoca e inevitável entre o pragmatismo e a a-ontologia. Como vimos, a adoção de um pragmatismo menos radicalizado é compatível com uma ontologia relacional. E também é possível uma adoção do materialismo-ontológico e de um pragmatismo epistemológico, como pode ser visto em Hackenberg (2009) e Reese (1993). A posição a-ontológica – ao contrário da posição pragmática - dificilmente é defensável no behaviorismo radical de Skinner, como visto no embasamento das interpretações das posições ontológicas fisicalista/materialista, relacional ou de substancialismo-relacional. É claro que seria possível argumentar que a ACT propõe

uma nova filosofia para a Análise do Comportamento, com diferenças das posições behavioristas radicais de Skinner, o que parece ser justamente o caso. Mas a interpretação do behaviorismo radical sem referência a um mundo natural e material parece distante do seu fundador. Da Rocha et al. (2016) fazem um alerta, de que adotar o pragmatismo em parcelas, apenas o seu critério de verdade, negando as suas posições ontológicas, “pode descaracterizar o pragmatismo, com consequências relevantes para suas relações com a Análise do Comportamento” (p.271, tradução nossa). Essas consequências serão tratadas na discussão final por envolverem repercussões em outras variáveis analisadas.

Dessa forma, conclui-se que a ACT adota uma postura monista compatível com o behaviorismo radical e com a TAC, mas a sua postura a-ontológica quanto à natureza desse mundo monista é incompatível com a postura da TAC e do behaviorismo radical skinneriano. Em relação à compatibilidade entre a TAC e o behaviorismo radical, ambos adotam uma postura monista, e parece plausível uma interpretação do behaviorismo radical simultaneamente materialista e interacionista (similar à defendida pelo relacionismo substancial, de Zilio, 2012): “entre os pressupostos filosóficos da terapia analítico-comportamental... [está] uma concepção materialista e interacionista dos fenômenos psicológicos” (p. 253); como visto, parece defensável essa interpretação ontológica integrativa das posições ontológicas dominantes do behaviorismo radical – materialista e relacionista. Cabe um alerta quanto à declaração encontrada em um dos textos da TAC (Zagminani et al., 2016), de que ela seria embasada nos modelos filosóficos tanto do behaviorismo radical quanto do contextualismo. Essa asserção, como visto, implica uma simultânea defesa de um materialismo e de um posicionamento a-ontológico, posturas incompatíveis filosoficamente.

Um último esclarecimento se faz necessário. É importante ressaltar que a maior parte das propostas científicas atuais de psicologia, como a psicologia cognitiva, não defende uma posição dualista literal, em que exista uma mente com uma substância diferente da substância física (Burgos, 2015; Hayes & Brownstein, 1986). Moore (2008) apresenta várias posições referentes à teoria da mente que não estabelecem uma dicotomia literal mente-corpo, como, por exemplo, a teoria de identidade mente-cérebro, o materialismo eliminativo e o funcionalismo estado-máquina. As estratégias atuais de se investigar as estruturas cognitivas internas, em vez de se assumir uma substância distinta da material, postulam que essas estruturas têm uma existência no funcionamento de estruturas fisiológicas ou mesmo uma estrutura conceitual e explanatória (Moore, 2017). Isso não significa que essas posições tenham superado as críticas, agrupadas sob o rótulo de mentalismo, feitas pelo behaviorismo radical à questão da mente. Os problemas derivados da tradição histórico-cultural prevalente na nossa sociedade em relação à mente não são apenas em relação à natureza ontológica (dualismo vs. monismo e físico vs. metafísico); essa tradição mentalista também envolvem problemas referentes a terminologia e a premissas sobre um modelo causal internalista ainda presente em boa parte da psicologia contemporânea. Essas críticas da análise do comportamento ainda permanecem válidas. Um exame das questões do mentalismo, não referentes a um dualismo literal, serão tratadas nas variáveis modelo explicativo e terminologia. A ACT, assim como a TAC, também devem ser avaliadas sob esses critérios.

## **Terminologia**

### **Caracterização da ACT**

O livro da ACT analisado, de Hayes et al. (1999), é um livro que apresenta a proposta psicoterápica da ACT com a finalidade de formação profissional de terapeutas.

Nesse livro, podem ser encontrados dois tipos de linguagem diferentes, uma linguagem técnica – que seria a linguagem científica – e uma linguagem não técnica, que vem do senso comum, com objetivos práticos de aplicação, assim o cientista transitaria entre ciência e aplicação. A seguinte passagem explicita esse ponto:

O discurso científico é baseado em descrições técnicas precisas. Ele depende do significado literal e da coerência do discurso nesse nível. Na terapia, o discurso é puramente pragmático, e qualquer maneira de falar que faça com que o trabalho seja feito - mesmo que seja cientificamente "errado" ou incompatível de um período de tempo para outro - é pragmaticamente "verdadeiro". De fato, os terapeutas ACT normalmente alertam os clientes sobre a diferença entre a conversa literal (por exemplo, aquela usada por um cientista ou historiador) e a conversa para fazer a diferença (por exemplo, aquela usada pelo diretor de uma peça)... A ACT usa ambas as formas de falar” (p.82, tradução nossa)

Na maior parte do livro (Hayes et al. 1999), os autores utilizam uma linguagem livre, não técnica, próxima ao senso comum e em grande medida adotada pela psicologia tradicional (por exemplo, a psicologia cognitiva). Parte desses termos não técnicos se refere a processos comportamentais, como, por exemplo, utilizar o termo recompensa no lugar de reforço e entregar no lugar de produzir, como pode ser visto no trecho “Se um cliente experimenta diretamente a inutilidade das soluções, elas perdem seu brilho porque não podem entregar as recompensas prometidas” (p.106, tradução nossa); outra parte dos termos não técnicos se refere aos chamados construtos mentais (como memória, emoção e pensamento). Seguem alguns exemplos: “*mindling* [mente na forma verbal], como um aspecto do funcionamento humano, é como uma faceta de uma joia. Embora seja uma faceta brilhante em sua totalidade, nós buscamos a joia por completo. O domínio das mentes sobre as pessoas...”(p.69, tradução nossa), “Podemos

criar estabilidade física e conforto interagindo cognitivamente com o mundo.” (p.69, tradução nossa), “Várias molduras relacionais diferentes... são aplicados a um conjunto de termos que já estão em classes de equivalência com vários eventos, e dicas contextuais são fornecidas para *ações psicológicas* [ênfase adicionada] específicas” (p.42-43, tradução nossa) e “A Teoria de Molduras Relacionais vê o conhecimento verbal como o resultado de redes de relações de estímulos derivadas altamente elaboradas e interconectadas. É disso que as “mentes” estão cheias” (p.44, tradução nossa).

Em alguns momentos do livro (Hayes et al., 1999) são oferecidas definições mais precisas sobre o que os autores querem dizer com alguns desses termos não técnicos. Nesses casos, pode-se considerar que, embora pareça que eles estejam utilizando um termo não técnico, devido ao seu significado já socialmente estabelecido, esse termo ganharia uma conotação técnica, uma vez que os autores o utilizam com um significado próprio. É importante observar que, a utilização desses termos do senso comum com significado técnico adiciona uma ambiguidade ao significado do termo, o que pode gerar confusão nos leitores. Um bom exemplo seria o oferecido na análise da variável “posicionamento sobre a questão mente e corpo” da ACT, em que é descrito tecnicamente o que a ACT quer dizer quando usa o termo mente. Em última instância, Hayes et al. (1999) entendem mente como uma série de comportamentos verbais públicos ou privados, como “avaliar, categorizar, planejar, raciocinar, comparar, referir” (p. 49, tradução nossa). Embora se use o termo mente sem referência a essa definição oferecida, às vezes é retomado que o que está sendo tratado como mental se refere a comportamentos verbais, como, por exemplo: Esse significado é “Existem muitos exercícios que de modo experiencial revelam as limitações do *comportamento verbal privado* (*‘mental’*) [ênfase acrescentada]” (p.151, tradução nossa). Um segundo

exemplo ilustrativo seria o da definição do que Hayes et al. (1999) chamam de emoções:

A linguagem permite que os eventos sejam abstraídos e tratados como objetos. Ensinam-nos a natureza e o significado de “emoções” específicas, por exemplo. Uma coleção extensa de estados corporais, pensamentos, predisposições comportamentais e fatores contextuais são reunidos sob um rótulo verbal, e aprendemos a chamá-los de "depressão" ou "ansiedade". Nossas emoções se tornam algo como coisas e verbalmente acessíveis. Elas são, então, avaliadas, o que lhes dá funções convencionais e de valência. Esse processo pode levar a discriminações cada vez mais refinadas sobre o conteúdo das experiências privadas. (p.75, tradução nossa)

Com base nos dois exemplos citados acima (mente e emoções), é possível estabelecer três deduções sobre o entendimento que os autores têm sobre o significado dos termos utilizados. Primeiro, parece que a ACT entende termos como rótulos verbais utilizados para se referir a determinados eventos, incluindo aspectos contextuais, eventos privados, estados do corpo ou mesmo predisposições comportamentais. Esses termos (técnicos ou não técnicos) seriam construtos verbais estabelecidos pela comunidade verbal (por contingências de reforçamento), que ensina que diante desses eventos descritos acima você usa uma ou outra palavra, ou seja, seriam discriminações verbais de determinados aspectos do ambiente. Portanto, nesse processo de ensino, os construtos verbais são tratados como conceitos – respostas (ou rótulos) verbais que são controlados por estímulos discriminativos (que podem, inclusive, ser comportamentos públicos ou privados), o que implica que seriam comportamentos operantes.

Uma segunda dedução seria que definir um termo, ou estabelecer o seu significado, seria o mesmo que estabelecer em que condições, ou em qual contexto,

aquele termo foi utilizado e reforçado. O “significado” ou a função do termo pode ser adquirido ou alterado não só por contingências de reforçamento diretas, mas também indiretamente, por meio relações arbitrárias entre aquele termo e outros termos utilizados pela comunidade, nas quais o significado dos termos relacionados pode ser modificado segundo as proposições da RFT<sup>43</sup>.

Uma terceira dedução<sup>44</sup> é que pode ocorrer um erro de categoria ao se nomear construtos verbais que se referem a processos e comportamentos como substantivos. Devido ao histórico de utilização dos substantivos para se referir a objetos que possuem substância e ocupam um lugar no espaço (como um copo ou uma mesa), esse formato substantivo dos termos pode induzir ao tratamento de construtos verbais – que são processos ou comportamentos – como se fossem coisas ou objetos; por exemplo, o “pensar” e o “sentir”, à medida que são denominados “pensamento” e “emoção” parecem se referir a coisas que ocupam um espaço dentro de nós e têm algum tipo de substância.

Em outras situações, ao invés de definir um termo específico tecnicamente, após o uso de uma linguagem não técnica, seguem-se explicações e análises mais técnicas. Esse tom de mescla entre linguagem técnica e não técnica é usado com frequência no livro. Um bom exemplo é quando Hayes et al. (1999) explicam a motivação para suicídio em termos não técnicos: “a motivação dominante para o suicídio parece ser

---

<sup>43</sup> Essas proposições são descritas segundo as três propriedades de um responder relacional arbitrariamente aplicável: (a) implicação mútua (ou bidirecionalidade); (b) implicação combinatória; e (c) transformação da função de estímulos. Segundo esse modelo, ao se aprender, por exemplo, duas díades de relações entre estímulos, relação AB e relação BC -, são derivadas outras relações indiretamente. Por implicação mútua as relações BA e CB são derivadas e por implicação combinatória as relações AC e CA são derivadas. E pela terceira propriedade as novas relações derivadas podem ter suas funções transformadas de acordo com o tipo de relação entre estímulos e do controle contextual (para mais detalhes ver Hayes & Hayes, 1992b e Hayes, Barnes-Holmes et al., 2001).

<sup>44</sup> Ela é derivada de uma passagem do trecho sobre a definição de mente que foi apresentado na variável “posicionamento sobre a questão mente e corpo”, a parte de interesse para a presente discussão é: “quando falamos de ‘mentes’, estamos aqui nos referindo ao repertório de atividades verbais públicas e privadas.... Apesar de que vamos usar a forma substantiva, a mente não é uma coisa [ênfase adicionada]. O cérebro é uma coisa... mas a mente é um repertório, não um lugar. [Minding] seria uma descrição mais precisa, embora mais incômoda” (Hayes et al. 1999, p. 49, tradução nossa).

uma tentativa de fugir de estados da mente aversivos, como sentimento de culpa, ansiedade, inutilidade, inadequação ou culpabilização de outros” (p.47, tradução nossa), para, então, em sequência, explicitar tecnicamente o que eles queriam dizer:

Há uma tendência de se pensar em tal contingência em termos normais de fuga ou esquiva, mas isso é impreciso. Para se treinar um organismo não verbal a fugir de ou evitar estímulos aversivos, o organismo deve ser exposto a um evento aversivo (seja diretamente, seja por meio de pistas diretamente associadas a tal evento) e, em seguida, alguma ação deve retirar ou impedir a recorrência desse evento aversivo. O reforço negativo no condicionamento de fuga ou esquiva é a probabilidade reduzida do evento aversivo em relação à sua probabilidade antes de responder. (p. 47, tradução nossa)

Hayes et al (1999) apresentam quatro argumentos para o uso dessa linguagem livre, do senso comum, com referência a construtos hipotéticos. A primeira razão seria que esses termos poderiam ser usados caso fossem definidos tecnicamente, da mesma forma como foi feito com as definições dos termos mente e emoção já apresentadas. Esse ponto é dito com clareza na passagem: “não há nada de errado em usar tais termos para se referir a um conjunto de funções verbais que podem ser analisadas tecnicamente” (p. 49, tradução nossa).

Um segundo argumento seria que os terapeutas deveriam aprender a utilizar uma linguagem não técnica (embora o ensino de uma linguagem técnica também seja defendido), para alcançar resultados práticos com clientes. Em concordância com esse argumento, Hayes et al. (1999) afirmam: “não há nada de errado em usar... estes termos [não técnicos] em terapia para propósitos clínicos“ (p.49, tradução nossa) e “Na terapia, o discurso é puramente pragmático, e qualquer maneira de falar que faça com que o trabalho seja feito... é pragmaticamente ‘verdadeira’”. (p. 82, tradução nossa). Em uma



metáfora clínica é afirmado que o uso da linguagem não técnica pelo terapeuta cumpriria uma função similar à de um diretor de cinema: “o diretor pode ajudar os atores a desenvolver uma ideia em relação a seus personagens usando virtualmente qualquer meio verbal que atinja esse objetivo” (p. 82, tradução nossa). Nesse sentido, a linguagem não técnica permitiria ao terapeuta a utilização de metáforas e paradoxos que tentam evitar o uso da literalidade envolvida tanto no sofrimento dos pacientes quanto no discurso científico; nesse caso, em certo sentido o uso de uma linguagem técnica faria parte dos mesmos mecanismos que geram sofrimento ao paciente.

Essa diversidade de estilos de discurso é também ampliada na ACT porque toda a abordagem é projetada para evitar as armadilhas da linguagem literal. Para fazer isso, o terapeuta ACT tende a usar modalidades verbais que são inerentemente menos literais, especialmente metáforas, paradoxos e exercícios experienciais. Parece valer a pena revisar os fundamentos teóricos para esta notável ênfase em modalidades verbais menos literais. (p. 83, tradução nossa)

Um terceiro argumento seria que, em uma proposta contextualista que adota um critério de verdade pragmático, não existiria nenhuma incompatibilidade entre a adoção de um discurso técnico para um objetivo científico e um discurso não técnico para um objetivo terapêutico. Isso é possibilitado pela proposta de funcionamento pragmático de que a “verdade” de uma declaração só pode ser avaliada em função dos objetivos declarados, então dois objetivos diferentes poderiam ser ambos “verdadeiros” para o pragmatismo, mesmo que eles fossem incompatíveis literalmente. Nas palavras de Hayes et al. (1999):

(...) a qualidade dispersiva do contextualismo torna mais fácil e confortável para os contextualistas usarem sistemas de linguagem orientados para objetivos diferentes, que podem ser incompatíveis em um nível literal. Afinal, se o que

funciona é “verdade”, e os objetivos locais para os quais estamos trabalhando mudam com o contexto, então podemos ter verdades múltiplas ou até mesmo contraditórias. Por exemplo, o uso livre de "mentes", pelos autores, como entidades virtuais, por um lado, e a rigorosa análise comportamental da natureza do "*mind*" [mente na forma verbal], por outro, são literalmente incompatíveis, mas pragmaticamente coerentes. O primeiro é aplicado para ensinar os clientes a abordarem seu próprio comportamento verbal de maneira diferente; o último é aplicado para orientar os profissionais quanto aos mecanismos envolvidos. (p. 82-83, tradução nossa)

Uma quarta justificativa para se usar uma linguagem não-técnica, baseada em metáforas e paradoxos, seria a de evitar um problema metalinguístico, de usar a linguagem para analisar a própria linguagem. Hayes et al. (1999) argumentam que, uma vez que os problemas com que a ACT lida são decorrentes da própria literalidade da linguagem, usar a linguagem literal para analisar os seus próprios problemas pode gerar grande confusão. Esses autores não apresentam o motivo pelo qual o uso de metáforas e paradoxos auxiliariam na resolução desse problema.

É inerentemente difícil usar a linguagem analítica para decifrar a linguagem analítica.... Os leitores deste livro estão interagindo com material verbal. Se a linguagem humana está no cerne da maior parte do sofrimento psicológico humano, isso apresenta um desafio extremo, porque as tentativas tanto dos escritores quanto dos leitores deste livro de compreender os processos verbais destrutivos serão, elas próprias, baseadas nos próprios processos verbais.... As armadilhas da linguagem que podem nos enredar terão de ser identificadas. Precisaremos às vezes usar a linguagem de maneiras paradoxais e metafóricas para evitar essas armadilhas. Tudo isso tenderá a criar uma confusão ocasional,

mais do que em um típico livro que trata de algo mais distante dos próprios processos verbais. (p. 12, tradução nossa)

Dados esses argumentos, Hayes et al. (1999) defendem que nesse livro os leitores (terapeutas em formação) devem ser capazes de transitar entre as duas linguagens – literal (técnica-científica) e metafórica (não técnica, com finalidades terapêuticas); para esse propósito, os próprios autores defendem uma forma de escrita do livro que mescle a linguagem metafórica, que deve ser utilizada na clínica, e a linguagem científica, para que se entendam os mecanismos e conceitos técnicos envolvidos nos procedimentos terapêuticos:

Como um cliente do ACT, o leitor também terá que nos dar liberdade nesses capítulos clínicos para focar principalmente na conversa metafórica deliberadamente frouxa das sessões do ACT, com apenas excursões periódicas de volta ao discurso técnico da ciência para mostrar os princípios envolvidos. (p.83, tradução nossa)

Em relação aos termos técnicos utilizados, parece haver, ao menos, dois tipos deles, os termos definidos funcionalmente e os denominados termos de nível intermediário (do inglês – *middle-level terms*), esse termo foi utilizado posteriormente por Hayes et al. (2012) e por Vilagarda et al. (2009), logo, não é utilizado no livro analisado de Hayes et al. (1999), embora seja aplicável a alguns dos termos utilizados nesse livro<sup>45</sup> e seja considerado uma boa categoria analítica para os propósitos da diferenciação entre os dois tipos de termos técnicos identificados.

---

<sup>45</sup> Na ACT, segundo Hayes et al. (2012), os termos de nível intermediário se refeririam, principalmente, a todos os termos que compõem *hexaflex* de flexibilidade psicológica e de inflexibilidade psicológica, proposto por Hayes e Strosahl (2004). Esse modelo de psicopatologia e de tratamento ainda não é utilizado neste livro, entretanto alguns dos termos que vão compor esses *hexaflex* já são utilizados aqui, como: aceitação, fusão cognitiva e esquivas experienciais.

Os termos definidos funcionalmente são termos técnicos operacionalizados, com definições precisas, funcionais e não topográficas, frequentemente extraídos diretamente de pesquisa básica. Nos capítulos 2 e 3 do livro de Hayes et al. (1999), há uma explicação da racional envolvida na ACT (nos níveis filosófico e conceitual), onde muitos dos termos utilizados são definidos funcionalmente. Desses termos definidos tecnicamente, muitos são definições emprestadas de outros autores da Análise do Comportamento (como regra e equivalência de estímulos), enquanto outros são derivados dos estudos de Hayes e colaboradores sobre regras e teoria das molduras relacionais (como rastreamento e responder relacional). Seguem alguns exemplos extraídos de Hayes et al. (1999): “comportamento modelado por contingência” é o comportamento que foi estabelecido por uma modelagem gradual por aproximações sucessivas.... De acordo com Skinner (1969), o comportamento governado por regras é o comportamento governado pela especificação de contingências em vez de contato direto com elas” (p.27, tradução nossa); e:

Rastreamento é um comportamento governado por regras sob o controle de uma história de correspondência entre a regra e contingências “naturais” sociais ou não sociais. As contingências naturais são aquelas produzidas inteiramente pela forma exata do comportamento em uma situação particular (Hayes & Wilson, 1993; Hayes, Zettle, & Rosenfarb, 1989). (p. 29, tradução nossa)

Para uma análise dos termos de nível intermediário é necessário primeiro definir esse conceito, sob a alegação já apresentada de que ele é um conceito útil, embora não presente neste texto. Isso será feito utilizando-se outros autores, o que significa uma exceção neste tópico, que foca a análise de Hayes et al. (1999). Como não existe uma definição consensual do que seriam os termos de nível intermediário, a discussão sobre esses termos, aqui, será baseada nas definições de Hayes et al. (2012), Kanter et al.

(2014), Barnes-Holmes, Hussey, McEnteggart, Barnes-Holmes e Foody (2016) – a integra das definições consta na nota de rodapé<sup>46</sup>.

Essas definições parecem apontar algumas características importantes dos termos de nível intermediário. Diferentemente dos termos técnicos derivados diretamente de dados de pesquisa experimental, os termos de nível intermediário seriam interpretações teóricas (conceitos abstratos), derivadas de teorias específicas – sem a necessidade de serem testados em pesquisas básicas experimentais – o que implicaria uma menor precisão conceitual. A qualificação “intermediário” significa que esses termos estariam localizados entre os termos de nível baixo (do inglês – *low-level terms*), funcionalmente definidos e extraídos de pesquisa básica (como o termo reforçamento), e os termos de nível alto (do inglês – *high level terms*), que seriam termos psicológicos populares (como mente e atenção), difundidos no senso comum, que não seriam extraídos de nenhuma teoria específica. Segundo essa proposta classificatória, os termos

---

<sup>46</sup> Hayes et al., (2012):

O rótulo deliberadamente simples de "termos de nível intermediário" é feito para sublinhar o fato de que nem todos os conceitos abstrativos precisam ser termos técnicos (termos com altos níveis de precisão, amplitude e profundidade)... O modelo de flexibilidade psicológica subjacente à ACT é um exemplo. Abrange os conceitos centrais da aceitação, desfusão, atenção flexível ao agora, valores, eu-como-contexto e ação comprometida. Nenhum desses ainda são termos técnicos... [como] princípios comportamentais clássicos, como “reforçamento”... [ou] “transformação das funções de estímulo”... Com o tempo, a abordagem reticulada dentro da CBS pode aumentar a precisão, a amplitude e a profundidade de alguns termos de nível intermediário, tornando-os mais técnicos do que são atualmente, mas enquanto isso eles, são projetados para orientar os prestadores de serviço a se adequar às características contextuais de domínios diversos. (p. 7, tradução nossa)

Kanter et al. (2014):

(...) os termos de nível intermediário sacrificam a precisão comportamental pela utilidade pragmática: se bem planejados, eles orientam o usuário em direção a relevantes relações funcionais, mas não requerem conhecimento profundo dos princípios básicos ou das histórias individuais. Embora menos precisos, são potencialmente mais fáceis... para aqueles que não são especialistas comportamentais aprenderem e aplicarem, e potencialmente mais fáceis para cientistas de outras disciplinas se conectarem para dar profundidade adicional à ciência. (p. 3, tradução nossa)

Barnes-Holmes et al. (2016):

Um termo de nível intermediário é um termo teoricamente específico, não técnico... [eles] não são de "nível alto" (por exemplo, atenção) porque são coerentes diretamente com uma orientação teórica específica. No entanto, eles não são termos de "nível baixo" ou "básicos" (por exemplo, reforçamento) porque não foram gerados diretamente de dados experimentais. Em outras palavras, descrever algo como um termo de nível intermediário é uma maneira de colocá-lo em um contínuo entre as unidades analíticas da ciência básica (da psicologia) e termos psicológicos populares (por exemplo, emoção, memória, estresse, etc.). (p. 367, tradução nossa)

poderiam ser colocados em um contínuo entre termos de nível baixo, intermediário e alto; esse contínuo refletiria a precisão conceitual do termo – quanto mais baixo, mais preciso; quanto mais alto, menos preciso.

A adoção desses termos de nível intermediário, com menor precisão conceitual teriam a finalidade de disseminação para terapeutas e de diálogo com profissionais de outras áreas que não sejam familiarizados com a linguagem técnica da ciência comportamental, visto que eles especificariam relações funcionais relevantes, sem a necessidade de se conhecer princípios comportamentais e de se ter acesso a eventos particulares da história de vida. Por fim, é apontado que esses termos podem ser destrinchados em termos comportamentais precisos com alguma flexibilização.

Um bom exemplo de termo de nível intermediário pode ser encontrado na análise que Hayes et al. (1999) propõem do termo aceitação. Esses autores argumentam que muitos trabalhos empíricos têm mostrado que métodos de aceitação são formas de intervenção promissoras. Apesar dessas evidências suportando o uso da aceitação, Hayes et al. (1999) argumentam que isso não implica que a aceitação seja uma coisa; ela seria um construto, no sentido tratado como termo de nível intermediário – “Apesar de todo esse interesse e até mesmo do avanço nas pesquisas, “aceitação” não é uma coisa só porque tem um rótulo para ela. A qualidade da aceitação de ser como coisa é mais um truque da linguagem humana” (p. 283, tradução nossa).

É reconhecido por Hayes et al. (1999) que seria preferível o uso de termos de nível baixo, com maior suporte de pesquisa básica, medidas experimentais bem estabelecidas e uma delimitação conceitual mais precisa; e que muita pesquisa ainda precisa ser feita para se delimitar melhor o que está sendo chamado de aceitação.

Trocaríamos com satisfação tudo o que sabemos sobre aceitação e *mindfulness* pelo que não sabemos. As medidas experimentais de aceitação ainda são

relativamente rudimentares, a pesquisa psicopatológica básica sobre aceitação está em sua infância e os resultados positivos produzidos pela ACT e por outras terapias baseadas na aceitação vêm de pacotes que incluem muitos elementos além da aceitação. (p. 282, tradução nossa)

Hayes et al. (1999) fornecem sugestões de componentes que poderiam se relacionar com o termo aceitação: “o próprio modelo ACT sugere que a aceitação pode envolver muitos componentes psicológicos diferentes, incluindo desfusão cognitiva, escolha, abandono de uma agenda de controle, exposição e boa vontade<sup>47</sup> e comprometimento ativos” (p. 282, tradução nossa). Essas sugestões deveriam ser melhor investigadas para se entender os processos e os contextos envolvidos quando o termo é utilizado e as condições para que essa estratégia funcione. Nas palavras dos autores:

Não se sabe se a aceitação funciona de forma diferente com ou sem qualquer um desses elementos. Há um aspecto da aceitação que parece quase como um traço; outros aspectos podem ser bastante específicos de acordo com a situação. Não sabemos a melhor forma de estabelecer a aceitação ou as melhores condições para usar essas estratégias. (p. 282, tradução nossa)

Apesar do reconhecimento da natureza conceitual do termo, da falta de suporte em pesquisas experimentais básicas e da falta de precisão conceitual, Hayes et al. (1999) não defendem o abandono do termo:

O leitor não deveria tomar isso como uma desculpa pelo estado da literatura, nem estamos sugerindo que aceitação não seja um conceito cientificamente

---

<sup>47</sup> A palavra utilizada em inglês é *willingness*, que é um termo de nível intermediário utilizado por Hayes et al. (1999) para substituir o termo aceitação, sem que haja um equívoco do cliente de interpretar aceitação como tolerância ou resignação (p. 133). O sentido do termo utilizado na ACT seria o de: uma disposição em permanecer em contato com os eventos privados aversivos sem evitá-los. Como não existe uma tradução em português para *willingness* nesse contexto em que é utilizado, a tradução boa vontade foi escolhida com as devidas advertências.

válido e merecedor de estudo por si só. Nosso ponto é mais básico. Existem muitos conceitos na literatura clínica empírica que são amplamente pesquisados, amplamente aceitos e mais mal compreendidos do que os proponentes nos querem fazer acreditar. (p. 282, tradução nossa)

Os autores sugerem que esses termos ainda podem ser úteis pelo seu valor pragmático, inclusive encontrado nas evidências apresentadas, como pode ser visto no seguinte trecho do mesmo trabalho: “não sugerimos jogar fora o conceito apenas por causa disso – fazê-lo consistentemente exigiria que jogássemos fora todos os conceitos – mas sugerimos que o valor do conceito se encontra no que ele nos traz pragmaticamente...” (p. 282, tradução nossa).

Essa descrição de aceitação condiz com as características dos termos que posteriormente foram definidos, por Hayes et al. (2012), como termos de nível intermediário. Pode-se verificar que não se trata de um conceito derivado de dados de pesquisa básica em laboratório, tampouco seria um termo relacionado claramente com conceitos básicos da Análise do Comportamento. Também não parece que o significado desse termo seja equivalente ao seu sentido no senso comum, ele é articulado dentro de uma teoria e com outros termos em um corpo conceitual coerente, embora lhe falte precisão conceitual. E o termo é justificado pela sua utilidade pragmática de facilitação do entendimento. Como discutido, embora o nome “termos de nível intermediário” ainda não tivesse sido usado em Hayes et al. (1999), parece claro que os argumentos apresentados posteriormente em Hayes et al. (2012), já estavam sendo discutidos no livro analisado, e que os autores já tinham claros os problemas e as vantagens do uso desse tipo de termo.

No livro analisado, é possível identificar outros desses termos intermediários, além da aceitação, como: esquivar experiencial, dar razão, fazer sentido, valores, entre



outros. Alguns outros termos conceitualmente frágeis, aqui tratados como termos de nível intermediário são reconhecidos por Hayes et al. (1999):

Os mesmos pontos que aplicamos à aceitação se aplicam com igual força a outros conceitos da ACT, como desfusão cognitiva, desliteralização e até mesmo comprometimento. Assim, embora convidemos o leitor a levar a sério o modelo ACT, também aconselhamos cautela e humildade em sua aplicação. (p. 283, tradução nossa)

Muitas vezes esses termos intermediários são palavras ou contém palavras com significados também já estabelecidos pela comunidade verbal, como: fusão cognitiva ou aceitação. Na maior parte das vezes esses termos são definidos e relações com termos de nível baixo são propostas. Seguem dois exemplos, do termo moldura relacional e do termo esquiva experiencial. A definição do primeiro contém uma aproximação maior com os termos de nível baixo, como pode ser visto no trecho de Hayes et al. (1999):

Agora estamos preparados para definir o termo moldura relacional. Este termo é usado para especificar um padrão particular de responder relacional contextualmente controlada e arbitrariamente aplicável envolvendo vinculação mútua, vinculação combinatória e a transformação de funções de estímulo. Esse padrão de resposta é estabelecido por uma história de reforçamento diferencial para a produção de tais padrões de responder relacional na presença de dicas contextuais relevantes.... Embora o termo moldura relacional seja um substantivo, ele sempre se refere ao ato situado de um organismo... emoldurar relacionalmente pode ser preferido de uma perspectiva técnica... nós usaremos a forma substantiva menos incômoda. (p. 41, tradução nossa)

No segundo caso, no exemplo do conceito de esquiva experiencial, a aproximação é um pouco mais forçada, pois exige um esforço do leitor de precisar

outros termos que estão na própria definição que, embora sejam possivelmente interpretados de acordo com os princípios básicos, não são definidos funcionalmente.

A esquiva experiencial é um processo reconhecido por um grande número de orientações teóricas. Ocorre quando uma pessoa não está disposta a permanecer em contato com experiências privadas específicas (por exemplo, sensações corporais, emoções, pensamentos, memórias, predisposições comportamentais) e toma medidas para alterar a forma ou frequência desses eventos e os contextos que os ocasionam. Ocasionalmente, usaremos termos como esquiva emocional ou esquiva cognitiva, em vez da esquiva experiencial mais genérica, quando estiver claro que esses são os tipos relevantes de experiência privada de que a pessoa procura fugir, esquivar ou modificar. (p. 58, tradução nossa)

### **Caracterização da TAC**

Ao se verificar os textos da TAC selecionados, pode-se perceber o uso predominante de uma linguagem técnica, com exceções que serão exploradas adiante. A TAC herda da Análise do Comportamento um modelo de ciência indutiva (também referido anteriormente como um modelo *botton up*), no qual são conduzidas observações sistemáticas em laboratório, frequentemente com manipulação e controle experimental, com base nas quais são descritas regularidades entre os procedimentos experimentais empregados e a mudança no responder do sujeito experimental (humano ou não humano). A essas descrições de regularidades é dado o nome de leis comportamentais (frequentemente denominadas princípios da aprendizagem ou conceitos básicos<sup>48</sup>). Portanto, segundo esse raciocínio indutivo, os conceitos básicos são abstrações derivadas de observações sistemáticas de laboratório. Nas palavras de Zamignani et al. (2016): “ao longo da história da análise do comportamento procurou-se

---

<sup>48</sup> A despeito de qualquer variação terminológica específica, todos esses termos estão sendo utilizados neste trabalho como sinônimos.

encontrar, primeiro no laboratório e depois em outros ambientes, algumas ‘leis comportamentais’, ou seja, a compreensão de alguns fenômenos básicos, como os princípios de aprendizagem respondente e operante” (p. 56).

Meyer et al. (2010) fornecem alguns exemplos desses conceitos básicos, tais como “reforço, extinção, punição, controle de estímulos, generalização e outros” (p. 171). A prática clínica, de avaliação e de intervenção, do terapeuta analítico-comportamental deve ser condizente com esses conceitos básicos derivados de pesquisa em Análise do Comportamento. Esse é um requisito necessário para a classificação da prática psicoterápica como TAC. Como pode ser visto em Meyer et al. (2010):

Meyer (1995) afirma que o conhecimento e a aplicação dos princípios básicos do comportamento, assim como a relação desses princípios com as práticas (técnicas e procedimentos), devem existir para que um trabalho terapêutico seja considerado consistente com a análise do comportamento. (171)

Os conceitos básicos, na TAC, orientam a interpretação dos casos clínicos, em um processo de avaliação clínica denominado análise funcional<sup>49</sup>, “O momento de sistematizarmos análises funcionais é o momento em que fazemos ponte com os princípios de aprendizagem” (Meyer et al. 2015, p. 145). Segundo Meyer et al. (2010), em uma análise funcional “analisar significa decompor... o comportamento em antecedente, resposta e consequência” (p. 160); no mesmo texto os autores também

---

<sup>49</sup> Embora Meyer et al. (2010) tenham uma preferência explícita pela utilização do termo “análise de contingências” em vez de “análise funcional” ou “avaliação funcional”, em outros textos analisados também são utilizados os termos análise funcional (Banaco et al., 2010; Meyer et al., 2015; Meyer et al., 2018; Zamignani et al., 2008; Zamignani et al., 2016) e “avaliação funcional” (Meyer et al., 2008; Meyer et al., 2015; Zamignani et al., 2016) para se referir ao trabalho de avaliação da TAC. A argumentação de Meyer para a defesa do termo análise de contingências é embasada na diferenciação de análise funcional, pela associação desta com procedimentos experimentais e pela observação de que na TAC as avaliações normalmente se baseiam em relato verbal e não utilizam procedimentos experimentais. Para Meyer et al. (2010), termo análise de contingências também é preferido em relação ao termo avaliação funcional “uma vez que toda análise já é uma avaliação, mas nem toda avaliação é uma análise” (p. 160). Dada essa inconsistência terminológica, para os propósitos deste trabalho, os três termos serão utilizados como sinônimos e serão entendidos com as mesmas características apontadas por Meyer et al. (2010) para defender o termo análise de contingências.

acrescentam, posteriormente, a necessidade de identificação das operações estabelecidas; ainda, segundo Meyer et al. (2010), essa decomposição envolveria: descrever a resposta de interesse “clara e objetivamente em termos de ações do cliente, o que inclui identificar e descrever a frequência, duração ou intensidade” (p. 165); e estabelecer “relações ordenadas entre variáveis ambientais e o comportamento de interesse” (p. 165).

Essa relação entre o responder do organismo e as variáveis ambientais seria estabelecida por processo que envolve: (a) coleta de “informações sobre eventos que antecedem e sucedem o comportamento de interesse” (Meyer et al., 2010, p. 165); (b) interpretações ou “suposições sobre o efeito que variáveis ambientais tiveram no passado e poderão ter sobre os comportamentos analisados... [os] princípios de aprendizagem fornece a base dessas análises e suposições” (Meyer et al., 2018, p. 82); por exemplo, se uma resposta está aumentando de frequência pode-se supor que um evento ambiental que a segue pode funcionar como um reforçador, mas não poderia funcionar como um evento aversivo – as interpretações se referem tanto à instalação quanto à manutenção das respostas de interesse (Meyer et al., 2010; e (c) deve ocorrer um teste da hipótese ou interpretação, seja por verificação de contradições nos dados obtidos por relato ou por observações – como quando Meyer et al. (2008) sugerem que para essa finalidade o terapeuta investigue “as circunstâncias que rodeiam o relato... [para se] obter informações adicionais que legitimem a interpretação. [ou] Ele pode conduzir “mini-experimentos” para adicionar força a uma hipótese (Sturmey, 1996)” (p. 109); ou, ainda, faça uma avaliação da eficácia da intervenção derivada da análise funcional - “Estas hipóteses funcionais ganham força se as intervenções nelas baseadas produzem as mudanças comportamentais previstas” (Meyer et al., 2018, p. 115).

O raciocínio é similar ao da pesquisa indutiva de laboratório, embora com menos rigor e controle experimental. Em uma análise funcional são coletados dados da vida do cliente, por meio de observação e de relatos, e, à medida que são encontradas regularidades funcionais nesses dados, são sistematizadas interpretações funcionais (ou hipóteses funcionais). Essas interpretações devem ser coerentes com os princípios básicos de aprendizagem. Nesse sentido, pode-se dizer que as interpretações funcionais seriam interpretações baseadas em abstrações conceituais, os princípios de aprendizagem, derivados de pesquisas com observações sistemáticas em laboratório. Isso deixa mais evidente o caminho *botton-up* utilizado na conceituação da TAC, hierarquicamente organizado: (a) da coleta sistemática de dados, para (b) a abstração de conceitos básicos e (c) interpretações funcionais em contexto aplicado.

A utilização dessa linguagem técnica, baseada em conceitos básicos, é essencial para uma prática ser condizente com a TAC, visto que ela oferece a estrutura conceitual imprescindível para orientar as avaliações dos casos clínicos e os procedimentos de intervenção. Esse tipo de linguagem pode ser observado nos textos da TAC analisados. Os termos utilizados são frequentemente definidos, por exemplo: “o termo ‘contingência’ significa uma relação de dependência entre eventos” (Meyer et al., 2010, p. 160). E o texto, em geral, emprega esse tipo de linguagem típica da análise do comportamento. Segue um exemplo retirado de Meyer et al. (2010) ao descrever os quatro elementos básicos de um processo de seleção pelas consequências:

(...) as operações estabelecedoras (OE), que estabelecem determinados estímulos como momentaneamente reforçadores e que evocam o comportamento que no passado foi seguido de tais reforçadores; os estímulos discriminativos (SD), que estabelecem a ocasião na qual, caso a resposta venha a ser emitida, o estímulo reforçador será produzido; a emissão da resposta (R) pelo indivíduo; e a

apresentação de estímulos como efeito da (contingentes à) resposta emitida (SR).

(p. 160)

É importante ressaltar que embora haja uma predominância de linguagem técnica, em alguns casos são empregados termos oriundos de uma linguagem cotidiana. Em algumas dessas situações em que esses termos são utilizados, eles são esclarecidos em uma linguagem técnica; um exemplo pode ser visto no uso do termo “motivado”, em Meyer et al. (2010): “[um indivíduo] está suficientemente motivado (há uma operação estabelecida que torna algum evento momentaneamente reforçador e, portanto, evoca alguma resposta do indivíduo para produzi-lo - OE)” (p. 161). Para esse tipo de caso, os autores defendem que é possível identificar o que se pretende dizer com termos da linguagem cotidiana ao se buscar quais são contingências ambientais e os processos comportamentais que estão ocorrendo quando a comunidade verbal utiliza esses termos. Dessa forma seria possível utilizar esses termos da linguagem do senso comum, à medida que o significado dele seria atribuído às contingências e aos processos envolvidos durante o uso daquele termo, sem se comprometer com o significado usual do termo no senso comum, que, em muitos casos, se referem a eventos internos, com uma substância mental, que têm funções causais sobre o comportamento, como é, por exemplo, o sentido usual do termo motivação.

Esse tipo de argumentação foi identificado em dois trechos dos textos analisados. Primeiro, Banaco et al. (2010), ao criticar a utilização dos termos que se referem a diagnósticos psicopatológicos do DSM, diz que a proposta monista-materialista do behaviorismo radical oferece uma alternativa para se interpretar os termos mentais: “procurar reinterpretá-lo enquanto fenômeno comportamental, buscando, na descrição de comportamentos, as dimensões que pudessem ser captadas por instrumentos de mensuração” (p. 183). Em um segundo momento, em uma análise

de interpretações do termo “eu”, por meio de uma leitura analítico-comportamental, Meyer et al. (2015) argumentam que:

É possível tentar extrair da fala das pessoas quais os conceitos que estão sendo utilizados em suas formulações, e esse é um caminho sugerido por Skinner (1953), ao formular que “o melhor meio de nos desembaraçarmos de qualquer explicação fictícia é examinar os fatos sobre os quais elas se baseiam” (p. 312). O uso coloquial do termo “eu” revela a ideia tradicional de que essa entidade ou representação origina, determina e inicia comportamentos (Dentello, 2009). O... que... pode obscurecer a análise das contingências que estariam controlando tais respostas, uma vez que a causa do comportamento passaria a ser atribuída a esta figura fictícia (“eu”). (p. 169)

Em outros casos menos frequentes nos textos analisados, há a utilização de linguagem não técnica. Isso pode ser observado em: (a) algumas definições de termos, o que pode ser visto nas duas explicações oferecidas por Meyer et al. (2018) aos termos “audiência não punitiva” (uma escuta atenta e cautelosa sem qualquer tipo de julgamento, crítica ou desaprovação), empatia (expressões de aceitação, acolhimento, cuidado, respeito e compreensão ao que o cliente faz, pensa e sente)” (p. 80); e (b) uma linguagem livre presente em algumas passagens dos textos analisados. Segue um exemplo extraído de Zamignani et al. (2016):

Olhemos para uma história em que o cliente se refira a uma vida “que toda pessoa deveria querer”. Essa afirmação expressa o valor de que “para ser feliz” alguém deve viver de determinada forma. Aqui, temos algo que vai além da experiência em si; é a narrativa da própria experiência que carrega certa avaliação dela. Pode ser que tal estilo de vida, de fato, não traga felicidade a essa pessoa e ela viva o conflito de que “deveria ser feliz e não é” e por isso talvez

seja ingrata ou exigente demais. Pode ser ainda que se sinta bem com as experiências e tenha aprendido que apenas as intensas e memoráveis são importantes – “ficar contente com as pequenas coisas” seja tolice. Tudo isso leva, na terapia, a uma revisão de valores e a mudanças que não se darão, necessariamente, em contingências concretas. (p. 62)

### **Discussão – compatibilidade entre ACT, TAC e Análise do comportamento**

Para verificar a compatibilidade das terminologias utilizadas nas propostas psicoterápicas da ACT e da TAC com a Análise do Comportamento é necessária uma compreensão mais ampla do projeto científico de Skinner. O cumprimento dessa tarefa exige uma ampla revisão: (a) do modelo científico (metodológico e teórico) adotado pela Análise do Comportamento; (b) de como são extraídos os termos técnicos nessa ciência; (c) da proposta científica enquanto comportamento do cientista e de (d) seus termos e teorias como produtos verbais dessa atividade, o que permite (e) uma interpretação do que seriam termos técnicos e não técnicos na Análise do Comportamento; (f) das situações em que os termos poderiam ser usadas; e (g) dos eventuais problemas advindos do uso desses termos.

Em diversos momentos, Skinner (1950, 1956, 1957/1961d, 1966, 1966/1984a, 1969b) têm apresentado críticas ao modelo científico hipotético-dedutivo, que estabelece – com base em teorias – hipóteses, que são normalmente testadas com delineamentos experimentais de grupos e confirmadas, ou não, por estatística inferencial. Os termos científicos nesse modelo são definidos com base em um raciocínio dedutivo, no qual os conceitos são derivados de deduções lógicas extraídas de teorias científicas (com suas premissas e conclusões) que são submetidas a testes de hipóteses; esse processo supostamente aumentaria o suporte empírico e a precisão desses conceitos.



A proposta científica de Skinner – segundo Bazzo e Carvalho Neto (2003), Fallon (1992) e Moore (2005, 2008) – estaria mais próxima do modelo de ciência baconiano, que defende um raciocínio indutivo de construção do arcabouço conceitual científico. Segundo um modelo indutivo, a partir de observações sistemáticas da natureza são extraídos dados, que são organizados e analisados; então, perguntas são formuladas e orientam a realização de experimentos. Isso não implica que o pesquisador não faça suposições ou não tenha nenhuma expectativa em relação ao experimento, mas, segundo Johnston e Pennypecker (2009), trata-se de uma mudança de foco: de uma orientação do trabalho científico guiada por previsões baseadas em teorias para uma valorização de perguntas derivadas da observação sistemática dos dados. Esse tipo de construção científica, orientada por perguntas derivadas dos dados de pesquisa, pode ser vista: no artigo de Skinner (1956) “*A case history in scientific method*”, no qual o autor detalha como foram conduzidas algumas de suas mais notáveis descobertas científicas; no trecho de Skinner (1938) “uma ciência descritiva do comportamento... procede largamente ou integralmente sem hipóteses... e por meio de indução para o estabelecimento de leis” (p. 437, tradução nossa); e, também, no seguinte trecho de Skinner (1966):

Além da manipulação sistemática de contingências, a interpretação das questões humanas é uma rica fonte de sugestões para experimentos.... A pesquisa que amplia uma compilação estabelecida de fatos ou simplifica uma formulação eficaz é geralmente menos dramática do que a pesquisa que derruba hipóteses ou confirma teorias amplas, mas ela tem suas compensações. Para aqueles inclinados, as atividades teóricas não são de forma alguma descartadas, embora os metodologistas científicos geralmente tenham hesitado em aceitar a posição

frequentemente adotada em uma análise experimental. Além de testar hipóteses, pode-se procurar uniformidades simplificadoras. (p. 216-217, tradução nossa)

Em um artigo de 1950, Skinner discute se as teorias da aprendizagem seriam necessárias. Ele apresenta uma série de estudos que demonstram, sob seu ponto de vista, que pesquisas do comportamento têm sido mais bem guiadas por um acúmulo de dados extraídos de pesquisa de laboratório, principalmente dados de taxa de resposta expressos em curvas de aprendizagem, do que com base em teorização<sup>50</sup>. Nas palavras de Skinner, ele conclui: “ao acelerar o acúmulo de dados, aceleramos o afastamento de teorias. Se as teorias não desempenharam nenhum papel no planejamento dos nossos experimentos, não precisamos lamentar ao vê-las partir” (p. 210, tradução nossa). Skinner argumentou que as teorias são um atalho para conclusões apressadas que, frequentemente, revelam-se equivocadas. Para ele, um acúmulo maior de evidências deveria ser feito antes de se gerar conclusões. Nesse sentido Skinner se colocou contrário ao “Uso da teoria para nos dar respostas no lugar das respostas que podemos encontrar por meio de estudos adicionais” (p. 194, tradução nossa).

Esse tipo de caminho de construção de conhecimento solidamente embasado em um acúmulo de dados extraídos de pesquisa experimental em laboratório é o defendido por Skinner. Skinner (1950) sugere que, em uma linguagem científica, termos técnicos (objetivos) devem ser derivados diretamente de relações entre eventos manipulados e

---

<sup>50</sup> Aqui cabe uma explicitação do que Skinner (1950) quer dizer com teorização, visto que o termo se refere a múltiplas coisas na literatura, e são comuns interpretações equivocadas de que o autor é contrário a qualquer forma de teorização ou organização conceitual dos dados. Segue uma descrição do que esse autor trata como teoria nesse trabalho: “o termo ‘teoria’... se referirá... a qualquer explicação de um fato observado que apela para eventos que ocorrem em outro lugar, em algum outro nível de observação, descrito em termos diferentes, e medidos... em dimensões diferentes” (p. 193, tradução nossa). O que Skinner critica aqui, sob o rótulo de teorias, são conceituações ou postulações que tentam explicar os fatos recorrendo a recursos que estão além do que pode ser visto nos eventos manipulados e observados no próprio estudo. Para Skinner, as conclusões devem ser derivadas dos próprios dados extraídos dos estudos; quando isso não é possível, o estudo deve gerar perguntas para que mais dados sejam coletados e se esclareçam as relações entre os eventos estudados. Quando isso for possível, conclusões podem ser extraídas.

observados em experimentação, como pode ser visto nesta passagem: “ao usar a taxa de resposta como um dado básico, podemos apelar para condições que são observáveis e manipuláveis, e podemos expressar as relações entre elas em termos objetivos” (p. 210, tradução nossa). Na sequência, Skinner segue argumentando que esse tipo de estratégia, de se extrair conceitos e asserções a partir de dados, seria preferível do que extraí-los a partir de teoria: “na medida em que nosso dado torna isso possível, ele reduz a necessidade da teoria” (p. 210, tradução nossa).

O problema de Skinner não diz respeito à formulação de um arcabouço teórico-conceitual, mas sim à formulação que começa com a teoria. A construção teórica proposta por Skinner (1950) ocorre com base nos dados, de onde deve ser extraído o mínimo de conceitos básicos possíveis, como pode ser visto no seguinte trecho:

Para além da coleção de relações uniformes está a necessidade de uma representação formal dos dados, reduzida a um número mínimo de termos... Isso não vai atrapalhar nossa busca por relações funcionais porque só vai surgir depois que variáveis relevantes forem encontradas e estudadas (p. 216, tradução nossa).

Dando sequência a essa forma de construção de dados indutiva, após os dados serem coletados sistematicamente em laboratório e relações funcionais serem extraídos desses dados, segue-se para uma terceira etapa, a construção de teorias. Esse caminho, coincidente com as propostas de Bacon e Mach (Moore, 2005), fica claro em Skinner (1947/1961a), onde o autor descreve as três etapas do desenvolvimento de teorias científicas: (a) “O primeiro passo na construção de uma teoria é identificar os dados básicos” (p. 233, tradução nossa); (b) “O segunda estágio da construção da teoria... devemos expressar relações entre os dados” (p. 235, tradução nossa), essas relações entre eventos seriam expressas em leis “Relações observadas deste tipo são os fatos de

uma ciência ou, quando um grau suficiente de generalidade foi alcançado, suas leis.” (p. 235, tradução nossa); e (c) o terceiro estágio seria composto de generalizações ainda mais amplas entre relações funcionais identificadas no segundo estágio, Skinner oferece o exemplo do conceito de aceleração extraído das relações funcionais entre tempo e posição observadas por Galileu, e a partir desse conceito, “Mais tarde, à medida que outros fatos foram adicionados, outros conceitos surgiram - massa, força e assim por diante” (p. 235, tradução nossa)<sup>51</sup>, e sobre esse estágio Skinner conclui “Os conceitos de terceiro estágio desse tipo são algo mais do que as leis de segundo estágio das quais são derivados. Eles são peculiarmente o produto da formulação de teorias no melhor sentido, e não podem ser alcançados por meio de nenhum outro processo” (p. 235, tradução nossa). Moore (2010) exemplifica esses estágios de construção da teoria científica aplicando-os a conceitos skinnerianos:

(...) um exemplo do primeiro estágio da atividade científica é a identificação de parâmetros de reforço e resposta (talvez tratados como frequência no tempo ou como probabilidade) como variáveis independentes e dependentes básicas. Um exemplo do segundo estágio é a identificação de relações funcionais entre os parâmetros de reforçamento e de resposta. Um exemplo do terceiro estágio da atividade científica é organizar as variáveis, os fatores e as relações identificadas no primeiro e no segundo estágios em um sistema abrangente. Tal sistema

---

<sup>51</sup> O terceiro estágio poderia, segundo Skinner, chegar a um nível em que seus parâmetros poderiam ser expressos matematicamente. Para Skinner (1957/1961d), a Análise do Comportamento ainda não havia alcançado esse nível de precisão. Nesse sentido, Skinner afirmou: “nenhuma teoria do comportamento chegou, ainda, próxima dessa realização” (p. 243, tradução nossa). Ainda, segundo Skinner (1957/1961d), quando este estágio fosse alcançado “A matemática virá por si mesma para a análise do comportamento quando os métodos apropriados produzirem dados que são tão ordenados que não haja mais necessidade de escapar para um mundo de sonho” (p. 252, tradução nossa). Segundo Moore (2008), Skinner não adotou a utilização de lógica formal e matemática no terceiro nível. Para Moore (2008, 2010), o terceiro nível skinneriano ordena os eventos de segundo nível de forma diferente, o raciocínio causal típico do segundo nível, extraído de um programa experimental de variáveis independentes e dependentes é substituído por relações funcionais, não causais, entre os eventos. Moore (2010) afirma: “os termos causa e efeito são normalmente absorvidos em declarações de terceiro estágio de ordem superior tomadas como teorias por meio dos processos verbais inerentes ao seu desenvolvimento” (pp. 51-52, tradução nossa).

implantaria conceitos de ordem superior para produzir uma descrição econômica dos fatos assim organizados, reduzidos a um número mínimo de termos. (p. 49, tradução nossa)

Como foi visto, a busca apressada de atalhos por meio de teorizações sem respaldo em dados de laboratório não seria uma opção alternativa para Skinner, pelo contrário, esse autor acredita que esse tipo de construção teórica gerou muitos fracassos na psicologia. Neste sentido, mesmo lidando com uma proposta de psicologia em andamento, Skinner defende a criação de uma psicologia construída do laboratório para a teoria:

A contribuição mais importante que a psicologia pode dar hoje é uma teoria viável do comportamento no sentido atual, uma concepção do homem que esteja de acordo com todos os fatos do comportamento humano e que tenha sido crucialmente testada no laboratório experimental. (Skinner, 1947/1961a, p. 239, tradução nossa)

Seria uma tarefa impossível para uma ciência que pretende o entendimento global do comportamento humano – público e privado – a investigação em laboratório de todos os comportamentos humanos relevantes. O laboratório exige uma simplificação de fenômenos complexos e lida apenas com fenômenos diretamente observáveis, que possam ser precisamente mensurados e que possam ser experimentalmente manipuláveis (Donahoe, 1998). Muitos comportamentos humanos relevantes não são passíveis de serem investigados em laboratório. Daí a necessidade de um outro método, que possibilite a investigação dos eventos que não são susceptíveis a uma análise experimental em laboratório. Esse método, na ciência skinneriana, assim como em muitas outras ciências históricas (como a biologia evolucionária), seria a interpretação (Donahoe, 1993, 1998, 2004; Donahoe & Palmer, 1989, 1994; Marr,

2011; Moore, 2010; Morris, 1992; Palmer, 2006; Schlinger, 1996; Schnaitter, 1978).

Isso pode ser visto nos seguintes trechos: “obviamente não podemos prever ou controlar o comportamento humano na vida diária com a precisão obtida no laboratório, porém, ainda assim, podemos usar os resultados do laboratório para interpretar comportamento em outro lugar” (Skinner, 1974, p. 228, tradução nossa); e “O que transferimos dos nossos experimentos para um mundo casual... é o conhecimento de que certos processos básicos existem, de que eles são ordenados e de que eles provavelmente explicam os fatos desagradáveis e caóticos com os quais nos deparamos” (Skinner, 1951/1961b, p. 75, tradução nossa).

O que está sendo aqui tratado como interpretação é o uso dos conceitos básicos extraídos de pesquisa controlada em laboratório para explicar, conhecer, compreender, prever e controlar eventos que dificilmente podem ser investigados em laboratório. O uso de interpretação seria justificado em algumas situações. Uma delas seria quando há dificuldade de acesso às variáveis relevantes – como no caso de eventos privados ou históricos. Sobre a dificuldade de acesso como uma justificativa para interpretação, Skinner (1974) comenta:

Quando o comportamento humano é observado sob condições que não podem ser exatamente descritas e quando as histórias estão fora do alcance, é possível prever e controlar muito pouco, mas uma abordagem comportamental é ainda mais útil do que uma abordagem mentalista ao se interpretar o que uma pessoa está fazendo ou por que ela se comporta do modo como se comporta sob tais condições. (p. 209, tradução nossa)

Outra razão seria a alta complexidade das variáveis analisadas, o que pode ser visto em Skinner (1966/1969c): “extrapolamos de condições relativamente simples para [condições] relativamente complexas” (p. 103, tradução nossa). Essas condições

complexas, que justificariam a interpretação, poderiam se dever a múltiplas variáveis, como pode ser visto em Skinner (1984b) “A maioria das instâncias do comportamento humano são funções de muitas variáveis.... A ciência do comportamento estuda instâncias mais simples... nas quais... previsão e controle são possíveis. Termos e princípios extraídos de tais pesquisas são então usados para interpretar instâncias mais complexas” (p. 609, tradução nossa); ou, ainda, no caso de envolvimento de comportamento verbal, como pode ser visto em Skinner (1982/1987):

(...) o comportamento humano... em grande medida [é] um objeto para interpretação em vez de um objeto para previsão e controle. Em razão disso, podemos ver a importância de uma ciência que estuda o comportamento de organismos cujos processos comportamentais básicos estão livres de complicações verbais – isto é, espécies não verbais ou participantes humanos que não adquiriram comportamento verbal extenso. (p. 10, tradução nossa)

Três observações sobre a proposta de interpretação na Análise do Comportamento devem ser feitas. Primeiro, a interpretação, na proposta skinneriana, ora é tratada como um objetivo da Análise do Comportamento, ora é tratada como um método complementar à análise experimental para lidar com eventos que não podem ser alvo de experimentação (Malavazzi, 2018). Para os objetivos deste trabalho, interpretação está sendo tratada como método.

Uma segunda observação é relativa à função e ou finalidade da interpretação. Segundo Malavazzi (2018), a interpretação, como método, exerce várias funções na proposta skinneriana. Para a finalidade deste trabalho, duas funções da interpretação serão consideradas, relativas a propósitos (a) de desenvolvimento teórico-conceitual e (b) práticos. Em relação aos propósitos de desenvolvimento teórico-conceitual, a extrapolação de dados de laboratório para a formulação de leis e princípios do

comportamento – no segundo e, principalmente, no terceiro estágio da construção de teorias (Moore, 2010) – seria uma forma de interpretação (o que pode ser visto em Skinner, 1947/1961a). Para os propósitos práticos, a interpretação pode ser utilizada para o estabelecimento de explicação, previsão e controle de situações aplicadas de interesse, como a interpretação de fenômenos e padrões culturais e a aplicação de tecnologias de intervenção. Skinner (1983) observa como a análise experimental do comportamento tem possibilitado uma interpretação prática: “o interesse na análise experimental do comportamento e seu uso na interpretação e no controle prático cresceram rapidamente no mundo durante os últimos 15 anos” (p. 16, tradução nossa). Moore (2010) também identifica essas duas funções, que poderiam ser derivadas da identificação de relações no segundo estágio do desenvolvimento teórico:

Uma vez identificadas [as relações de segundo nível], os participantes em eventos ficam, então, disponíveis para previsão e controle [interpretação prática] e para abstração, integração e generalização em outras declarações, com conceitos de ordem superior que caracterizam como as variáveis e fatores se relacionam entre si em um sistema [interpretação teórico-conceitual]. (p.49, tradução nossa)

Uma terceira e última observação é que a interpretação na proposta skinneriana é diferente da mera especulação e, também, é diferente da proposta interpretativa utilizada pelo restante da psicologia. A interpretação utilizada na Análise do Comportamento, segundo Donahoe (2004), é indutiva. Ela parte do estudo cuidadoso dos fenômenos comportamentais simplificados em laboratório para, então, extrair princípios que possam ser utilizados para interpretar fenômenos complexos (ou inacessíveis). Pode-se dizer que ela segue um caminho do simples para o complexo; dos estudos simplificados



em laboratório, muitas vezes com animais infra-humanos, para a interpretação dos complexos comportamentos humanos em sociedade.

Em contrapartida, a psicologia tradicional interpreta diretamente o comportamento humano complexo, sem se beneficiar da solidez dos princípios bem delimitados extraídos de ambiente experimental simplificado. Em alguns casos a interpretação na psicologia tradicional é dedutiva, ou seja, é derivada diretamente de teorias – no caso de interpretações teóricas, teorias são construídas dedutivamente de outras teorias; para isso, o critério é que elas devem resguardar uma coerência lógica com as premissas das teorias das quais elas são derivadas; em outros casos, como sinaliza Donahoe (2004), são conduzidos estudos experimentais em ambientes complexos, e são inferidos princípios básicos, muitas vezes denominados processos psicológicos básicos, fundamentados em situações complexas. Em ambos os casos, as teorias são construídas do complexo para o simples.

Para Donahoe (2004), o maior problema desse método da psicologia tradicional ocorre quando esta encontra uma incompatibilidade entre os processos inferidos e novos fenômenos complexos observados. Enquanto para a Análise do Comportamento esse seria o momento de se voltar para a investigação do fenômeno básico em laboratório, a psicologia tradicional responderia a esse problema gerando novas especulações sobre processos envolvidos, baseados em novas observações. Assim, as interpretações construídas pela psicologia tradicional, com seu método hipotético-dedutivo, não se ancorariam em fatos bem estabelecidos derivados de pesquisas em laboratório.

A importância da interpretação indutiva na obra de Skinner é tamanha que ele dedicou boa parte de seu trabalho à interpretação das contingências complexas que governam o comportamento do ser humano (Palmer, 2009). Skinner, (1969b) após afirmar que “Um outro tipo de teoria também é necessário. Sabemos muito sobre o

comportamento humano, pois o observamos durante toda a nossa vida.... Precisamos interpretar fatos familiares deste tipo à luz de uma análise científica” (p. viii, tradução nossa), assume o caráter interpretativo de uma série de trabalhos que ele produziu, relacionados a temas diversos: (a) comportamento verbal – como em seu livro “*Verbal behavior*” (Skinner, 1957) e no artigo “*The evolution of verbal behavior*” (Skinner, 1986); (b) comportamento social, como é expresso no seu romance “*Walden two*” (1948/2005b) e nos artigos “*Some issues concerning the control of human behavior*” (Rogers & Skinner, 1956) e “*The designs of cultures*” (Skinner, 1961/2001); (c) educação, como no livro “*The Technology of Teaching*” (Skinner, 1968/2003). Além destes, citados por Skinner, muitos outros foram publicados; alguns exemplos seriam: “*The origin of cognitive thought*” (Skinner, 1989c), “*The evolution of behavior*” (Skinner, 1984c) e “*The operant side of behavior therapy*” (Skinner, 1988/1989b). Palmer (2009) faz um destaque especial a sua análise das agências de controle e de controle do comportamento humano na parte final do livro “*Science and human behavior*” (Skinner, 1953/2005a).

Portanto, segundo Malavazzi (2018) e Schnaitter (1978), a interpretação, na Análise do Comportamento, é considerada um método válido, tanto quanto a experimentação, para alcançar os objetivos da ciência skinneriana. Os dois métodos teriam finalidades distintas: a experimentação seria preferível para estudar fenômenos acessíveis e que possam ser simplificados; enquanto a interpretação se encarregaria da transposição dos princípios extraídos da experimentação para lidar com situações complexas e inacessíveis. A análise experimental lida com fatos e a interpretação não, ela lida com suposições baseadas em fatos, o que significa que a experimentação é sempre preferível, quando possível. Também é importante notar a ordem hierárquica dos dois métodos, embora, a interpretação possa retroalimentar a experimentação,

fornecendo perguntas para novos estudos em laboratório (Malavazzi, 2018; Skinner, 1966). Nesse sentido, pode-se supor que a interpretação tem um papel posterior no projeto indutivo skinneriano, que (a) partiria de observações sistemáticas em laboratório, de onde (b) seriam abstraídos conceitos básicos do comportamento, que, por sua vez, (c) seriam utilizados como “ferramentas necessárias” (Palmer, 2009, p. 9) para a interpretação, ao se explorar as implicações desses conceitos básicos para inferir sobre situações complexas e inacessíveis. Esse mesmo raciocínio pode ser visto na conclusão de Moore (2010) sobre a interpretação como etapa posterior à experimentação, em um empreendimento científico:

A interpretação normalmente entra em jogo no segundo e terceiro estágios da atividade científica. Nesses estágios, existe... generalização de casos previamente investigados para casos novos, com base em princípios semelhantes.... Em outras palavras, assumimos que os processos comportamentais são uniformes ao longo do tempo e do espaço. (p. 61, tradução nossa)

A análise funcional interpretativa utilizada na psicoterapia seria uma forma de interpretação com finalidade prática, uma vez que pode favorecer a ação efetiva do cliente (Malavazzi, 2018). Skinner (1953/2005a) argumenta que no trabalho de muitos profissionais, como psicólogos, existe uma dificuldade de se lidar experimentalmente com eventos históricos, por estes serem inacessíveis, e que nessas situações seriam possíveis interpretações: “falta-nos informação necessária para uma análise funcional [experimental]. Embora possamos fazer suposições plausíveis quanto às variáveis que operaram em cada caso” (p. 40, tradução nossa). Segundo Schnaitter (1978), a interpretação é uma alternativa à análise do comportamento aplicada, com seus métodos experimentais de análise funcional, para oferecer descrições funcionais do

comportamento, que podem ser úteis para ações práticas, possibilitando em alguma medida previsão e controle. No mesmo sentido, Skinner (1971):“Além da interpretação está a ação prática” (p. 147, tradução nossa).

A ciência para Skinner (1957) seria o próprio comportamento do cientista. E a origem das práticas científicas seriam estabelecidas e mantidas pela própria comunidade científica. Dado que “a ciência requer uma linguagem” (Skinner, 1989c, p. 18, tradução nossa), e que linguagem, para Skinner (1945/1984d; 1957), é comportamento verbal, a Análise do Comportamento, ao propor uma ciência comportamental, deveria lidar com as suas próprias práticas verbais. Nesse sentido, é possível analisar os próprios conceitos científicos utilizados para se fazer ciência.

Em termos técnicos da Análise do Comportamento, pode-se dizer que asserções científicas (conceitos básicos e teorias) seriam o produto verbal da atividade do cientista (Moore, 2008, p. 271), mais precisamente, seriam respostas verbais (Skinner, 1945/1984d) que funcionariam como regras que governam o comportamento do cientista. Segundo Skinner (1974): “o conhecimento científico é comportamento verbal.... É um corpo de regras para ação eficaz, e há um sentido especial em que ele pode ser ‘verdadeiro’, se levar à ação mais eficaz possível” (p. 235, tradução nossa). Regras seriam definidas como descrições de contingências.

Skinner define tecnicamente os termos indução e dedução, dado que esses termos seriam utilizados para se referir a diferentes tipos de controle do comportamento governado por regras do cientista. O termo indução seria usado quando as regras científicas são derivadas da observação direta das contingências, o que na classificação skinneriana, de 1957, seriam tatos. Enquanto o termo dedução seria utilizado quando as regras científicas são derivadas de outras regras científicas, o que na mesma classificação skinneriana seriam intraverbais. Nas palavras de Skinner (1966/1984a):

O termo [indução] se aplica se os estímulos que evocam o comportamento apropriado para um conjunto de contingências são derivados de uma exposição às contingências ou da inspeção do sistema de reforço. Nesse sentido, a indução é... uma regra que gera comportamento adequado a um conjunto de contingências.... A dedução é ainda uma outra forma de construir estímulos discriminativos. Máximas, regras e leis são objetos físicos, e podem ser manipulados para produzir outras máximas, regras e leis. (p. 586, tradução nossa)

Moore (2008) expressou claramente como o método indutivo da Análise do Comportamento poderia ser interpretado segundo os princípios dessa ciência. Segundo Moore (2008, p. 274), Skinner, em 1953, influenciado por Mach, entendia o trabalho do cientista no primeiro estágio do desenvolvimento de teorias como o de um artesão. À medida que o cientista trabalha com a natureza, devido a exposição às contingências, ele desenvolve habilidosos repertórios de medição, experimentação e controle do objeto de estudo. Os estímulos privados e idiossincráticos que inicialmente controlavam a prática do cientista, em um segundo estágio, são descritos na forma de asserções e prescrições científicas. Essas regras, que funcionam como estímulos verbais, agora públicas, serviriam para orientar a ação efetiva de outros cientistas. O que ocasionaria a transmissão desse conhecimento.

Segundo Schnaitter (1978, p. 10), assim como a análise de experimentos do cientista é comportamento verbal, também o é a interpretação. Interpretações seriam respostas verbais do cientista que generalizariam as leis e princípios descobertos em laboratório para outros eventos semelhantes em diferentes contextos. Skinner (1947/1961a), de modo semelhante, afirmou que os princípios extraídos de fatos observados em estudos experimentais: “têm uma maior generalidade mais ampla, que

transcende fatos particulares e lhes dá uma utilidade mais ampla” (p. 230, tradução nossa). Para o cientista usar seu repertório verbal interpretativo, é necessário que um repertório verbal analítico de princípios e leis tenha sido estabelecido com base no padrão indutivo já discutido. Em outras palavras, a interpretação depende do estabelecimento de uma terminologia própria daquela ciência, que seriam seus princípios e leis básicas.

Esses princípios e leis, tecnicamente, seriam conceitos. Um exame, sob o ponto de vista da Análise do Comportamento, sobre o que seriam princípios e leis básicas do comportamento exige um exame do próprio conceito de conceito (ou termo) e do conceito de definição. Skinner (1945/1984d) entende termos científicos como respostas verbais controladas por estímulos específicos que foram reforçadas pela comunidade verbal sempre que houve contingência entre a resposta e o estímulo (tatos – segundo a classificação posterior, de 1957). Como um outro lado da mesma moeda, para Skinner (1945/1984d) a definição do termo – ou, em uma linguagem livre, o significado do termo – seria encontrado nas relações funcionais, estabelecidas pela comunidade verbal via reforçamento, entre a resposta verbal e os estímulos presentes quando essa resposta verbal ocorresse. Ou seja, o significado do termo estaria nas contingências ambientais que ocorreriam no momento da emissão do termo e que controlariam a sua emissão. A descrição dessas contingências de controle da resposta verbal, termo, seria a sua própria definição. Esta seria o que Skinner chamou de base operacional do uso de termos, que também pode ser chamada de definição operacional ou operacionalização dos termos<sup>52</sup>.

---

<sup>52</sup> Day (1983) e Matos (1999) advertem que o operacionalismo descrito por Skinner (1945/1984d) é diferente da versão do operacionismo típico do positivismo lógico. Neste último, definir seria “descrever as operações envolvidas no processo de medir o conceito” (Matos, 1999, p. 57), a descrição deveria se ater a eventos observáveis ou deve ser dedutivamente (ou logicamente) coerente com termos que descrevem eventos observáveis. No operacionismo de Skinner, definir operacionalmente é entendido como “a análise funcional do comportamento verbal envolvendo o termo a ser definido” (Day, 1983, p. 94, tradução nossa).

Essa argumentação pode ser vista na discussão de Skinner (1945/1984d) sobre como definir uma definição:

(...) o psicólogo deve lidar com suas próprias práticas verbais... Ele não pode, infelizmente, unir-se ao lógico ao definir uma definição, por exemplo, como uma "regra para o uso de um termo" (Feigl, 1945); ele deve voltar-se, em vez disso, para as contingências de reforçamento que explicam a relação funcional entre um termo, como uma resposta verbal, e um estímulo dado. Esta é a "base operacional" para seu uso de termos; e isso não é lógica, mas ciência." (p. 551)

Em uma proposta skinneariana, essa base operacional do uso de termos seria uma outra forma de interpretação utilizada na ciência. Como tal, ela pode ser uma fonte para a suposição de eventos comportamentais, ou das contingências em vigor, que estão ocorrendo quando uma linguagem não-técnica é utilizada. Aqui, como em Day (1983), o termo "tradução" será utilizado para se referir a essa operacionalização de termos não-técnicos. Essa proposta de tradução parte do pressuposto de que as respostas verbais emitidas, os termos, são comportamentos que obedecem às mesmas leis encontradas nos estudos básicos de laboratório, de tal forma que é possível supor que determinadas contingências ambientais controlam o uso desses termos. Assim, psicólogos não analistas do comportamento e outros usuários comuns da linguagem vernacular, ao descrever o comportamento humano, embora atribuam erroneamente as causas, estão, mesmo que não percebam, falando sobre relações funcionais entre resposta e ambiente. Skinner (1990) coloca a questão da seguinte forma: "psicólogos têm analisado não intencionalmente contingências de reforçamento, as próprias contingências responsáveis pelo comportamento equivocadamente atribuído a um originador interno" (p. 1209, tradução nossa).

Porém, supor contingências ocorrendo quando um termo é utilizado não implica descobrir novos processos ou princípios comportamentais; como disse Palmer (2009): “interpretações não nos dizem como a natureza funciona... elas são apenas cenários plausíveis, não fatos sobre o mundo. Interpretações são apenas a extensão de princípios estabelecidos para domínios além do laboratório e não podem descobrir nada de novo” (p. 14-15). Isso significa que as traduções de termos não-técnicos no máximo podem oferecer suposições sobre funcionamento de novos processos; essas suposições podem, como visto, estimular novas pesquisas experimentais em laboratório. Ou seja, a proposta de tradução de termos não implica um caminho dissociado da coleta de dados sistemática em laboratório para a extração de novos conceitos básicos.

Um bom exemplo pode ser encontrado em Skinner (1950), em uma análise dos termos que teorias da aprendizagem têm chamado de processos mentais superiores (*higher mental process*), como escolha e preferência. Skinner oferece uma interpretação das contingências que ocorrem quando esses termos são utilizados: “um esforço pode ser feito para defini-los apenas em termos de comportamento, mas na prática tradicional eles se referem a processos em outro sistema dimensional. Uma resposta a um dos dois estímulos disponíveis pode ser chamada de escolha” (p. 210, tradução nossa). Em seguida, Skinner demonstra como um programa de pesquisa baseado em estudos de discriminação e escolha de acordo com o modelo foi desenvolvido para entender as contingências que ocorrem quando os termos “escolha” ou “preferência” são utilizados. Nos estudos, esses termos são operacionalizados e analisadas em laboratório; um bom exemplo pode ser visto na operacionalização experimental que Skinner faz do termo preferência: “o que se chama de ‘preferência’ entra nesta formulação. Em qualquer estágio do processo... preferência pode ser



expressa em termos das taxas relativas de resposta a duas chaves” (p. 213, tradução nossa).

Com esse exemplo fica claro que a proposta de investigação de operacionalização de termos não se trata de um caminho puramente interpretativo, baseado em um modelo científico dedutivo; termos operacionalizados com base em uma linguagem não técnica devem ser transformados em análogos experimentais para posterior estudo do fenômeno em laboratório, conforme o caminho baseado em um programa de pesquisa indutivo, descrito anteriormente. Somente após esse percurso, esses termos seriam válidos em uma ciência analítico-comportamental. Essa conclusão pode ser vista em Skinner (1950), ainda sobre os processos mentais superiores, como escolha ou preferência:

Nesses experimentos uns poucos processos superiores foram, por necessidade, descritos muito brevemente. Eles não são oferecidos como prova de que teorias de aprendizagem não são necessárias, mas podem sugerir um programa alternativo nessa difícil área. Os dados no campo dos processos mentais superiores transcendem respostas únicas ou relações estímulo-resposta únicas. Mas eles parecem ser suscetíveis a formulação em termos de diferenciação de respostas concorrentes, de discriminação de estímulos, de estabelecimento de várias sequências de respostas, e assim por diante. (p. 215, tradução nossa)

A operacionalização de termos pode ser especialmente útil para se inferir, no sentido de interpretar aqui discutido, eventos privados (que, por definição, não podem ser diretamente observados e testados em laboratório) que estão ocorrendo quando os termos são utilizados (Catânia, 2011; Donahoe & Palmer, 1994; Himeline, 2011; Malavazzi, 2018; Marr, 2011; Palmer, 2011; Schlinger, 2011). Nesse sentido, seria

possível traduzir a que relações de contingências esses termos não técnicos se refeririam.

Vários exemplos de termos da linguagem cotidiana e da psicologia tradicional têm sido interpretados dessa forma por Skinner, como: resolução de problemas (Skinner, 1966/1984a), pensamento (Skinner, 1953/2005a, 1957, 1974), autocontrole (Skinner, 1953/2005a), percepção (Skinner, 1974), *self* (Skinner, 1953/2005a, 1974, 1989a), emoções e sentimentos (Skinner, 1987/1989d). Outros autores da Análise do Comportamento também têm se dedicado à interpretação de termos da psicologia tradicional; alguns exemplos podem ser vistos em Donahoe e Palmer (1994), na coletânea de Hubner e Moreira (2012) e em Palmer (1991, 2003).

Um exemplo seria a análise de um dos usos cotidianos do termo emoção como predisposição feita por Skinner (1953/2005a, pp. 162-163), que afirma que emoções seriam termos utilizados em circunstâncias nas quais a probabilidade de uma determinada resposta é alterada. Por exemplo, um organismo faminto teria a sua probabilidade de comer alterada, enquanto um indivíduo amedrontado teria a sua probabilidade de fugir aumentada. Para que a força da resposta tenha aumentado, pode-se supor, nesses exemplos, que algumas variáveis ambientais foram alteradas, como a passagem do tempo sem acesso a comida, no primeiro caso, e a introdução de um evento aversivo, no segundo caso. Skinner (1953/2005a) adverte que emoção, nesse sentido, estaria sendo tratada como um estado conceitual, que sinaliza que “uma resposta especial é função de circunstâncias na história de um indivíduo” (p. 162, tradução nossa). O autor considera que no discurso cotidiano, ou mesmo para propósitos científicos, o uso do termo emoção, assim definido, não seria especialmente problemático.

É importante ressaltar que o motivo dessa proposta de operacionalização de termos, segundo Catânia (2011), não é ter acesso aos eventos privados por meio de uma análise verbal. Para Catânia, o propósito de Skinner era o de entender as contingências sociais que instalaram e mantiveram respostas verbais sob controle de eventos privados, em condições nas quais a comunidade verbal que ensina não tem acesso a esses eventos. Ou seja, a proposta de base operacional do uso de termos (Skinner, 1945/1984d) é uma agenda anti-mentalista.

Skinner (1945/1984d) defende que tal operacionalização dos termos psicológicos seria importante para qualquer ciência, embora fosse de vital importância para a psicologia, dado que muitos dos seus termos se originam de um “vocabulário... antigo e não científico” (p.548). Esse vocabulário é frequentemente denominado linguagem vernacular<sup>53</sup> por Skinner, uma linguagem desenvolvida pela comunidade verbal por milhares de anos (Skinner, 1990). A apropriação de termos da linguagem vernacular pela psicologia tradicional certamente trouxe algumas vantagens quanto à facilidade de compreensão, Skinner (1990) escreveu: “por sua semelhança com a linguagem vernacular, a psicologia cognitivista foi fácil de entender” (p.1210, tradução nossa). Para Skinner (1990), todos utilizam a linguagem vernacular no dia a dia, e não há nenhum problema nisso: “os behavioristas falam-na na sua vida cotidiana (e jovens behavioristas devem aprender a fazer isso sem constrangimento)” (p. 1209, tradução nossa).

Portanto, para Skinner, analistas do comportamento aprendem a falar duas linguagens distintas: a linguagem técnico-científica (com seus termos operacionalizados) e a linguagem vernacular, que devem ser utilizadas em contextos distintos: a primeira, nas atividades científica e profissional; e a segunda, no dia a dia ou

---

<sup>53</sup> Até o momento referida neste trabalho como linguagem livre, popular, do cotidiano ou do senso comum.

em contextos de atuação profissional em que é necessária a interação com usuários da linguagem vernacular. No caso de formação profissional ou de conversa entre pares, analistas do comportamento deveriam utilizar uma linguagem técnica. Essa distinção pode ser vista em: Skinner (1989c) – “as palavras que elas [pessoas do cotidiano] usam fazem parte de uma linguagem viva que pode ser usada sem constrangimento por psicólogos cognitivos e analistas do comportamento em seu cotidiano.... Mas essas palavras não podem ser usadas em sua ciência!” (p. 18, tradução nossa); e Skinner (1985):

Precisamos de uma linguagem de sentimentos e estados de espírito em nossa vida diária. É a linguagem da literatura e da maior parte da filosofia. Os psicólogos clínicos usam-na para aprender muitas coisas sobre as histórias de seus clientes que eles não poderiam descobrir de outra maneira. Existem duas linguagens em cada campo do conhecimento, e seria tolice insistir que a versão técnica sempre seja usada. Mas ela deve ser usada na ciência e, especialmente, em uma ciência do comportamento. (p. 300)

A insistência de Skinner na utilização de uma linguagem técnica nas atividades científica e profissional (acadêmica e de comunicação entre pares) se deve a problemas que a linguagem vernacular, não técnica, teria devido aos seus significados antigos. Sobre os problemas inerentes à linguagem vernacular, é afirmado por Moore (2005): “a linguagem cotidiana está repleta de uma ampla variedade de distorções e erros” (p. 104, tradução nossa); é, também, afirmado por Skinner (1938):

[A psicologia tradicional] aceitava uma organização dos dados baseada em conceitos antigos que não eram parte essencial de sua própria estrutura. Ela herdou uma linguagem tão impregnada de metáforas e implicações que

frequentemente era impossível apenas falar sobre comportamento sem despertar os fantasmas de sistemas mortos. (p. 5, tradução nossa)

Segundo Moore (2010, p. 53), ao menos três problemas podem ser observados na utilização de uma linguagem vernacular: (1) a conversão de adjetivos e advérbios em substantivos; (2) a utilização de metáforas, que será aqui tratada como um problema de imprecisão conceitual, por ser avaliado como um problema mais amplo, uma vez que podem existir outras fontes de imprecisão além da metáfora; (3) e a asserção de pressupostos dualísticos, que será aqui tratada como o problema do mentalismo (como se verá, o mentalismo se refere a uma série de problemas derivados de um determinado projeto de explicação dos eventos privados).

A conversão de adjetivos e advérbios em substantivos é uma prática comum na linguagem vernacular, por exemplo, o que era um estado provisório do indivíduo, como aquele referido por “amedrontado”, passa a ser uma coisa quando transformado em substantivo, o medo; e coisas normalmente são relacionadas com objetos, e objetos ocupam lugar no espaço. Nesse sentido, é comum que ao tratar esses estados como coisas, subentenda-se, em uma linguagem vernacular, que elas se encontram em algum lugar, normalmente no interior do indivíduo. É claro que a linguagem não transforma os estados em coisas, mas o indivíduo que se comporta verbalmente dessa forma tende a lidar com os eventos descritos como substantivos de forma similar (Moore, 2010, p.53). Sobre essa questão, Skinner (1953/2005a, p. 162-163) adverte que, para não haver confusões, é mais seguro manter a forma adjetiva do termo, pois as formas substantivas seriam perigosas, à medida que poderiam induzir à busca por coisas chamadas emoções ou a suposição de condições psíquicas ou fisiológicas.

Alguns fatores levam à imprecisão conceitual da linguagem vernacular. Uma primeira fonte de imprecisão conceitual seria a ambiguidade de termos. A linguagem

vernacular, para Skinner (1989c), não pode ser utilizada pela Análise do Comportamento, a menos que ela seja desprovida de seus significados originais e seja redefinida pela ciência. Nos termos de Skinner: “uns poucos termos tradicionais podem sobreviver na linguagem técnica de uma ciência, mas são cuidadosamente definidos e desprendidos do uso de suas antigas conotações. A ciência requer uma linguagem” (Skinner, 1989c, p.18, tradução nossa). O perigo de se utilizar um mesmo termo da linguagem vernacular e da psicologia tradicional em uma linguagem analítico-comportamental seria que ele teria dois significados, ou seja, ele seria empregado em dois contextos distintos. Essa ambiguidade pode ser perigosa para uma ciência do comportamento à medida que ela pode gerar imprecisão conceitual.

Um segundo problema de imprecisão da linguagem vernacular seria a utilização de uma linguagem inacurada, que carece da especificação precisa das relações de contingências investigadas sistematicamente em laboratório, como seria o caso da utilização de metáforas e analogias. Nesse sentido, Skinner (1957) aconselha o uso de uma linguagem descritiva precisa: “quando um falante relata, identifica ou descreve com precisão um determinado estado de coisas, ele aumenta a probabilidade de o ouvinte agir com sucesso em relação a isso” (p. 418, tradução nossa) e “A comunidade científica encoraja o controle de estímulos preciso sob o qual um objeto ou uma propriedade de um objeto é identificado ou caracterizado de tal forma que a ação prática terá a máxima efetividade” (p. 419, tradução nossa); e desaconselha o uso de metáforas e analogias em uma linguagem da análise do comportamento: “extensões genéricas são toleradas na prática científica, mas extensões metafóricas, metonímicas e solecísticas são geralmente extintas ou punidas” (Skinner, 1957, p. 419, tradução nossa), “Ao representar as relações descobertas por uma análise experimental do comportamento, pouco uso é feito de metáforas ou analogias” (Skinner, 1966, p. 217, tradução nossa) e

“A natureza metafórica destas [interpretações de eventos privados]... implica uma falta de precisão”(Skinner 1945 / 1984d, p. 549, tradução nossa).

O problema da utilização de termos pouco precisos é particularmente visto no caso de termos que se referem a eventos privados. A proposta skinneriana parte do princípio de que é a comunidade verbal que ensina os seus membros a tatearem os eventos do mundo. Um evento público pode ser facilmente ensinado pela comunidade verbal, uma vez que, por exemplo, ela pode colocar o aprendiz sob controle do mesmo objeto que o membro da comunidade está ensinando o indivíduo a tatear. Para ilustrar essa situação, imagine-se que um pai coloque uma boneca à frente do rosto de uma criança e diga “boneca”; provavelmente a criança ficará sob controle do mesmo objeto que o pai; este reforçaria qualquer resposta vocal que se aproximasse da topografia “boneca”<sup>54</sup>.

Em contrapartida, quando a comunidade tenta ensinar seus membros a tatear eventos privados, a tarefa é particularmente complicada, pois, devido à falta de acesso aos eventos privados, não se pode garantir que o aprendiz esteja sob controle do mesmo evento que a comunidade verbal está tentando ensinar, o que implica limitações no estabelecimento de discriminações precisas (Moore, 2001; Skinner 1945/1984d). Nesses casos, os membros da comunidade lançam mão de estratégias especiais para ensinar os seus membros a nomear tais eventos, como o uso de inferências baseadas em contingências ambientais públicas ou o recurso a metáforas (Skinner, em 1945/1984d, descreve quatro estratégias utilizadas para o ensino de respostas verbais a eventos privados). Em razão dessas dificuldades de tatear eventos privados Skinner

---

<sup>54</sup> Nem todos os casos de discriminações públicas são tão simples de se ensinar, como, por exemplo, no caso de abstrações, em que a tarefa é mais complexa, visto que mesmo que se garanta o contato com o mesmo objeto, não necessariamente o membro da comunidade estará sob controle da mesma propriedade do estímulo que o aprendiz. Nesse caso, estratégias adicionais de ensino devem ser utilizadas, e a precisão conceitual se torna mais difícil de ser alcançada.

(1945/1984d) diz: “é, portanto, impossível estabelecer um vocabulário científico rigoroso para uso público, tampouco o falante pode claramente ‘conhecer-se’ no sentido em que conhecer se identifica com comportar-se discriminativamente” (pp. 449-550, tradução nossa).

Essa dificuldade de acessibilidade e nomeação dos eventos privados, além da falta de precisão, pode gerar explicações fictícias sobre a natureza e a função desses eventos privados, o que Skinner denominou mentalismo, o que, para Skinner, seria um problema ainda mais grave do que o primeiro. Zílio e Carrara (2008) resumem as características principais da definição de mentalismo para Skinner: os termos mentalistas seriam construtos teóricos que se referem a processos ou agentes internos que explicariam o comportamento, sendo que, muitas vezes, mas não necessariamente, a natureza ou a substância dos dois elos dessa cadeia causal seria distinta. Para Moore (2010, p. 53), é justamente esse tipo de mentalismo que está presente em teorias psicológicas tradicionais, que têm a forma de teorias de terceiro estágio no projeto skinneriano, mas que não passaram pelo primeiro e pelo segundo estágios de desenvolvimento, ou seja, não percorreram um caminho indutivo de tipo *bottom-up*, em decorrência, Moore (2010) afirma: “teorias cognitivas e mentalistas tendem a se preocupar com dados e relações espúrias e não ocasionam predição e controle efetivamente” (p. 53, tradução nossa).

Para Moore (2017), um projeto de psicologia mentalista constrói asserções sobre estruturas (processos, estados ou mecanismos) inobserváveis, intrínsecas ao organismo, em que suas propriedades funcionais (capacidades, conteúdo e/ou tempo de processamento de informação) subjazem o comportamento e participam da explicação causal deste. O lócus dessa estrutura pode ser: mental, em uma versão de mentalismo ontológico (de natureza não material); encontrado dentro do organismo, como no



sistema nervoso (é importante observar que, nesse caso, a estrutura inferida não é definida pelo aspecto fisiológico elencado, ela apenas possuiria correlatos fisiológicos com este); ou ser pressuposta em um nível conceitual.

Ainda segundo Moore (2017), no mentalismo as propriedades funcionais das estruturas mentais inferidas seriam tidas como causas do comportamento, sendo estas de dois tipos: iniciadoras – não precisariam de suporte externo para funcionar – ou mediadoras – na qual estímulos externos ao sistema ativam essas estruturas subjacentes, que, por sua vez, disparam o comportamento. Em ambos os casos, o comportamento mantém contato direto apenas com as estruturas inobserváveis inferidas e não com o ambiente. Para Moore (2017), essas teorias mentalistas que supõem estruturas internas (justamente o tipo de teorização a que Skinner se opôs) se ancorariam em um projeto científico hipotético dedutivo, no qual encontrariam respaldo e suporte justamente em dados comportamentais ou fisiológicos. Nota-se, no mentalismo, que as estruturas causais inferidas estariam em um domínio díspar dos domínios comportamental ou fisiológico, que fornecem as evidências da sua “existência” ou da sua adequação conceitual. Segundo Moore (2010, 2017), esse domínio diferente do domínio comportamental ou fisiológico é chamado, a depender de sua versão, de: “mental, cognitivo, subjetivo, espiritual, psíquico, conceitual ou hipotético” (p. 75). Portanto, para Moore (2010, 2017), as versões fisiológicas e conceituais do mentalismo seriam tão problemáticas quanto a sua versão ontológica, uma vez que todas elas pressupõem domínios diferentes daqueles que pretendem explicar.

Sob o ponto de vista da Análise do Comportamento, projetos científicos mentalistas trazem uma série de riscos para uma adequada compreensão do ser humano. Keat (1972), ao revisar os textos de Skinner sobre o mentalismo, levanta cinco objeções do autor à temática: (1) o mentalismo carece de poder explicativo em relação ao

comportamento; (2) o mentalismo envolve o emprego de teorias científicas (no sentido de teorias tratado anteriormente, advindas de um projeto hipotético dedutivo); (3) o mentalismo acaba conduzindo à necessidade de homúnculos ou de agentes internos para explicar o homem como um agente autônomo; (4) o mentalismo desvia o foco da psicologia do comportamento como objeto de estudo; (5) o mentalismo sustenta uma ontologia dualista entre o mental e o físico. Acredito que neste ponto do trabalho não são necessárias explicações adicionais sobre os problemas 1, 2, 4 e 5, porém a terceira objeção ainda não foi abordada apropriadamente. Skinner (1974) define o que ele chama de “noção antiga de homúnculo” como: “uma pessoa que se comporta precisamente dos modos necessários para explicar o comportamento de uma pessoa externa em que habita” (p. 117, tradução nossa). O problema do homúnculo é evocado por Skinner (1971, 1974) como uma necessidade de se criar um agente iniciador interno para explicar o livre-arbítrio ou a autonomia do ser humano em relação ao ambiente, frequentemente pregada por algumas versões do mentalismo.

Como o mentalismo perpassa toda a linguagem vernacular, o uso de termos mentalistas, como personalidade, pensamento e vontade, está relacionado, na nossa história de vida, com os problemas acima descritos. Quando falamos que estamos depressivos, por exemplo, imaginamos que algo dentro de nós está alterado, e tendemos a olhar para variáveis internas que, em uma proposta mentalista, explicariam a depressão, e deixamos automaticamente de olhar para comportamentos e variáveis ambientais que realmente, do ponto de vista de uma perspectiva analítico-comportamental, explicam o que estamos chamando de depressão. Nesse sentido, para Skinner (1974), a familiaridade com os princípios básicos do comportamento poderia ser um antídoto para os problemas do mentalismo, uma vez que passamos a olhar para as variáveis relevantes para a explicação do comportamento e deixamos de ficar sob

controle de variáveis irrelevantes, o que possibilitaria intervenções mais efetivas sobre o ambiente:

Aqueles familiarizados com a pesquisa de laboratório serão mais propensos a olhar para as coisas importantes e saberão quais outras coisas perguntar; eles terão uma melhor compreensão do que veem. É por isso que eles podem interpretar mais acuradamente a vida diária.... Muitos dos avanços tecnológicos derivados do estudo do comportamento operante têm se beneficiado desse tipo de interpretação. (p. 229, tradução nossa)

É possível interpretar que, para Skinner, nem todo construto mental seria mentalista, no sentido proposto até aqui, uma vez que esse autor é favorável à operacionalização de termos da linguagem vernacular e de outras áreas da psicologia, desde que definidas funcionalmente; e que não se atribua uma relação de causalidade entre supostos processos ou agentes internos e o comportamento nem atribua a esses supostos processos ou agentes internos uma natureza distinta dos eventos comportamentais. Zuriff (2003), de forma similar, tratou da diferença de construtos aceitáveis e inaceitáveis na proposta skinneriana, diferenciando o mentalismo descritivo do mentalismo explanatório<sup>55</sup>. O mentalismo descritivo se refere à utilização de termos mentalistas, como emoções e intenção, traduzidos segundo o projeto de operacionalização dos termos psicológicos de Skinner (1945/1984d), enquanto o

---

<sup>55</sup> Zuriff (2003) também propôs um terceiro tipo de mentalismo, o experiencial. Neste, termos que se referem a respostas privadas, como o ver na ausência da coisa vista ou a fala privada, são inferidos como eventos físicos e interpretados segundo os princípios do comportamento, evitando qualquer interpretação referente ao mentalismo explanatório. Os termos, nesse caso, se refeririam a discriminações sob controle de eventos privados materiais ensinados pela comunidade verbal, segundo a explicação já abordada sobre nomeação de eventos privados em Skinner (1945/1984d). A diferença entre o mentalismo experiencial e o mentalismo descritivo é que no primeiro os termos seriam tratados como construtos hipotéticos propriamente ditos (por exemplo, intenção ou inteligência), enquanto no segundo eles seriam respostas privadas supostamente da mesma natureza que os eventos públicos. Como para os propósitos deste trabalho essa diferenciação não é fundamental, o que está sendo tratado como mentalismo descritivo também inclui o mentalismo experiencial, visto que ambos seriam aceitáveis em uma proposta skinneriana.

mentalismo explanatório se referiria a termos mentalistas aos quais são atribuídas propriedades causais e/ou ontológicas distintas do comportamento. Segundo Zuriff (2003) o mentalismo descritivo seria aceitável em uma proposta skinneriana, enquanto o mentalismo explanatório seria rejeitado:

No que diz respeito ao mentalismo descritivo, Skinner se contenta em deixar intacto muito do discurso cotidiano, usando sua teoria do significado para extrair seu núcleo factual e descartar o que é enganoso ou falso. Em contraste, ele recomenda que quase todo o mentalismo explanatório seja descartado. Em seu lugar, ele sugere todo um esquema explanatório, extrapolando com base nos princípios básicos de sua ciência comportamental. (Zuriff, 2003, p. 348, tradução nossa)

Terminada a revisão do que seria uma terminologia adequada na ciência skinneriana, suas origens e implicações, será aqui tratada a compatibilidade dessa proposta com os modelos psicoterápicos da TAC e da ACT. A compatibilidade será examinada em dois níveis: o nível do discurso sobre a terminologia – no qual será analisado o que nessas propostas psicoterápicas se defende teoricamente sobre como deveria ser a terminologia – e o nível prático do uso da terminologia – no qual será examinado que tipo de terminologia tem sido, de fato, utilizada nos textos analisados. Começaremos com a Análise da ACT.

Um exame da proposta terminológica skinneriana e daquela defendida pela ACT mostra compatibilidades e incompatibilidades. Em relação ao projeto de construção teórico-científico, Skinner defende uma proposta de construção teórica-científica indutiva, enquanto para Hayes e colaboradores houve uma mudança de projeto teórico-científico nos últimos anos, quando a ACT já se afirmava sustentada pelas Ciências Comportamentais Contextuais (CBS), em vez da Análise do Comportamento. Hayes e

colaboradores (Hayes, Levin, Plumb-Villardaga, Villatte, & Pistorello, 2013; e Villardaga et al., 2009) defendiam um projeto teórico-científico indutivo para a CBS e conseqüentemente para a ACT: “devido à sua natureza indutiva bottom-up, o modelo da ACT é... um modelo de como a aprendizagem relacional pode interagir com contingências diretas na psicologia humana” (Hayes et al. 2013. p. 187, tradução nossa). Esse modelo científico indutivo da CBS, proposto por Hayes et al. (2013), é definido da seguinte forma:

A CBS é uma estratégia indutiva, focada em princípios, de construção de sistema psicológico que enfatiza o desenvolvimento de intervenções baseadas em modelos teóricos fortemente ligados a princípios básicos que são, eles próprios, constantemente atualizados e avaliados. Essa estratégia foi abstraída e ampliada da análise do comportamento tradicional. (p. 181, tradução nossa)

Essa definição apresenta várias características em comum com o projeto teórico-científico skinneriano, em que o corpo teórico é construído com base em princípios do comportamento de forma indutiva, e esse corpo teórico e os próprios conceitos básicos podem ser reavaliados e modificados à medida que novas perguntas e pesquisas são feitas. Porém é afirmado que esse projeto estende o projeto skinneriano. Uma adição relevante ao projeto skinneriano seria a forma como teorias são formuladas fundamentadas em conceitos básicos. Essa seria justamente a terceira etapa do projeto de construção teórica skinneriano, e não é muito claro na formulação skinneriana o que exatamente seria essa terceira etapa de construção teórica nem como ela é elaborada. Uma boa explanação sobre essa proposta pode ser encontrada em Hayes, 1998b, citado por Villardaga et al. (2009, p. 114):

Temos uma teoria comportamental quando há (a) análises sistemáticas e geralmente aplicáveis de classes importantes de observações comportamentais

(b) declaradas em termos de conjuntos de princípios comportamentais coerentemente relacionados, que (c) permitem que esses fenômenos comportamentais dentro dessa classe sejam previstos e influenciados como um objetivo unificado. (p. 68, tradução nossa)

Um exemplo desse tipo de construção teórica, para Vilaradaga et al. (2009, p. 114), seria a teoria de molduras relacionais. Com base em observações sistemáticas de classes de responder relacional arbitrariamente aplicáveis foi abstraída uma proposta teórica de como esse operante poderia funcionar (incluindo sua origem, manutenção e características particulares) de maneira consistente com um conjunto de princípios de aprendizagem, tais como reforçamento, discriminação e abstração. Objetivos, na forma de asserções, relacionados a previsão e controle poderiam ser derivados da Teoria de Molduras Relacionais, que agora poderia ser testada quanto a sua capacidade de prever e influenciar os fatos dela derivados. Nessa proposta conceitual, teorias seriam um segundo nível de abstração. Com base em (a) observações sistemáticas em ambiente controlado, seriam extraídos (b) conceitos básicos, que poderiam, por sua vez, ser aplicados à observação de eventos complexos, da qual seriam (c) derivadas, ou abstraídas, teorias.

Em Hayes et al. (2012) ocorre uma mudança no projeto teórico-científico, que passa de um modelo indutivo (Hayes et al., 2013<sup>56</sup>; Vilaradaga et al., 2009) para o que veio a ser chamado de modelo reticulado (do inglês – *reticulated model*). O modelo reticulado parte do princípio de que termos científicos válidos podem ser extraídos por

---

<sup>56</sup> É interessante notar que esse texto de Hayes et al. (2013) é publicado posteriormente à apresentação do projeto teórico-científico reticulado, embora no texto seja defendido um modelo teórico-científico indutivo, como em Vilaradaga et al. (2009). O texto de Hayes et al. 2013 já havia sido citado como estando no prelo em Vilaradaga et al. (2009), afirmando-se que as ciências comportamentais contextuais eram “uma estratégia indutiva, focada em princípios, de construção do sistema psicológico” (p. 108, tradução nossa), o que indica que, embora a publicação tenha sido posterior a Hayes et al. (2012), o texto já havia sido escrito anteriormente.

dois caminhos distintos, o caminho *bottom-up* (de baixo para cima) e o caminho *top-down* (de cima para baixo). Esses caminhos se inserem na discussão da relação entre pesquisa básica e pesquisa aplicada, e de como termos podem ser construídos com base na pesquisa básica para então serem utilizados na aplicação (proposta *bottom-up*), ou termos derivados da aplicação são, então, investigados na pesquisa básica (proposta *top-down*). Na proposta *bottom-up*, termos são extraídos de forma coincidente com o método indutivo, em que os termos são derivados com base em dados de observações sistemáticas de laboratório para depois se formular abstrações conceituais, como conceitos básicos. A utilidade desses termos pode, então, ser investigada em pesquisas aplicadas e, por fim, eles podem ser utilizados para a interpretação de situações complexas na prestação de serviço.

A proposta *top-down* utilizaria um caminho inverso: os termos seriam derivados da própria pesquisa aplicada ou da prestação de serviço para depois terem a sua validade testada em laboratório, na pesquisa básica. Normalmente, nesse tipo de proposta, é comum que novos conceitos possam surgir como interpretações de situações complexas em ambientes aplicados para dar sentido a aparentes novos “fatos” ou incongruências observadas nesses ambientes. Esse tipo de interpretação é similar à proposta, apresentada anteriormente, de Donahoe (2004), na qual a psicologia tradicional interpreta do complexo para o simples (caminho oposto ao da Análise do Comportamento). Esses termos, nesse caso, seriam construtos interpretativos, que comumente são deduzidos logicamente de teorias prévias (que podem ter sido originadas de um modelo indutivo ou hipotético-dedutivo) e as ampliam para dar conta das novas observações. Essas deduções teóricas, logicamente relacionadas com teorias prévias, podem, então, ser submetidas a testes para se provar a sua utilidade conceitual.

Nesse sentido, é possível aproximar o caminho *top-down* de extração de termos com o modelo hipotético-dedutivo da psicologia tradicional.

O modelo reticulado de Hayes et al. (2012) enquadra as ciências comportamentais contextuais com uma proposta mista, que utilizaria simultaneamente os dois caminhos, *bottom-up* e *top-down*, na qual os termos extraídos da aplicação poderiam ser testados no laboratório e os extraídos do laboratório poderiam ganhar respaldo na aplicação. No livro da ACT analisado (Hayes et al., 1999), podem ser encontrados termos extraídos de uma proposta indutiva, com referência a conceitos básicos. Porém, como visto na seção de análise de terminologia da ACT, termos advindos de um caminho diferente do caminho indutivo de Skinner, os termos de nível intermediário, um embrião do modelo reticulado, já eram defendidos por Hayes et al. (1999), como reconhecido em relação ao termo aceitação: “[não estamos] sugerindo que aceitação não seja um conceito cientificamente válido.... Nosso ponto é mais básico. Existem muitos conceitos na literatura clínica empírica que são amplamente pesquisados, amplamente aceitos e mais mal compreendidos do que os proponentes querem que acreditemos” (p. 282, tradução nossa). E em relação a outros termos: “os mesmos pontos que aplicamos à aceitação aplicam-se com igual força a outros conceitos do ACT, como desfusão cognitiva, desliteralização e até mesmo comprometimento” (p. 283, tradução nossa). Isso não significa que todos os termos utilizados na ACT são advindos de um modelo reticulado, alguns são oriundos de um caminho puramente *bottom-up* e outros, puramente *top-down*, como será visto posteriormente.

É importante ressaltar que o tipo de formulação teórica e de construção de conceitos pressuposto no caminho *top-down* é precisamente o tipo de projeto de psicologia a que Skinner era contrário. Moore (2005) afirma: “[o programa de pesquisa do Skinner] não aceitava a linguagem vernacular como ponto de entrada. Em vez disso,



os termos devem ter uma certa ‘realidade experimental’ neles e, salvo aqueles com a validade requerida [realidade experimental], eles não são incluídos” (p. 104, tradução nossa). Isso também pode ser visto na defesa de Skinner de que teorias e conceitos devem ser inicialmente originados dos fatos observados no laboratório: “fatos e teorias não são opostos. A relação é essa: teorias são baseadas em fatos; elas são asserções sobre organizações de fatos” (Skinner, 1947/1961a, p. 230, tradução nossa). E na sua crítica à utilização desse tipo de construto hipotético extraído de teorias:

A verificação cuidadosa da realidade, característica da análise experimental, provavelmente exporia as entidades ficcionais que desempenharam um papel tão devastador no que se passava por explicação psicológica e nos permitiria escapar dos construtos hipotéticos inacessíveis. (Skinner, 1957/1961d, p. 243, tradução nossa)

Uma compatibilidade encontrada entre a Análise do Comportamento e a ACT diz respeito ao entendimento do que seriam termos e definições. Termos, para a ACT, seriam rótulos verbais utilizados para se referir a eventos do mundo, “A linguagem permite que os eventos sejam abstraídos e tratados como objetos” (Hayes et al. 1999, p. 75, tradução nossa). A ACT interpreta que termos se relacionam com os eventos aos quais eles se referem (em uma relação de igualdade/equivalência), dentro da proposta de teoria das molduras relacionais. Esse tipo de responder relacional é um operante estabelecido pela comunidade verbal. Nesse sentido, a definição skinneriana de conceitos como respostas verbais sob controle de estímulos específicos que foram estabelecidas pela comunidade verbal seria condizente com a definição adotada pela ACT. Embora na proposta da ACT se possa entender o motivo pelo qual a comunidade verbal trata o significado de termos pela correspondência ou pela relação de igualdade que ele estabelece com o evento ao qual se refere – uma vez que o processo

comportamental de responder relacional gere essa equivalência entre os termos –, a especificação das contingências pelas quais a comunidade verbal estabelece esse tipo de responder relacional permite a busca do significado de acordo com a proposta skinneriana de base operacional do uso de termos. Essa interpretação de significado enquanto uso do termo, em detrimento do significado enquanto correspondência pode ser vista em um artigo no qual Hayes é coautor (Vilardaga et al., 2009): “a abordagem comportamental da linguagem é baseada na ideia de que ‘significado é uso’. Assim, esses termos não podem, em última instância, ser justificados porque eles ‘se referem a coisas reais’” (p. 116); pode também ser vista em Hayes et al. (1984):

A análise comportamental da linguagem é baseada na compreensão do comportamento de falar e de ouvir por meio da análise de contingências. Os termos devem ser entendidos identificando-se as condições sob as quais são usados e os efeitos de seu uso. O significado literal é parte dessa imagem (porque a estrutura socialmente estabelecida da linguagem deve participar de sua função), mas não é sinônimo dela. (p. 100).

Assim como na proposta skinneriana, para Hayes et al. (1999) esses rótulos, ou construtos verbais, podem ser relacionados com eventos privados e ensinados pela comunidade verbal. Segundo a proposta da ACT, a comunidade verbal ensina os indivíduos a tratarem esses eventos privados como coisas: “uma coleção extensa de estados corporais, pensamentos, predisposições comportamentais e fatores contextuais são reunidos sob um rótulo verbal, e aprendemos a chamá-los de ‘depressão’ ou ‘ansiedade’. Nossas emoções se tornam semelhantes a coisas e verbalmente acessíveis” (Hayes et al., 1999, p. 75, tradução nossa). E uma das intervenções dessa psicoterapia é ensinar que esses eventos não são nada mais do que rótulos verbais, sons que aprendemos a emitir em determinados contextos. Por exemplo, quando Hayes et al.

(1999, p. 49, tradução nossa) falam de como tratam o termo mente, eles afirmam que a mente “não é uma coisa”, ela seria “um repertório, não um lugar”.

Hayes et al. (1999) distinguem o discurso técnico do discurso não técnico em relação à precisão conceitual, e defendem que a ACT deve utilizar as duas formas, o discurso técnico para finalidade científica e o discurso não técnico para finalidades práticas, como durante a prática psicoterápica:

O discurso científico é baseado em descrição técnica precisa. Depende do significado literal e da coerência do discurso nesse nível. Na terapia, o discurso é puramente pragmático e qualquer forma de falar que dê conta do recado – mesmo se ele seja cientificamente ‘errado’... – é pragmaticamente ‘verdadeiro’.... ACT usa ambas as formas de falar. (p.82, tradução nossa)

Para Biglan e Hayes (1996), uma linguagem técnica seria caracterizada por alta precisão, alcance e profundidade: “tal estrutura buscaria o desenvolvimento de um sistema organizado de conceitos e regras com base empírica que permitem que fenômenos comportamentais sejam previstos e influenciados com precisão, amplitude e profundidade.” (pp. 50-51, tradução nossa). Segundo Biglan e Hayes (1996), precisão “significa que um número limitado de conceitos é relevante para um fenômeno particular dado um objetivo analítico específico” (p. 51, tradução nossa); amplitude “significa que uma ampla gama de fenômenos pode ser analisada com um número limitado de conceitos” (p. 51, tradução nossa); e profundidade “significa que os conceitos analíticos relevantes para um nível de análise (por exemplo, o nível psicológico) são coerentes com outros em outros níveis (por exemplo, o nível antropológico)” (p. 51, tradução nossa). Para Villardaga et al. (2009), por exemplo, conceitos básicos extraídos de observações sistemáticas de experimentos em ambientes controlados possuem alta amplitude – uma vez que as relações funcionais observadas

são abstraídas em termos altamente generalizáveis a contextos que compartilham características similares – e precisão – uma vez que o termo “contém um número limitado de construtos na análise de um dado evento” (p. 113, tradução nossa). Em contrapartida, termos não técnicos teriam baixa precisão, alcance e profundidade.

São oferecidas quatro justificativas para o uso de uma linguagem informal: (1) não há problema em se usar uma linguagem não técnica caso ela possa ser “traduzida” para uma linguagem técnica; (2) os terapeutas devem aprender a utilizar uma linguagem não técnica para alcançar resultados pragmáticos com clientes; (3) se um tipo de linguagem produz resultados bons na clínica e outro tipo de linguagem produz bons resultados na ciência, segundo o critério de verdade da ACT, ambas as linguagens seriam pragmaticamente verdadeiras; (4) usar a linguagem para analisar a própria linguagem geraria um problema metalinguístico, o que seria atenuado por meio do uso de uma linguagem metafórica e pela utilização de paradoxos.

Em relação ao quarto argumento, Skinner (1953/2005a) analisa um problema lógico semelhante em relação a essas “meta” análises, análises sobre análises, e afirma não considerar que nenhuma medida especial precise ser tomada a esse respeito, como a sugestão de Hayes et al. (1999) de utilização de metáforas para amenizar o problema (pelo contrário, Skinner é explicitamente contra a utilização de metáforas em uma linguagem técnica). Segue a citação:

Há uma objeção semelhante que tem um sabor de lógica. Argumenta-se que a razão não pode compreender a si própria, ou, em termos mais substanciais, que o comportamento requerido para se entender o próprio comportamento deva ser alguma coisa além do comportamento que é compreendido. É verdade que o conhecimento estará sempre delimitado pelas limitações do organismo que conhece... as leis e sistemas da ciência destinam-se a diminuir a importância do

conhecimento de eventos particulares. Não é de modo algum necessário que um homem conheça todos os fatos de um determinado campo, mas sim que compreenda todas as espécies de fatos. *Não há razão ao supor que o intelecto humano seja incapaz de formular ou compreender os princípios básicos do comportamento humano* [ênfase adicionada] – não certamente, até termos uma noção mais clara do que estes princípios são. (pp. 17-18)

A primeira justificativa é compatível com a proposta skinneriana. Os termos da linguagem vernacular, desde que adequadamente operacionalizados em princípios do comportamento, poderiam ser utilizados sem maiores problemas. Ou seja, o uso de termos da linguagem vernacular poderia ser feito desde que estes fossem traduzidos para as suas contrapartidas em termos das suas variáveis de controle. Nas palavras de Hayes et al. (1999) “Não há nada de errado em usar tais termos para se referir a um conjunto de funções verbais que podem ser analisadas tecnicamente” (p. 49, tradução nossa). Como visto anteriormente, em relação à segunda justificativa, há uma concordância entre a proposta skinneriana e a da ACT, que a linguagem informal pode ser utilizada por psicólogos clínicos na sua atuação profissional e que os clínicos devem utilizar uma linguagem técnica enquanto cientistas.

Um exame da terceira justificativa denota uma radicalização do critério de verdade pragmático. O contextualismo difere de outros sistemas pelo seu critério de verdade aplicado a objetivos particulares. Conceitos e métodos não são definidores do contextualismo; eles se ajustam ao cumprimento efetivo de seus objetivos, como pode ser visto em Gifford e Hayes (1999): “o contextualismo é claro no que diz respeito a seus pressupostos e suas implicações e ajusta conscientemente seus conceitos para fazer uma diferença. Perspectivas alternativas se diferenciam em seus objetivos e em seus critérios de verdade, e a uma sobreposição em conceitos ou métodos específicos não

remove essa diferença” (p. 317, tradução nossa). Nesse mesmo sentido, Gifford e Hayes concluem que qualquer método, filosofia ou terminologia seria compatível com o contextualismo, desde que fosse usado com sucesso para cumprir os objetivos estipulados: “em termos de seu método, de sua *terminologia* [ênfase adicionada] e de sua filosofia, o contextualismo é o menos possessivo de todos os sistemas: ele simplesmente abre mão de tudo [no sentido de não se comprometer a priori com nada]” (p.317, tradução nossa). Com isso, esses autores querem dizer que o contextualismo não se apega a nenhuma característica definidora particular, em termos de métodos, de terminologias e mesmo de asserções filosóficas, para além do seu critério de verdade e dos objetivos estipulados. A noção de radicalização do critério de verdade pragmático se refere a essa característica do contextualismo de colocar o pragmatismo acima de todas as outras características definidoras de um sistema.

A depender da interpretação da obra de Skinner, é possível considerar a Análise do Comportamento como pragmática. Apesar de que propostas pragmáticas tão extremistas – em que toda forma de método, de linguagem e de filosofia sejam possíveis – possam encontrar dificuldade em obter respaldo na atitude pouco flexível de Skinner em relação ao seu projeto científico-conceitual indutivo. Nesse sentido, Tourinho e Neno (2003) propõem que apenas o critério de verdade pragmático seria insuficiente no sistema de psicologia proposto por Skinner, adicionalmente, dever-se-ia incluir a coerência com o sistema comportamental como um segundo critério de verdade (essa discussão será retomada nas considerações finais).

Tomadas as duas primeiras justificativas conjuntamente, seria possível afirmar que tanto para Hayes et al. (!999) quanto para Skinner, psicoterapeutas analistas do comportamento devem saber utilizar as duas linguagens de maneira articulada, para falarem com clientes em uma linguagem informal, sem perder a precisão conceitual que

a ciência da Análise do Comportamento exige. Logo, eles devem ser preparados para tal, com um ensino que programe a aprendizagem dessa habilidade de transição entre as duas linguagens sem perda de significado para o psicoterapeuta. Essa interpretação pode ser vista em Skinner (1985):

Precisamos de uma linguagem de sentimentos e estados de espírito em nossa vida diária. É a linguagem da literatura e da maior parte da filosofia. Psicólogos clínicos usam-na para aprender muitas coisas sobre as histórias de seus clientes que eles não poderiam descobrir de outra maneira. Existem duas linguagens em cada campo do conhecimento, e seria tolice insistir que a versão técnica sempre fosse usada. Mas ela deve ser usada na ciência e, especialmente, em uma ciência do comportamento. (p. 300, tradução nossa)

O outro tipo especial de termo considerado pela ACT, que estaria entre termos técnicos propriamente ditos (com alto grau de precisão, amplitude e profundidade) – denominados termos de nível baixo – e os termos da linguagem leiga – denominados termos de nível alto – seriam os termos de nível intermediário. Embora já tenha sido explicitado que esses termos foram adotados posteriormente ao livro analisado de Hayes et al. (1999), argumentou-se que eles seriam uma categoria válida de análise para esse livro, uma vez que esses termos já são adotados e que explicações similares à de termos de nível intermediário são fornecidas. A definição fornecida na análise de terminologia da ACT é baseada na proposta de Hayes et al. (2012), porém uma definição anterior de termos de nível intermediário já havia sido fornecida por Vilardeaga et al. (2009). Existe uma diferença importante entre essas duas definições de termos de nível intermediário, que têm implicações analíticas para esse trabalho. Essa diferença na definição de termo de nível intermediário ocorre em razão de divergências encontradas quanto à proposta teórico-científica para a CBS e a ACT, vistas em Vilardeaga et al. (2009) e Hayes et al.

(2012), que defendem, respectivamente, uma proposta indutiva e uma proposta reticulada.

Vilardaga et al. (2009, pp. 115-116) argumentam que as especificidades de situações aplicadas, como no caso da psicoterapia, que envolvem comportamento humano complexo, dificultariam a aplicação dos princípios comportamentais básicos sem orientações específicas para as particularidades daquela situação, uma vez que a vasta amplitude de situações em que princípios básicos podem ser aplicados prejudicaria a aplicação a circunstâncias específicas. Esse tipo de aplicação dos princípios básicos a todos os tipos de situação exigiria especialistas muito bem-preparados, o que dificultaria a disseminação da proposta psicoterápica. Para esse tipo de aplicação Vilardaga et al. (2009) propõem a utilização de *termos funcionais de nível intermediário* (*middle level functional terms*, o acréscimo da palavra “funcionais” diferencia essa proposta da de Hayes et al. 2012), que, seriam “construtos científicos que servem como atalhos para a aplicação de princípios e teorias básicas a situações complexas” (p. 115, tradução nossa) e se diferenciariam de construtos derivados de teorias hipotético-dedutivas, uma vez que:

- (a) são baseados em conjuntos de análises funcionais fundamentadas em princípios comportamentais baseados em observações comportamentais e são considerados responsáveis por cada elo da cadeia teórica, e (b) eles precisam se mostrar úteis na previsão e influência. (p. 116, tradução nossa)

Nessa proposta de termos funcionais de nível intermediário, os termos claramente seriam originados de um caminho indutivo, do tipo *bottom-up*, defendido por Skinner. Vilardaga et al. (2009) defendem que analistas do comportamento têm utilizado termos desse tipo, como seria o caso dos termos atenção e agressão utilizados em situações aplicadas (agressões não seriam princípios do comportamento, mas classes



de comportamento emitidos em contextos específicos). Os autores se mostram cientes de alguns riscos com a utilização desses termos, como o mentalismo, porém argumentam que os riscos seriam minimizados "tornando-se claro sobre o que são esses termos e o que eles foram projetados para fazer." (p. 116, tradução nossa). Vilardaga et al. também argumentam que, no passado, analistas do comportamento tentaram ensinar os princípios do comportamento para psicoterapeutas de forma que estes fossem facilmente compreendidos e aplicados, porém consideram que "isto pode ser útil, mas pode ser árduo e nem sempre parece necessário.... o nível de abstração dos conceitos comportamentais precisa ser adequado a seus propósitos" (p. 116, tradução nossa). Aqui temos uma distinção importante em relação à proposta skinneriana, uma vez que, para Skinner, o domínio dos conceitos básicos, que são a sustentação para qualquer atividade de interpretação, previsão e controle de situações complexas, seria um requisito para qualquer analista do comportamento, inclusive aqueles interessados na aplicação, o que pode ser visto em Skinner (1974): "aqueles familiarizados com a pesquisa de laboratório serão mais propensos a olhar para as coisas importantes e saberão quais outras coisas perguntar; eles terão uma melhor compreensão do que veem" (p. 229, tradução nossa).

A definição de Hayes et al. (2012) é, em vários argumentos, similar, logo, estes não serão repetidos. As diferenças no que eles chamam de termos de nível intermediário (sem o termo funcionais) é que esses termos são derivados de um projeto teórico-científico reticulado. Eles podem ser originados pelo caminho *bottom-up* proposto por Vilardaga et al. (2009), mas também podem ser derivados de um caminho *top-down*, ou seja, ser deduzidos de teorias ou da própria prática clínica. Essa segunda possibilidade implica que esses termos não necessariamente precisam ser derivados de, ou mesmo, resguardar qualquer coerência com termos de nível baixo; apesar de que, segundo o

projeto reticulado, a longo prazo esses termos de nível intermediário seriam pesquisados em laboratório e correspondências poderiam ser estabelecidas entre eles e os termos de nível mais baixo, ou não (e aqui se encontra o problema; como será visto, esse é o caso de alguns dos termos da ACT). A ausência de necessidade de relação entre os termos de nível intermediário e baixo pode ser vista nos seguintes trechos de Hayes et al. (2012): “não devemos esperar que os laboratórios RFT fornecessem uma orientação que fosse aplicada ponto a ponto com os modelos clínicos existentes... uma abordagem reticulada não exige isso. À medida que as descobertas básicas são estendidas... termos de nível intermediário podem surgir... desaparecer ou ser sustentados apenas em parte” (p. 8, tradução nossa); e:

Termos de nível médio são mais coerentes em uma abordagem reticulada quando resumem o conhecimento técnico, mas em outros casos eles meramente orientam os ouvintes em relação a alguns aspectos de uma orientação técnica e atualmente não sabemos se eles podem ser reduzidos de forma ponto a ponto a princípios comportamentais contextuais particulares. (p. 7, tradução nossa)

Como visto, apenas dois tipos de termos são coerentes com uma proposta teórico-científica skinneriana, termos derivados diretamente de observações sistemáticas em laboratório e termos derivados do projeto de tradução de termos leigos com base na proposta de operacionalização de termos psicológicos. Os termos de nível intermediário, por definição, não são termos de nível baixo (conceitos básicos), e, por pelo menos três motivos, também não podem ser considerados como equivalentes a termos operacionalizados, segundo a proposta skinneriana: (a) termos de nível intermediário são construções teóricas localizadas entre termos psicológicos populares, de nível alto, e conceitos básicos, de nível baixo; o projeto skinneriano pode ser usado para traduzir termos de nível alto (da linguagem popular) e, com esse procedimento, esses termos se

tornariam termos técnicos na linguagem skinneriana – aqui não se propõe a criação de novos termos médios, mas sim tornam-se os termos da linguagem popular compreensíveis em uma linguagem analítico-comportamental; (b) o objetivo dos termos intermediários é gerar um substituto dos conceitos básicos que facilite a compreensão e a aplicação deles para fins de disseminação da proposta psicoterápica, enquanto o objetivo da operacionalização de termos leigos é interpretar o que controla o comportamento das pessoas ao usarem aqueles termos sem recorrer a explicações mentalistas; (c) os termos de nível intermediário têm a sua precisão conceitual intencionalmente reduzida, o que não encontra justificativa no projeto skinneriano, que busca sempre a maior precisão possível de seus termos.

Essas diferenças expostas dos dois tipos de termos de nível intermediário (funcionais ou não) não são previstas na proposta científica skinneriana. Os termos de nível intermediário não funcionais são especialmente problemáticos, visto que eles podem violar a essência do projeto teórico-científico de Skinner ao não embasar esses termos em conceitos derivados de seu projeto indutivo, o que os torna ainda mais susceptíveis aos problemas de termos da linguagem vernacular: de serem interpretados com seus significados advindos da linguagem vernacular (ambiguidade); de serem tratados como coisas, caso seja utilizada a forma substantiva; e/ou de serem interpretados de forma mentalista.

Já os termos funcionais de nível intermediário, apesar de não serem previstos em um projeto skinneriano, não violam características fundamentais deste, como o projeto científico indutivo e a relação necessária com termos de nível baixo. Adicionalmente, para situações aplicadas de interação com a comunidade verbal não analista do comportamento, Skinner defende o uso de uma linguagem vernacular, que incluiria termos com menor precisão conceitual. Nesse sentido, parece plausível supor que no

projeto skinneriano seria possível, em certa medida, uma transposição da possibilidade do uso de termos da linguagem vernacular para uma validação do uso de termos funcionais de nível intermediário, uma vez que, ambos seriam termos com menor precisão, aplicados a fins práticos; e ambos poderiam ser relacionados com termos de nível baixo: os termos funcionais de nível intermediário, por serem construtos abstratos derivados dos termos de nível baixo; e os termos da linguagem vernacular, uma vez que seriam traduzidos pelo cientista segundo a proposta de base operacional do uso de termos. Deve-se lembrar que a aplicação para fins práticos não inclui, em um projeto skinneriano, a formação de profissionais analistas do comportamento direcionados a prestação de serviço; estes deveriam ser, na proposta skinneriana, letrados na linguagem característica da ciência analítico-comportamental. Aplicações úteis para esses construtos funcionais de nível intermediário poderiam ser, por exemplo: o ensino de outros profissionais – como no caso de equipes multidisciplinares ou cuidadores –, ensino dos clientes (psicoeducação) ou, ainda, a produção de livros de autoajuda. Apesar da possível compatibilidade alegada acima, algumas ressalvas devem ser consideradas ao se incluir os termos funcionais de nível intermediário no projeto skinneriano.

Uma primeira ressalva seria que os termos funcionais de nível intermediário seriam antieconômicos, visto que o fato de os termos terem que ser traduzidos para termos de nível baixo exige o uso do termo adicionado de uma explicação complementar. Isso demanda uma compreensão em duas etapas, por exemplo, no caso do livro de Hayes et al. (1999), a primeira etapa seria a leitura do próprio construto, com uma segunda explicação provavelmente privada, emitida pelo leitor, sobre o que esse termo significa, algo como, “com isso o autor quer dizer...”. Seria mais econômica a utilização apenas da segunda. Um exemplo mais concreto seria a utilização do termo

bidirecionalidade da linguagem, que se refere à propriedade de implicação mútua do responder relacional; neste caso, usar direto a segunda definição torna a ciência mais econômica, uma vez que não se têm dois termos para se referir à mesma coisa.

Outra ressalva à utilização de termos funcionais de nível intermediário que deve ser considerada é que eles parecem ser mais úteis quando aplicados a relações funcionais nomotéticas<sup>57</sup> e estáveis, do que a análises funcionais idiossincráticas. Quando as relações funcionais referentes a explicações ou a solução de problemas se restringe a um relativamente pequeno número de relações relevantes, com características estáveis e de recorrência, parece fazer mais sentido a elaboração de termos funcionais de nível médio para resumir esse tipo de contingência. Esse é o caso de algumas análises da ACT, como, por exemplo, o modelo de inflexibilidade psicológica pode ser reduzido a um número relativamente limitado de variáveis relevantes que são resumidas em seis termos de nível intermediário. As relações funcionais envolvidas nesse modelo seriam estáveis e recorrentes devido a características intrínsecas aos processos verbais (como o responder relacional), de certos contextos sócio verbais, e da dominância verbal no controle do comportamento humano. Essas características, segundo o modelo de psicopatologia da ACT, tornariam o modelo tão amplamente aplicável que ele explicaria o sofrimento e os problemas de ordem “mental” de praticamente qualquer pessoa. Para esse tipo de problema, parece fazer sentido a metáfora utilizada para justificar o uso de termos de nível intermediário, de que não é preciso saber programar – entender de análise do comportamento – para se usar um computador – intervir (Hayes et al., 2012; Hayes et al., 2013).

Em contrapartida, para um modelo explicativo que propõe uma análise individualizada e intervenções customizadas para aquela análise particular dificilmente

---

<sup>57</sup> Que se refere à formulação de leis gerais para o entendimento de um fenômeno recorrente.

comportaria termos funcionais de nível intermediário, visto que um termo deveria ser elaborado frente a cada problema diferente encontrado. Por exemplo, a proposta da TAC de elaboração de análises funcionais para cada caso lembra mais o trabalho de um artesão, um artista ou um programador, que elabora novos programas para cada problema encontrado. Nesse sentido, a metáfora de que o terapeuta não precisa saber programar para usar um computador não cabe, pois de fato o que ele faz é analisar um problema único sem solução prévia e programar as contingências para resolver aquele problema específico. Isso gera uma questão interessante quanto à disseminação desse tipo de proposta psicoterápica. Esse tipo de proposta, baseada em análises funcionais idiossincráticas, gera tantas análises quanto o número de casos analisados, o que poderia parecer, à primeira vista, contraproducente de um ponto de vista científico. Mas, na verdade, é uma proposta mais econômica do que criar um termo para cada relação nomotética observada, como é a proposta de *middle level terms*, uma vez que apenas poucos princípios precisam ser ensinados para se analisar uma amplitude enorme de casos. Darrow e Follette (2014) observaram essa questão da seguinte forma:

Compreender múltiplos construtos com base em uma estrutura consistente parece-nos um ponto forte de uma abordagem baseada em princípios. Eliminar a necessidade de múltiplos construtos aplicando princípios semelhantes a um amplo conjunto de construções pode ser entendido como um movimento progressivo positivo em um campo científico. Também parece que essa simplificação é uma forma de melhorar a propagação. (p. 267, tradução nossa)

Uma última ressalva para a utilização de termos funcionais de nível intermediário seria que a implementação desse projeto de criação de termos intermediários parece mais fácil na teoria do que na prática. A literatura tem mostrado que a utilização desses termos dificilmente alcança os resultados almejados. Uma

primeira constatação é que alguns autores (Assaz, 2019; Barnes-Holmes et al., 2016; Darrow & Follette, 2014; McEnteggart et al., 2015; Muñoz-Martínez & Follette, 2019) alegam que dificilmente esses termos são relacionados com termos de nível baixo, como supostamente deveriam fazê-lo: “também precisamos produzir pesquisa laboratorial básica em interconexão com o desenvolvimento de teorias abstratas analíticas e termos de nível intermediário” (Vilargada et al., 2009, p. 121, tradução nossa). No entanto, não há evidência de que, de fato, os termos de nível intermediário cumpram a função que prometem, como McEnteggart et al. (2015) resume:

É indiscutível, entretanto, que os termos de nível intermediário têm ampla utilidade clínica. Por exemplo, eles orientam os terapeutas sem treinamento científico básico na direção de uma terapia eficaz e de como ela pode ser disseminada. E esses termos podem, de fato, refletir processos funcionais que são essenciais para a mudança de comportamento na terapia. No entanto, não há evidência sólida de que este seja o caso, pelo menos na ACT (embora suspeitemos que este também seja o caso da maioria das outras tradições terapêuticas). Na verdade, a fé em uma proposta de termos de nível intermediário na ciência clínica está diminuindo rapidamente porque não fornece evidência suficiente para os processos centrais funcionais, necessários para a mudança. (p. 47, tradução nossa)

Hayes et al. (2012) previram que a proposta reticulada poderia com o tempo, oferecer a base necessária para termos de nível intermediário: “com o tempo, a abordagem reticulada dentro do CBS pode aumentar a precisão, o escopo e a profundidade de alguns termos de nível intermediário, tornando-os mais técnicos do que são atualmente” (p. 7, tradução nossa). Embora haja o esforço de alguns autores de oferecer definições mais precisas para termos de nível intermediário, relacionando-os

com termos de nível baixo (Assaz, 2019, com o termo desfusão cognitiva; Cordova, 2001, com o termo aceitação; Cordova & Scott, 2001, com o termo intimidade; Ferreira, Simões, Ferreira, & dos Santos, 2020, com o termo valores; Hayes & Plumb, 2007, com o termo *mindfulness*; e Vilaradaga, 2009, com o termo empatia), pouco avanço tem sido notado na precisão conceitual desses termos e nenhum abandono de termos que não encontram respaldo em termos de nível baixo parece ser observado na ACT (na FAP, por exemplo, pode ser vista a tentativa de abandono de alguns desses termos, como o termo “amor” em Muñoz-Martínez & Follette, 2019). Isso indica que o projeto reticulado de termos de nível intermediário (Hayes et al., 2012) tem sido preferido ao projeto indutivo de termos funcionais de nível intermediário (Vilaradaga et al., 2009) e que, na prática, o projeto reticulado não tem sido efetuado:

(...) o modelo reticulado propõe que o fluxo de informações entre as abordagens bottom-up e top-down é bidirecional e mutuamente benéfico.... No entanto, embora a ideia de uma relação tão produtiva entre a ciência e a prática clínica seja realmente atraente, isso não é confirmado na prática. (McEnteggart et al., 2015, p. 48)

Terminada a análise teórica das propostas de utilização de termos na ACT, na sequência foi analisado como, de fato, a terminologia foi empregada na escrita do livro de Hayes et al. (1999) e como essa escrita é compatível ou não com a ciência skinneriana. Como visto, o livro da ACT analisado é caracterizado por uma linguagem mista, que alterna entre a linguagem técnica e a não técnica, com predomínio da segunda. Em alguns trechos do texto, Hayes et al. (1999) argumentam que esse é uma opção consciente, adotada com o propósito de treinar os terapeutas nas duas linguagens:

O discurso científico é baseado em descrições técnicas, precisas. Depende do significado literal e da coerência do discurso nesse nível. Na terapia, o discurso é



puramente pragmático, e qualquer maneira de falar que faça com que o trabalho seja feito – mesmo que seja cientificamente "errada" ou incompatível de um período para outro – é pragmaticamente "verdadeira". (p. 82, tradução nossa)

O livro analisado da ACT é dividido em três seções: a primeira é uma seção conceitual, onde são abordados os problemas que justificam a psicoterapia, os pressupostos filosóficos, os principais conceitos utilizados e o modelo de psicopatologia da ACT; a segunda parte do livro – a mais extensa – é dedicada aos métodos psicoterapêuticos organizados em fases usuais da terapia. Sobre essa segunda seção, Hayes et al. (1999), após dizerem que o terapeuta deve alternar com o cliente entre uma linguagem metafórica (e não técnica) e uma análise mais técnica<sup>58</sup>, sinalizam que os leitores do livro também serão submetidos às duas formas de linguagem:

Como um cliente da ACT, o leitor também terá que nos dar liberdade, nesses capítulos clínicos, para nos concentrarmos principalmente na conversa metafórica deliberadamente frouxa das sessões da ACT, com apenas excursões periódicas de volta ao discurso técnico da ciência para mostrar os princípios envolvidos. (p. 83, tradução nossa)

Hayes et al. (1999) parecem adotar, nesse livro da ACT, um pressuposto de que o texto prepara o leitor (psicoterapeutas em formação, visto que este é um manual de ensino de ACT) para transitar entre as duas linguagens: uma linguagem técnica, típica da comunidade verbal científica, que possibilita aos terapeutas analisar precisamente os processos relevantes ocorrendo durante a sessão psicoterápica; e uma linguagem

---

<sup>58</sup> Como pode ser visto no seguinte trecho de Hayes et al. (1999):

Os terapeutas ACT normalmente alertam os clientes sobre a diferença entre a conversa literal (por exemplo, aquela usada por um cientista ou historiador) e a conversa para fazer a diferença (por exemplo, aquela usada pelo diretor de uma peça). No primeiro caso, os fatos devem ser descritos com precisão. No último caso, o diretor pode ajudar os atores sentirem seus personagens usando virtualmente qualquer meio verbal que atinja esse objetivo. A ACT usa as duas formas de falar, e o cliente deve dar ao terapeuta espaço para falar como um historiador em um momento e como um diretor no outro, sem insistir que todas essas formas de conversa se encaixem em alguma grande verdade literal. (p. 82, tradução nossa)

vernacular, para a atuação profissional, para cumprir propostos pragmáticos com o cliente. Hayes et al (1999) oferecem um exemplo desses dois tipos de linguagem utilizados por terapeutas ACT:

(...) o uso livre de "mentes", pelos autores, como entidades virtuais, por um lado, e a rigorosa análise comportamental da natureza do "*mind*" [mente na forma verbal], por outro, são literalmente incompatíveis, mas pragmaticamente coerentes. O primeiro é aplicado para ensinar os clientes a abordarem seu próprio comportamento verbal de maneira diferente; o último é aplicado para orientar os profissionais quanto aos mecanismos envolvidos. (p.82-83, tradução nossa)

Para que a disseminação da proposta ocorra conforme o planejado, ou seja, psicoterapeutas formados em ACT saibam intercalar as duas linguagens, vernacular e técnica, deve-se garantir um entendimento profundo da linguagem técnica, (não há necessidade de se ensinar a linguagem vernacular, uma vez que membros da comunidade verbal a adquirem “naturalmente” à medida que são socializados naquela comunidade); e de sua tradução para a linguagem vernacular. Nesse livro, parece haver uma preocupação dos autores em relação à formação articulada entre filosofia, teoria e técnica (prática), que seria uma medida para garantir o entendimento correto da linguagem técnica. Como pode ser visto em Hayes et al. (1999): (a) “defendemos a importância da filosofia e da teoria e descrevemos os fundamentos filosóficos e teóricos em que o nosso trabalho se sustenta” (p. 1, tradução nossa); (b) “O terapeuta ACT efetivo precisa executar a ACT de uma forma que seja consistente com sua teoria e filosofia, não de uma forma que seja mecanicamente consistente com seus procedimentos em si” (p.16, tradução nossa); e (c):

Este livro é baseado em uma filosofia particular e em um conjunto de conceitos teóricos que diferem notavelmente daqueles da corrente principal da psicologia. Se as filosofias centrais da ACT forem compreendidas, muitas técnicas podem ser adicionadas a ela e ainda será ACT. ACT é uma abordagem baseada em uma teoria e firmemente inserida em uma tradição filosófica. (p.17-18, tradução nossa)

Como visto, para Skinner, a utilização de uma linguagem não técnica não seria um problema para lidar com clientes durante a atuação profissional, o que coincide com o posicionamento de Hayes et al. (1999). Porém, em outro momento Skinner (1953/2005a) faz uma ressalva quando discute a substituição da noção de causa e efeito por relações funcionais: “não há especial perigo no uso de ‘causa’ e ‘efeito’ em uma discussão informal se estivermos sempre prontos a substituí-los por suas contrapartidas mais exatas” (p. 23, tradução nossa). Esse aparentemente também é o caso da ACT, que sujeitaria o leitor (terapeuta ACT em formação) às duas formas de linguagem. Aqui algumas ressalvas merecem ser feitas, quanto a problemas identificados na tentativa de ensinar, no livro analisado, duas formas linguísticas diferentes para se entender o fenômeno clínico para a ACT e quanto aos perigos do uso de uma linguagem não técnica, de acordo com Skinner.

Em relação à pretensão de Hayes et al. (1999) de ensinar seus leitores a transitar entre a linguagem vernacular e metafórica da atuação clínica e a linguagem técnico-científica, seguem-se algumas observações. Primeiro, parece haver uma desigualdade entre o espaço do livro dedicado à linguagem técnica e o espaço dedicado à linguagem não técnica. A primeira seção do livro, que se dedica a um ensino mais sistemático da linguagem técnica da ACT, tem menos da metade da extensão da segunda parte, que descreve os procedimentos técnicos. E mesmo na primeira parte do livro, que se dedica

a ensinar os conceitos essenciais que sustentam a ACT, é recorrente o uso de uma linguagem não técnica.

Um segundo problema se referiria ao conteúdo técnico ensinado. Do ponto de vista da Análise do Comportamento, para que o terapeuta efetivamente consiga traduzir o que está ocorrendo durante a sessão – a linguagem vernacular dele e do cliente e as contingências que governam o comportamento de ambos – ele precisa apresentar um domínio dos termos técnicos da área, que seriam, no caso da Análise do Comportamento, os princípios e conceitos básicos, tais como reforçamento, extinção, punição, generalização, discriminação, entre outros. Os conceitos básicos ensinados no livro da ACT se referem preponderantemente a conceitos sobre comportamento verbal, como regras, equivalência de estímulos e conceitos da teoria de moldura relacionais. Muitos desses conceitos sobre comportamento verbal têm um status de conceitos básicos (como, por exemplo, o de equivalência de estímulos), e o foco principal da ACT é nos eventos verbais. Porém, tanto na proposta skinneriana quanto na interpretação de Hayes et al. (1999), o comportamento verbal é um comportamento operante derivado de princípios ainda mais básicos, como reforçamento e discriminação.

O problema se encontra no fato de que esses princípios mais básicos não são apresentados na seção inicial de forma sistemática, com tópicos exclusivos para a definição e a explicitação desses conceitos. Eles aparecem eventualmente, em meio a uma explicação ou à apresentação de um conceito ou de um argumento no texto. Tampouco são claros a articulação entre esses conceitos básicos e o desenvolvimento do comportamento verbal, e as implicações desses conceitos no comportamento verbal analisado. Esse é um problema sério para a proposta científica skinneriana, uma vez que, como visto, as interpretações que dão origem à análise e às intervenções devem ser erguidas sobre os alicerces desses conceitos básicos. Analistas do comportamento com

um domínio desses conceitos podem, com algum esforço, acompanhar o texto, “traduzir” eventuais termos da linguagem vernacular e estabelecer as conexões entre os complexos comportamentos verbais e os conceitos mais básicos da Análise do Comportamento. Ainda assim, terapeutas em formação com baixo domínio dos conceitos básicos podem ter sérias dificuldades de fazer essas traduções sem o domínio das ferramentas necessárias.

Uma terceira questão deve ser considerada. O comportamento de tradução é um comportamento complexo. A tradução, da forma como aqui está sendo tratada, como operacionalização dos termos, envolve uma série de comportamento encadeados, como atentar aos termos da linguagem vernacular utilizados, identificar ou supor as contingências ambientais que controlam o comportamento do falante (incluindo eventos privados, comportamentos do ouvinte e outros aspectos ambientais) durante a emissão dos termos, hipotetizar que princípios do comportamento podem estar operando para que os fatos ocorram daquela maneira, entre outros (e cada um destes ainda poderia ser destrinchado em cadeias comportamentais próprias). Apenas o domínio da linguagem vernacular e da linguagem técnica não garantem o comportamento de traduzir. Analistas do comportamento formados em laboratório, que dominem com precisão os conceitos da análise do comportamento, não conseguirão automaticamente aplicar esses conceitos à interpretação de situações específicas ou à tradução de termos da linguagem vernacular sem nenhuma forma de treino adicional, quer seja com a prática (exposição às contingências) quer com um treino planejado em algum tipo de formação específica. O ponto é que o planejamento de contingências adicionais pode facilitar o estabelecimento do comportamento de traduzir. E a simples utilização intercalada de demonstrações práticas com eventuais explicações técnicas pode não ser suficientes para o estabelecimento desse complexo comportamento, especialmente em pessoas com

pouca formação em Análise do Comportamento. Isso que pode favorecer, caso essa hipótese seja verdadeira, um tecnicismo dos terapeutas formados em ACT submetidos a formações que não planejem adequadamente o ensino do comportamento de traduzir.

Se as estratégias utilizadas nesse livro – seções iniciais explicitando as racionais filosófica e teórica da ACT, com eventuais traduções técnicas de termos da linguagem comum, e a utilização em larga medida de uma linguagem vernacular – vão garantir que os terapeutas formados em ACT consigam desenvolver os repertórios da linguagem técnica e da tradução efetiva da e para a linguagem vernacular é uma pergunta empírica. Estudos de eficácia e de efetividade desse manual para a disseminação da proposta psicoterápica podem ser realizados. Uma análise histórica quanto às mudanças dos textos mais recentes da ACT em comparação com esse livro também pode mostrar se essa estratégia se mantém ou se foi modificada. Alguns indícios de que essa estratégia de utilização de duas formas de linguagem foi abandonada na formação de novos profissionais pode ser vista em literatura posterior, e, nesse caso, a incompatibilidade com a proposta skinneriana fica evidente, como se pode verificar em Hayes et al. (2012): “pode ser irreal e desnecessário esperar que todo praticante conheça os detalhes dos princípios comportamentais e de outros princípios contextuais e seja capaz de aplicá-los... a situações complexas” (p. 7, tradução nossa); e também em Kanter et al. (2014) sobre os propósitos do uso de termos de nível intermediário (problemas dos termos de nível intermediário serão tratados adiante) na CBS:

Se bem projetados, eles orientam o usuário para as relações funcionais relevantes, mas não exigem um conhecimento profundo dos princípios básicos ou de histórias individuais. Embora menos precisos, são potencialmente mais fáceis para especialistas comportamentais disseminarem e pesquisarem usando uma variedade de metodologias, potencialmente mais simples para aqueles que

não são especialistas comportamentais aprenderem e aplicarem, e potencialmente mais fácil para cientistas de outras disciplinas se conectarem para dar profundidade adicional à ciência. (p. 3, tradução nossa)

Também merece algumas observações o modo como os termos da linguagem vernacular empregados pela ACT, da forma como foram utilizados (mesmo considerando-se a sua utilização para fins práticos), podem incorrer nos problemas descritos anteriormente: o problema do uso da forma substantiva do conceito, o problema da imprecisão conceitual e o problema do mentalismo. Em relação ao uso de construtos mentais da linguagem vernacular na forma substantiva, Hayes et al. (1999) identificam o problema desse tipo de formatação conceitual, como pode ser visto em: “‘aceitação’ não é uma coisa só porque há um rótulo para ela. A qualidade de [ser rotulado] como coisa da aceitação é mais um truque da linguagem humana” (p. 283, tradução nossa); e:

A linguagem permite que os eventos sejam abstraídos e tratados como objetos. Ensinam-nos a natureza e o significado de “emoções” específicas, por exemplo. Uma coleção solta de estados corporais, pensamentos, predisposições comportamentais e fatores contextuais é reunida sob um rótulo verbal, e aprendemos a chamá-los de "depressão" ou "ansiedade". Nossas emoções se tornam como coisas e verbalmente acessíveis. (p. 75, tradução nossa)

Mesmo identificando o problema, Hayes et al. (1999) optam pelo uso da forma substantiva: “quando falamos de ‘mentes’, estamos aqui nos referindo ao repertório de atividades verbais.... Apesar de que vamos usar a forma substantiva, a mente não é uma coisa.... [*Minding*] seria uma descrição mais precisa, embora mais incômoda” (Hayes et al. 1999, p. 49, tradução nossa)”. A opção pela leitura menos incômoda, como visto, tem seus riscos. Esse tipo de uso da linguagem pode conduzir aos dois próximos

problemas; a ambiguidade (uma vez que ao se adicionarem novos significados a um termo com um significado já estabelecido na linguagem vernacular, agora um mesmo termo passa a ter ao menos dois significados) e o mentalismo (uma vez que esses construtos parecem se referir a coisas e estão relacionados à linguagem vernacular, com suas explicações causais internas).

O segundo problema, a imprecisão, é especialmente relacionado à ambiguidade dos termos e ao uso de metáforas. A ambiguidade dos termos, como explicitado acima, é inerente à opção pelo uso de termos da linguagem vernacular com traduções; um bom exemplo seria a opção já explorada de utilização pragmática da distinção entre espírito e matéria. Em relação ao uso de metáforas, é importante observar que, além de a linguagem vernacular utilizada na ACT para fins práticos já ser rica em metáforas, ela contém, propositalmente, metáforas e paradoxos com finalidades terapêuticas, segundo a proposta da ACT<sup>59</sup>, diminuindo ainda mais a sua precisão conceitual, de um ponto de vista skinneriano.

A utilização dessa linguagem não técnica, mesmo que com as definições técnicas explicitadas em alguns trechos do texto, exige um cuidado muito grande do leitor em traduzir, cada vez que os termos aparecem, o que os autores querem dizer precisamente com aquilo, visto que o termo se torna ambíguo, uma vez que tem o seu significado atribuído pelo autor, mas também tem um significado socialmente aceito, que carrega todos os problemas de termos mentalistas apontados por Skinner. Esse problema pode se agravar com leitores com baixa formação em Análise do

---

<sup>59</sup> Segundo a ACT, o uso de metáforas é justificado pelo argumento de que um dos principais problemas que geram sofrimento é a literalidade da linguagem. Hayes et al. (1999) argumentam que o uso de uma linguagem precisa e analítica, típica da ciência, é literal, e acaba incentivando o cliente a se engajar nos mesmos comportamentos analíticos e literais que a ACT objetiva reduzir. Esses autores argumentam que a utilização de metáforas, paradoxos e exercícios experienciais são atividades não literais que ajudam também a diminuir o controle literal do comportamento verbal (esse processo tecnicamente é chamado pela ACT de desfusão cognitiva).



Comportamento, que façam leituras descuidadas ou de apenas parcelas do livro; esses leitores têm alta probabilidade de interpretar o autor de forma não planejada por eles. A ampliação desse problema pode aumentar com a disseminação da proposta psicoterápica para e por outros terapeutas.

Em relação ao mentalismo, é importante considerar que a ACT não adota uma postura dualista, de separação ontológica entre mente e corpo; e tampouco atribui, em última instância, explicações internalistas (essa discussão foi feita, respectivamente, nas variáveis “posicionamento sobre a questão mente e corpo” e “modelo explicativo”). Dessa forma, a ACT, em geral, dificilmente poderia ser acusada de uma interpretação mentalista do comportamento, o que está resumido no trecho de Hayes et al. (1999): “os processos verbais que estamos descrevendo são frequentemente chamados de ‘mentais’. Diz-se que estão depositados em nossas ‘mentes’. Alguns cientistas comportamentais resistem em usar tais termos, e, como uma questão técnica, concordamos” (p. 49, tradução nossa). Embora, o mentalismo não ocorra conceitualmente no modelo explicativo adotado pela ACT, ele às vezes se faz presente na linguagem utilizada, que, devido à ambiguidade dos termos utilizados, pode ser mal interpretada. Deve-se lembrar que, embora esteja claro que seja possível uma interpretação não mentalista da ACT, e que esse é o propósito dos autores, a linguagem adotada de forma livre abre brechas para possíveis interpretações equivocadamente mentalistas da ACT; e esse problema pode ser amplificado no caso da formação de novos terapeutas. Considerações adicionais sobre o perigo do mentalismo na ACT serão feitas adiante, na análise do uso de termos de nível intermediário.

Ao se analisar os termos técnicos da ACT, parece haver dois tipos deles: os conceitos básicos, extraídos diretamente de pesquisa básica, quanto os termos operacionalizados segundo a proposta de base operacional de uso de termos; esses

seriam interpretações da linguagem vernacular extraídos de uma análise funcional das variáveis que controlam o uso do termo embasada em princípios do comportamento (Skinner, 1945/1984d). A princípio não há particular problema com o uso desses termos, embora eles sejam pouco frequentes no livro de Hayes et al. (1999). Sendo rigoroso com a análise aqui desenvolvida, a proposta de base operacional de termos psicológicos, classificada por Zuriff (2003) como mentalismo descritivo, embora seja utilizada com frequência por Skinner, ainda carrega o problema da ambiguidade aqui tratado.

Por fim, será analisado como os termos de nível intermediário foram empregados no livro de Hayes et al. (1999). Para isso, será utilizada uma classificação desses termos em ao menos quatro tipos diferentes de termos de nível intermediário empregados, diferenciados pela sua procedência. Esses quatro tipos de termos podem ser expressos em uma matriz 2x2, em que seriam avaliados quanto ao método de extração do termo (caminho *bottom-up* ou *top-down*) e quanto à origem do termo (termos com origem na linguagem vernacular ou termos não popularizados), o que dá origem a quatro possibilidades de procedência: (1) *bottom-up* / termo não popularizado; (2) *bottom-up* / termo vernacular; (3) *top-down* / termo não popularizado; (4) *top-down* / termo vernacular. Essa classificação é relativa à procedência do termo; sendo assim, um termo advindo de um caminho *top-down*, por exemplo, depois pode ser submetido a um caminho *bottom-up* em uma proposta reticulada. Não há a pretensão de se fazer uma descrição exaustiva dos termos empregados no livro da ACT, mas de mostrar alguns exemplares de termos utilizados nesse livro ou outros exemplos da literatura que permitam uma análise da variedade de termos empregados sob esse mesmo rótulo e de eventuais problemas com cada um desses termos. No livro da ACT são encontrados termos de procedência de tipos 1, 3 e 4. Não foram encontrados termos do tipo 2,

embora essa possibilidade será explorada com termos de outras propostas psicoterápicas; o intuito é demonstrar que termos de nível intermediário têm sido utilizados para nomear termos que não tratam exatamente da mesma coisa e que apresentam problemas distintos.

O primeiro tipo seriam justamente os termos funcionais de nível intermediário, oriundos de um projeto teórico-científico indutivo, com nomenclatura não popularizada. Exemplos seriam os termos molduras relacionais e desfusão cognitiva<sup>60</sup>. Ambos os termos são derivados da teoria de molduras relacionais, que, como visto, é uma teoria derivada, por sua vez, de conceitos básicos do comportamento. O termo desfusão cognitiva advém do termo fusão cognitiva, que foi definido como o efeito do contexto de literalidade (p. 46). O contexto de literalidade, por sua vez, significa que em algumas situações a comunidade verbal reforça o responder relacional arbitrariamente aplicável de equivalência entre dois eventos, um termo adquire as funções do outro termo e vice-versa. Em um exemplo prático: a palavra “cadeira” passa a substituir o objeto cadeira em alguns contextos. Quando o termo passa a ser usado da mesma forma que o seu referente, é dito metaforicamente que eles se fundiram, daí o termo fusão cognitiva. A fusão cognitiva é tida como um dos problemas no modelo de psicopatologia da ACT, por exemplo, quando um termo é fundido com uma pessoa, como na afirmação “fulano é uma pessoa ruim”. O termo ruim, que é relacionado com eventos aversivos, pode se fundir com a pessoa e a pessoa também adquirir propriedades aversivas. A desfusão cognitiva seria a quebra ou o enfraquecimento dessa relação entre eventos denominada fusão cognitiva; nas palavras de Hayes et al. (1999): “a ACT tenta... enfraquecer o

---

<sup>60</sup> É importante observar que, tomados como um todo, esses termos não encontram correspondentes exatos na linguagem popular, embora partes do termo e a sua forma possam ter implicações devido ao histórico da comunidade verbal com aquele termo ou com partes do termo. Por exemplo, o termo “cognitiva” já se encontra relativamente enraizado como termos da psicologia popular, e o termo substantivo moldura sugere um lugar.

domínio excessivo do significado literal por meio do uso de desliteralização (ou, sinonimamente, desfusão cognitiva)” (p. 150, tradução nossa).

O termo desfusão cognitiva, assim como a sua contrapartida, fusão cognitiva, está relacionado a processos derivados da teoria de molduras relacionais. É interessante notar que, à primeira vista, pode-se imaginar que esse termo seja altamente correlacionado com teorias derivadas diretamente de processos comportamentais básicos, logo seria um termo que teria uma precisão conceitual relativamente alta. Esse não parece, entretanto, ser o caso. Assaz (2019) e McEnteggart et al. (2015) observaram que esse termo era utilizado na literatura da ACT em contextos diversos, ora como processo (Assaz identificou cinco processos distintos), ora como procedimento (foram identificados, por Assaz, três procedimentos diferentes) ou resultado<sup>61</sup>, o que trazia um decréscimo de precisão conceitual devido à ambiguidade do uso do termo. Outro termo funcional de nível intermediário citado como exemplo foi o termo moldura relacional, que é um exemplo de como alguns desses termos podem ser mais bem operacionalizados<sup>62</sup>. Segue a definição de Hayes et al. (1999):

Este termo é usado para especificar um padrão particular de responder relacional contextualmente controlado e arbitrariamente aplicável envolvendo vinculação mútua, vinculação combinatória e a transformação de funções de estímulo. Esse padrão de responder é estabelecido por uma história de reforçamento diferencial para a produção de tais padrões de responder relacional na presença de dicas contextuais relevantes. (p. 41, tradução nossa)

---

<sup>61</sup> Como Assaz (2019) identificou apenas um resultado ao qual o termo era atribuído (redução do controle verbal de pensamentos sobre o comportamento permitindo o controle de outras fontes de influência), ele sugeriu tratar o termo como resultado com a definição apresentada, para reduzir a sua ambiguidade. O autor também sugeriu que esse termo podia ser operacionalizado como em um nível baixo como “minimização da transformação de função em relações simbólicas”.

<sup>62</sup> Embora tenha sido optada pela sua forma substantiva, mesmo que os autores tenham sinalizado os problemas dessa opção.

O segundo tipo de termos seriam os termos funcionais de nível intermediário, extraídos de um caminho *bottom-up*, e que têm uma origem prévia no vocabulário popular. Um bom exemplo de análise desse tipo de termo pode ser encontrado na análise do termo “amor terapêutico” (do inglês – *therapeutic love*, que será tratado apenas como amor, daqui para a frente), advindo da terapia analítico-funcional, de Muñoz-Martínez e Follette (2019). Esse termo foi cunhado pela FAP, por Tsai, Kohlenberg, Kanter e Waltz, em 2009, como um atalho para se referir à modelagem de comportamentos clinicamente relevantes dos tipos 2 e 3, encontrados na terceira regra da FAP (Kohlenberg & Tsai, 1991/2006), de modo a facilitar a disseminação dessa psicoterapia. Esse termo foi idealizado para resumir termos conceitualmente precisos que eram operacionalizados em termos de nível baixo.

A escolha de um termo da linguagem popular para se referir a definições técnicas baseadas em conceitos básicos trouxe uma série de problemas no uso desse termo, como foi visto por Muñoz-Martínez e Follette (2019). Esses autores avaliaram que o uso do termo amor apresentava dois grandes problemas. O primeiro era que o termo era carregado de história prévia, com um significado culturalmente estabelecido. Isso implica que esse termo, embora fosse extraído de um caminho *bottom-up* e pudesse ser definido com precisão, era susceptível aos problemas de termos de populares (termos substantivos, precisão e mentalismo) devido à ambiguidade estabelecida entre o significado anterior e o significado adicionado. Esse problema se apresentava no uso aplicado do termo no contexto de prestação de serviço. Outra decorrência dessa história prévia do termo foram implicações éticas observadas quando o termo amor foi empregado nesse contexto aplicado, como quando, por exemplo, o terapeuta utilizava o termo “amor” para se referir à relação terapêutica com o cliente. Muñoz-Martínez e Follette (2019) resumem esse problema da seguinte forma: “como um termo de nível

intermediário, a palavra vem com bagagem em vez de precisão” (p. 105, tradução nossa).

Um segundo problema relatado por Muños-Martínez e Follette (2019) foi que o termo funcional de nível intermediário “amor” não consegue resumir com eficiência os termos de nível baixo aos quais se refere, sem que se ensinem diretamente esses termos. Idealmente esse termo foi planejado para colocar o cliente e o terapeuta sob controle das condições nas quais “interações amorosas” do terapeuta em relação ao cliente funcionariam como reforçamento natural para aumentar a frequência de CRBs. Porém, nem todo tipo de “expressão de amor” tem função reforçadora, esse é um mal entendimento do conceito. Em muitos casos, “expressão de amor” pode funcionar como estímulo aversivo, por exemplo. Esse problema é ampliado quando são pensados os diferentes significados e as diferentes funções que o termo amor pode adquirir em diferentes culturas. Adicionalmente, o termo amor, mesmo que resumisse com sucesso o significado de reforçamento, perde vários outros processos comportamentais que ocorrem em uma aplicação efetiva do regra três da FAP, reforçamento diferencial, modelagem ou extinção e punição aplicados simultaneamente ao reforçamento diferencial. Os problemas descritos desse segundo tipo de termo, exemplificado pelo termo amor, podem ocorrer nas parcelas do primeiro tipo de termos descrito que tivessem referência na linguagem vernacular, como pode ser o caso do termo da ACT, desfusão cognitiva, com problemas na parcela do termo “cognitiva”, que poderia vir com a sua “bagagem” própria.

O terceiro tipo de termo seriam termos de nível intermediário, derivados de caminhos *top-down*, com nomenclatura não popularizada. Esse tipo de termo, extraído de caminho *top-botton*, é derivado da aplicação, seja ela pesquisa aplicada ou prestação de serviço. A pesquisa aplicada ou a prestação de serviço da qual esse termo é derivado

pode advir de outras propostas técnicas ou de propostas teórico-conceituais, no caso de ecletismo técnico ou conceitual, ou da mesma aplicação da mesma proposta, por exemplo, da própria prática da ACT pode-se derivar um outro termo. Como a proposta técnica da ACT tem uma origem, como visto, simultânea ou anterior a sua formulação teórico-conceitual, muitos dos procedimentos empregados pela ACT são advindos de outras propostas técnicas (a ACT adota um ecletismo técnico), que eventualmente se baseiam em outros modelos explicativos. Embora não compartilhe o modelo explicativo dessas técnicas, com origem em outros sistemas conceituais, ainda deve ser considerado que esses termos “residuais” chegam com uma “bagagem”.

Um bom exemplo de termo tecnicamente emprestado pela ACT de outras propostas psicoterapêuticas é o termo *mindfulness*. Esse conceito foi analisado por Hayes e Plumb (2007), que o classificam como um termo oriundo da linguagem vernacular, porém nesse trabalho ele está sendo tratado como uma nomenclatura não popularizada. A justificativa para a interpretação como termo não popularizado diz respeito à análise desse termo no cenário brasileiro, visto que no cenário americano *mindfulness* é popularizado em terapias e em livros de autoajuda há décadas, enquanto é relativamente nova a sua fama no Brasil. Também dificulta a popularização do termo no cenário nacional a manutenção da forma em inglês. Um equivalente a *mindfulness* que seria considerado como um termo popular no Brasil seria meditação.

Hayes e Plumb (2007) reconhecem que por um caminho *top-down* dificilmente se poderia extrair um elo do termo *mindfulness* com contrapartidas de níveis mais baixos. Nas palavras dos autores: “uma análise '*top-down*' que começa com um conceito leigo pode tão facilmente levar a becos sem saída científicos, de tal forma que é difícil encontrar bons exemplos disso como uma estratégia de sucesso em qualquer área da psicologia” (Hayes & Plumb, 2007, p. 243, tradução nossa). Isso significa o

reconhecimento de que inicialmente esse termo foi adotado com baixa precisão conceitual e ausência de relação do termo como princípios básicos. Nesse sentido, eles seriam termos de nível intermediário não funcionais, acarretariam todos os problemas descritos anteriormente e não encontram respaldo na obra skinneriana. Hayes e Plumb (2007) propõem uma releitura do termo a partir de um caminho *bottom-up*. Apesar de que aqui não será discutido o mérito, em termos de sucesso ou fracasso, da análise *bottom-up* de Hayes e Plumb (2007), mesmo que esses termos fossem destrinchados em processos básicos correspondentes, a compreensão deles termos de forma útil e coerente com a proposta da Análise do Comportamento implicaria ensinar esses termos de forma “traduzida”, o que seria antieconômico e intrinsecamente inútil, uma vez que as relações desse termo com seus correspondentes de nível baixo são tão complexas que precisam ser feitas de novo para se tornarem internamente coerentes.

Um quarto tipo de termo seriam termos de nível intermediário, derivados de um caminho *top-down*, com origem na linguagem vernacular. A primeira consideração é que esse é o tipo de termo (vernacular e não operacionalizado) que normalmente é o alvo do projeto skinneriano de base operacional do uso de termos. Porém, como visto, esse projeto é diferente da proposta de termos de nível intermediários, uma vez que os dois projetos têm funções diferentes: o de base operacional do uso de termos, de compreensão do fenômeno e de aumento da precisão conceitual; enquanto a proposta de uso de termos de nível intermediário, é um projeto de facilitação da disseminação da proposta psicoterápica, em que esses termos são substitutos das suas operacionalizações (quando elas existem, pois tampouco são requisitos), o que descarta a necessidade de se ensinar a operacionalização do termo. Alguns termos de nível intermediário se enquadram na categoria skinneriana e na categoria de termo de nível intermediário, como é o caso do termo “espírito”. Conforme foi visto na variável “posicionamento



sobre a questão mente e corpo”, nesse conceito foi aplicada a proposta de operacionalização de termos psicológicos (Hayes, 1984) e o mesmo conceito também foi utilizado como um termo de nível intermediário, como pode ser visto em Hayes et al. (2016):

*Making sense of spirituality* [nome do artigo de Hayes, 1984]... é amplamente considerado o primeiro artigo que prevê o desenvolvimento da ACT e da RFT e estabelece as bases para o uso de termos de nível intermediário na CBS. A ideia-chave em Hayes (1984) é que as abordagens comportamentais naturalistas precisam levar a sério a possibilidade de que fenômenos importantes sejam descritos por termos dualistas e mentalistas. A espiritualidade é a rainha de tais conceitos, uma vez que se distingue, no uso comum, dos próprios eventos materiais. (Hayes, 2016, p. 4, tradução nossa)

A operacionalização de um termo psicológico leigo não o torna automaticamente um bom termo de nível intermediário, mesmo considerando-se o ponto de vista da ACT e da CBS; para ser um bom termo de nível intermediário ele deveria conseguir colocar o ouvinte sob controle das mesmas relações de contingências que foram operacionalizadas. Olhando-se de um ponto de vista da Análise do Comportamento, a operacionalização não garante isso, pelo contrário, a proposta de operacionalização pressupõe que só é possível entender as relações de contingências que controlam o uso de termos pelo domínio da proposta conceitual analítico-comportamental. Outros termos de nível intermediário do tipo 4 (*top-down* / vernacular) sequer são operacionalizados. Um exemplo seria o caso dos termos valores e aceitação. O exemplo da aceitação é emblemático nesse sentido, que como foi visto na seção de análise de “terminologia da ACT” do livro de Hayes et al. (1999), o termo aceitação é reconhecidamente mal compreendido. Nesse caso, como seria possível utilizar um

termo de nível intermediário que deveria direcionar o ouvinte para os termos de nível baixo diretamente relacionados, se os processos comportamentais envolvidos no controle do uso daquele termo são desconhecidos pelo próprio proponente do termo?

Por fim, é possível notar que atualmente a ACT trabalha com termos de nível intermediário derivados de outros termos de nível intermediário, o que diminuiria ainda mais a precisão conceitual do termo. Os exemplos mais emblemáticos são os termos flexibilidade psicológica e inflexibilidade psicológica.

Ao se analisar a compatibilidade entre as propostas metodológicas e conceituais defendidas pela TAC e a proposta científica e teórico-conceitual da Análise do Comportamento, podem-se observar várias similaridades: (a) uma defesa de um projeto indutivo de construção dos conceitos básicos (Zamignani et al., 2016); (b) a utilização dos conceitos básicos para interpretação com finalidades práticas, visto que interpretações baseadas em princípios básicos são características definidoras da TAC enquanto uma proposta de aplicação da Análise do Comportamento (Meyer et al., 2010); (c) a valorização da análise funcional, interpretativa, como método de explicação de fenômenos multideterminados, verbais, históricos e muitas vezes privados característicos da atuação profissional em psicoterapia (Meyer et al., 2018); (d) explicações baseadas na análise funcional interpretativa como guias para a previsão e o controle do comportamento complexo e inacessível (Meyer et al., 2018); (e) defesa de uma descrição precisa e objetiva dos fatos submetidos a análise funcional (Meyer et al., 2010); (f) defesa do projeto de operacionalização dos termos psicológicos e de sua utilização como linguagem válida para os propósitos de interpretação, previsão e controle (Banaco et al., 2010; Meyer et al., 2015); e (g) crítica ao uso de termos mentalistas explanatórios, como pode ser visto no trecho de Meyer et al. (2015):

O uso coloquial do termo “eu” revela a ideia tradicional de que essa entidade ou representação origina, determina e inicia comportamentos (Dentello, 2009).

[Isso] pode obscurecer a análise das contingências que estariam controlando tais respostas, uma vez que a causa do comportamento passaria a ser atribuída a esta figura fictícia (“eu”). (p. 169)

Uma observação importante diz respeito à possível confusão que a proposta de elaboração de hipóteses funcionais, na TAC, a partir de análises funcionais interpretativas, possa gerar em relação ao projeto indutivo defendido pela Análise do Comportamento e pela TAC. Como visto, a TAC defende que as interpretações feitas a partir de análise funcionais interpretativas sejam tratadas como hipóteses que possam ser testadas, seja por investigação adicional (verificando-se a compatibilidade da hipótese com novas descrições de fatos feitas pelo cliente), pela condução de mini experimentos, seja pela avaliação da eficácia da intervenção (se a intervenção funciona, a hipótese ganha força).

Deve-se salientar que as interpretações que dão origem às hipóteses funcionais foram originadas de conceitos básicos extraídos de pesquisas envolvendo observações sistemáticas em ambientes controlados, ou seja, são frutos de um projeto indutivo. Esse tipo de uso de hipóteses não é o mesmo de um projeto científico hipotético-dedutivo, no qual a sequência entre elaborar uma hipótese e testá-la tem o objetivo de validação de teorias científicas e não apenas de intervenções. No caso da TAC a criação de hipóteses e o teste delas têm a finalidade de validar a interpretação feita e não os princípios básicos que a sustentam. Recorrentes dificuldades de se utilizar determinados conceitos podem fomentar novas perguntas que, por sua vez, podem ser testadas experimentalmente, dando início a um novo ciclo indutivo; podem até gerar novos conceitos, mas estes não foram fortalecidos e os antigos conceitos não foram

enfraquecidos pelo tipo de teste de hipótese proposto pela TAC. Adicionalmente, os testes dessa hipótese são compatíveis com o projeto científico e teórico skinneriano, uma vez que: (a) eles são baseados em interpretações que, na proposta skinneriana não são fatos, são apenas asserções plausíveis diante de um conjunto de fatos, que podem ser melhoradas à medida que novos fatos são adicionados a essas interpretações; e (b) esse tipo de teste de hipóteses de interpretações é compatível com o critério de verdade de ação efetiva do projeto científico skinneriano.

Em uma análise da compatibilidade dentre os termos que foram utilizados nos textos da TAC analisados e o tipo de terminologia defendido em uma proposta analítico-comportamental, podem-se ver muitas semelhanças. A linguagem usada nos textos da TAC é uma linguagem predominantemente técnica, com termos característicos da Análise do Comportamento. As definições dos termos utilizados são frequentes e precisas, em sua maioria. Termos oriundos da linguagem vernacular também são empregados e, muitas vezes, são definidos operacionalmente; alguns desses termos aparecem em uma forma mentalista, mas, por serem definidos operacionalmente, entram na classificação de Zuriff como um mentalismo descritivo e não explanatório, o que seria aceitável em uma ciência analítico-comportamental.

Em casos menos frequentes também se nota a utilização de uma linguagem vernacular livre, sem a precisão técnica característica da Análise do Comportamento. Retomando uma parte do exemplo fornecido na análise da TAC, “pode ser que tal estilo de vida, de fato, não traga felicidade a essa pessoa e ela viva o conflito de que ‘deveria ser feliz e não é’ e por isso talvez seja ingrata ou exigente demais” (Zamignani et al., 2016, p. 62), deve-se observar que, – embora o contexto do texto permita que uma pessoa que seja versada na linguagem típica da análise do comportamento possa acompanhar o que os autores querem dizer e, talvez, com um esforço, fosse capaz de

traduzi-lo para uma linguagem analítico-comportamental, – a utilização dessa linguagem gera ambiguidade e pode causar especial confusão para aprendizes de Análise do Comportamento e de TAC, e é desaconselhada por Skinner no contexto científico. As implicações e os problemas do uso desse tipo de linguagem vernacular já foram extensivamente discutidos na análise da ACT e não serão repetidas. Mas é possível que o leitor possa, neste ponto, transpor os problemas apontados para a ACT para esse mesmo caso na TAC, sem qualquer dificuldade.

Em relação à compatibilidade entre ACT e TAC, nos dois casos é identificada uma mescla de linguagem técnica e não técnica, com diferença na frequência delas. Nos textos da TAC, é mais frequente a utilização de uma linguagem técnica, com o uso eventual de uma linguagem livre; o oposto é visto no livro da ACT, no qual é dominante uma linguagem livre, e eventualmente uma linguagem técnica é utilizada. Apesar da diferença em frequência, os riscos e as advertências são os mesmos. O que não foi encontrado na TAC e foi encontrado na ACT são termos técnicos oriundos de um projeto científico diferente do projeto indutivo skinneriano, e essa é uma incompatibilidade problemática para a possibilidade de integração das duas propostas. Porém em alguns textos da ACT mais antigos é defendido um projeto teórico-científico indutivo para a ACT (Hayes et al., 2013; Hayes & Plumb, 2007; Vilardaga et al., 2009), nessa interpretação da ACT, seria defensável uma compatibilidade. Outras duas questões sobre o uso de termos na ACT e na TAC serão consideradas: a tradução de técnicas de outras propostas e o uso de termos de nível intermediário.

Como foi visto na variável bases filosóficas e científicas, tanto a ACT quanto a FAP são propostas tecnicamente ecléticas, que não defendem o ecletismo teórico, o que significa que procedimentos técnicos de outras propostas psicoterápicas são utilizados sem que ocorra a adoção de um modelo explicativo incompatível com a orientação

filosófica e teórica daquela psicoterapia. Esse ecletismo técnico, então, exige uma “tradução” dos procedimentos das outras propostas psicoterápicas em termos coerentes com o modelo conceitual e filosófico daquela proposta. Essa tradução, para ser compatível, com a Análise do Comportamento de Skinner, é feita de acordo com a proposta de base operacional do uso de termos. Nesta, um determinado termo que se refere a um conjunto de procedimentos técnicos e de explicações conceituais é analisado segundo as contingências que controlam o uso daquele termo, o que inclui tanto as manipulações de variáveis ambientais que estão ocorrendo (procedimento técnico) quanto outras variáveis que controlem o comportamento do falante e que também compõem o seu significado. Essa análise de contingências operando quando o termo é utilizado deve ser coerente com o modelo explicativo e a terminologia da Análise do Comportamento, o que implica que esse termo é, ou deveria ser, dissociado de seus “significados teóricos” anteriores na nova definição proposta (claro que, se o termo não é modificado, ele continua ambíguo, mas a definição nova do termo não deveria ser ambígua).

Alguns exemplos desse tipo de tradução de técnicas de outras propostas psicoterápicas podem ser encontrados no capítulo de psicoterapia de Skinner (1953/2005a) e na interpretação de técnicas da terapia cognitiva como comportamento governado por regras, por Zettle (1990) e Zettle e Hayes (1982). O emprego desse tipo de procedimento não é especialmente problemático. A tradução, nesse sentido, dos procedimentos técnicos que ocorrem quanto, por exemplo, o termo *mindfulness* é utilizado para uma linguagem compatível com o modelo explicativo e conceitual de uma proposta psicoterápica (a ACT e a RFT), como foi a proposta de Hayes e Plumb (2007), não é, em princípio, um problema, desde que o termo possa ser prontamente traduzido para as contrapartidas técnicas mais exatas. O problema é quando esse termo é

utilizado como um termo de nível intermediário (ou seja para os propósitos de formação profissional e científica) ou quando esse termo não é traduzido adequadamente para uma linguagem compatível com os princípios básicos, como no caso do termo “aceitação” utilizado por Hayes et al. (1999).

Em relação aos termos de nível intermediário, mencionou-se, na variável “base filosófica e científica”, que a TAC sofreu influências diretas das terapias de terceira onda (especialmente da ACT e da FAP). Termos de nível intermediário dessas propostas psicoterápicas aparecem nos textos analisados da TAC, como é o caso dos termos de nível intermediário “coragem”, “amor” e “consciência”, da FAP (Meyer et al., 2015, p. 228) e do termo “contexto de literalidade”, da ACT (Kovac et al. 2009, p. 322), que também pode ser visto como um termo de nível intermediário; e em outros textos dos autores da TAC que não aqueles aqui analisados, como, por exemplo, o termo “evitação experiencial<sup>63</sup>” (Zamignani & Banaco, 2005, p. 85). Em todos os casos acima mencionados, os termos não são utilizados com a função de ensino, como é o caso de termos de nível intermediário, e são explicitados dentro do arcabouço teórico da Análise do Comportamento.

Por exemplo, no caso dos termos coragem, amor e consciência, que aparecem em Meyer et al. (2015), os autores os utilizam poucas vezes, em todo o livro; no capítulo dedicado à FAP, todo o modelo explicativo da FAP é descrito com base na proposta inicial dessa psicoterapia (Kohlenberg, & Tsai, 1991/2006), antes da adoção do modelo coragem, amor e consciência (Tsai et al., 2009), na qual ainda não haviam sido incluídos esses termos de nível intermediário (Vandenberghe, 2017).

Adicionalmente, esses termos são relacionados com o arcabouço conceitual analítico-comportamental da FAP de Kohlenberg e Tsai (1991/2006). Esse tipo de utilização dos

---

<sup>63</sup> O termo em inglês é “*experiential avoidance*”, que atualmente é mais comumente traduzido em português como “esquiva experiencial”.

termos de nível intermediário, traduzindo-os para uma linguagem analítico-comportamental, sem os propósitos de ensino característicos dos termos de nível intermediário, não é diferente das traduções de técnicas e conceitos de outras abordagens citadas anteriormente, e, portanto, não seriam, necessariamente, problemáticas de acordo com uma visão skinneriana, a não ser que não fossem adequadamente operacionalizadas segundo o modelo de base operacional de termos.

Porém, não foi localizado em nenhum dos textos da TAC analisados um posicionamento direto sobre a utilização ou não de termos de nível intermediário; nos casos citados, os termos são utilizados sem considerações adicionais. A ausência de um posicionamento explícito sobre a questão pode abrir brecha para que, à medida que as propostas de terceira onda ganhem espaço no cenário brasileiro, os termos de nível intermediário sejam inseridos na TAC automaticamente, sem reflexões aprofundadas dos terapeutas, o que pode ser perigoso.

As tabelas 2 e 3 apresentam, respectivamente, um resumo da caracterização da ACT e da FAP.

Tabela 2.

*Caracterização resumida da ACT segundo estrutura analítica.*

Variável	Perguntas chave	Caracterização
Base filosófica e científica	Qual é a nomenclatura da base científica declarada?	Análise do Comportamento
	Qual é a nomenclatura da base filosófica declarada?	Contextualismo Funcional
	Quais as influências técnicas e conceituais que incidiram sobre a proposta psicoterápica?	Se opõe ao ecletismo teórico e adota o ecletismo técnico, com reinterpretação de conceitos e técnicas de outras propostas conceituais e técnicas.
	Qual o objetivo do sistema científico-filosófico proposto?	Previsão e influência
Modelo explicativo	Qual a unidade básica de análise?	Ato em andamento em contexto
	Quais os pressupostos filosóficos assumidos pelo modelo explicativo?	
	De que forma um evento afeta o outro?	Interacionismo



	São analisadas partes de eventos ou o evento como um todo?	Holismo (integralidade do organismo e do ato em contexto)
	A explicação dos eventos é interna ou externa ao organismo?	Ambientalismo, com ênfase no externalismo como explicação última; embora eventos privados possam adquirir controle sobre o organismo dada determinados contextos históricos explicados externamente.
	Como é explicada a formação de novas relações entre eventos?	Selecionismo.
	A explicação dos eventos é histórica ou teleológica?	Historicismo.
Critério de verdade	Qual é o critério de verdade adotado?	Trabalho bem-sucedido (também chamado de pragmático)
Posicionamento sobre a questão mente e corpo	O sistema filosófico adota uma postura monista ou dualista?	Monista – utiliza a separação, não ontológica, entre eventos públicos e privados baseada na acessibilidade.
	Que tipo de substância(s) seria(m) pressuposta(s)?	Postura a-ontológica.
Terminologia	Como os termos são tratados no projeto científico?	
	De que tipo de projeto científico é derivada a terminologia adotada?	Não há um posicionamento explícito sobre a questão.
	Como esses termos são derivados desse projeto científico?	Não há um posicionamento explícito sobre a questão.
	O que seriam termos no projeto científico adotado?	Rótulos verbais (atos em contexto) ensinados pela comunidade verbal que se relacionariam, via responder relacional arbitrariamente aplicados, com outros estímulos.
	Que tipo de termos seriam aceitos pelo projeto científico?	No projeto científico seriam aceitos termos funcionalmente definidos, extraídos de pesquisa básica ou não, e termos pragmaticamente úteis, como os termos de nível intermediário e termos da linguagem vernacular.
	Em que situações cada tipo de termo seria utilizado?	Na ciência seriam utilizados termos de nível técnico; e no treino de profissionais e na prática psicoterápica seriam utilizados concomitantemente termos técnicos operacionalizados e uma linguagem livre, mesclando termos da linguagem vernacular e termos de nível intermediário.
	Que problemas uma terminologia inadequada poderia gerar?	Termos que descrevem eventos privados poderiam ser tratados como objetos (com substância) caso fossem utilizados na forma substantiva.
	Que tipo de terminologia é utilizada na escrita dos textos analisados?	São utilizados termos técnicos, termos não técnicos (oriundos da linguagem vernacular) e termos de nível intermediário. Há uma predominância de uma linguagem livre que mescla esses tipos de termo. Os termos são frequentemente utilizados na forma substantiva.

Tabela 3.

*Caracterização resumida da TAC segundo estrutura analítica.*

Variável	Perguntas chave	Caracterização
Base filosófica e científica	Qual é a nomenclatura da base científica declarada?	Análise do Comportamento.
	Qual é a nomenclatura da base filosófica declarada?	Behaviorismo radical e contextualismo (aparece em um dos textos analisados).
	Quais as influências técnicas e conceituais que incidiram sobre a proposta psicoterápica?	Se opõe ao ecletismo teórico e adota o ecletismo técnico, desde que as técnicas e conceitos sejam reinterpretadas de acordo com os princípios da Análise do Comportamento e que seja guiado por uma análise funcional interpretativa.
	Qual o objetivo do sistema científico-filosófico proposto?	Descrição, explicação, previsão e controle.
Modelo explicativo	Qual a unidade básica de análise?	Comportamento
	Quais os pressupostos filosóficos assumidos pelo modelo explicativo?	
	De que forma um evento afeta o outro?	Interacionismo
	São analisadas partes de eventos ou o evento como um todo?	Holismo
	A explicação dos eventos é interna ou externa ao organismo?	Ambientalismo, com ênfase no externalismo como explicação última; embora eventos privados façam parte do ambiente.
	Como é explicada a formação de novas relações entre eventos?	Selecionismo (com ênfase em três níveis de seleção).
Critério de verdade	A explicação dos eventos é histórica ou teleológica?	Historicismo
	Qual é o critério de verdade adotado?	Posicionamento não explícito, indícios da adoção de um critério de verdade pragmático.
Posicionamento sobre a questão mente e corpo	O sistema filosófico adota uma postura monista ou dualista?	Monista – utiliza a separação, não ontológica, entre eventos públicos e privados baseada na acessibilidade.
	Que tipo de substância(s) seria(m) pressuposta(s)?	Materialismo.
Terminologia	Como os termos são tratados no projeto científico?	
	De que tipo de projeto científico é derivada a terminologia adotada?	A defesa de um projeto científico indutivo de extração de termos pode ser inferida dos textos analisados.
	Como esses termos são derivados desse projeto científico?	Os termos são derivados diretamente de pesquisa experimental, como no caso dos conceitos básicos; e também é defendida a utilização de termos definidos conforme o projeto de operacionalização de termos.
	O que seriam termos no projeto científico adotado?	Não foram encontrados trechos sobre o assunto.

---

Que tipo de termos seriam aceitos pelo projeto científico?	Termos definidos funcionalmente (conceitos básicos ou termos operacionalizados).
Em que situações cada tipo de termo seria utilizado?	Na prática psicoterápica, o terapeuta deve ter suas análises e intervenções baseadas em princípios básicos do comportamento.
Que problemas uma terminologia inadequada poderia gerar?	Termos da linguagem vernacular podem obscurecer as relações de contingências que controlam a omissão daquele termo.
Que tipo de terminologia é utilizada na escrita dos textos analisados?	É empregada predominantemente uma linguagem técnica impregnada de conceitos básicos e termos característicos da Análise do Comportamento; com menor frequência são encontrados trechos com a utilização de linguagem livre, com termos oriundos da linguagem vernacular; e em alguns poucos momentos termos de nível intermediário foram utilizados.

---

## Considerações Finais

Nas análises realizadas é possível perceber que, embora tenha sido adotado o contextualismo funcional como projeto filosófico basilar da ACT, existem semelhanças com o behaviorismo radical skinneriano em relação ao modelo explicativo, à adoção de um critério de verdade pragmático (ao menos como uma interpretação possível defendida dentro da área) e de uma posição monista em relação ao problema mente e corpo. Contata-se, pois, uma incompatibilidade entre a ACT e a Análise do Comportamento no que tange à postura a-ontológica defendida pela ACT, em contraposição ao materialismo expresso nas obras de Skinner.

Um exame das propostas conceitual e terminológica da ACT merecem um exame mais detalhado. Existe uma compatibilidade da ACT com a Análise do Comportamento em relação à interpretação de termos como operantes verbais ensinados pela comunidade verbal e à utilização de termos técnicos funcionalmente definidos, sejam eles extraídos de pesquisa indutiva ou derivados do projeto de base operacional de uso de termos. Por certo, incompatibilidades podem ser observadas em relação ao uso de termos de nível intermediário e linguagem vernacular na formação de terapeutas e na sua utilização em textos científicos.

No livro da ACT analisado (Hayes et al., 1999), não se aborda explicitamente qual seria o projeto teórico-científico defendido pela ACT. Um exame da literatura mostra que ao menos até o final da primeira década do século XXI, a ACT permaneceu fiel a um projeto científico indutivo de extração de termos (Hayes et al., 2013; Vilardaga et al., 2009), o que é compatível com a proposta skinneriana. O artigo de Hayes et al. (2012) parece marcar uma inflexão em relação a esse projeto, passando-se da defesa de um modelo científico indutivo para um modelo científico reticulado. Esse exame histórico possibilita interpretar que, à época da escrita dessa obra analisada,

1999, Hayes e colaboradores defendiam, ainda, um projeto indutivo de extração de termos técnicos. Porém, é importante observar uma contradição entre esse projeto e a terminologia utilizada pela ACT; muitos dos termos de nível intermediário defendidos pela ACT não apresentam um nível de articulação com os termos de nível baixo que seria exigido em um projeto científico indutivo. A utilização desses termos de nível intermediário desarticulados de um projeto teórico-científico indutivo já é defendida em Hayes et al. (1999). A defesa dos termos de nível intermediário da forma como são utilizados à época e atualmente só é possível dentro de um modelo reticulado de extração de termos, no qual a indução é apenas uma das possibilidades e, alternativamente, se abram brechas para dedução de termos<sup>64</sup>.

Duas suposições relativas às interrelações entre o nível filosófico e o nível conceitual, em que um nível pode influenciar o outro, com impactos diretos na formulação filosófico-conceitual da ACT, são tratadas a seguir. A primeira suposição diz respeito ao posicionamento a-ontológico da ACT, que encontra dificuldade de ser validado na Análise do Comportamento skinneriana, uma vez Skinner muitas vezes expressa posicionamentos claramente materialistas. A oposição, no nível ontológico, entre materialismo e a-ontologia pode ser expressa, do ponto de vista epistemológico, no debate sobre realismo (com a adoção de um critério de verdade por correspondência) *versus* pragmatismo; o que gera uma aparente contradição em relação à possibilidade de um pragmatismo materialista na Análise do Comportamento<sup>65</sup> (como é sugerido por Barnes-Holmes, 2000, e Hackenberg, 2009).

---

<sup>64</sup> Embora seja possível a utilização desses termos em um projeto skinneriano à medida que eles sejam articulados com termos de nível baixo, como, por exemplo, em Assaz (2019), esse não é o caso de como esses termos têm sido utilizados pela ACT.

<sup>65</sup> Essa posição é rechaçada por da-Rocha, Leão e Laurenti (2016) e por Schoenberger (2016) que defendem que o pragmatismo pode e deve se comprometer com uma ontologia particular (o que será examinado adiante).

A supervalorização do pragmatismo pela ACT, aliada ao seu negacionismo ontológico, pode se refletir de maneira significativa na proposta conceitual da ACT. Ao contrário do materialismo, que defende a existência de uma realidade material, o pragmatismo a-ontológico (Banes-Holmes, 2000) nega qualquer possibilidade de asserções sobre um mundo real (Hayes, Fox et al., 2001). Dessa forma, a validade de uma asserção seria medida apenas pela sua utilidade. Extrapolando esse raciocínio para o contexto de criação de termos científicos, é difícil defender a posição skinneriana de que uma asserção científica ou um construto extraído de pesquisa básica indutiva, com a manipulação direta de variáveis (resguardando uma maior proximidade com o mundo material que se pretende controlar e prever), seria preferível em relação às asserções e aos construtos extraídos pelo método dedutivo. Aqui se assume ideia de o materialismo skinneriano possibilitar a construção de um projeto científico indutivo, que parte dos dados concretos da experimentação para a posterior formulação teórico-conceitual, no qual os dados têm primazia de verdade em relação às asserções e formulações teórico-conceituais; são as asserções que devem se adequar aos dados no projeto de Skinner. Para a posição exacerbadamente pragmática e a-ontológica da ACT, em última instância, asserções e construtos só podem ser avaliados em relação à sua utilidade, independentemente da sua origem, isto é, se foram gerados por métodos indutivos ou dedutivos.

A segunda suposição acerca da articulação das análises dos níveis filosófico e conceitual propõe uma visão mais ampla da proposta skinneriana e possibilita uma reconsideração do critério de verdade adotado pela Análise do Comportamento; essa interpretação é baseada no artigo de Tourinho e Neno (2003), defendida também por Leão, da Rocha e Laurenti (2016). Segundo Tourinho e Neno, a proposta de Skinner, na mesma linha do pragmatismo de William James, adota um critério de verdade baseado

na efetividade (neste trabalho tratado como critério pragmático de verdade). Entretanto, para James, o critério de efetividade seria subordinado a um sistema prévio coerente de asserções e crenças. Tourinho e Neno alegam que uma interpretação aprimorada quanto ao critério de verdade skinneriano deveria se ater a estes dois pilares: a efetividade e a coerência interna do sistema conceitual. Um sistema comportamental coerente com a proposta skinneriana seria baseado em asserções edificadas nos princípios do comportamento, extraídos por meio de observações sistemáticas de relações entre o organismo e o ambiente feitas em contexto controlado de laboratório, que, posteriormente, poderia ser utilizado para explicações e intervenções em ambiente não controlado por meio de interpretações baseadas nesses princípios, quando não fosse possível a experimentação. Formulações teóricas não-coerentes com esse sistema indutivo não fariam parte de uma proposta científica analítico-comportamental, independentemente de evidenciar ou não efetividade. Essa proposta de duplo critério de verdade parece coerente com a atitude pouco flexível de Skinner em relação a considerar conceitos e teorias que sejam originados de um projeto não indutivo. Essa perspectiva de critério de verdade – que para o autor deste trabalho parece se enquadrar melhor na proposta skinneriana – afasta ainda mais a ACT da Análise do Comportamento.

Partindo das duas suposições acima consideradas – (a) ao se adotar apenas o critério de verdade de efetividade e supervalorizá-lo em detrimento do critério de coerência; (b) e ao se insistir em um pragmatismo a-ontológico, que ignora a primazia de um projeto indutivo em relação à simples análise da utilidade de construtos – seria possível supor que a ACT se torna cada vez mais disposta a aceitar termos advindos de um programa não indutivo. Algumas evidências em relação à aceitação de termos que não resguardam uma coerência interna de um programa científico indutivo podem ser

encontradas nos novos rumos teórico-científicos assumidos pela ACT nos últimos anos: (a) utilização de explicações baseadas em conceitos teoricamente não-condizentes com a Análise do Comportamento, como os termos de nível intermediário; (b) adoção de um modelo científico reticulado; e (c) proposição mais recente da terapia baseada em processos (do inglês, *based-process therapies*), que, em última instância, fornece um arcabouço metodológico para a validação *a posteriori* de construtos explicativos mediacionais. Tal avaliação seria baseada na efetividade (medida por pesquisas de resultado) desses construtos explicativos (Hayes et al., 2019), o que é claramente fundamentado em um projeto científico hipotético-dedutivo.

Levanta-se a hipótese, aqui, de que essas novas propostas – termos de nível intermediário, modelo científico reticulado e terapia baseada em processos – não marcam uma mudança drástica de posição da ACT em relação ao seu posicionamento teórico-científico, mas que se trata apenas de uma constatação, de Hayes e colaboradores, de que o caminho que a ACT havia adotado não cabia no modelo teórico-científico skinneriano; portanto, era necessário readequar as bases teórico-científicas para que elas se mantivessem coerentes com o sistema filosófico e a prática da ACT. Isso parece indicar uma consciência maior do projeto científico da ACT que só é possível com o amadurecimento da proposta psicoterápica.

Uma última consideração em relação à compatibilidade entre ACT e Análise do Comportamento é que, embora os autores da ACT declarem uma posição monista e afirmem não tratar a mente e os processos mentais como coisas ou estruturas, a utilização de termos oriundos da linguagem vernacular ou de um método dedutivo abre brechas para interpretações mentalistas e até dualistas da ACT. Isto se dá devido a conotação culturalmente estabelecida desses termos. O uso desses termos carregados com uma história socialmente estabelecida, mesmo que ressignificados em novas



definições ou com advertências sobre como não devem ser interpretados, devido a sua ambiguidade, sempre poderão ter seu significado incorretamente atribuído. O problema se agrava com a proposta de termos de nível intermediário como um projeto de disseminação da ACT, sem a necessidade de uma sólida formação nos princípios básicos do comportamento e no sistema filosófico subjacente a essa proposta psicoterápica.

Uma análise dos aspectos filosóficos da TAC revela compatibilidade desse modelo psicoterápico com o behaviorismo radical, no que diz respeito ao modelo explicativo e ao posicionamento sobre a questão mente e corpo. Em relação ao critério de verdade, faltam informações explícitas a esse respeito. A posição dos autores da TAC de se ancorar na afirmação de que ela é baseada no behaviorismo radical não resolve o problema epistemológico relativo a qual seria o posicionamento em relação ao critério de verdade adotado; uma vez que, com base na literatura, a posição de Skinner tem sido classificada de forma distinta por diferentes analistas do comportamento.

A ausência de definição do critério de verdade nos textos da TAC poderia ter duas implicações: ou, de fato, os autores adotam o pragmatismo, com asserções ontológicas relacionistas e materialistas (como proposto por Zilio, 2012; e Reese, 1993); ou eles assumem uma visão mecanicista de realidade, com um critério de verdade por correspondência. A primeira hipótese, pragmatista-materialista, parece mais plausível, uma vez que: (a) se baseia nos indícios de um raciocínio pragmatista apresentados na discussão da variável “posicionamento sobre a questão mente e corpo” e (b) encontra respaldo na afirmação de um dos textos analisados de que a TAC é baseada nas filosofias do behaviorismo radical e do contextualismo, o que implicaria a adoção do pragmatismo. Entretanto, essa posição acarretaria na contradição entre a defesa de uma posição a-ontológica (que acompanha o contextualismo) *versus* materialista (assumida

explicitamente), gerando um novo impasse. A forma mais plausível de resolvê-la seria a adoção do posicionamento ontológico de relacionismo-substancial, proposto por Zilio (2012), no qual um posicionamento pragmático pode conviver com uma ontologia substancialista, como o materialismo; isto implicaria o abandono do contextualismo enquanto base filosófica da TAC. Da Rocha et al. (2016) também defendem a possibilidade de conciliação do pragmatismo com posições ontológicas, descartando a hipótese automática do pragmatismo a-ontológico. Essa análise também é consistente com as seguintes posições de: (a) Hackenberg (2009), de que Skinner estuda o mundo natural (realismo) e ao mesmo tempo usa critérios de verdade pragmáticos; e (b) Reese (1993), cujo comentário sobre o artigo de Morris (1993) reitera que a análise do comportamento manteria compromissos ontológicos semelhantes aos do mecanicismo, tal como a adoção do materialismo, e estaria mais próxima do contextualismo no que tange aos compromissos epistemológicos (pragmáticos).

Em relação aos aspectos conceituais e terminológicos também se notam muitas similaridades: (a) a defesa de um projeto indutivo de extração de termos psicológicos; (b) os termos utilizados devem ser necessariamente derivados de pesquisa experimental ou do projeto operacional de uso de termos; (c) só seriam aceitos termos definidos funcionalmente; (d) os conceitos básicos do comportamento seriam utilizados em contextos científicos e práticos, visto que a prática clínica seria guiada por interpretações funcionais fundadas em conceitos básicos; e (e) o uso da linguagem vernacular pode dificultar a análise e a intervenção do terapeuta, uma vez que as relações funcionais vigentes podem não ser encontradas sem o direcionamento de conceitos básicos precisos.

Em relação aos termos usados nos textos, embora predomine a linguagem técnica, são adotados com menor frequência termos da linguagem vernacular e até

termos de nível intermediário; no entanto, isto é incompatível com o projeto teórico-conceitual skinneriano. Essa confusão pode estar relacionada à ausência de discussões explícitas sobre a temática do projeto conceitual e terminológico defendido pela TAC, visto que não foram encontradas discussões sobre: (a) termos na visão da Análise do Comportamento; (b) defesa explícita do projeto indutivo skinneriano; (c) linguagem utilizada na relação terapeuta-cliente, juntamente com (d) uma análise das vantagens e desvantagens da utilização da linguagem defendida; e (e) posicionamento em relação a termos de nível intermediário. A ausência dessas discussões explícitas na TAC pode favorecer a confusão conceitual dos profissionais que utilizam essa modalidade terapêutica. Isto poderia propiciar a utilização de conceitos e termos que não resguardam coerência com o projeto filosófico e científico defendido na área.

O outro aspecto a ser considerado é a possibilidade de integração entre a ACT e a TAC. Para tanto, a primeira questão consiste no seguinte: as duas propostas psicoterápicas, conforme caracterizadas aqui, seriam compatíveis nos níveis filosófico e conceitual. A resposta a essa pergunta, dado o exposto, parece ser não. A TAC, no nível filosófico, permanece fiel ao behaviorismo radical, adotando simultaneamente o materialismo e um pragmatismo comprometido com um duplo critério de verdade: efetividade e coerência; enquanto a ACT, ao adotar o contextualismo funcional, defende uma posição a-ontológica e radicaliza o pragmatismo ao utilizar apenas a efetividade como critério de verdade. No nível conceitual, a ACT se afasta da Análise do Comportamento ao utilizar termos de nível intermediário e, posteriormente, \o assumir um projeto científico reticulado; enquanto a TAC pouco se pronunciou a esse respeito, porém, considerando-se que ela permaneça fiel à Análise do Comportamento skinneriana, seria pouco defensável a utilização de termos intermediários e a adoção de uma proposta científica não indutiva.

Dada essa dificuldade de uma integração filosófico-conceitual, resta ainda perguntar se seria possível uma integração técnica, visto que tanto a TAC quanto a ACT aceitam o ecletismo técnico, embora não o teórico. A tentativa de responder a essa pergunta foi feita do ponto de vista da ACT sendo integrada à TAC, dado que essa é a pergunta de maior interesse de acordo com o problema desta pesquisa e que as mesmas considerações podem ser transpostas pelo leitor para o caso contrário, ou seja, da TAC sendo integrada pela ACT, sem a necessidade de se repetir a argumentação.

Uma primeira consideração é que diferenças filosóficas e conceituais, do ponto de vista skinneriano, também refletiriam incompatibilidades técnicas. Nas palavras de Skinner (1953/2005a), “teorias afetam práticas.... Confusão na teoria significa confusão na prática” (p. 9). Portanto, para haver uma incorporação de técnicas, sem que haja um ecletismo teórico, seria necessária uma reinterpretação teórico-conceitual dos procedimentos técnicos da ACT, tanto de avaliação quanto de intervenção. Um problema é que conceitos tais como termos de nível intermediário, fundamentais para se explicar os procedimentos técnicos da ACT, dificilmente são traduzidos em termos de nível baixo – o que foi denunciado por Barnes-Holmes et al. (2016) e McEnteggart et al. (2015), e assumido por Hayes et al. (1999) e Hayes et al. (2012). Muito esforço de pesquisadores ainda se faz necessário para que os processos envolvidos nos principais conceitos da ACT possam ser esclarecidos; dessa forma, essa parece ser uma tarefa de longo prazo, não sendo possível, ainda, a integração da ACT e da TAC baseada nessa proposta de reinterpretação teórico-conceitual.

Uma segunda consideração a ser feita é se realmente a ACT acrescenta novos procedimentos técnicos. Os autores da ACT declaram as influências técnicas de várias terapias, como: comportamentais, cognitivas, humanística, existencial, Gestalt-terapia, psicoterapia focada na emoção e abordagens meditativas e de cunho espiritual com

influências orientais (Hayes et al., 1999; Hayes, 2016). Estudos comparativos e históricos podem ser importantes para esclarecer quanto as técnicas utilizadas são originais ou se são emprestadas de outras propostas terapêuticas. Por exemplo, as estratégias de aceitação e *mindfulness* foram importadas de abordagens meditativas orientais; elas já vinham sendo utilizadas no contexto psicoterápico americano ao menos desde o primeiro trabalho de Jon Kabat-Zinn (1982) sobre o uso de *mindfulness* em pacientes com dor crônica (Vandenberghe & Assunção, 2009). O que a ACT oferece de novo é uma integração dos procedimentos técnicos advindos de outras origens dentro de um arcabouço conceitual próprio. A incorporação de técnicas da ACT pela TAC só seria vantajosa caso de fato se evidenciassem procedimentos técnicos novos. Em contrário, a absorção apenas de explicações teórico-conceituais poderia ser perigosa, sob o risco de se incorrer em ecletismo teórico. Aqui cabe uma ressalva: muitos autores (incluindo autores da TAC, como Kovac et al., 2009; e outros, por exemplo, Barnes-Holmes et al., 2016; Bim & Almeida, 2019; McEnteggart et al., 2015; Perez, Nico, Kovac, Fidalgo, & Leonardi, 2013; Zamith e Nico, 2012) têm argumentado sobre o potencial explicativo da teoria de molduras relacionais para a interpretação de fenômenos clínicos. Vale lembrar que a RFT e a ACT não são a mesma coisa; embora a RFT seja uma das bases da ACT, adotar uma delas não implica a adoção da outra (Barnes-Holmes et al., 2016).

Essas mesmas preocupações expostas – em relação à inovação técnica da ACT e à possibilidade de conversão de seus conceitos para a Análise do Comportamento – já haviam sido expressas por Zamith e Nico (2012) ao se perguntarem sobre o desenvolvimento técnico e teórico da ACT:

(...) essas descobertas [da ACT] estão realmente produzindo novas práticas, estamos apenas sustentando práticas já desenvolvidas nas terapias cognitivas ou, o que talvez seja mais temerário, estamos desenvolvendo ou importando técnicas

de outras abordagens sem compreender os processos comportamentais que sustentam sua suposta eficácia? (Zamith & Nico, 2012, p. 12)

Uma forma mais otimista de olhar para a incorporação técnica da ACT pela TAC é se perguntar se não estamos diante de um desafio de interpretação teórico-conceitual que pode favorecer o desenvolvimento da prática psicoterápica baseada na Análise do Comportamento, de forma similar à análise que Guilhardi (2012) fez dos desafios que a terapia cognitiva trouxe para terapeutas analistas do comportamento. Esse desafio teria servido como uma operação motivadora para se avançar no entendimento dos componentes verbais envolvidos no processo terapêutico. Por exemplo, alguns exercícios de reinterpretação úteis de procedimentos da terapia cognitiva podem ser vistos em: (a) Zettle e Hayes (1992), com uma reinterpretação do modelo de psicopatologia e de procedimentos de reestruturação cognitiva em terapias cognitivas; e (b) em Medeiros e Medeiros (2012), com uma proposta bastante similar ao procedimento cognitivo de diálogo socrático.

Embora a incorporação dos procedimentos técnicos da ACT pela TAC seja uma possibilidade a ser considerada, não foi esse o movimento observado nos textos da TAC analisados. Em vez de uma assimilação técnica, notou-se a assimilação de termos e de explicações teóricas, como nas seguintes circunstâncias: uso da teoria de molduras relacionais para explicar regularidades funcionais na psicopatologia (Banaco et al., 2010) e no sofrimento psicológico (Kovac et al., 2009); e no uso do conceito “contexto de literalidade” (Kovac et al., 2009). Como foi visto, esse movimento de integração teórico-conceitual é particularmente problemático dadas as diferenças entre os posicionamentos filosóficos e científico-conceituais da ACT e da Análise do Comportamento. Para a TAC se manter fiel à Análise do Comportamento skinneriana, caso assim os seus proponentes o queiram, é necessário um posicionamento explícito

sobre a adequação dessa integração, incluindo uma análise crítica dos seus impactos na coerência dos modelos conceitual e filosófico basilares da TAC.

As conclusões desta tese devem considerar suas limitações, entre as quais se destacam: (a) foi analisado sistematicamente apenas o primeiro livro da ACT, seria importante a inclusão, principalmente, de obras mais recentes com vistas a verificar, sistematicamente, mudanças na forma dessa psicoterapia; (b) não foram analisados trabalhos de outros grupos brasileiros sobre TAC e a inclusão de outras terapias brasileiras baseadas na Análise do Comportamento, como é o caso da terapia por contingências de reforçamento (Guilhardi, 2004); (c) não foram incluídas outras psicoterapias de terceira onda americanas, como a psicoterapia analítica-funcional; (d) a ausência de um estudo sistemático da obra de Skinner para se entender o seu posicionamento frente às questões analisadas; (e) foram poucas as variáveis analisadas nos níveis filosófico e conceitual; exemplos de variáveis que não fizeram parte da análise foram: a questão do determinismo, o sistema ético, a questão da origem inata ou aprendida das capacidades humanas, os principais conceitos de aprendizagem utilizados e interpretações da linguagem e de eventos privados, como emoção ou pensamento; (f) ausência de investigações dos níveis metodológico e técnico, previstos por Hayes (1978), e das interrelações entre esses níveis não investigados e as variáveis investigadas neste trabalho. Estudos futuros deveriam superar essas limitações, ampliando o escopo, a validade, as interrelações e as possíveis generalizações dos resultados e conclusões apresentados.

## Referências

- A-Tjak, J. G. L., Davis, M. L., Morina, M., Powers, M. B., Smits, J. A. J., & Emmelkamp, P. M. G. (2015). A meta-analysis of the efficacy of acceptance and commitment therapy for clinically relevant mental and physical health problems. *Psychotherapy and Psychosomatics*, 84, 30–36. doi:10.1159/000365764
- Abib, J. A. D. (1999). Behaviorismo radical e discurso pós-moderno. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 15(3), 237-247. <https://doi.org/10.1590/S0102-37721999000300007>
- Abib, J. A. D. (2001a). Arqueologia do behaviorismo radical e o conceito de mente. Em H. J. Guilhardi, M. B. B. P. Madi, P. P. Queiroz, & M. C. Scoz (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 7. Expondo a variabilidade* (pp. 20–35). Santo André: ARBytos.
- Abib, J. A. D. (2001b). Behaviorismo radical como pragmatismo na epistemologia. Em H. J. Guilhardi, M. B. B. P. Madi, P. P. Queiroz & M. C. Scozs. (Orgs.) *Sobre comportamento e cognição: Vol. 8. Expondo a variabilidade* (pp. 140–142). Santo André: ESETec.
- Abib, J. A. D. (2004). O que é comportamentalismo? Em M. Z. S. Brandão, F. C. S. Conte, F. S. Brandão, Y. K. Ingberman, C. B. Moura, V. M. Silva, & S. M. Oliane (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 13. Contingências e metacontingências: Contextos sócioverbais e o comportamento do terapeuta*. (pp. 52–61). Santo André: ESETec.
- Abreu, P. R. (2006). Terapia analítico-comportamental da depressão: Uma antiga ou uma nova ciência aplicada? *Revista de Psiquiatria Clínica*, 33(6), 322–328. <https://doi.org/10.1590/S0101-60832006000600005>
- Abreu, P. R., & Abreu, J. H. dos S. S. (2015a). Terapia Comportamental Dialética: Um protocolo comportamental ou cognitivo? *Revista Brasileira de Terapia*



*Comportamental e Cognitiva*, 18(1), 45–58.

<https://doi.org/10.31505/rbtcc.v18i1.831>

Abreu, P. R., & Abreu, J. H. dos S. S. (2017). A quarta geração das terapias comportamentais. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 19(3), 190–211. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v19i3.1069>

Almeida, M. S., Runnacles, A. L. E. S., & Silveira, J. M. (2016). Treino de comportamentos de intimidade para terapeutas em processo de formação em Psicoterapia Analítica Funcional. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 7, 212–228. <http://dx.doi.org/10.18761/pac.2016.020>

Assaz, D. A. (2019). *Desfusão cognitiva na Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT): O processo de mudança clínica* (Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica). Universidade de São Paulo, São Paulo. Retirado de [https://www.researchgate.net/profile/Daniel-Assaz/publication/340163859\\_Desfusao\\_cognitiva\\_na\\_Terapia\\_de\\_Aceitacao\\_e\\_Compromisso\\_ACT\\_O\\_processo\\_de\\_mudanca\\_clinica/links/5e7b8ac3299bf1a91b77e9d8/Desfusao-cognitiva-na-Terapia-de-Aceitacao-e-Compromisso-ACT-O-processo-de-mudanca-clinica.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Daniel-Assaz/publication/340163859_Desfusao_cognitiva_na_Terapia_de_Aceitacao_e_Compromisso_ACT_O_processo_de_mudanca_clinica/links/5e7b8ac3299bf1a91b77e9d8/Desfusao-cognitiva-na-Terapia-de-Aceitacao-e-Compromisso-ACT-O-processo-de-mudanca-clinica.pdf)

Assaz, D. A., Kovac, R., Oshiro, C. K. B., Meyer, S. B. (2018). A terapia de aceitação e compromisso (ACT). Em A. E. A. Artúnez, & G. Safra (Orgs.), *Psicologia clínica: Da graduação a pós-graduação* (pp. 105–112). Rio de Janeiro: Atheneu.

Ayllon, T., & Michael, J. (1959). The psychiatric nurse as a behavioral engineer. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 4, 323–334. <https://doi.org/10.1901/jeab.1959.2-323>

- Baer, D. M., Wolf, M. M., & Risley, T. R. (1968). Some current dimensions of applied behavior analysis. *Journal of Applied Behavior Analysis, 1*, 91–97.  
doi:10.1901/jaba.1968.1-91
- Banaco, R. A., Zamignani, D. R., & Meyer, S. B. (2010). Função do comportamento e do DSM: Terapeutas analítico-comportamentais discutem a psicopatologia. Em E. Z. Tourinho, & S. V. Luna (Orgs.), *Análise do comportamento: Investigações históricas, conceituais e aplicadas* (pp. 175–191). São Paulo: Roca.
- Barbosa, J. I. C., & Borba, A. (2010). O surgimento das terapias cognitivo-comportamentais e suas consequências para o desenvolvimento de uma abordagem clínica analítico-comportamental dos eventos privados. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 12*(1-2), 60-79. Retirado de: [www.usp.br/rbtcc/index.php/RBTCC/article/download/416/310](http://www.usp.br/rbtcc/index.php/RBTCC/article/download/416/310)
- Barcellos, A., & Haydu, V. B. (1995). História da psicoterapia comportamental. Em B. P. Rangé (Org.), *Psicoterapia comportamental e cognitiva: Pesquisa, prática, aplicações e problemas* (pp. 43–53). Campinas: Editorial Psy.
- Barnes-Holmes, D. (2000). Behavioral pragmatism: No place for reality and truth. *The Behavior Analyst, 23*(2), 191–202. <https://doi.org/10.1007/BF03392010>
- Barnes-Holmes, D. (2005). Behavioral pragmatism is a-ontological, not antirealist: A reply to Tonneau. *Behavior and Philosophy, 33*, 67–79. Retirado de <http://www.jstor.org/stable/27759509>
- Barnes-Holmes, Y., Hussey, I., McEntegart, C., Barnes-Holmes, D., & Foody, M. (2016). Scientific ambition: The relationship between relational frame theory and middle-level terms in Acceptance and Commitment Therapy. Em R. D. Zettle, S. Hayes, D. Barnes-Holmes, & A. Biglan (Orgs.), *The Wiley handbook of contextual behavioral science* (pp. 365–382). London: Wiley.

- Barnes, D., & Roche, B. (1994). Mechanistic ontology and contextualistic epistemology: A contradiction within behavior analysis. *The Behavior Analyst*, 17(1), 165–168. <https://doi.org/10.1007/BF03392662>
- Barnes, D., & Roche, B. (1997). A behavior-analytic approach to behavioral reflexivity. *The Psychological Record*, 47, 543–572. <https://doi.org/10.1007/BF03395246>
- Batista, C. G., Ferrari, E. M., & Laloni, D. T. (2005). Luiz Otávio de Seixas Queiroz: Um pioneiro da Análise do Comportamento no Brasil. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 1, 269–273. <http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v1i2.794>
- Baum, W. M. (2006). *Compreender o behaviorismo: Comportamento, cultura e evolução* (2ª ed., M. T. A. Silva, M. A. Matos, & G. Y. Tomanari, Trans.). Porto Alegre: Artmed. (Originalmente publicada em 2005)
- Bazzo, R. F., & Carvalho Neto, M. B. (2003). Algumas possíveis relações entre as concepções de ciência de F. Bacon e B. F. Skinner. *Interação em Psicologia*, 7(2), 91–101. <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v7i2.3227>
- Beckert, M. (2002). Relação supervisor-supervisionando e a formação do terapeuta: Contribuições da Psicoterapia Analítico-Funcional (FAP). Em H. J. Guilhardi (Org.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 9. Psicologia comportamental e cognitiva: Contribuições para a construção da teoria do comportamento* (pp. 45-56). Santo André: ESETec.
- Biglan, A., Glasgow, R. E., & Singer, G. (1990). The need for a science of larger social units: A contextual approach. *Behavior Therapy*, 21, 195–215. [https://doi.org/10.1016/S0005-7894\(05\)80277-1](https://doi.org/10.1016/S0005-7894(05)80277-1)
- Biglan, A., & Hayes, S. C. (1996). Should the behavioral sciences become more pragmatic? The case for functional contextualism in research on human

behavior. *Applied & Preventive Psychology*, 5, 47–57.

[https://doi.org/10.1016/S0962-1849\(96\)80026-6](https://doi.org/10.1016/S0962-1849(96)80026-6)

Bim, N. R., & Almeida, J. H. (2019). Como a Teoria das Molduras Relacionais (RFT) transforma a clínica comportamental – estratégias recentes para aplicação. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 10(2), 294–304.

<https://doi.org/10.18761/PAC.2019.v10.n2.08>

Boavista, R. R. C. (2012). *Terapia de Aceitação e Compromisso: Mais uma possibilidade para a clínica*. Santo André: ESETec.

Brandão, M. Z. S. (1999a). Abordagem contextual na clínica psicológica: Revisão da ACT e proposta de atendimento. Em Kerbauy, R. R., & Wielenska, R. C. (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 4. Psicologia comportamental e cognitiva: Da reflexão teórica à diversidade da aplicação* (149–156). Santo André: ESETec.

Brandão, M. Z. S. (1999b). Terapia comportamental e análise funcional da relação terapêutica: Estratégias clínicas para lidar com comportamento de esquiva. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 1(2), 179–187. Retirado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-55451999000200007&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55451999000200007&lng=pt&tlng=pt)

Brandão, M. Z. S. (2001). Psicoterapia analítico funcional (FAP): Caracterização e estudo de caso. Em H. J. Guilhardi, M. B. B. P. Madi, P. P. Queiroz, & M. C. Scoz, (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 8. Expondo a variabilidade* (pp. 255–261). Santo André: Esetec.

Brandão, M. Z. S., & Silveira, J. M. (2004). Manejo de comportamentos clinicamente relevantes. Em C. N. Abreu, & H. J. Guilhardi (Orgs.), *Terapia comportamental e cognitivo-comportamental: Práticas clínicas* (pp. 194–204). São Paulo: Roca.

- Brum, E. H. M., Frizzo, G. B., Gomes, A. G., Silva, M. R., Souza, D. D., & Piccinini, C. A. (2012). Evolução dos modelos de pesquisa em psicoterapia. *Estudos em Psicologia*, 29(2), 259–269. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2012000200012>
- Burgos, J. E. (2004). Realism about behavior. *Behavior and Philosophy*, 32, 69–95. Retirado de <https://www.jstor.org/stable/27759472>
- Burgos, J. E. (2015). Antidualism and antimentalism in radical behaviorism. *Behavior and Philosophy*, 43, 1–37. Retirado de <https://www.jstor.org/stable/90011326>
- Burton, M. (1980). Relativism and the behavior of scientists. *Behaviorism*, 8(2), 113–122. <https://www.jstor.org/stable/27758958>
- Bush, A. M., Manos, R. C., Rusch, L. C., Bowe, W. M., & Kanter, J. W. (2010). FAP and Behavioral Activation (BA). Em J. W. Kanter, M. Tsai, & R. J. Kohlenberg (Orgs.), *The practice of Functional Analytic Psychotherapy* (pp. 65–82). New York: Plenum.
- Callaghan, G. M., & Darrow, S. M. (2015). The role of functional assessment in third wave behavioral interventions: Foundations and future directions for a fourth wave. *Current Opinion in Psychology*, 2, 60–64. <https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2014.12.005>
- Callaghan, G. M., Gregg, J. A., Marx, B. P., Kohlenberg, B. S., & Gifford, E. (2004). FACT: The utility of an integration of Functional Analytic Psychotherapy and Acceptance and Commitment Therapy to alleviate human suffering. *Psychotherapy: Theory, Research, Practice, Training*, 41(3), 197–207. <https://doi.org/10.1037/0033-3204.41.3.195>
- Carrara, K. (2001). Implicações do contextualismo pepperiano no behaviorismo radical: Alcance e limitações. Em H. J. Guilhardi, M. B. B. P. Madi, P. P. Queiroz, M. C.

- Scoz, & C. Amorim (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 8. Expondo a variabilidade* (pp. 205–212). Santo André: ESETec
- Carrara, K. (2004). Causalidade, relações funcionais e contextualismo: Algumas indagações a partir do behaviorismo radical. *Interações*, 9(17), 29–54. Retirado de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=35401703>
- Catania, A. C. (2011). On Baum's public claim that he has no significant private events. *The Behavior Analyst*, 34, 227–236. <https://doi.org/10.1007/BF03392254>
- Cavalcante, S. N., & Tourinho, E. Z. (2001). O que é contextualismo? Em R.C. Wielenska (Org.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 6. Questionando e ampliando a teoria e as intervenções clínicas em outros contextos* (pp. 17–26). Santo André: ESETec
- Chiesa, M. (2006). *Behaviorismo radical: A filosofia e a ciência*. Brasília, DF: IBAC. (Original publicado em 1994)
- Chiesa, M. (1998). Beyond mechanism and dualism: Rethinking the scientific foundations of psychology. *British Journal of Psychology*, 89, 353–370. <https://doi.org/10.1111/j.2044-8295.1998.tb02690.x>
- Conte, F. C. S. (2001). A Psicoterapia Analítica Funcional (FAP) e um sonho de criança. Em H. J. Guilhardi (Org.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 7. Expondo a variabilidade* (pp. 351–360). Santo André: ESETec.
- Conte, F. C. de S. (2008). O uso de Psicoterapia Analítico-Funcional em grupo (FAP) em grupos terapêuticos. Em M. Delitti, & P. Derdyk (Orgs.), *Terapia Analítico-Comportamental em Grupo* (pp. 127–156). Santo André: ESETec.
- Conte, F. C. S., & Brandão, M. Z. S. (1999). Psicoterapia Analítico-Funcional: A relação terapêutica e a análise comportamental clínica. Em R. R. Kerbauy, & R. C. Wielenska (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 4. Psicologia*

*comportamental e cognitiva: Da reflexão teórica à diversidade da aplicação*  
(pp. 134–148). Santo André: Esetec.

Cordova, J. V. (2001). Acceptance in behavior therapy: Understanding the process of change. *The Behavior Analyst, 24*(2), 213–226.

<https://doi.org/10.1007/BF03392032>

Cordova, J. V., & Scott, R. L. (2001). Intimacy: A behavioral interpretation. *The Behavior Analyst, 24*(1), 75–86. <https://doi.org/10.1007/BF03392020>

Costa, N. (2011). O surgimento de diferentes denominações para a terapia comportamental no Brasil. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 13*, 46–57. Retirado de

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-55452011000200005&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452011000200005&lng=pt&tlng=pt)

da Rocha, C. A. A., Leão M. F. F. C., & Laurenti, C. (2016). A reassessment of pragmatism in behavior analysis: II. The world views of behavior analysis. *Revista Mexicana de Análisis de la Conducta, 42*(3), 260–274.

<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=593/59350520004>

Darrow, S. M., & Follette, W. C. (2014). Where's the beef?: Reply to Kanter, Holman, and Wilson. *Journal of Contextual Behavioral Science, 3*(4), 265–268.

<https://doi.org/10.1016/j.jcbs.2014.08.007>

Day, W. F. (1983). On the difference between radical and methodological behaviorism. *Behaviorism, 11*, 89–102. Retirado de <https://www.jstor.org/stable/27759016>

Del Prette, G. (2015). O que é psicoterapia analítico-funcional e como ela é aplicada? Em P. Lucena-Santos, J. Pinto-Gouveia, & M. S. Oliveira (Orgs), *Terapias comportamentais de terceira geração* (pp. 310–342). Novo Hamburgo: Sinopsys.

- Delprato, D. J. (1993). Behavior analysis and S. C. Pepper's other mechanism. *The Behavior Analyst, 16*, 51–53. <https://doi.org/10.1007/BF03392609>
- Dimidjian, S., Hollon, S. D., Dobson, K. S., Schmalings, K. B., Kohlenberg, R., Addis, M., ... Jacobson, N. S. (2006). Randomized trial of behavioral activation, cognitive therapy, and antidepressant medication in the acute treatment of adults with major depression. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 74*, 658–670. <https://doi.org/10.1037/0022-006X.74.4.658>
- Donahoe, J. W. (1993). The unconventional wisdom of B. F. Skinner: The analysis-interpretation distinction. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior, 60*(2), 453–456. <https://doi.org/10.1901/jeab.1993.60-453>
- Donahoe, J. W. (1998). Interpreting verbal behavior. *The Analysis of Verbal Behavior, 15*, 107–112. <https://doi.org/10.1007/BF03392929>
- Donahoe, J. W. (2004). Interpretation and experimental-analysis: An underappreciated distinction. *European Journal of Behavior Analysis, 5*, 83–89. <https://doi.org/10.1080/15021149.2004.10446387>
- Donahoe, J. W., & Palmer, D. C. (1989). The interpretation of complex human behavior: Some reactions to Parallel Distributed Processing, edited by J. L. McClelland, D. E. Rumelhart, and the PDP research group. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior, 51*(3), 399–416. <https://doi.org/10.1901/jeab.1989.51-399>
- Donahoe, J. W., & Palmer, D. C. (1994). *Learning and complex behavior*. Boston: Allyn & Bacon.
- Dougher, M. J. (2002). This is not B. F. Skinner's behavior analysis: A review of Hayes, Strosahl, and Wilson's Acceptance and Commitment Therapy. *Journal of*



*Applied Behavior Analysis*, 32, 323–336. <https://doi.org/10.1901/jaba.2002.35-323>

- Dougher, M. J., & Hayes, S. C. (2000). Clinical behavior analysis. Em M. J. Dougher (Org.), *Clinical Behavior Analysis* (pp. 11–26). Reno: Context Press.
- Fallon, D. (1992). An existential look at B. F. Skinner. *American Psychologist*, 47(11), 1433–1440. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.47.11.1433>
- Ferster, C. B. (2008). Psicoterapia do ponto de vista de um comportamentalista (R. R. Kerbauy, & D. G. Souza, Trads.). *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 3(1), 121–144. Retirado de <https://periodicos.ufpa.br/index.php/rebac/article/viewFile/828/1173>
- Flanagan, O. J., Jr. (1980). Skinnerian metaphysics and the problem of operationism. *Behaviorism*, 8(1), 1–13. Retirado de <https://www.jstor.org/stable/27758948>
- Ferreira, T. A. F., Simões, A. F., Ferreira, A. F., & dos Santos, B. O. F. (2020). What are values in clinical behavior analysis? *Perspectives on Behavior Science*, 43, 187–198. <https://doi.org/10.1007/s40614-019-00219-w>
- Follette, W. C., Naugle, A. E., & Linnerooth, P. J. N. (2000). Functional alternatives to traditional assessment and diagnosis. Em M. J. Dougher (Org.), *Clinical behavior analysis* (pp. 99–125). Reno: Context.
- Friary, V. (2015). Aplicabilidade da terapia de aceitação e compromisso. Em P. Lucena-Santo, J. Pinto-Gouveia, & M. S. Oliveira (Orgs.), *Terapias comportamentais de terceira geração* (pp. 217–249). Novo Hamburgo: Sinopsys.
- Friman, P. S., Hayes, S. C., & Wilson, K. G. (1998). Why behavior analysts should study emotion: The example of anxiety. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 31(1), 137–156. <https://doi.org/10.1901/jaba.1998.31-137>

- Friman, P. S., Wilson, K. G., & Hayes, S. C. (1998). Behavior Analysis of private events is possible, progressive, and nondualistic: A response to Lamal. *Journal of applied Behavior Analysis*, 31(4), 707–708.  
<https://doi.org/10.1901/jaba.1998.31-707>
- Fukahori, L., Silveira, J. M., & Costa, C. E. (2005). Exibicionismo e procedimentos baseados na Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT): Um relato de caso. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 7(1), 67–76.  
Retirado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-55452005000100008&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452005000100008&lng=pt&tlng=pt)
- Fuller, P. R. (1949). Operant conditioning of a vegetative human organism. *The American Journal of Psychology*, 62(4), 587–590.  
<https://doi.org/10.2307/1418565>
- Gifford, E. V., & Hayes, S. C. (1999). Functional contextualism: A pragmatic philosophy for behavioral science. Em W. O'Donohue, & R. Kitchener (Orgs.), *Handbook of behaviorism* (pp. 285–327). San Diego: Academic Press.  
<https://doi.org/10.1016/B978-012524190-8/50012-7>
- Glenn, S. (1983). Maladaptive functional relations in client verbal behavior. *The Behavior Analyst*, 6, 47–56. <https://doi.org/10.1007/BF03391873>
- Goldiamond, I (1974). Toward a constructional approach to social problem: Ethical and constitutional issues raised by applied behavior analysis. *Behaviorism*, 2, 1–84.  
Retirado de <https://www.jstor.org/stable/27758809>
- Gortner, E. T., Gollan, J. K., Jacobson, N. S., & Dobson, K. S. (1998). Cognitive-behavioral treatment for depression: Relapse prevention. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 66(2), 337–384.

- Guilhardi, H. J. (1982). A formação do terapeuta comportamental. Que formação?  
Manuscrito não publicado. Versão revista e ampliada de um trabalho  
apresentado pelo autor no XII Simpósio Internacional sobre Modificação de  
Comportamento em Ribeirão Preto, SP. Retirado de  
[https://itrcampinas.com.br/pdf/helio/formacao\\_terapeuta\\_comport.pdf](https://itrcampinas.com.br/pdf/helio/formacao_terapeuta_comport.pdf)
- Guilhardi, H. J. (2004). Terapia por Contingências de Reforçamento. Em C. N. de  
Abreu & H. J. Guilhardi (Orgs.), *Terapia comportamental e cognitivo-  
comportamental: Práticas clínicas* (pp. 3–40). São Paulo: Roca.
- Guilhardi, H. J. (2009). Terapia por Contingências de Reforçamento (TCR). Manuscrito  
não publicado. Retirado de  
[http://www.terapiaporcontingencias.com.br/pdf/helio/Terapia\\_reforcamento2009  
.pdf](http://www.terapiaporcontingencias.com.br/pdf/helio/Terapia_reforcamento2009.pdf)
- Guilhardi, H. J. (2012). Considerações conceituais e históricas sobre a terceira onda no  
Brasil. Manuscrito não publicado. Trabalho apresentado no XXI Encontro da  
ABPMC. Retirado de: <https://itrcampinas.com.br/txt/terceiraonda.pdf>
- Guilhardi, H. J., & Cesar, J. (2001). Discussão de caso clínico: A proposta da terapia  
por contingências. Em H. J. Guilhardi; M. B. B. P. Madi; P. P. Queiroz, & M. C.  
Scoz (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 8. Expondo a variabilidade*  
(pp. 269–297). Santo André: ESETec Editores Associados.
- Guinther, P. M., & Dougher, M. J. (2013). From behavioral research to clinical therapy.  
Em G. J. Madden (Org.), *APA handbook of Behavior Analysis: Vol. 2.  
Translating principles into practice* (pp. 3–32). Washington: APA.
- Hackenberg, T. D. (2009). Realism without truth: A review of Giere's science without  
laws and scientific perspectivism. *Journal of the Experimental Analysis of  
Behavior*, 91(3), 391–402. <https://doi.org/10.1901/jeab.2009.91-391>

- Hamilton, S. A. (1988). Behavioral formulations of verbal behavior in psychotherapy. *Clinical Psychology Review*, 8, 181–193. [https://doi.org/10.1016/0272-7358\(88\)90058-X](https://doi.org/10.1016/0272-7358(88)90058-X)
- Hartmann, A. V. B., Oshiro, C. K. B., & Vartanian, J. E. (2018). Psicoterapia Analítica Funcional (FAP): Mudança clínica evocada e modelada pela vivência terapêutica. Em A. E. A. Artúnez, & G. Safra (Orgs.), *Psicologia clínica: Da graduação a pós-graduação* (pp. 87–94). Rio de Janeiro: Atheneu.
- Hayes, S. C. (1978). Theory and technology in Behavior Analysis. *Behavior Analyst*, 1, 25–33. <https://doi.org/10.1007/BF03392370>
- Hayes, S. C. (1984). Making sense of spirituality. *Behaviorism*, 12, 99–110. Retirado de <https://www.jstor.org/stable/27759047>
- Hayes, S. C. (1987). Um enfoque contextual para a mudança terapêutica (A. C. B. Barcellos & V. B. Haydu, Trans.). Em N. Jacobson (Org.), *Psychotherapists in clinical practice: Cognitive and behavioral perspectives* (pp. 1–54). New York: Guilford.
- Hayes, S. C. (1993). Analytic goals and the varieties of scientific contextualism. Em S. C. Hayes, L. J. Hayes, H. W. Reese, & T. R. Sarbin (Orgs.), *Varieties of scientific contextualism* (pp. 11–27). Reno, NV: Context Press.
- Hayes, S. C. (1997). Behavioral epistemology includes nonverbal knowing. Em L. J. Hayes, & P. M. Ghezzi (Orgs.), *Investigations in behavioral epistemology* (pp. 35–43). Reno, NV: Context Press.
- Hayes, S. C. (2004a). Acceptance and Commitment Therapy, relational frame theory, and the third wave of behavior therapy. *Behavior Therapy*, 35, 639–665. [https://doi.org/10.1016/S0005-7894\(04\)80013-3](https://doi.org/10.1016/S0005-7894(04)80013-3)

- Hayes, S. C. (2004b). Falsification and the protective belt surrounding entity-postulating theories. *Journal of Applied and Preventive Psychology, 11*, 35–37.  
<https://doi.org/10.1016/j.appsy.2004.02.004>
- Hayes S. C. (2016). *The ACT in context: The canonical papers of Steven C. Hayes*. New York/London: Routledge.
- Hayes S. C., Barnes-Holmes, D., & Roche, B. (2001). *Relational frame theory: A post-Skinnerian account of human language and cognition*. New York: Kluwer Academic/Plenum.
- Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D., & Wilson, K. G. (2012). Contextual behavioral science: Creating a science more adequate to the challenge of the human condition. *Journal of Contextual Behavioral Science, 1*, 1–16.  
<https://doi.org/10.1016/j.jcbs.2012.09.004>
- Hayes, S. C., & Brownstein, A. J. (1986). Mentalism, behavior-behavior relationships and a behavior analytic view of the purposes of science. *The Behavior Analyst, 9*(2), 175–190. <https://doi.org/10.1007/BF03391944>
- Hayes, S. C., Fox, E., Gifford, E. V., Wilson, K. G., Barnes-Holmes, D., & Healy, O. (2001). Derived relational responding as learned behavior. In S. C. Hayes, D. Barnes-Holmes, & B. Roche (Eds.), *Relational frame theory: A post-Skinnerian account of human language and cognition* (pp. 21–49). New York, NY: Kluwer.
- Hayes, S. C., & Hayes, L. J. (1992a). Some clinical implications of contextualistic behaviorism: The example of cognition. *Behavior Therapy, 23*, 225–249.  
[https://doi.org/10.1016/S0005-7894\(05\)80383-1](https://doi.org/10.1016/S0005-7894(05)80383-1)
- Hayes, S. C., & Hayes, L. J. (1992b). Verbal relations and the evolution of Behavior Analysis. *American Psychologist, 47*(11), 1383–1395.  
<https://doi.org/10.1037/0003-066X.47.11.1383>

- Hayes, S. C., Hayes, L. J., & Reese, H. W. (1988). Finding the philosophical core: A review of Stephen C. Pepper's *World Hypotheses: A Study in Evidence*. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, *50*, 97–111.  
<https://doi.org/10.1901/jeab.1988.50-97>
- Hayes, C. S., Hofmann, S. G., Stanton, C. E., Carpenter, J. K., Sanford, B. T., Curtiss, J. E., & Ciarrochi, J. (2019). The role of individual in the coming era of process-based therapy. *Behavior Research and Therapy*, *117*, 40–53.  
<https://doi.org/10.1016/j.brat.2018.10.005>
- Hayes, S. C., Kohlenberg, B. S., & Melancon, S. M. (1989). Avoiding and altering rule-control as a strategy of clinical intervention. Em S. C. Hayes (Org.), *Rule-governed behavior: Cognition, contingencies, and instructional control* (pp. 359–385). New York: Plenum Press.
- Hayes, S. C., Levin, M. E., Plumb-Viladarga, J., Villatte, J. L., & Pistorello, J. (2013). Acceptance and Commitment Therapy and Contextual Behavioral Sciences: Examining the progress of a distinctive model of behavioral and cognitive therapy. *Behavior Therapy*, *44*(2), 180–198.  
<https://doi.org/10.1016/j.beth.2009.08.002>
- Hayes, S. C., Luoma, J. B., Bond, F. W., Masuda, A., & Lillis, J. (2006). Acceptance and Commitment Therapy: Model, processes and outcomes. *Behaviour Research and Therapy*, *44*, 1–25. <https://doi.org/10.1016/j.brat.2005.06.006>
- Hayes, S. C., Pistorello, J., & Biglan, A. (2008). Terapia de Aceitação e Compromisso: Modelo, dados e extensão para a prevenção de suicídio. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, *10*(1), 81–104. Retirado de  
[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-55452008000100008](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452008000100008)

- Hayes, S. C., & Plumb, J. C. (2007). Mindfulness from the bottom up: Providing an inductive framework for understanding mindfulness processes and their application to human suffering. *Psychological Inquiry*, 18(4), 242–248. <https://doi.org/10.1080/10478400701598314>
- Hayes, S. C., & Strosahl, K. D. (2004). *A practical guide to Acceptance and Commitment Therapy*. New York, NY: Springer
- Hayes, S. C., Strosahl, K. D., & Wilson, K. G. (1999). *Acceptance and Commitment Therapy: An experiential approach to behavior change*. New York: The Guilford Press.
- Hayes, S. C., Wilson, K. W., Gifford, E. V., Follette, V. M., & Strosahl, K. (1996). Experiential avoidance and behavioral disorders: A functional dimensional approach to diagnosis and treatment. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 64, 1152–1168. <https://doi.org/10.1037/0022-006X.64.6.1152>
- Hineline, P. N. (2011). Private versus inner in multiscaled interpretation. *The Behavior Analyst*, 34, 221–226. <https://doi.org/10.1007/BF03392253>
- Holland, J. G. & Skinner, B. F. (1975). Objetivos e técnicas da ciência. Em J. G. Holland, & B. F. Skinner (Orgs.), *A Análise do Comportamento: Um programa de autoinstrução* (pp. 276–280, R. Azzi, Trad.). São Paulo: EPU. (Trabalho original publicado em 1961)
- Hubner, M. M. C., & M. B. Moreira (2012). *Temas clássicos da psicologia sob a ótica da Análise do Comportamento*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Iwata, B. A., Dorsey, M., Slifer, K. J., Bauman, K. E., & Richman, G. S. (1982). Toward a functional analysis of self-injury. *Analysis and Intervention in Developmental Disabilities*, 2(1), 1–20. [https://doi.org/10.1016/0270-4684\(82\)90003-9](https://doi.org/10.1016/0270-4684(82)90003-9)

- Ingberman, Y. K. (2014). A psicoterapia comportamental dialética (DBT) e sua inclusão nas psicoterapias comportamentais da terceira onda. Em V. B. Haydu, S. A. Fornazari, & C. R. Estanislau (Orgs.), *Psicologia e Análise do Comportamento: Conceituações e aplicações à educação saúde e clínica* (pp. 379–392). Londrina: UEL.
- Jacobson, N. S., & Christensen, A. (1996). *Integrative Couple Therapy: Promoting acceptance and change*. Nueva York: Norton.
- Jacobson, N. S., Dobson, K. T., Traux, P. T., Addis, M. E., Koemer, K., Gollan, J. K., ... Prince, S. E. (1996). A component analysis of cognitive-behavioral treatment for depression. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, *64*(2), 295–304. <https://doi.org/10.1037/0022-006X.64.2.295>
- Johnston, J. M., & Pennypacker, H. S. (2009). *Strategies and tactics of behavioral research* (3ª ed.). New York: Routledge.
- Kabat-Zinn, J. (1982). An outpatient program in behavioral medicine for chronic pain patients based on the practice of mindfulness meditation: Theoretical considerations and preliminary results. *General Hospital Psychiatry*, *4*, 33–47. [https://doi.org/10.1016/0163-8343\(82\)90026-3](https://doi.org/10.1016/0163-8343(82)90026-3)
- Kanter, J. W., Holman, G., & Wilson, K. G. (2014). Where is the love? Contextual Behavioral Science and Behavior Analysis. *Journal of Contextual Behavioral Science*, *3*(2), 69–73. <https://doi.org/10.1016/j.jcbs.2014.02.001>
- Kanter, J. W., Manos, R. C., Busch, A. M., & Rusch, L. C. (2008). Making behavioral activation more behavioral. *Behavior modification*, *32*(6), 780–803. <https://doi.org/10.1177/0145445508317265>
- Kanter, J. W., Manbeck, K. E., Kuczynski, A. M., Maitland, D. W. M., Villas-Boas, A., & Ortega, M. A. R. (2017). A comprehensive review of research on Functional



Analytic Psychotherapy. *Clinical Psychology Review*, 58, 141–156.

<http://dx.doi.org/10.1016/j.cpr.2017.09.010>

Keat, R. (1972). A critical examination of B. F. Skinner's objections to mentalism.

*Behaviorism*, 1(1), 53–70. <https://www.jstor.org/stable/27758792>

Kerbauy, R. R. (2002). Contribuição da FAP e pontos a esclarecer. Em H. J. Guilhardi (Org.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 10. Psicologia comportamental e cognitiva: Contribuições para a construção da teoria do comportamento* (pp. 281–283). Santo André: ESETec.

Knapp, P., & Beck, A. T. (2008). Fundamentos, modelos conceituais, aplicações e pesquisa da Terapia Cognitiva. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 30(2), 54–64.

<https://doi.org/10.1590/S1516-44462008000600002>

Kohlenberg, R. J., Bolling, M. Y., Kanter, J. W., & Parker, C. R. (2002). CBA Where it went wrong, how it was made good again, and why its future is so bright. *The Behavior Analysis Today*, 3(3), 248–253. <http://dx.doi.org/10.1037/h0099988>

Kohlenberg, R. J., & Callaghan, G. M. (2010). FAP and Acceptance Commitment Therapy (ACT): Similarities, divergence, and integration. Em J. W. Kanter, M. Tsai, & R. J. Kohlenberg (Orgs.), *The practice of Functional Analytic Psychotherapy* (pp 31–46). New York: Plenum.

Kohlenberg, R. J., Hayes, S. C., & Tsai, M. (1993). Radical behavioral psychotherapy: Two contemporary examples. *Clinical Psychology Review*, 13, 579–592.

[https://doi.org/10.1016/0272-7358\(93\)90047-P](https://doi.org/10.1016/0272-7358(93)90047-P)

Kohlenberg, R. J., & Tsai, M. (1987). Functional Analytic Psychotherapy. Em N. S. Jacobson (Org.), *Psychotherapists in clinical practice: Cognitive and behavioral perspectives* (pp. 388–443). New York: Guilford.

- Kohlenberg, R. J., & Tsai, M. (2006). Psicoterapia Analítica-Funcional: Criando relações terapêuticas intensas e curativas (R. R. Kerbauy et al., Trad.). Santos André: ESETec. (originalmente publicado em 1991)
- Kohlenberg, R. J., Tsai, M., & Dougher, M. J. (1993). The dimensions of clinical behavior analysis. *The Behavior Analyst*, *16*, 271–282.  
<https://doi.org/10.1007/BF03392636>
- Kohlenberg, R. J., Tsai, M., Ferro-García, R., Valero-Aguayo, L., Fernández-Parra, A., & Virués-Ortega, J. (2005). Psicoterapia Analítico-Funcional y Terapia de Aceptación y Compromiso: Teoría, aplicaciones y continuidad con el Análisis del Comportamiento. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, *5*, 349–371. Retirado de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=33750209>
- Kovac, R., Zamignani, D. R., & Avanzi, A. L. (2009). Análise do comportamento verbal relacional e algumas implicações para a clínica analítico-comportamental. Em R. C. Wielenska (Org.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 24. Desafios, soluções e questionamentos* (pp. 314–324). Santo André: ESETec
- Krägeloh, C. U. (2006). Pragmatism and a-ontologicalism in a science of behavior. *The Behavior Analyst Today*, *7*(3), 325–334. <http://dx.doi.org/10.1037/h0100156>
- Krasner, L. (1990). History of behavior modification. Em A. S. Bellack, M. Hersen, & A. E. Kazdin (Orgs.), *International handbook of behavior modification and therapy* (2ª ed., pp. 3–25). Nova York: Plenum Press.
- Lamal, P. A. (1983). A cogent critique of epistemology leaves radical behaviorism unscathed. *Behaviorism*, *11*, 103–109. Retirado de <https://www.jstor.org/stable/27759017>

- Lamal, P. A. (1998). Advancing backwards. *Journal of applied Behavior Analysis*, 31(4), 705–706. <https://doi.org/10.1901/jaba.1998.31-705>
- Lattal, K. A., & Laipple, J. S. (2003). Pragmatism and Behavior Analysis. Em Lattal K. A., & Chase P. N. (Orgs.), *Behavior theory and philosophy* (pp. 41–61). Boston: Springer. [https://doi.org/10.1007/978-1-4757-4590-0\\_3](https://doi.org/10.1007/978-1-4757-4590-0_3)
- Laurenti, C. (2008). Determinismo, probabilidade e Análise do Comportamento. *Temas em Psicologia*, 16(2), 171–183. Retirado em <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=513751432003>
- Laurenti, C. (2012). O lugar da Análise do Comportamento no debate científico. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(3), 367–376. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722012000300012>
- Laurenti, C., & Lopes, C. E. (2008). Uma explicação não causal do comportamento no behaviorismo radical. *Acta Comportamentalia*, 16(3), 379–397. Retirado de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=274520180006>
- Leão, M. F. F. C., da Rocha, C. A. A., & Laurenti, C. (2016). A reassessment of pragmatism in behavior analysis: I. The theory of truth. *Revista Mexicana de Análisis de la Conducta*, 42(1), 87–104. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=59346496006>
- Leigland, S. (1999). Pragmatism, science and society: A review of Richard Rorty's objectivity, relativism, and truth: Philosophical papers (Vol. 1). *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 71, 483–500. <https://doi.org/10.1901/jeab.1999.71-483>
- Leigland, S. (2004). Pragmatism and radical behaviorism: comments on Malone (2001). *Behavior and Philosophy*, 32, 305–312. Retirado de <https://www.jstor.org/stable/27759488>

- Leonardi, J. L. (2015). O lugar da Terapia Analítico-Comportamental no cenário internacional das terapias comportamentais: Um panorama histórico. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 6, 119–131.  
<https://doi.org/10.18761/pac.2015.027>
- Leonardi, J. L. (2017a). Métodos de pesquisa para o estabelecimento da eficácia das psicoterapias. *Interação em Psicologia*, 21(3), 176–186.  
<http://dx.doi.org/10.5380/psi.v21i3.54757>
- Leonardi, J. L. (2017b). Reflexões sobre a terapia analítico-comportamental no contexto da prática baseada em evidências e possibilidades de atuação em análise do comportamento clínica. *ACTA Comportamentalia*, 25, 215–230. Retirado de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=274551146005>
- Leonardi, J. L., & Velasco, S. M. (2018). Bases filosóficas da Análise do Comportamento e o desenvolvimento das terapias comportamentais. Em A. E. A. Antúnez, & G. Safra. (Orgs.), *Psicologia clínica: Da graduação à pós-graduação* (pp. 71–77). São Paulo: Atheneu.
- Lepienski, A. F., & Silveira, J. M. (2017). Relações entre uma supervisão em psicoterapia analítica funcional e as respostas de uma terapeuta e sua cliente em sessão. *Acta Comportamentalia*, 25(3), 347–363. Retirado de: <http://www;redalyc.org/articulo.oa?id=274552568004>
- Linehan, M. M. (1984). *Dialectical Behavior Therapy for treatment of parasuicidal women: Treatment manual*. Seattle: University of Whashington.
- Linehan, M. M. (1987). Dialectical Behavior Therapy for Borderline personality disorder: theory and method. *Bulletin of the Menninger Clinic*, 51, 261–276.
- Linehan, M. M. (1993). *Cognitive-behavioral treatment of Borderline personality disorder*. Nueva York: Guilford Press.

- Longmore, J. L., & Worrell, M. (2007). Do we need to challenge thoughts in cognitive behavior therapy? *Clinical Psychology Review*, 27, 173–187.  
<https://doi.org/10.1016/j.cpr.2006.08.001>
- Lucena-Santos, P., Pinto-Gouveia, J., & Oliveira, M. S. (2015). Primeira, segunda e terceira geração de terapias comportamentais. Em P. Lucena-Santo, J. Pinto-Gouveia, & M. S. Oliveira (Orgs.), *Terapias comportamentais de terceira geração* (pp. 29–58). Novo Hamburgo: Sinopsys.
- Malavazzi, D. M. (2018). *Interpretação: Objetivo e método na ciência de B. F. Skinner* (Tese de doutorado, Psicologia Experimental: Análise do Comportamento). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Retirado de <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21194>
- Malone, J. C. (2001). Ontology recapitulates philology: Willard Quine, pragmatism, and radical behaviorism. *Behavior and Philosophy*, 29, 63–74. Retirado de <https://www.jstor.org/stable/27759418>
- Marçal, J. V. S. (2010). Behaviorismo radical e prática clínica. Em A. K. C. R. de Farias (Org.), *Análise comportamental clínica: Aspectos teóricos e estudo de caso* (pp. 30–43). Porto Alegre: Artmed.
- Marçal, J. V., & Dutra, A. (2010). Terapia Molar e de Autoconhecimento. Uma proposta analítico-comportamental. Mini-curso ministrado no XIX Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental, Campos do Jordão, SP.
- Marr, M. J. (1993). Contextualistic mechanism or mechanistic contextualism? The straw machine as tar baby. *The Behavior Analyst*, 16(1), 59–65.  
<https://doi.org/10.1007/BF03392611>
- Marr, M. J. (2011). Has radical behaviorism lost its right to privacy? *The Behavior Analyst*, 34(2), 213–219. <https://doi.org/10.1007/BF03392252>

- Martell, C. R., Addis, M. E., & Jacobson, N. S. (2001). *Depression in context: Strategies for guided action*. Nueva York: Norton.
- Martin, G., & Pear, J. (2009). *Modificação do comportamento: O que é e como fazer* (8ª ed.). São Paulo: Roca. (Originalmente publicado em 2007)
- Martins, M. A., & Vandenberghe, L. (2006). Psicoterapia no tratamento da fibromialgia: Mesclando FAP e ACT. Em J. Guilhardi, & N. C. Aguirre (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 16. Expondo a variabilidade* (pp. 238–248). Santo André: ESETec.
- Marx, M. H., & Hillix, W. A. (2004). *Sistemas e teorias em psicologia* (15ª ed., A. Cabral, Trad.). São Paulo: Cultrix. (Texto originalmente publicado em 1963)
- Matos, M. A. (1999). O behaviorismo metodológico e suas relações com o mentalismo e o behaviorismo radical. Em R. A. Banaco (Org.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 1. Aspectos teóricos, metodológicos e de formação em Análise do Comportamento e terapia cognitivista* (2ª ed. revisada, pp. 54–67). São Paulo: Arbytes.
- McEnteggart, C., Barnes-Holmes, Y., Hussey, I., & Barnes-Holmes, D. (2015). The ties between a basic science of language and cognition and its clinical applications. *Current Opinion in Psychology*, 2, 56–59.  
<https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2014.11.017>
- Medeiros, C. A., & Medeiros, N. N. F. A. (2012). Psicoterapia Comportamental Pragmática. Em C. V. B. B. Pessoa, C. E. Costa, & M. F. Benvenuti (Orgs.), *Comportamento em foco* (Vol. 1, pp. 417–436). São Paulo: Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental – ABPMC.

- Meyer, S. B. (1995). Quais os requisitos para que uma terapia seja considerada comportamental? Revisão do texto apresentado no IV Encontro Paraense de Psicologia em 1990, Curitiba: Paraná.
- Meyer, S. B., Del Prette, G., Zamignani, D. R., Banaco, R. A., Neno, S., & Tourinho, E. Z. (2010). Análise do Comportamento e Terapia Analítico-Comportamental. Em E. Z. Tourinho, & S. V. Luna (Orgs.), *Análise do comportamento: investigações históricas, conceituais e aplicadas* (pp. 153–174). São Paulo: Roca.
- Meyer, S. B., Leonardi, J. L., & Oshiro, C. K. B. (2018). A Terapia Analítico-Comportamental (TAC). Em A. E. A. Antunéz, & G. Safra (Orgs.), *Psicologia clínica: Da graduação a pós-graduação* (pp. 79–85). Rio de Janeiro: Atheneu.
- Meyer, S. B., Oshiro, C., Donadone, J. C., Mayer, J. C. F., & Starling, R. (2008). Subsídios da obra “Comportamento Verbal” de B. F. Skinner para a Terapia Analítico-Comportamental. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 10(1), 105–118. Retirado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-55452008000100009&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452008000100009&lng=pt&tlng=pt)
- Meyer, S. B., Villas-Bôas, A., Franceschini, A. C. T., Oshiro, C. K. B., Kameyama, M., Rossi, P. R., & Mangabeira, V. (2015). *Terapia Analítico-Comportamental: Relato de casos e de análises*. São Paulo, SP: Paradigma.
- Micheletto, N. (2001). A história da prática do analista do comportamento: Esboço de uma trajetória. Em H. J. Guilhardi (Org.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 8. Expondo a variabilidade* (pp. 172–189). Santo André: ESETec Editores Associados.

- Moore, J. (1985). Some historical and conceptual relations among logical positivism, operationism, and behaviorism. *The Behavior Analyst*, 8(1), 53–63.  
<https://doi.org/10.1007/BF03391912>
- Moore, J. (1987). The roots of the family tree: a review of four books on the history and nature of behaviorism. *The Psychological Record*, 37, 449–470.  
<https://doi.org/10.1007/BF03394993>
- Moore, J. (2001). On psychological terms that appeal to the mental. *Behavior and Philosophy*, 29, 167–186. Retirado de <https://www.jstor.org/stable/27759426>
- Moore, J. (2005). Some historical and conceptual background to the development of B.F. Skinner's "radical behaviorism" — Part 2. *The Journal of Mind and Behavior*, 26(1/2), 95–123. Retirado de <https://www.jstor.org/stable/43854054>
- Moore, J. (2008). *Conceptual foundations of radical behaviorism*. New York: Sloan Publishing.
- Moore, J. (2010). Behaviorism and the stages of scientific activity. *The Behavior Analyst*, 33(1), 47–63. <https://doi.org/10.1007/BF03392203>
- Moore, J. (2017). Uma comparação de práticas explanatórias do mentalismo e das Análise do Comportamento (M. C. Silveira, & C. A. A. da Rocha, Trans.). *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 13(2), 74–80.  
<https://doi.org/10.18542/rebac.v13i2.5909>
- Morris, E. K. (1988). Contextualism: The world view of behavior analysis. *Journal of Experimental Child Psychology*, 46, 289–323. [https://doi.org/10.1016/0022-0965\(88\)90063-X](https://doi.org/10.1016/0022-0965(88)90063-X)
- Morris, E. K. (1992). The aim, progress, and evolution of behavior analysis. *The Behavior Analyst*, 15, 3–29. <https://doi.org/10.1007/BF03392582>



- Morris, E. K. (1993). Mechanism and contextualism in behavior analysis: Just some observations. *The Behavior Analyst, 16*(2), 255–268.  
<https://doi.org/10.1007/BF03392634>
- Morris, E. K. (1997). Some reflections on contextualism, mechanism and Behavior Analysis. *The Psychological Record, 47*, 529–642.  
<https://doi.org/10.1007/BF03395245>
- Moxley, R. A. (1999). The two Skinners, modern and postmodern. *Behavior and Philosophy, 27*, 97–125. Retirado de <https://www.jstor.org/stable/27759395>
- Moxley, R. A. (2002). Some more similarities between Peirce and Skinner. *The Behavior Analyst, 25*(2), 201–214. <https://doi.org/10.1007/BF03392058>
- Moxley, R. A. (2003). Some early similarities and later differences between Bertrand Russell and B. F. Skinner. *The Behavior Analyst, 26*, 111–130.  
<https://doi.org/10.1007/BF03392070>
- Moxley, R. A. (2004). Pragmatic selectionism: The philosophy of behavior analysis. *The Behavior Analyst Today, 5*(1), 108–125. <http://dx.doi.org/10.1037/h0100137>
- Muñoz-Martínez, A. M., & Follette, W. C. (2019). When love is not enough: The case of therapeutic love as a middle-level term in Functional Analytic Psychotherapy. *Behavior Analysis: Research and Practice, 19*(1), 103–113.  
<http://dx.doi.org/10.1037/bar0000141>
- Otero, V. R. L., & Ingberman, Y. K. (2004). Terapia comportamental de casais: Da teoria à prática. Em M. Z. Brandão, F. C. Conte, F. Brandão, Y. K. Ingberman, V. L. M. Silva, & S. M. Oliani (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 13. Contingências e metacontingências: Contextos socioverbais e o comportamento do terapeuta* (pp. 363–373). Santo André: ESEtec.

- Palmer, D. C. (1991). A behavioral interpretation of memory. Em L. J. Hayes, & P. N. Chase (Orgs.), *Dialogues on verbal behavior* (pp. 261–279). Reno: Context Press.
- Palmer, D. C. (2003). Cognition. Em K. A. Lattal, & P. N. Chase (Orgs.), *Behavior theory and philosophy* (pp. 167–185). New York: Springer et al..
- Palmer, D. C. (2006). On Chomsky's appraisal of Skinner's Verbal Behavior: A half century of misunderstanding. *The Behavior Analyst*, 29, 253–267.  
<https://doi.org/10.1007/BF03392134>
- Palmer, D. C. (2009). The role of private events in the interpretation of complex behavior. *Behavior and Philosophy*, 37, 3–19. Retirado de  
<https://www.jstor.org/stable/41472419>
- Palmer, D. C. (2011). Consideration of private events is required in a comprehensive science of behavior. *The Behavior Analyst*, 34(2), 201–207.  
<https://doi.org/10.1007/BF03392250>
- Perez, W. F., Nico, Y. C., Kovac, R., Fidalgo, A. P., & Leonardi, J. L. (2013). Introdução à Teoria das Molduras Relacionais (Relational Frame Theory): principais conceitos, achados experimentais e possibilidades de aplicação. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 4(1), 32–50.  
<https://doi.org/10.18761/perspectivas.v4i1.105>
- Pérez-Álvarez, M. (2006). La terapia de conducta de tercera generación. *EduPsykhé*, 5, 159–172.
- Pérez-Álvarez, M. (2012). Third-generation therapies: Achievements and challenges. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 12(2), 291–310.
- Pezzato, F. A., Brandão, A. S., & Oshiro, C. K. B. (2012). Intervenção baseada na Psicoterapia Analítica Funcional em um caso de transtorno de pânico com

agorafobia. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 15(1), 74–84. Retirado de

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-55452012000100006&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452012000100006&lng=pt&tlng=pt)

Queiroz, L. O., Motta, M. A., Madi, M. B., Sossai, D. L., & Boren, J. J. (1981). A functional analysis of obsessive-compulsive problems with related therapeutic procedures. *Behaviour Research and Therapy*, 19(5), 377–388.

[https://doi.org/10.1016/0005-7967\(81\)90126-1](https://doi.org/10.1016/0005-7967(81)90126-1)

Queiroz, P. P. (2007). Terapia por contingências de reforçamento com crianças. Em E. N. P. Cillo, & M. R. M. Santos (Orgs.), *Ciência do comportamento: Conhecer e avançar* (Vol. 6, pp. 40–65). Santo André, SP: ESETec Editores Associados.

Reese, H. W. (1993). Comments about Morris's paper. *The Behavior Analyst*, 16, 67–74. <https://doi.org/10.1007/BF03392612>

Ribeiro, M. R. (2001). Terapia Analítico-Comportamental. Em H. J. Guilhardi, M. B. B. P. Madi, P. P. Queiroz, & M. C. Scoz (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 8. Expondo a variabilidade* (pp. 99–105). Santo André: ESETec.

Rogers, C. R., & Skinner, B. F. (1956). Some issues concerning the control of human behavior. *Science*, 124, 1157–1166. Retirado de

<https://www.jstor.org/stable/1753084>

Saban, M. T. (2011). *Introdução a Terapia de Aceitação e Compromisso*. Santo André: ESETec.

Saban, M. T. (2015). O que é Terapia de Aceitação e Compromisso? Em P. Lucena-Santo, J. Pinto-Gouveia, & M. S. Oliveira (Orgs.), *Terapias comportamentais de terceira geração* (pp. 179–216). Novo Hamburgo: Sinopsys.

- Schlinger, H. D. (1996). What's wrong with evolutionary explanations of human behavior. *Behavior and Social Issues*, 6, 35–54.  
<https://doi.org/10.5210/bsi.v6i1.279>
- Schlinger, H. D. (2011). Introduction: Private events in a natural science of behavior. *The Behavior Analyst*, 34(2), 181–184. <https://doi.org/10.1007/BF03392248>
- Schlinger, H., & Blakely, E. (1987). Function-altering effects of contingency-specifying stimuli. *The Behavior Analyst*, 10, 41–45. <https://doi.org/10.1007/BF03392405>
- Schneider, S. M. (1997). Back to our philosophical roots: A journal review of transactions of the Charles S. Peirce Society. *The Behavior Analyst*, 20, 17–23.  
<https://doi.org/10.1007/BF03392759>
- Schnaitter, R. (1978). Private causes. *Behaviorism*, 6(1), 1–12. Retirado de <https://www.jstor.org/stable/27758902>
- Schoneberger, T. (2016). Behavioral Pragmatism: Making a place for reality and truth. *Behavior Analyst*, 39(2), 219–242. <https://doi.org/10.1007/s40614-016-0052-y>
- Segal, Z. V., Williams, J. M. G., & Teasdale, J. D. (2002). *Mindfulness-Based Cognitive Therapy for depression*. New York: Guilford Press.
- Shull, R. L., & Lawrence, P. S. (1993). Is contextualism productive? *The Behavior Analyst*, 16(1), 241–243. <https://doi.org/10.1007/BF03392631>
- Sidman, M., & Tailby, W. (2006). Discriminação condicional vs emparelhamento com o modelo: Uma expansão do paradigma de teste (L. E. G. Nalini, & R. M. de Melo, Trans.). *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 2(1), 115–139. (Trabalho original publicado em 1982)
- Silva, J. L. N., & de-Farias, A. K. C. R. (2013). Análises funcionais molares associadas à Terapia de Aceitação e Compromisso em um caso de transtorno obsessivo-

- compulsivo. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 15(3), 37–56. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v15i3.629>
- Silveira, J. M., Callaghan, G. M., Stradioto, A., Maeoka, B. E., Maurício, M. N., & Goulin, P. (2009). Efeitos de um treino em Psicoterapia Analítica Funcional sobre a identificação feita pelo terapeuta de comportamentos clinicamente relevantes de seu cliente. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 11(2), 346–365. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v11i2.409>
- Skinner, B. F. (1938). *The behavior of organisms*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1950). Are theories of learning necessary? *The Psychological Review*, 57(4), 193–216. <https://doi.org/10.1037/h0054367>
- Skinner, B. F. (1956). A case history in scientific method. *The American Psychologist*, 11(5), 221–233. <https://doi.org/10.1037/h0047662>
- Skinner, B. F. (1957). *Verbal behavior*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1961a). Current trends in experimental psychology. Em B. F. Skinner (Org.), *Cumulative record: A selection of papers* (2ª ed., pp. 223–241). New York: Appleton-Century-Crofts. (Trabalho original publicado em 1947).
- Skinner, B. F. (1961b). The analysis of behavior. Em B. F. Skinner (Org.), *Cumulative record: A selection of papers* (2ª ed., pp. 70–76). New York: Appleton-Century-Crofts. (Trabalho original publicado em 1951.)
- Skinner, B. F. (1961c). The concept of reflex in the description of behavior. Em B. F. Skinner (Org.), *Cumulative record: A selection of papers* (2ª ed., pp. 319–346). New York: Appleton-Century-Crofts. (Trabalho original publicado em 1931).
- Skinner, B. F. (1961d). The flight from the laboratory. Em B. F. Skinner (Org.), *Cumulative record: A selection of papers* (2ª ed., pp. 242–257). New York: Appleton-Century-Crofts. (Trabalho original publicado em 1957).

- Skinner, B. F. (1961e). What is psychotic behavior? Em B. F. Skinner (Org.), *Cumulative record: A selection of papers* (2ª ed., pp. 202–219). New York: Appleton-Century-Crofts. (Trabalho original publicado em 1956)
- Skinner, B. F. (1966). What is the experimental analysis of behavior? *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 9(3), 213–218.  
<https://doi.org/10.1901/jeab.1966.9-213>
- Skinner, B. F. (1967). The problem of consciousness – a debate. *Philosophy and Phenomenological Research*, 27(3), 325–337. <https://doi.org/10.2307/2106060>
- Skinner, B. F. (1969a). Behaviorism at fifty. Em B. F. Skinner (Org.), *Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis* (pp. 221–268). Nova Iorque: Appleton-Century-Crofts. (Publicado original publicado em 1963)
- Skinner, B. F. (1969b). Preface. Em B. F. Skinner (Org.), *Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis* (pp. vii–xii). Nova Iorque: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1969c). The experimental analysis of behavior. Em B. F. Skinner (Org.), *Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis* (pp. 75–104). Nova Iorque: Appleton-Century-Crofts. (Trabalho original publicado em 1966)
- Skinner, B. F. (1971). *Beyond freedom and dignity*. Hardmondsworth: Penguin Books.
- Skinner, B. F. (1973). Answers for my critics. Em H. Wheeler (Org.), *Beyond the punitive society* (pp. 256–266). San Francisco: Freeman.
- Skinner, B. F. (1974). *About behaviorism*. New York: Knopf.
- Skinner, B. F. (1975). The steep and thorny way to a science of behavior. *American Psychologist*, 30(1), 42–49. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.30.1.42>
- Skinner, B. F. (1979a). Interview with B. F. Skinner (J. Morrow, Ed.). *Behaviorists for Social Action*, 2, 47–52.

- Skinner, B. F. (1979b). *The shaping of a behaviorist: Part two of an autobiography*.  
New York: Alfred A. Knopf.
- Skinner, B. F. (1981). Selection by consequences. *Science*, 213(4507), 501–504.  
<https://doi.org/10.1126/science.7244649>
- Skinner, B. F. (1983). Can the experimental analysis of behavior rescue psychology?  
*The Behavior Analyst*, 6(1), 9–17. <https://doi.org/10.1007/BF03391869>
- Skinner, B. F. (1984a). An operant analysis of problem solving. *The Behavioral and Brain Science*, 7(4), 583–591. <https://doi.org/10.1017/S0140525X00027412>  
(Trabalho original publicado em 1966)
- Skinner, B. F. (1984b). Contingencies and rules [response to the comments of the article  
“An Operant Analysis of Problem Solving”]. *The Behavioral and Brain Science*,  
7(4), 607–613. <https://doi.org/10.1017/S0140525X00027606>
- Skinner, B. F. (1984c). The evolution of behavior. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 41(2), 217–221. <https://doi.org/10.1901/jeab.1984.41-217>
- Skinner, B. F. (1984d). The operational analysis of psychological terms. *The Behavioral and Brain Science*, 7(4), 547–581. <https://doi.org/10.1017/S0140525X00027187>  
(Trabalho original publicado em 1945)
- Skinner, B. F. (1985). Cognitive science and behaviourism. *British Journal of Psychology*, 76, 291–301. <https://doi.org/10.1111/j.2044-8295.1985.tb01953.x>
- Skinner, B. F. (1986). The evolution of verbal behavior. *Journal of the experimental analysis of behavior*, 45(1), 115–122. <https://doi.org/10.1901/jeab.1986.45-115>
- Skinner, B. F. (1987). Why we are not acting to save the world. Em B. F. Skinner  
(Org.), *Upon further reflection* (pp. 1–14). Nova Jersey: Prentice-Hall. (Trabalho  
original publicado em 1982)

- Skinner, B. F. (1989a). The initiating self. Em B. F. Skinner (Org.), *Recent issues in the analysis of behavior* (pp. 27–33). Columbus: Merrill Publishing Company.
- Skinner, B. F. (1989b). The operant side of behavior therapy. Em B. F. Skinner (Org.), *Recent issues in the analysis of behavior* (pp. 73–84). Columbus: Merrill.  
(Trabalho original publicado em 1988)
- Skinner, B. F. (1989c). The origins of cognitive thought. *American Psychologist*, *44*(1), 13–18. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.44.1.13>
- Skinner, B. F. (1989d). The place of feelings in the analysis of behavior. Em B. F. Skinner (Org.), *Recent issues in the analysis of behavior* (pp. 3–11). Columbus: Merrill Publishing Company.
- Skinner, B. F. (1990). Can psychology be a science of mind? *American Psychologist*, *45*(1), 1206–1210. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.45.11.1206>
- Skinner, B. F. (2001). The designs of cultures. *Behavior and Social Issues*, *11*(1), 4–13.  
(Originalmente publicado em 1961)
- Skinner, B. F. (2003). *The technology of teaching*. Cambridge: The B. F. Skinner Foundation. (Originalmente publica em 1968)
- Skinner, B. F. (2005a). *Science and human behavior*. Cambridge: The B. F. Skinner Foundation. (Publicado originalmente em 1953)
- Skinner, B. F. (2005b). *Walden Two*. Cambridge: Hackett Publishing Company.  
(Originalmente publicado em 1948)
- Sousa, A. C. A., & Vandenberghe, L. (2007). Possibilidades da FAP como método de supervisão de terapeutas com clientes Borderlines. *Revista Brasileira de Terapia Cognitiva e Comportamental*, *9*(1), 1–11. Retirado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-55452007000100002&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452007000100002&lng=pt&tlng=pt)



- Staddon, J. E. R. (1993). Pepper with a pinch of psalt. *The Behavior Analyst*, 16(2), 353–362. <https://doi.org/10.1007/BF03392632>
- Todorov, J. C. (2007). A psicologia como o estudo de interações. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23, 57–61. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722007000500011>  
(Trabalho original publicado em 1989).
- Todorov, J. C., & Moreira, M. B. (2009). Psicologia, comportamento, processos e interações. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 22(3), 404–412.  
<https://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722009000300011>
- Tourinho, E. Z. (1996). Behaviorismo radical, representacionismo e pragmatismo. *Temas em Psicologia*, 4(2), 41–56. Retirado de  
[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X1996000200004&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1996000200004&lng=pt&tlng=pt)
- Tourinho, E. Z., & Cavalcante, S. N. (2001). Por que Terapia Analítico-Comportamental? *ABPMC Contexto*, 23, 10.
- Tourinho, E. Z., & Neno, S. (2003). Effectiveness as truth criterion in Behavior Analysis. *Behavior and Philosophy*, 31, 63–80. Retirado de  
<https://www.jstor.org/stable/27759447>
- Tsai, M., Kohlenberg, R., Kanter, J., & Waltz, J. (2009). Therapeutic technique: The five rules. Em M. Tsai, R. J. Kohlenberg, J. W. Kanter, B. Kohlenberg, W. C. Follette, & G. M. Callaghan (Orgs.), *A guide to Functional Analytic Psychotherapy: Awareness, courage, love and behaviorism* (pp. 61–102). Nova Iorque: Springer. [http://dx.doi.org/10.1007/978-0-387-09787-9\\_4](http://dx.doi.org/10.1007/978-0-387-09787-9_4)
- Ullmann, L. P., & Krasner, L. (1965). What is behavior modification? Em L. P. Ullmann, & L. Krasner (Orgs.), *Case studies in behavior modification* (pp. 1–63). Nova Iorque: Holt, Rinehartand Winston.

- Vandenberghe, L. (2001). As principais correntes dentro da terapia comportamental: Uma taxonomia. Em H. J. Guilhardi, M. B. B. P. Madi, P. P. Queiroz, & M. C. Scoz (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 7. Expondo a variabilidade* (pp. 179–188). Santo André: ESETec.
- Vandenberghe, L. (2002). A prática e as implicações da análise funcional. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 4(1), 35–45. Retirado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-55452002000100005&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452002000100005&lng=pt&tlng=pt)
- Vandenberghe, L. (2005). Religião, espiritualidade, FAP e ACT. Em H. J. Guilhardi, & N. C. Aguirre (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 15. Expondo a variabilidade* (pp. 323–337). Santo André: ESETec.
- Vandenberghe, L. (2007). Psicoterapia analítico funcional (FAP). Em R. R. Starling (Org.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 19. Temas aplicados* (pp. 151–159). Santo André: ESETec.
- Vandenberghe, L. (2011). Terceira onda e terapia analítico-comportamental: Um casamento acertado ou companheiros de cama estranhos? *Boletim Contexto ABPMC*, 34, 33–41.
- Vandenberghe, L. (2017). Três faces da psicoterapia analítica funcional: Uma ponte entre Análise do Comportamento e terceira onda. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 19(3), 206–219. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v19i3.1063>
- Vandenberghe, L., & Assunção, A. B. (2009). Concepções de mindfulness em Langer e Kabat-Zinn: Um encontro da ciência ocidental com a espiritualidade oriental. *Contextos Clínicos*, 2(2), 124–135. <https://doi.org/10.4013/4921>

- Vilardaga, R. (2009). A relational frame theory account of empathy. *International Journal of Behavioral Consultation and Therapy*, 5(2), 178–184.  
<http://dx.doi.org/10.1037/h0100879>
- Vilardaga, R., Hayes, S. C., Levin, M. E., & Muto, T. (2009). Creating a strategy for progress: A Contextual Behavioral Science approach. *The Behavior Analyst*, 32(1), 105–133. <https://doi.org/10.1007/BF03392178>
- Waltz, J. W., Landes, S. J., & Holman, G. I. (2010). FAP and Dialectical Behavior Therapy (DBT). Em J. W. Kanter, M. Tsai, & R. J. Kohlenberg (Orgs.), *The practice of Functional Analytic Psychotherapy* (pp. 47–64). New York: Plenum.
- Wielenska, R. C. (2010). Uma década de transformações na especialização IP-USP e HU-USP: Inserção de FAP e ACT na supervisão e outras estratégias de ensino. Em M. R. Garcia, P. Abreu, E. Cillo, P. Faleiros, & P. P. Queiroz (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 27. Análise experimental do comportamento, cultura, questões conceituais e filosóficas* (pp.423–428). Santo André: ESETec.
- Wilson, G. T. (1978). On the much discussed nature of the term “Behavior Therapy”. *Behavior Therapy*, 9(1), 89–98. [https://doi.org/10.1016/S0005-7894\(78\)80058-6](https://doi.org/10.1016/S0005-7894(78)80058-6)
- Wulfert, E. (2002). Can contextual therapies save clinical behavior analysis? *The Behavior Analyst Today*, 3(3), 254–258. <http://dx.doi.org/10.1037/h0099984>
- Zamignani, D. R., & Banaco, R. A. (2005). Um panorama analítico-comportamental sobre os transtornos de ansiedade. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 7(1), 77–92.  
<https://doi.org/10.31505/rbtcc.v7i1.44>
- Zamignani, D. R., Silva Neto, A. C. P., & Meyer, S. B. (2008). Uma aplicação dos princípios da Análise do Comportamento para a clínica: A Terapia Analítico-Comportamental. *Boletim Paradigma*, 3, 9–17.

- Zagminani, D. R., Vermes, J. S., Meyer, S. B., & Banaco, R. A. (2016). Terapia Analítico-Comportamental. Em O. M. Jr. Rodrigues (Org.), *Práticas das psicologias comportamentais no Brasil* (pp. 51–69). São Paulo: Instituto Paulista de Sexualidade.
- Zamith, C., & Nico, Y. (2012). Comportamento e cognição: Um dualismo superado? *Boletim Paradigma*, 7, 6–15.
- Zettle, R. D. (1990). Rule-governed behavior: A radical behavioral answer to the cognitive challenge. *The Psychological Record*, 40(1), 41–49.  
<https://doi.org/10.1007/BF03399570>
- Zettle, R. D., & Hayes, S. C. (1982). Rule governed behavior: A potential theoretical framework for cognitive behavioral therapy. Em P. C. Kendall (Org.), *Advances in cognitive-behavioral research and therapy* (Vol. 1, pp. 73–118). New York: Academic Press.
- Zilio, D. (2010). Fisicalismo na filosofia da mente: Definição, estratégias e problemas. *Ciências & Cognição*, 15(1), 217–240. Retirado de  
<http://cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/264>
- Zilio, D. (2012). Relacionismo substancial: A ontologia do comportamento à luz do behaviorismo radical. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(1), 109–188.  
<https://doi.org/10.1590/S0102-37722012000100014>
- Zilio, D., & Carrara, K. (2008). Mentalismo e explicação do comportamento: Aspectos da crítica behaviorista radical à ciência cognitiva. *Acta Comportamentalia*, 16(3), 399–417. Retirado de  
<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=274520180007>
- Zuriff, G. (1980). Radical behaviorist epistemology. *Psychological Bulletin*, 87, 337–350. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.87.2.337>

Zuriff, G. E. (2003). Science and human behavior, dualism, and conceptual modification. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 80(3), 345–352.  
<https://doi.org/10.1901/jeab.2003.80-345>